



# **Dr. Enéas em Brasília**



# Contents

<b>1</b>	<b>2003</b>	<b>11</b>
1.1	Fevereiro . . . . .	12
	Indicação do orador e do Deputado Amauri Robledo Gasques, respectivamente, para Líder e Vice-Líder do Partido da Reedificação da Ordem Nacional. (2003-02-02 22:20) . . . . .	13
	Aumento da dívida pública do País. Necessidade de consolidação da soberania brasileira. (2003-02-18 20:06) . . . . .	14
1.2	Março . . . . .	16
	COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Considerações sobre a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque. Discussão acerca de convite ao Ministro das Relações Exteriores para prestar esclarecimentos sobre a posição do Governo Brasil (2003-03-19 16:25)	17
	Sugestão ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ruptura com o sistema financeiro internacional e para suspensão do pagamento da dívida pública. Auto-suficiência brasileira para o enfrentamento das dificuldades advindas em face da suspensão do (2003-03-27 22:36)	18
1.3	Abril . . . . .	21
	Declaração de voto do PRONA, contrário à PEC 53-A de 1999 (Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (2003-04-02 23:06) . . . . .	22
1.4	Maio . . . . .	23
	COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - apreciação de matérias constantes da pauta. (2003-05-07 15:53) . . . . .	24
	COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Exposição e debate acerca da atual situação da Marinha brasileira. (2003-05-28 15:22) . . . . .	25
1.5	Junho . . . . .	28
	Razões do posicionamento contrário do PRONA à Medida Provisória 118, de 2003 (Altera a Lei 9.294 de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas (2003-06-03 22:18) . . . . .	29
	COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Seminário Banco Central - Autonomia X Independência (2003-06-10 14:17) . . . . .	30
	COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Exposição acerca da atuação da Força Aérea Brasileira em prol da defesa nacional. (2003-06-11 19:33) . . . . .	33
	Correspondência encaminhada ao Ministro Maurício Corrêa ao ensejo da posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal. (2003-06-11 22:04) . . . . .	35
	COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Debate acerca da missão, organização, política e concepção estratégica do Exército Brasileiro, sua conjuntura orçamentária e conclusões. (2003-06-25 15:11) . . . . .	37

1.6	Julho . . . . .	40
	COMISSÃO ESPECIAL - PEC 40-A/03 - REFORMA PREVIDÊNCIA - Debate sobre reforma previdenciária. (I) (2003-07-03 15:22) . . . . .	41
	COMISSÃO ESPECIAL - PEC 40-A/03 - REFORMA PREVIDÊNCIA - Debate sobre a reforma previdenciária. (II) (2003-07-09 15:01) . . . . .	42
	COMISSÃO ESPECIAL - PEC 40-A/03 - REFORMA PREVIDÊNCIA - Discussão acerca do parecer do Relator. (2003-07-23 15:03) . . . . .	43
	Nota assinada por Lideranças partidárias em solidariedade ao Presidente João Paulo Cunha pelo empenho na manutenção da ordem e da segurança na Casa e pela condução democrática dos trabalhos legislativos. Contrariedade à proposta de reforma previ (2003-07-25 00:20)	46
	Inexistência de dispositivo no Regimento Interno permissivo da convocação da Polícia Militar pela Presidência da Casa. (2003-07-25 00:28) . . . . .	48
	Sugestão de acréscimo de inciso a artigo, referente à exploração de crianças e adolescentes para obtenção de lucro, ao Projeto de Lei 5.460 de 2001 (Altera os arts. 240 e 241 da Lei 8.069 de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para inclu (2003-07-30 16:30) . . . . .	49
1.7	Agosto . . . . .	50
	Justificativa do posicionamento contrário do PRONA à PEC 40 de 2003 (Reforma da Previdência Social), em votação na forma de Emenda Aglutinativa Substitutiva Global. Restrições ao procedimento de apreciação da matéria na Casa. (2003-08-06 02:20) . . . . .	51
	Posicionamento contrário do PRONA à manutenção do § 18 do art. 40 da Constituição Federal, redação dada pelo art. 1º da Emenda Aglutinativa Substitutiva Global à PEC 40 de 2003 (Reforma da Previdência Social), relativo à contribuição previd (2003-08-07 03:00) . . . . .	53
	Posicionamento favorável do PRONA à Emenda Aglutinativa 11 à Emenda Aglutinativa Substitutiva Global à PEC 40 de 2003 (Reforma da Previdência Social), que dispõe sobre os critérios para o cálculo do benefício de pensão por morte. (2003-08-13 23:40) . . . . .	54
	COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Esclarecimentos sobre a política de concessão de vistos a trabalhadores estrangeiros no Brasil, a situação de brasileiros detidos em Portugal e nos Estados Unidos da América e o incidente com o (2003-08-14 15:38)	55
	Solicitação de esclarecimentos do relator sobre o inciso II do art. 2º do substitutivo ao Projeto de Lei 1.394 de 2003 (Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens - PNPE, acrescenta dispositivo à Lei 9.608 de 1998 e dá outr (2003-08-20 01:04)	57
	Posicionamento favorável do PRONA ao substitutivo ao Projeto de Lei 1.394 de 2003 (Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens - PNPE, acrescenta dispositivo à Lei 9.608 de 1998 e dá outras providências), do Executivo, apensa (2003-08-20 01:04) . . . . .	58
	COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA - Impressões dos presidentes de partidos sobre a reforma política. (2003-08-20 20:02) . . . . .	59
	Agradecimento aos Srs. Deputados que votaram, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, a favor do direito do orador à Liderança. Defesa de ruptura do Brasil com o sistema financeiro internacional. (2003-08-21 21:10) . . . . .	63
	Reafirmação do compromisso assumido pelo PRONA de abstenção da apresentação de destaques durante o segundo turno de votação à PEC 40 de 2003 (Reforma da Previdência Social). Indignação com a violação do acordo de Líderes para votação da m (2003-08-27 16:12)	65
	Indignação com a quebra de acordo firmado entre os líderes partidários de não-apresentação de destaque de Bancada à PEC 40 de 2003 (Reforma da Previdência Social), em votação em segundo turno. (2003-08-27 21:28) . . . . .	66

	Posicionamento contrário do PRONA à PEC 40 de 2003 (Reforma da Previdência Social), em votação em segundo turno. (2003-08-27 21:28) . . . . .	67
1.8	Setembro . . . . .	68
	Interpelação ao Presidente da sessão, Deputado Inocêncio Oliveira, sobre se será possível a apresentação de destaques à PEC 41 de 2003 (Reforma Tributária), na sessão de amanhã, caso o encerramento da discussão da matéria se dê na presente (2003-09-02 22:08) . . . . .	69
	Posicionamento contrário do PRONA à Emenda Aglutinativa Substitutiva Global ao substitutivo à PEC 41 de 2003 (Reforma Tributária), em votação em primeiro turno; Retirada do Partido do plenário em sinal de protesto. (2003-09-04 01:14) . . . . .	70
	Posicionamento contrário do PRONA ao art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, constante do art. 3º da Emenda Aglutinativa Substitutiva Global à PEC 41 de 2003 (Reforma Tributária), que prorroga a CPMF até 31 de dezembro de 2007 (2003-09-11 02:22) . . . . .	71
	Posicionamento contrário do PRONA à PEC 41 de 2003 (Reforma Tributária), em votação em segundo turno. (2003-09-24 22:58) . . . . .	72
1.9	Outubro . . . . .	73
	Transcurso do Dia Mundial do Coração. Comemoração dos 25 anos da Fundação Zerbini/INCOR e dos 60 anos da Sociedade Brasileira de Cardiologia. (2003-10-09 16:18) . . . . .	74
	Inocuidade do Estatuto do Desarmamento na redução da criminalidade no País. Críticas às propostas de reforma previdenciária e tributária encaminhadas pelo Poder Executivo (2003-10-23 19:54) . . . . .	75
	COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Exposição e debate sobre a condução da política externa do País. (2003-10-29 16:41) . . . . .	76
1.10	Novembro . . . . .	78
	COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Debate acerca da parceria entre Brasil e Estados Unidos para o fortalecimento e o desenvolvimento do hemisfério americano, para a definição de estratégias de segurança e da Área de Livre Comércio (2003-11-12 16:26) . . . . .	79
	Posicionamento contrário do PRONA ao Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 131 de 2003 (Estabelece normas para o plantio e a comercialização da produção de soja da safra 2004 e dá outras providências - Transgênicos). (2003-11-12 22:54) . . . . .	80
	COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Esclarecimentos sobre o narcotráfico, as FARC e as relações comerciais entre Brasil e Colômbia. (2003-11-25 21:58) . . . . .	81
	COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Atividades de Inteligência: consulta à sociedade. (2003-11-27 16:19) . . . . .	82
<b>2</b>	<b>2004</b> . . . . .	<b>83</b>
2.1	Janeiro . . . . .	84
	Registro de voto proferido pelo orador em sessão anterior. (2004-01-28 20:42) . . . . .	85
2.2	Fevereiro . . . . .	86
	Contestação ao pronunciamento do Deputado Miro Teixeira em defesa da política social do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Esclarecimento sobre os índices de desemprego no País. Queda da participação dos salários na renda nacional. (2004-02-11 23:02) . . . . .	87
	Posicionamento contrário do PRONA ao Substitutivo da CCJR ao Projeto de Lei 7.134 de 2002 (Dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogras, sobre a prevenção, a repressão e o tratamento. Define crimes, regula o procedimento nos crimes que define e dá ou (2004-02-12 17:26) . . . . .	88

	Improcedência de denúncias de corrupção contra o orador e a Deputada Estadual Havanir Nimitz. Imprescindibilidade da instalação de CPI para investigação do envolvimento do ex-Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da República (2004-02-18 23:46) . . . . .	89
2.3	Março . . . . .	91
	Posicionamento favorável do PRONA ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão 04 de 2004 (Medida Provisória 140 de 2003), que cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Moder (2004-03-02 23:34) . . . . .	92
	Defesa da eleição do professor Bautista Vidal para membro do Conselho da República. (2004-03-09 23:26) . . . . .	93
	Apoio ao pronunciamento do Deputado Alberto Fraga, ao ensejo do transcurso da data de aniversário da Revolução de 1964. Agravamento da crise social e econômica no País. Consenso reinante na sociedade brasileira acerca da inoperância do Governo Federal (2004-03-31 23:36) . . . . .	94
2.4	Maio . . . . .	96
	Obstrução do PRONA à votação do art. 6º do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 167 de 2004 (Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional 41 de 2003 - Reforma da Previdência Social - , altera dispositivos das (2004-05-04 22:08) . . .	97
	COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - Exposição e debate sobre o conflito ocorrido entre índios e garimpeiros na Reserva Indígena Roosevelt, na região de Espigão d'Oeste, em Rondônia. (2004-05-05 15:34) . . . . .	98
	Indignação com a desídia do Governo Federal diante do massacre de garimpeiros em reserva indígena no Estado de Rondônia. Pedido de intervenção federal no Estado de Rondônia. (2004-05-05 20:40) . . . . .	100
	COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - Discussão sobre o conflito ocorrido entre índios e garimpeiros na reserva indígena Roosevelt, na região de Espigão d'Oeste, em Rondônia. (2004-05-12 15:27) . . . . .	102
	Posicionamento contrário do PRONA ao Requerimento de regime de urgência urgentíssima para apreciação da Mensagem 205 de 2004, relativa ao envio de contingente brasileiro para Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti. Contradição entr (2004-05-13 00:30)	104
	Razões do posicionamento favorável do PRONA à PEC 101 de 2003 (Dá nova redação ao § 4º do art. 57 da Constituição Federal, para suprimir a vedação de reeleição dos membros das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado na mesma Legislatura), em a (2004-05-19 23:18)	105
2.5	Junho . . . . .	106
	Razões do repúdio ao valor do reajuste do salário mínimo proposto pelo Governo Federal, a propósito da apreciação da Medida Provisória 182 de 2004 (Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004, e dá outras providências). Crí (2004-06-02 22:18) .	107
	Posicionamento favorável do PRONA à Emenda 56, destacada, à Medida Provisória 182 de 2004 (Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004, e dá outras providências), que acresce ao salário mínimo, excepcionalmente, no mês de maio (2004-06-02 22:18) .	108
	Déficit público do Estado brasileiro. Utilização de receitas orçamentárias para o pagamento de juros da dívida pública. Ineficácia do controle dos índices inflacionários pela manutenção de juros elevados. Natureza recessiva da política econômica (2004-06-15 20:38) . . . . .	109
	Posicionamento favorável do PRONA ao Projeto de Lei de Conversão 39 de 2004 (Medida Provisória 182 de 2004), que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de Maio de 2004, e dá outras providências, do Senado. Indignação com o índice de reaj (2004-06-23 15:26) .	115

2.6	Agosto	116
	Posicionamento contrário do PRONA ao Projeto de Lei Complementar 188 de 2004 (Altera a Lei Complementar 97 de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para organização, preparo e emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidi (2004-08-12 00:16)	117
	Lançamento de obra de Direito Eleitoral de autoria do Prof. Dr. Thales Tácito Pontes Luz de Pádua Cerqueira. (2004-08-24 22:58)	118
2.7	Outubro	119
	Elogio à suspensão da liminar do STF que permitia o aborto em caso de anencefalia. Defesa do Direito à vida do feto. (2004-10-21 01:28)	120
2.8	Novembro	122
	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - Discussão do Projeto de Lei nº 2.679, de 2003, sobre reforma política. (2004-11-17 16:48)	123
	Obstrução do PRONA à votação do Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia Medida Provisória 200 de 2004 (Dispõe sobre o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH), em votação nominal por força de verificação de vot (2004-11-24 18:42)	125
2.9	Dezembro	126
	Avaliação crítica da Medida Provisória 207 de 2004 (Dá status de Ministro de Estado ao Presidente do Banco Central). Ponderações sobre a desmoralização da Casa perante a opinião pública. Posicionamento do Prona contrário à matéria. (2004-12-01 02:22)	127
	COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - Debate sobre as pesquisas científicas com células-tronco. (2004-12-01 16:34)	129
	Obstrução do PFL à votação do Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia da Medida Provisória 207 de 2004 (Dá status de Ministro de Estado ao Presidente do Banco Central), em votação nominal por força de verificação de votação. (2004-12-01 22:12)	131
	Posicionamento contrário do PRONA à Medida Provisória 218 de 2004 (Autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos, no combate à praga de gafanhotos). (2004-12-07 23:34)	132
	Mensagem de otimismo às famílias brasileiras ao ensejo do transcurso das festas natalinas. (2004-12-22 22:46)	133
	Referências elogiosas à atuação do Deputado João Paulo Cunha na Presidência da Casa. (2004-12-23 02:04)	134
<b>3</b>	<b>2005</b>	<b>135</b>
3.1	Março	136
	Expectativa de pronunciamento do Presidente da Casa, Severino Cavalcanti, quanto ao discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre corrupção no Governo Fernando Henrique Cardoso. (2005-03-02 01:56)	137
	Posicionamento contrário do PRONA ao Requerimento de encerramento da discussão do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei 2.401 de 2003 (Estabelece normas de segurança e mecanismo de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente m (2005-03-02 22:40)	138
	Posicionamento contrário do PRONA ao Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei 2.401 de 2003 (Estabelece normas de segurança e mecanismo de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados e seus derivados, cria o Conselho N (2005-03-03 02:04)	139

Posicionamento favorável do PRONA aos Requerimentos 2.409 de 2005, 2.512 de 2005, 2.513 de 2005 e 2.523 de 2005, relativos à constituição de Comissão Externa para averiguar in loco a questão da mortalidade de crianças indígenas, por desnutrição, (2005-03-03 17:58) . . . . .	141
Posicionamento favorável do PRONA à Emenda 01, destacada , ao Substitutivo à PEC 227 de 2004 (Reforma da Previdência Social - PEC Paralela), do Senado, que objetiva a inclusão na alínea "b" do inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, da expre (2005-03-10 02:06)	142
Críticas à obstrução da base aliada do Governo à votação do Requerimento de votação por grupo de artigos, da Medida Provisória 232 de 2004 (Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências, para corrigir a Tabela Progressiva (2005-03-30 02:08) . . . . .	143
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (2005-03-30 16:26) . . . . .	144
Posicionamento contrário do PRONA ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia da Medida Provisória 232 de 2004 (Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências, para corrigir a Tabela Progressiva Mensal e Anual do Imposto d (2005-03-30 23:56) . . . . .	149
Reiteração do posicionamento contrário do PRONA ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia da Medida Provisória 232 de 2004 (Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências, para corrigir a Tabela Progressiva Mensal e An (2005-03-30 23:56)	150
3.2 Abril . . . . .	151
Transcurso do Dia do Exército Brasileiro. (2005-04-28 17:48) . . . . .	152
3.3 Maio . . . . .	154
Apoio do PRONA à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.Ponderações sobre episó (2005-05-25 15:16)	155
3.4 Junho . . . . .	156
Posicionamento do PRONA pela rejeição da Medida Provisória 245 de 2005 (Abre em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, crédito extr (2005-06-21 21:28)	157
Posicionamento favorável do PRONA ao Requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão da Medida Provisória 249 de 2005 (Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participa (2005-06-29 00:48) . . . . .	158
Posicionamento contrário do PRONA à redação final da Medida Provisória 248 de 2005 (Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências). (2005-06-29 00:48) . . . . .	159
Posicionamento contrário do PRONA ao Requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da Medida Provisória 241 de 2005 (Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, para (2005-06-29 05:00) . . . . .	160
Refutação às críticas do Deputado Luiz Sérgio ao orador. (2005-06-29 05:00) . . . . .	161
Posicionamento contrário do PRONA ao Requerimento de regime de urgência urgentíssima para o Projeto de Resolução 248 de 2005 (Institui Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI destinada a investigar a veracidade ou não das recentes denúncias de co (2005-06-29 20:10)	162
Desgastes provocados à imagem da Câmara dos Deputados pelo escândalo do mensalão. Silêncio da imprensa relativamente aos gastos com o pagamento da dívida pública. (2005-06-29 20:10) . . . . .	163



Posicionamento contrário do PRONA ao Requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Resolução 248 de 2005 (Institui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a veracidade ou não das denúncia (2005-06-30 00:10) . . . . .	164
Posicionamento favorável do PRONA ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia da Medida Provisória 241 de 2005 (Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, para os fins que especifica). (2005-06-30 17:24)	165
Posicionamento favorável do PRONA ao Requerimento de adiamento, por duas sessões, da votação da Medida Provisória 241 de 2005 (Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, para os fins que espec (2005-06-30 17:24) .	166
3.5 Julho . . . . .	167
Verdadeiros interesses da pretendida proibição definitiva da comercialização de armas de fogo no País. Posicionamento favorável do PRONA à Emenda de Plenário ao Projeto de Decreto Legislativo 1.274 de 2004 (Autoriza referendo acerca da comercializ (2005-07-07 01:44)	168
3.6 Agosto . . . . .	170
Posicionamento favorável do PRONA à Medida Provisória 251 de 2005 (Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI, institui o Programa de E (2005-08-09 22:30)	171
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - Debate sobre o Projeto de Lei nº 3.960, de 2004, dos Srs. Deputados Enéas e Elimar Máximo Damasceno, que dispõe sobre a substituição em todo o território nacional de combustíveis derivado (2005-08-11 15:42) . . . . .	172
Posicionamento favorável do PRONA ao Projeto de Lei de Conversão 22 de 2005 (Medida Provisória 248 de 2005), que dispõe sobre valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, que fixa o valor do salário mínimo em R\$ 384,29. Indinação co (2005-08-16 23:34) . . .	186
Defesa da derrubada dos vetos aos Projetos de Lei relativos a reajuste para os servidores do Senado, da Câmara e do TCU. (2005-08-31 16:46) . . . . .	187
3.7 Novembro . . . . .	188
Posicionamento contrário do PRONA à Medida Provisória 258 de 2005 (Dispõe sobre a Administração Tributária Federal e dá outras providências - Super-Receita). Transcrição de trechos da matéria intitulada "Magia Predatória", de autoria do Prof. (2005-11-08 22:46) . . .	189
Posicionamento favorável do PRONA ao Requerimento de quebra de interstício para verificação de votação do Requerimento de adiamento, por duas sessões, da votação da Medida Provisória 258 de 2005 (Dispõe sobre a Administração Tributária Feder (2005-11-09 02:54)	191
COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - Debate do Projeto de Lei nº 1.135, de 1991, que suprime o art. 124 do Código Penal, acerca da criminalização da prática do aborto. (2005-11-22 21:19) . . . . .	192
<b>4 2006</b>	<b>197</b>
4.1 Janeiro . . . . .	198
Refutação a pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em rede nacional de rádio e televisão. (2006-01-18 02:04) . . . . .	199
Posicionamento favorável do PRONA à manutenção da expressão "agentes de combate a endemias" constante dos §§ 4º, 5º e 6º do art. 198 do Substitutivo à PEC 07 de 2003 (Altera o inciso II do art. 37 da Constituição Federal, para permitir a cont (2006-01-19 02:24) . . . . .	201

	Razões do posicionamento favorável do PRONA ao parecer pela admissibilidade da Medida Provisória 268 de 2005 (Abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, para os fins (2006-01-19 17:04) .	202
4.2	Abril . . . . .	203
	Afastamento do orador das funções parlamentares e profissionais, em razão de problemas de saúde. Lançamento da candidatura do Parlamentar à Presidência da República. Agradecimento ao apoio recebido durante o afastamento do Parlamentar, em especial (2006-04-05 21:24) . . . . .	204
4.3	Junho . . . . .	205
	Retirada pelo orador da pré-candidatura à Presidência da República. Anúncio pelo Parlamentar do lançamento de sua candidatura a Deputado Federal. (2006-06-14 20:03) . . . . .	206

# 1. 2003

## 1.1 Fevereiro

**Indicação do orador e do Deputado Amauri Robledo Gasques, respectivamente, para Líder e Vice-Líder do Partido da Reedificação da Ordem Nacional. (2003-02-02 22:20)**

**Data: 02/02/2003**

**Sessão: 002.1.52.P**

**Hora: 16h20**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, informo à Casa que os colegas Deputados Federais eleitos pelo PRONA de São Paulo houveram por bem indicar meu nome, de acordo com o art. 9º, § 2º, do Regimento Interno, para Líder do Partido da Reedificação da Ordem Nacional e, para Vice-Líder, o Deputado Amauri Robledo Gasques.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

## **Aumento da dívida pública do País. Necessidade de consolidação da soberania brasileira.** (2003-02-18 20:06)

**Data: 18/02/2003**

**Sessão: 001.1.52.O**

**Hora: 14h06**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em fevereiro de 1989, exatamente 14 anos atrás, eu escrevi o "*Manifesto do PRONA*", em que eu alertava a população brasileira para os riscos da ventania neoliberal que começava a soprar aqui no Hemisfério Sul, ventos egressos do Norte do planeta, a partir de uma concepção política que começava a tomar corpo — uma nova divindade assumia o cetro, o controle das ações governamentais na maioria dos países do orbe terráqueo.

O mercado, erigido à categoria de um deus, decidiria o destino das nações. Desapareceriam as fronteiras para os fluxos de capital e todos teríamos, em um futuro não muito distante, um bem-estar social inconcusso.

E, realmente, tudo foi acontecendo como o previsto. Em quase todos os recantos do mundo, a palavra da moda passou a ser globalização. O mundo transformou-se em um imenso cassino onde, pelo simples toque em uma tecla de computador, fortunas fabulosas são transferidas, à velocidade da luz, de um ponto a outro do planeta, sem que, para isso, exista qualquer correspondência com as riquezas do mundo real, do mundo físico.

Quem se atrevesse a falar em Estado Nacional soberano receberia, de pronto, o epíteto de troglodita, dinossauro ou qualquer coisa semelhante a um ser que viveu em priscas eras.

Mas a contrapartida de um mundo sem fronteiras, onde teria sido conquistada a justiça social, longe está de ter sido alcançada.

Muito ao contrário, hoje, tristemente, o cenário que se nos afigura é exatamente o oposto do que era vaticinado pelos ideólogos daquilo que se convencionou chamar de "mundo globalizado".

Na verdade, passamos a ser uma neocolônia das potências hegemônicas que, irmanadas pelas suas necessidades básicas, de que são carentes — água potável, energia, alimentos e matérias primas —, determinaram que fossem privatizadas as nossas estatais, subtraindo-as ao controle do Estado, lídimo representante do povo brasileiro, e continuam obrigando-nos a vender nossa riqueza mineral a preços aviltados.

O domínio do povo brasileiro é exercido de fora para dentro. O controle é alienígena.

Assim é que, abrindo as comportas da economia nacional, importando quinquilharias e exportando nossas riquezas *in natura*, submetidos a extorsões de todas as formas possíveis, exercidas a partir dos ditames dos donos do mundo, fomos, pouco a pouco, vendo crescer a nossa dívida pública, que passou de 87,8 bilhões de reais em dezembro de 1994 (25,13 % do PIB) para a cifra assombrosa de 1,1 trilhão de reais em dezembro de 2002 (80,94 % do PIB).

Os juros dessa dívida, apresentados nos balanços do Banco Central, foram de 113,9 bilhões de reais no exercício de 2002.

O valor real pago, na verdade, foi muito superior a esse, maior do que o dobro, frente à desvalorização do real em mais de 52 % em 2002 e levando-se em conta que o "mercado" exigiu do Banco Central taxas maiores do que a básica.

Agora, eu afirmo: aí está a questão central da qual todas as outras decorrem.

Esse é o verdadeiro cancro fagedênico que infecta as entranhas da Nação.

Incomoda-me profundamente a discussão sobre superficialidades. É claro que é preciso reexaminar todo o sistema de educação pública, a partir do qual estamos criando uma legião de mentecaptos, incapazes de concorrer no mercado de trabalho. É claro que é fundamental que se faça funcionar o Sistema Único de Saúde, que tem de sair do papel, mas também aí a discussão não terá conteúdo substantivo, uma vez que toda a verba destinada ao Sistema de Saúde, para todo o Brasil, foi, em 2002, de 28,5 bilhões, enquanto, considerando-se só aquilo que o Banco Central contabiliza como juros, pagou-se em 2002 o valor astronômico de 114 bilhões.

E o Ministério do Planejamento, em sua estatística de orçamento, publicou ter havido, para 2002, uma verba prevista de 209,5 bilhões de reais apenas para o refinanciamento da dívida pública federal.

E agora eu pergunto: como é possível sobreviver a uma sangria dessa monta?

Como se pode falar na necessidade de obter superávit fiscal desse ou daquele valor, quando se reconhece, de público, esse valor monstruoso pago em juros para alimentar os abutres que vivem apenas da especulação?

Como se pode pensar, ainda, em cortar verbas, se não se tem coragem de dizer basta a esse processo delituoso em que se dessangra, até a última gota, a economia do povo brasileiro?

Quem é que, na verdade, está ganhando com tudo isso?

Não são, com certeza, os operários, os médicos, os engenheiros, os industriários, os comerciários, os aviários, os funcionários públicos, nem mesmo a maioria dos empresários.

Todo o sistema produtivo nacional perde nesse jogo imundo.

Na verdade, somente ganha quem participa do processo especulativo, que tem, à sua retaguarda, o sistema financeiro internacional, movimentando diariamente mais de 1 trilhão de dólares em impulsos de computador, criando e mantendo fortunas milionárias, enquanto o povo assiste à deterioração de todos os seus sonhos, da construção de uma sociedade livre que pode aspirar a um futuro digno.

Essa é a questão central, senhores. Tudo mais é despiciendo, é secundário, é remendo, é flor de plástico.

Hoje, pela primeira vez ocupando esta tribuna, à qual cheguei guindado pela vontade, expressa nas urnas, de mais de 1.570.000 eleitores, eu declaro expressamente aqui, como sempre fiz, em todas as oportunidades que tive, em todos os lugares, no Brasil ou no exterior, que não é possível continuarmos atrelados a esse modelo de submissão às potências hegemônicas.

É hora de dizer basta a esse modelo pútrido, infecto, nauseabundo, que está levando nosso povo para a escravidão.

É hora de declarar a independência econômica do Brasil.

## 1.2 Março



**COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Considerações sobre a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque. Discussão acerca de convite ao Ministro das Relações Exteriores para prestar esclarecimentos sobre a posição do Governo Brasil (2003-03-19 16:25)**

**Data:** 19/03/2003

**Sessão:** 0125/03

**Hora:** 10h25

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) - Tem a palavra o Deputado Enéas, último orador inscrito.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sra. Presidenta, parabéns-a pelo excelente desempenho ao assumir a Presidência desta Comissão.

Também assinei a moção, pois ninguém em sã consciência pode ser a favor de qualquer forma de guerra, e, com o devido respeito a tudo o que foi dito, quero deixar um comentário extremamente rápido.

Em todos os tempos, houve guerras no mundo, e sempre ditadas por interesses econômicos - macroeconômicos, não microeconômicos. Sempre foi assim. A história da Guerra de Tróia é contada para crianças de um jeito e, para quem estuda em profundidade, de outro.

Meu ilustre colega, o Deputado Coronel Alves, chamou a atenção para uma possível retaliação por parte dos Estados Unidos. Com todo respeito, não há nenhuma razão para se agir como se agiu contra o Afeganistão, atingindo civis inocentes, como se está fazendo agora.

Na verdade, o que se passa é a absoluta deterioração do sistema financeiro internacional, que tem a égide dos Estados Unidos. O sistema financeiro internacional vive hoje uma bolha especulativa, que vai explodir. A guerra é apenas um instrumento. Um dos colegas salientou também a importância não só do petróleo, como do euro, que põe em risco a soberania do dólar, moeda essa que não tem mais nenhum lastro, que é uma absoluta ficção.

Antigamente, antes da decisão de Nixon, havia necessidade de um lastro de ouro, que não é mais necessário. Emitem-se dólares na velocidade que se quiser, chegando à cifra astronômica de bem mais de 1 trilhão de dólares girando por dia no sistema financeiro.

A meu ver, o ponto mais sério ainda é que nenhuma nação está a salvo disso. É claro que temos que fazer moções e passeatas pela paz. Claro que V.Exa., com o poder de que dispõe nesta Comissão, deve usar todo o esforço no sentido de, pelo menos, usando uma expressão latina, no *jus sperneandi*, fazer chegar à potência maior o nosso vago, nosso sussurro pedindo que isso pare.

Temos de lembrar que, em agosto de 1945, em Hiroshima, uma cidadezinha no centro do Japão, que eu conheci, foi lançada uma bomba pequenina, de 20 quilotons, menos de um milésimo do atual arsenal bélico dos Estados Unidos. Naquela ocasião, os donos do poder mundial já tinham decretado o fim da guerra, isso já estava decidido definitivamente, e, numa demonstração de força, Hiroshima foi destruída.

Os fatos se repetem, como a colega Deputada lembrou: foi a invasão da Baía dos Porcos, foi Granada, foi o Kuwait mais recentemente. Não adianta termos ilusões: o mundo é assim, os países não se relacionam por amizade, é por interesse. Vamos ser realistas, vamos emergir da infância.

Quando S.Exas., os donos do mundo, determinaram os tratados de não-proliferação de armas nucleares, já estavam armados até os dentes. Hoje, o que vemos? Uma nação como a nossa, prodigiosamente bem servida pela natureza; com um potencial hídrico, potamográfico, fluvial que chega a abrigar 21 % da água potável do planeta, pelo qual já se prevêem guerras; que tem uma riqueza mineral inimaginável; que tem um dia de sol equivalente a 120 mil usinas de Itaipu a todo o vapor, tem suas Forças Armadas combatidas, sem nenhum recurso caso um ataque seja perpetrado contra nós.

Aproveito a oportunidade que V.Exa. me deu para deixar, ao lado da moção, que é significativa, um apelo: que V.Exa. converse também com o Ministro da Defesa e as autoridades militares para que acordemos do sono letárgico em que nos estão fazendo mergulhar; para que saibamos que, num tempo não muito distante, poderemos ser nós no lugar do Iraque.

Muito obrigado a V.Exa.

## **Sugestão ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ruptura com o sistema financeiro internacional e para suspensão do pagamento da dívida pública. Auto-suficiência brasileira para o enfrentamento das dificuldades advindas em face da suspensão do (2003-03-27 22:36)**

**Data: 27/03/2003**

**Sessão: 029.1.52.O**

**Hora: 16h36**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr., Sras. e Srs. Deputados, o texto que será pronunciado por mim é uma mensagem que o PRONA transmite a S.Exa. o Sr. Presidente da República.

No dia 19 de março de 2003, o mundo assistiu perplexo ao início da investida bélica dos Estados Unidos da América do Norte contra o território do Iraque. As razões apontadas para tal atitude, que contrariaram decisão da ONU, foram a existência naquele país de armas de destruição em massa, além de possível insatisfação coletiva contra o governo Sr. Saddam Hussein, apontado como ditatorial e sanguinário.

Na verdade, as razões que levaram os Estados Unidos a realizar uma invasão armada de um país livre e soberano, pelo menos em teoria, longe estão de representar uma preocupação com os destinos da humanidade, eliminando possíveis focos de terrorismo internacional, e muito menos de significar apreço pelas condições de liberdade e de democracia do povo iraquiano.

Para entender bem o processo, é necessário remontar ao acordo firmado em 1944, em Bretton Woods, nos Estados Unidos, onde se definiu o dólar como a moeda de referência nas transações internacionais e se exigiu que passasse a existir, como garantia de validade da moeda, um certo equivalente em ouro depositado em Fort Knox. Estava instituído o padrão ouro.

Em 1971, o Presidente Nixon rompeu as regras estabelecidas em Bretton Woods e a emissão da moeda americana passou a ser feita segundo os interesses daquela nação. A partir daí, os Estados Unidos passaram a ser a "Casa da Moeda do Mundo".

Mais recentemente, com o advento e a explosão da informática, deixou de ser necessária até a emissão da moeda. Por intermédio de impulsos do computador circulam diariamente, de um a outro ponto do planeta, fortunas fabulosas da ordem de 1 trilhão a 2 trilhões de dólares, dos quais apenas cerca de 2 % a 3 % correspondem a transações comerciais, sendo o restante especulação pura, sem nenhuma correspondência com o mundo físico, como vem assinalando o renomado economista e pensador americano Mr. Larouche, no hebdomadário *Executive Intelligence Review*, periódico em que ele estuda, diseca e explica a crise do sistema financeiro internacional como a caminhada para um abismo que, se não detida, levará, sem dúvida, a humanidade para uma nova idade das trevas.

Esse é o império do dinheiro falso, do papel pintado, que não tem coisa alguma a ver com a realidade do mundo físico. As riquezas reais do mundo físico são a água potável, da qual detemos 21 % da que existe no planeta, as matérias-primas do reino mineral — e nessas também somos o País mais rico do mundo —, as florestas — e possuímos a maior do mundo — os rebanhos, o solo propício à agricultura, etc., etc., etc.

Pois bem, os Estados Unidos vêem, com muita preocupação, o avanço do euro como moeda de troca no mundo europeu e no resto do mundo.

E o Iraque, que já detém a segunda maior reserva petrolífera do planeta, cometeu a ousadia, no ano 2000, de resolver adotar o euro como sua moeda de troca nas relações internacionais, no que foi seguido parcialmente pelo Irã, pela China e pela Rússia.

Não há dúvida de que a maior potência imperial não terá coragem de atacar a China, porque ela detém o controle do ciclo nuclear — ela tem bomba atômica.

Não dá para enfrentar os megatons dos Estados Unidos, mas eles por certo não quererão ver Washington ser varrida do mapa da Terra.

É a dissuasão estratégica, única ferramenta a ser utilizada por um país para impedir a ação predatória de um outro país sobre o seu território.

Daí por que eu propus, na eleição presidencial de 1998, que o Brasil não assinasse o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

E fui achincalhado, vilipendiado por grande parte da imprensa brasileira, antinacionista, apodrecida, em franca decomposição, que se apraz com o estado servil em que se encontrava e se encontra o Governo brasileiro, de joelhos no cenário internacional.

Neste momento em que a maior parte do mundo civilizado se diz contrária à invasão do Iraque pelos Estados Unidos, não basta a nós do Brasil, potência continental, dizermos que não estamos de acordo com a invasão.

Não adianta coisa alguma sacudirmos lenços brancos e fazermos passeata de paz. Como não possuímos potencial bélico mínimo, pela deterioração programada a que foram submetidas as nossas Forças Armadas, com a conivência do Poder Constituído apátrida, que deixou a área militar da Nação sem recursos para suprir seus velhos aviões de combate e seus tanques obsoletos ou mesmo para alimentar seus praças, só existe uma possibilidade para se contrapor a esse verdadeiro genocídio, digno de fazer inveja às hostes de Assurbanipal, quando, na antiga Assíria, arrancava a pele em vida dos seus prisioneiros de guerra: é a ruptura definitiva com o modelo pútrido que nos é imposto pelo sistema financeiro internacional, do qual são tentáculos o FMI, o Banco Mundial, o BID, a Organização Mundial do Comércio et *caterva*.

—  
É agora falo diretamente a S.Exa. o Presidente da República do Brasil, que tem em suas mãos uma oportunidade ímpar na história do Brasil.

Aproveite a oportunidade histórica que nos está sendo oferecida pelo próprios donos do mundo.

Diga basta a esse modelo nauseabundo e infecto que suga as entranhas da Nação. Ordene que não mais sejam pagos, por ruptura unilateral, os juros da dívida pública, que chegaram a 114 bilhões de reais. V.Exa. estará, assim, criando condições de sobrevivência para os brasileiros, que não têm mais esperança de um futuro com dignidade, uma vez que todo o resultado do seu trabalho, toda a produção nacional, tudo se esvai, como uma flor que se estiola.

Isso tem que ser feito e já está quase passando do tempo, porque o total da dívida pública, aí incluídas a interna e a externa, cresce como um tumor maligno e já ultrapassou a assombrosa cifra de 1 trilhão de reais.

A suspensão do pagamento da dívida pública, como é previsível, trar-nos-á algumas dificuldades em diversas áreas do comércio com o exterior. Mas lembre-se V.Exa. de que já passamos por situação semelhante quando da Grande Depressão, em 1929, e a ela sobrevivemos, como sobreviveremos agora.

Somos quase auto-suficientes em petróleo. Produzimos cerca de 95 % do total de 1,8 milhão de barris que consumimos por dia. Não nos preocupamos com os *chips* e artigos similares que importamos das transnacionais, sob o domínio do império, vindos de Taiwan, da Coreia ou seja lá de onde for. Temos gente boa, e muita gente boa, técnicos e engenheiros altamente qualificados, atualmente desempregados, trabalhando em lanchonetes ou dirigindo táxis, cidadãos ávidos por criar e produzir nas áreas em que foram qualificados. Já tivemos exemplo disso no passado, na indústria aeronáutica, no trabalho desenvolvido pela nossa EMBRAER.

E não tema V.Exa. pelo aporte dos tão decantados investimentos externos. Relatório do Tribunal de Contas da União examinado pelo professor de Economia Dr. Adriano Benayon do Amaral mostra que, na média dos últimos dez anos, para cada 1 dólar com que o Banco Mundial e o BID financiaram o Brasil, o País mandou para fora 1,4 dólar.

Atrairamos, instantaneamente, a França e a Alemanha, que expressamente já declararam o seu repúdio à ação antiamericana no Iraque.

Para essas nações, que precisam muito do petróleo, podemos acenar com a energia da biomassa, que, em nosso País, com a riqueza imensurável de luz solar de que somos dotados, pode apresentar-se como o álcool e os óleos vegetais, capazes de substituir, com vantagens, todos os derivados do petróleo.

E tanto a China como a Rússia e a Índia, além de vários outros países, poderão ser excelentes parceiros comerciais, no caso de retaliações advindas do império americano.

E não se fale em risco de não-abastecimento. Nossos irmãos da América Latina e da Ásia estarão prontos, sem dúvida, a estabelecer parceria conosco, visando também a se libertar do *octopus* que lhes suga o sangue circulante.

Claro está que medida desse jaez implica decisão enérgica, firme, que pode ser traduzida em uma palavra: coragem.

Esta é a mensagem que dirijo a V.Exa., em meu nome e no do PRONA. E o faço também em nome de mais de 1 milhão e 570 mil eleitores que me elegeram, o que representou a maior votação individual jamais obtida na história da República do Brasil para a Câmara dos Deputados.

Coragem!

Dê o grito de independência econômica, com quase 181 anos de atraso da independência política. Dê um passo à frente. Não tenha medo. V.Exa. será seguido por todos os brasileiros que o guindaram à sua condição atual, na expectativa de que V.Exa. possa libertá-los dos grilhões da escravidão secular.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

## 1.3 Abril

**Declaração de voto do PRONA, contrário à PEC 53-A de 1999 (Altera o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, e o caput do art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - Regulamentação do Sistema Financeiro Nacio (2003-04-02 23:06)**

**Data:** 02/04/2003

**Sessão:** 035.1.52.O

**Hora:** 17h06

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Com a permissão de V.Exa., Sr. Presidente, dirijo-me a todos os colegas do Parlamento, pela primeira vez com o plenário cheio.

Estamos diante de um momento terrível da história da Nação. Terrível, uma vez que, de maneira sub-reptícia, escondida, à socapa, no texto que está sendo apresentado, como uma medida que visa modificar o art. 192 da Lei Maior, ali, escondida, à sorrelfa, está a tese que é extraordinariamente deletéria, já tão solapada em suas bases. Aquilo de que não se quer falar, mas que está ali embutido, é a independência ou autonomia — chame-se como quiser, use-se o epíteto que se quiser — para o Banco Central.

Na verdade, o Banco Central já é independente de fato, já faz o que quer, uma vez que dirigindo-o estão figuras egressas do sistema financeiro internacional, que é, na verdade, um modelo de octopódes — na bela imagem de Júlio Verne —, que sugam as entranhas da Nação.

Taxas de juros exorbitantes são determinadas pelo Banco Central. E está nas mãos do Presidente da República ainda pelo menos o direito de se apresentar contra isso.

Repito: se nós, do Parlamento, aquiescermos a essa primeira investida, mais à frente, tenham certeza — e o mesmo filme já passou nesta Casa quando eu era observador à distância —, teremos um Banco Central não independente de fato, mas de direito. E o Presidente da República terá perdido a última das oportunidades de deter em suas mãos a determinação da política creditícia, da taxa de juros e de outros elementos fundamentais para a macroeconomia nacional.

Digo a V.Exas., com toda a ênfase de que disponho, que, no momento em que o Banco Central for independente, não será necessário mais realizar eleição para Presidente da República, basta eleger o Presidente do Banco Central.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vivemos esmagados, vilipendiados por um sistema financeiro internacional pútrido, que chega a nós por intermédio de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio *et cetera*, como disse há poucos dias neste plenário quase vazio.

É preciso que acordemos e percebamos que estamos sendo enganados. A população brasileira não tem acesso à informação, não sabe o que é taxa de juros, sabe mal e porcamente que necessita comer. É preciso que acordemos desse sono letárgico, neste momento, para dizer um não preempatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## 1.4 Maio

**COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Apreciação de matérias constantes da pauta. (2003-05-07 15:53)**

**Data: 07/05/2003**

**Sessão: 0423B/03**

**Hora: 10h53**

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra ) - Com a palavra o Deputado Enéas.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sra. Presidenta, desculpe-me a falta. Fui à Amazônia, convidado pelo comandante do Exército, com alguns Parlamentares, e contraí uma doença que não foi diagnosticada. Tive de ausentar-me por uma semana. Por isso, peço desculpas pela ausência.



## COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Exposição e debate acerca da atual situação da Marinha brasileira. (2003-05-28 15:22)

Data: 28/05/2003

Sessão: 0617/03

Hora: 10h22

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) - Na próxima quinta-feira, dia 5, pela manhã, vamos à Aeronáutica, ao SINDACTA e ao CONDABRA.

O Comandante está de volta.

Concedo a palavra ao Deputado Enéas.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Almirante, a pergunta que dirigiria a V.Exa. já foi feita por um colega e respondida. Quando V.Exa., de maneira categórica, peremptória, clara e concisa respondeu "não" ao colega Parlamentar, a resposta foi dada de maneira inequívoca à minha pergunta.

Almirante, como a pergunta que faria já foi respondida e disponho do tempo regimental de 3 minutos, apresentarei a V.Sa. algumas postulações. Sou educador há mais de 30 anos e costumo dizer que o mundo não é o que vemos quando abrimos a janela de casa.

Fico um pouco triste quando percebo que no Congresso do qual participo arranha-se a realidade.

Não há em minhas palavras crítica a V.Exa., porque, militar brioso e oficial de alta patente que é, tem de ter bastante comedimento em todas as teses que defende. O que me incomoda e me deixa triste - a Presidenta da Comissão sabe muito bem - é o desconhecimento da realidade, a falta de interesse em se tocar na questão crucial, na razão de não termos recursos.

V.Exa. disse há pouco: "*se fôssemos um país rico...*". Mas V.Exa. sabe tanto quanto eu - na verdade, mais do que eu - que somos o maior produtor do mundo de nióbio, com mais de 95 % do total, e que essa produção poderia fazer de nosso País uma potência muito rica, se pudéssemos vendê-la pelo preço de mercado, não pelo preço determinado lá fora. Além disso, vendemos alumínio do Norte do País a preço inferior ao da extração.

V.Exa., em toda a discussão, à qual estive atento, citou a Namíbia, que hoje só tem buracos, porque seu minério foi arrancado pelas potências ditas transformadoras, que, desde a criação da Comissão Trilateral, nos relegaram à condição de sermos apenas extratores.

A enunciação de tudo o que nos é retirado - riqueza real, porque se trata de matéria-prima - a preços aviltantes seria penosa.

Pior ainda: diz-se que os Estados Unidos são ricos. Meu Deus! Nem manganês eles têm para a indústria siderúrgica! Na Pensilvânia há montanhas com milhões de toneladas de manganês extraído da Serra do Navio, no Amapá.

A pergunta triste que sempre faço é: céus, até quando isso vai continuar? Até quando?

O Presidente da República que precedeu o atual recebeu dívida mobiliária no valor de 50 bilhões - naquele tempo o dólar valia o mesmo que o real. Fez o que quis, com a anuência do Congresso Nacional: privatizou estatais; entre elas, a Vale do Rio Doce, a maior mineradora de ferro do planeta - estou abordando tudo de maneira bem sintética, porque levaria 1 hora para uma exposição mais detalhada. Com isso, a dívida pública cresceu e chegou a bem mais de 500 bilhões. O novo Governo, no trimestre que acabou, já aumentou o estoque da dívida em quase 50 bilhões de reais.

O desemprego cresce assustadoramente. Quando V.Exa., de maneira tão honesta - seria bonito dizer isso para toda a Nação, e o farei - diz que não temos condições de nos defender adequadamente, está fazendo coro com o que ouvi há pouco quando visitei a Amazônia, a convite de S.Exa. o Comandante do Exército, juntamente com uma Comissão. Disse-nos o Comandante que não temos os recursos de que necessitamos.

Perdoe-me, Comandante, mas temos recursos. No entanto, eles são criminosamente desviados - não de maneira sub-reptícia, mas clara - para pagar serviço de dívida pública que há muito tempo já foi paga.

Chega a me causar espécie ver líderes do que no passado se chamava de esquerda - e a denominação, inclusive, é anacrônica - se levantarem e discutirem, discutirem e, no fim, votarem a favor das propostas do Governo.

Parece-me que estamos num gigantesco faz-de-conta, em que, por uma razão ou por outra, ninguém põe o dedo na ferida - apesar de ter sido militar quando jovem não sou obrigado a ter a parcimônia de V.Exa.

Quando V.Exa. disse que não temos condições de nos defendermos da forma ideal, respondeu a minha pergunta e, com isso, fiquei satisfeito. Faço, porém, uma postulação, não como militar, mas como cidadão: solicito-lhe que, pelo menos nas conversas, chame atenção para o problema. Já pedi isso, falando do Congresso, e não saiu uma linha na imprensa, porque, ao contrário do que ouvi muito aqui, ela é antinacional - absoluta e totalmente antinacional. A imprensa não veicula, de maneira alguma, as questões centrais, viscerais para a economia nacional. Eu sou um observador e vejo isso.

Há pessoas acordadas, que vêem o abismo para o qual todos nós estamos caminhando por causa desses tão decantados problemas "sociais" - entre aspas.

A brutal situação de endividamento externo a que o País está submetido explica perfeitamente o que V.Exa. mostrou: que de pouco mais de 2 bilhões que lhes são destinados - não me lembro o número exato -, apenas 700 bilhões, um terço, portanto, fica para o Brasil, para todos os gastos da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, cujas tropas nem comida têm mais e há muito perderam o gosto bom do convívio no quartel.

Isto é só um desabafo, Comandante. Uma figura no Parlamento pode muito pouco. V.Exa. sabe que fui candidato a Presidente da República defendendo essas idéias de ruptura com o atual modelo. Não se trata de ruptura bélica, porque hoje talvez não tenhamos condições de enfrentar nem a Argentina - estou falando de um conflito completo, Exército, Marinha e Aeronáutica. Mas temos muita riqueza mineral. Temos muito o que negociar. Temos condições de impor nossa soberania de fato, e não de faz-de-conta.

Parabéns a V.Exa. pela honestidade com que respondeu à pergunta que um colega antecipou-se em fazer.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Deputada Zulaiê Cobra) - Tem a palavra o Comandante Roberto.

**O SR. ROBERTO DE GUIMARÃES CARVALHO** - Agradeço aos Deputados Ivan Ranzolin e Enéas as considerações.

Deputado Ivan, a Marinha entende que o Brasil tem uma seqüência enorme de mazelas que precisam ser corrigidas. O País tem de estabelecer prioridades para aplicar seus recursos. Se fôssemos analisar detalhadamente a situação, veríamos que, como afirmou o Deputado Enéas, eles até existem.

Esse pensamento meio sonhador - V.Exa. me perdoe a expressão - de que o Brasil não está ameaçado é muito perigoso. Já houve épocas em que não estávamos ameaçados; mas, de repente, fomos agredidos, e não apenas ameaçados.

Portanto, pelo menos um mínimo de preparo o País tem de ter. E cabe aos legisladores estabelecer prioridades, para ver como atender, da melhor forma possível, às diversas demandas: a saúde precisa de dinheiro, a agricultura precisa de recursos, todos precisam. As Forças Armadas também precisam de verbas.

Se me recordo bem, em sua pergunta V.Exa. se referiu às atividades que a Marinha desenvolve. Já fazemos assistência social na Amazônia e uma série de outras atividades do gênero. Já participamos de programas sociais do novo Governo, como o Fome Zero e o Forças no Esporte. A Marinha, dentro de suas limitações, participa de todos esses projetos.

O que posso dizer é que sempre tentaremos convencer V.Exa. e os demais membros desta Comissão, principalmente, mas do Congresso de maneira geral, da necessidade de um país do porte do Brasil ter Forças Armadas fortes, por mais pacífico que teoricamente esteja o ambiente externo. Para isso, é preciso recursos, e em volume que não é pequeno. Forças Armadas custam caro, por mais limitadas que sejam.

Deputado Enéas, agradeço a V.Exa. s palavras. V.Exa. não fez nenhuma pergunta. Por isso, não tenho nada para responder.

Apenas gostaria de dizer que, honestamente, não tive a menor inibição ao responder às perguntas que me foram formuladas nesta Comissão, como não faço a menor cerimônia ao expor todos esses problemas para meus superiores da cadeia hierárquica do País - o Ministro da Defesa e o Presidente da República.

Conforme já foi mencionado, só fico inibido - até pela minha formação, voltada para a disciplina, hierarquia etc. - de expor essas dificuldades para a imprensa. Isso eu não faço. Faço-o nesta Comissão, que tem o encargo de zelar pela defesa nacional, e ao meu superior, o Ministro da Defesa.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Se V.Exa. me permite, gostaria de dizer que se trata - e repito sempre isso para o público, por meio da televisão - da condição de colônia a que nós, tristemente, ficamos submetidos quando nos vimos de joelhos no cenário internacional. A raiz da questão é essa. Daí decorre tudo o mais. Tudo o mais daí decorre: o esfacelamento das Forças Armadas e o seu não-aparelhamento, a destruição dos hospitais públicos etc.

Sempre que posso, dou meu recado: o da necessidade da nossa independência econômica.

Em conjunto com um colega de V.Exa., o Almirante Gama e Silva, que foi Comandante do Grupo de Estudos do Baixo Amazônia, um amigo meu, atualmente reformado, estudei bastante essas questões. Ele é da Força a que V.Sa. pertence.

Recentemente, quando estive na região amazônica, fiquei impressionado com o trabalho realizado pelos pelotões de fronteira. Triste fico quando vejo a chamada nação ianomâmi ocupar mais da metade da área do atual Estado de Roraima. Daí para dizermos que a independência da nação ianomâmi pode ser declarada é um passo. Isso criará um enclave em nosso País.

Concordo também com V.Exa. quando diz que é sonhadora a tese de que estamos em paz eterna.

Peço desculpas por ter tomado seu tempo.

Muito obrigado.

**A SR. PRESIDENTE** (Deputada Zulaiê Cobra) - Agradecemos ao Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, Comandante da Marinha do Brasil, a presença e a explanação.

## 1.5 Junho

**Razões do posicionamento contrário do PRONA à Medida Provisória 118, de 2003 (Altera a Lei 9.294 de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas) (2003-06-03 22:18)**

**Data:** 03/06/2003

**Sessão:** 104.1.52.O

**Hora:** 17h18

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na década de 80, exatamente em 1986, presidi a Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro e deflagrei campanha que visava estabelecer consciência no seio da juventude e da adolescência do que representava o terrível hábito de fumar.

Naquela ocasião, não tive — como sói acontecer — o Poder Público mobilizado do meu lado. Agora fico estarecido quando vejo, após algum progresso ter sido alcançado no País, vir à tona apresentação de medida provisória que busca perpetuar por mais alguns anos o direito de uma propaganda terrível ser apresentada à juventude como resultado de sucesso e prodígio, uma vez que é ligada permanentemente à imagem de sucesso de desportistas que conseguem projetar-se no cenário mundial.

Todo o mundo precisa saber que não pode haver transigência com o cigarro. O primeiro que se coloca na boca — é bom que se saiba — equivale a um cano de descarga de automóvel. A quantidade de monóxido de carbono ingerido e aspirado na fumaça de cigarro é muito grande. Cigarro é veneno. Na verdade, é a única causa de morte evitável, segundo a própria Organização Mundial de Saúde. Não pode haver transigência. Se há concurso de Fórmula 1 ou Fórmula 2, não interessa. Trata-se de falta de respeito com a população. Que o Governo se ponha de joelhos e outras coisas, tudo bem. Que ceda às transnacionais, tudo bem. Não adianta falar mais. Mas que o Governo, pelo menos em sua mediocridade proterva, coloque-se a favor da saúde da população. Não pode haver transigência.

Que esta Casa, a qual pertencço e para a qual fui trazido pela maior parcela da população que votou em Deputado Federal, não ceda a mais essa sórdida atitude e diga não a essa medida provisória.

Muito obrigado.

## COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Seminário Banco Central - Autonomia X Independência (2003-06-10 14:17)

Data: 10/06/2003

Sessão: 0724/03

Hora: 9h17

**O SR. APRESENTADOR** (Deputado Delfim Netto) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Enéas.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Senhores conferencistas e ilustre platéia, primeiro, apesar de não me ter outorgado o direito de defender o Prof. Paulo Nogueira, que estou conhecendo hoje, ouvi menção específica a seu caráter amargo - meu colega, Deputado Delfim Netto, disse que S.Sa. estava falando em catástrofe - e quero dizer a todos que ele não é amargo. Ao contrário, chega a ser doce. Amargo sou eu, e vamos ver por quê. (*Risos.*)

-  
Ele fala muito por alto, *en passant*, em catástrofe, com muito cuidado - eu entendo que ele o tenha. Não quer entrar em números. Vamos falar de números? O País não é este em que estamos. Estamos numa redoma de vidro em que especialistas de alto coturno, de alto gabarito tratam de questões da mais alta relevância nacional com o conhecimento que têm, mas a realidade da rua é bem diferente.

Vejamos: após S.Exa. o nosso Presidente... Não vou falar aqui sobre ninguém em particular. Prof. Nogueira, não há ninguém em particular que deva ser citado. O problema é este modelo perverso, cruel, concentrador de renda, que faz do Brasil uma colônia cujo papel precípua é mandar recursos para a metrópole. A metrópole não são os Estados Unidos, mas as potências hegemônicas.

Há uma análise a fazer antes de formular minha pergunta ao Dr. Nogueira. A questão principal é: como estamos de fato? Temos dados oficiais dessa coisa estranha que se chama caixa-preta e que apresenta balanços de tremenda dificuldade de análise - dito não por mim, que sou professor de Medicina, mas por economistas do porte de Décio Munhoz e Adriano Benayon do Amaral; eles é que dizem da dificuldade de análise de dados muitas vezes escamoteados ali.

Pois bem, a realidade oficial é que, no ano transato de 2002, para um orçamento de pouco mais que o dobro disto, foram remetidos para o exterior ou para seus representantes aqui dentro 113,9 bilhões, um número astronômico. Muito mais do que os gastos com saúde, com a Marinha, com educação - essa palavra pode ser repetida 5, 6 vezes.

Concordo em gênero, número e grau com o Dr. Paulo Afonso, nosso colega Deputado, quando fala sobre o tema deste seminário, *Banco Central - autonomia x independência*. Senhores, o prato está feito, o pudim está à mesa. Não há solução. Ninguém está aqui com a ilusão infantil de que vamos mudar a regra. Isso já está decidido, vamos deixar de ser crianças, como foi decidido - todo mundo viu, no Congresso, pelo menos na Câmara, onde eu estava - que se iria mexer no art. 192 da Constituição. Discursos homéricos, vozes tonitruantes e, no fim, 13 entre nós se manifestaram contra aquela verdadeira heresia: quebrar-se o direito constitucional de não ir adiante. Tornou-se infinitamente mais fácil fazer o que se pretende fazer.

Na verdade, falei apenas de recurso financeiro mandado para fora ou para representantes estrangeiros estabelecidos aqui dentro. O problema é que estamos assistindo à reprise de um filme.

Quando se mencionava aos 4 ventos as privatizações - eu me recordo, era um espectador, estava do lado de fora -, muito ouvi falar sobre a Vale do Rio Doce. O argumento que se tinha era de que ela iria produzir mais e que os recursos iriam ser maiores. Ouvi muitas discussões a respeito. De que adiantaram? Se nos detivermos um pouco a analisar o que representava e representa a Vale do Rio Doce para a economia nacional, veremos que ela é um gigante da produção mineral.

Se atentarmos para o fato de que nossas riquezas são mandadas para o exterior a preço de banana; se lembrarmos que somos o maior produtor mundial de nióbio - com 98 % da produção -, sem o qual não se constróem aviões supersônicos, e que ele vai embora; se pensarmos que a tonelada do ferro ou do alumínio lá fora vale menos do que uma noite num hotel 5 estrelas em Nova York; se imaginarmos que o quartzo é vendido *in natura* a menos de meio dólar o quilograma e que voltam os *chips* a 3 mil dólares o quilograma, pelos céus! O que falta para

reconhecemos que somos colônia? O que se quer é agigantar o fosso, isso, sim. É fazer que o mínimo poder que ainda tem S.Exa. o Presidente seja dele retirado.

Os senhores me dirão: por que está falando isso se a questão está resolvida? É o *jus esperniandi*, o direito de espremer. Já que esse direito nos é dado, que pelo menos o utilizemos em bom vernáculo, para que não sejamos alcunhados, como o meu ilustre colega Delfim Netto, de jurássicos, de pertencentes ao período mesozóico, onde todos andávamos...

**O SR. APRESENTADOR** (Deputado Delfim Netto) - Onde éramos companheiros. (Risos.)

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Eu também não uso essa expressão, Dr. Delfim Netto, porque não penso estar numa república bolchevista, com todo o respeito a V.Exa. Não me sinto nela.

Tenho todo o respeito por S.Exa. o Presidente. Tenho todo o cuidado de, quando me dirijo a ele, tratá-lo com o respeito que merece. Mas, lamentavelmente, nesses 4 meses, S.Exa. fez com que o desemprego, que era de 10,5 % da População Economicamente Ativa - e já tem muita coisa no termo mal definida, o senhor sabe melhor do que eu, porque sou professor de Medicina e o senhor, economista -, chegasse a 12,4 %. E quem tem coragem de dizer que as taxas de juros são defensáveis? Será possível que certas pessoas não percebem que isso é um abuso à inteligência humana?

Se a inflação brasileira fosse de custos, se todas as pessoas comprassem videocassetes etc., tudo bem, detém-se o custo, mas numa população em que quase 2 terços vivem numa economia de subsistência! Pelos céus! Isso é apenas um aceno de mão, isso é apenas um contraponto na orquestra.

Pode-se dizer: senhores detentores do poder mundial, estamos de acordo, não vamos mudar nada. E o que se quer é agigantar ainda mais o fosso, cada vez mais. Reparem: quanto maiores as taxas de juros, claro, mas vai cair a produção. Quem tem coragem de negar isso? Como o empresário pode produzir, esmagado, com uma tributação extraordinária?

Ouvi sorrisos também quando se falou em um país com carneiros. Pelo amor de Deus! O Dr. Mahathir, da Malásia, já teve coragem de dizer chega. Chega! Até quando vamos continuar servos, de joelhos? Alguém dirá: "O senhor só fala em catástrofe". Mas o que vemos no País? Prostituição infantil, prostituição juvenil, desemprego.

Nos pontos onde os ônibus param - não estou falando de Brasília, não conheço tão bem a cidade para falar -, em São Paulo, em pontos de cruzamentos de veículos, nos semáforos, vi indivíduos com uniformes do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos. Meu Deus! Aonde chegamos? No ponto onde os ônibus cruzam, no semáforo, ou no sinal, ou no sinaleiro, ou como se chame, depende do lugar no País, há pessoas vendendo, para sobreviver, quinquilharia, produtos importados, enquanto a indústria nacional está patinando. Meu Deus! Os senhores dirão: "Catástrofe". Tudo bem. Eu aceito o epíteto e outorgo ao professor a defesa.

Não sou doce, sou amargo. Vejo uma realidade dura, terrível da Nação. Há 14 anos digo as mesmas coisas. Não há solução à vista, não tenham a ilusão. Enganam-nos outra vez, com eufemismo: autonomia e independência, palavras lindas. No fundo, o que se quer com o sistema financeiro internacional? Uso a expressão de maneira bem abrangente. O FMI é um braço apenas, é um octópode que suga as entranhas das nações. Falo do Banco Mundial e do Banco Interamericano, que, nos últimos 7 anos, para cada dólar que aqui deixaram, levaram 1,4 dólar. Corrijam-me se o dado estiver errado.

Investimentos para quê? Somos uma potência gigantesca, que tem talvez uma condição insólita, inusitada, única de sobreviver ao bloqueio. Temos condição de ditar nossas próprias regras. E dirão a cada instante - agora, sim, os modernos: "Não, o mundo é global. Temos de estar integrados. Precisamos de zircônio, por exemplo, sem o qual não fazemos nada em Angra". Muito bem, conversamos com a França. A França não precisa de alguma coisa? A França tem zircônio. Qual é o problema? O que custa darmos o grito de independência? O que custa termos coragem, livrarmo-nos dessa condição de servos, desse sistema pútrido que movimenta por dia mais de 1 trilhão - e bem mais, sabem os professores.

Tempo esgotado? Muito bem. A pergunta é para o Prof. Nogueira. Obrigado, Dr. Delfim, sou disciplinado. (Risos.) Sou extremamente disciplinado, gosto de ordem. Desagrada-me quando estou na Câmara, um colega fala e está todo mundo conversando.

Dr. Paulo, a pergunta é simples, específica ao senhor - tenho a minha resposta e quero ouvir a sua. O senhor acredita, com sinceridade, na possibilidade de, em algum tempo no futuro próximo, o sistema financeiro internacional romper-se como uma grande bolha especulativa que sangra os recursos das potências que pretendem estar em ascensão? O senhor acredita que, de uma forma ou de outra, teremos novo acordo de Bretton Woods, rompido em 1971 pelo Presidente Richard Nixon? O senhor acredita que haverá condição - eu quero a sua opinião - para que países como o nosso, a Argentina, todos os irmãos da América Latina e da África, possam levantar-se e ter um lugar ao sol, ou, na sua opinião, a caminhada para o abismo é definitiva?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

—  
**O SR. APRESENTADOR** (Deputado Delfim Netto) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Sr. Paulo Nogueira Batista.

**O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR** - Deputado, eu não acredito que vá haver um novo acordo de Bretton Woods e nenhuma reforma abrangente da arquitetura financeira internacional, a menos que ocorra uma implosão de tal ordem na economia internacional e nas finanças que possa afetar os interesses dos países desenvolvidos de maneira clara. Enquanto isso não ocorrer, a sucessão de crises que às vezes sacodem violentamente os países da periferia - nós passamos por isso, como vários outros países - não será suficiente para mobilizar o interesse dos grandes países nessa reforma.

Essa discussão, na verdade, não saiu da retórica. Nada de muito importante foi feito. Mas agindo em alianças pontuais - não digo uma aliança total dos países em desenvolvimento, porque seria pedir demais - como as que estão sendo esboçadas pelo Governo Lula na área da política externa, com outros países da América do Sul, como a Argentina, agora sob outro governo, com a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, sem romper relações com os países desenvolvidos, porque isso seria também absurdo, o Brasil pode muito bem trilhar um caminho diferente, de maior autonomia. Não para o Banco Central, mas para o País.

Esta a autonomia que devemos buscar, uma autonomia perfeitamente factível do ponto de vista econômico-financeiro. Trata-se, por exemplo, de preservar com cuidado os ganhos, que foram espetaculares, que obtivemos em termos de ajustamento externo nos últimos 12 meses. Reduziu-se dramaticamente a nossa dependência em relação a capitais externos graças à queda do déficit em conta corrente. Não vamos permitir que isso seja desfeito por uma revalorização exagerada do real.

É perfeitamente possível conceber um sistema de controles seletivos, cuidadosos, da entrada e da saída de capitais na economia brasileira. O Brasil pode aumentar suas reservas. Elas são baixas demais. Não sei por que não se aproveitou essa conjuntura um pouco mais favorável dos últimos meses para começar a aumentar essas reservas. Enfim, o Brasil pode fazer muito para sair desse atoleiro em que se encontra.

Eu não adotei um tom amargo, mas até teria motivos para adotar, porque o Brasil está há mais de 20 anos sem crescer de forma sustentada. Esse caminho da integração dependente aos mercados financeiros em expansão não trouxe resultados para o País. Ao contrário, trouxe prejuízos.

No que diz respeito ao Banco Central, eu queria dizer o seguinte: o Banco Central precisa honrar o seu nome, o seu título de Banco Central do Brasil. (*Palmas.*)

**O SR. APRESENTADOR** (Deputado Delfim Netto) - Muito obrigado.



**COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Exposição acerca da atuação da Força Aérea Brasileira em prol da defesa nacional. (2003-06-11 19:33)**

**Data: 11/06/2003**

**Sessão: 0762/03**

**Hora: 14h33**

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) - Tem a palavra o Deputado Enéas, do PRONA de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Ministro, essa heresia que foi feita no Brasil é algo de que o Deputado Jair Bolsonaro e eu discordamos totalmente.

Quero agradecer a nossa Presidenta, que não é Presidenta, é mestre-escola. Eu estava para sair e ela fez sinal para eu ficar e fiquei. Obedecemos à nossa Presidenta de maneira bem disciplinada.

Sr. Comandante, são só algumas considerações. Já tive o privilégio de almoçar com o seu Estado-Maior, de modo que já nos conhecemos. Acredito que alguns comentários devem ser feitos, até para que V.Exa. sinta que não é opinião de todos o que um ou outro diz.

Essa história de que não vamos entrar em guerra é coisa de criança, é *Alice no País das Maravilhas*. Em nenhum momento na história do mundo foi possível dizer - talvez nunca possa ser - que não vale a guerra. Essa afirmação é extremamente infantil, com todo respeito ao colega que disse isso. Não se pode afirmar isso nunca. A História está cheia de exemplos.

Gostaria de dizer a V.Exa. que isso não é opinião geral. Não é só porque o Deputado Jair Bolsonaro e eu fomos militares, mas muita gente sabe que tem de haver Forças Armadas, senão fica igual ao Kuwait: entra um bruto e acaba.

Quando os países hegemônicos decidem fazer o que querem, se não houver um exército, fazem muito mais do que querem. Essa história de países que vivem em sã harmonia é conto de fadas. Quero deixar isso bem claro para V.Exa.

Segundo, dizer que Aeronáutica tem de abrir mão de cuidar do espaço aéreo, isso também é pueril, extremamente pueril. Conforme disse meu colega Deputado Jair Bolsonaro, como vamos mexer em algo que está dando certo?

Há pouco tempo estive na Amazônia. Aliás, recebemos também convite do Comandante do Exército para visitar o Hospital Militar, onde trabalhei há mais de 30 anos, não naquele. Trabalhei no Hospital Central do Exército do Rio. Uma colega, impressionada com a limpeza, disse: puxa, não vejo uma gaze no chão. Eu disse: claro, se tiver gaze no chão, vai preso. O problema é simples: obedece porque tem que obedecer, e ponto final. Não fica essa história de falar 10 horas a mesma coisa e não fazer.

O que acontece nos hospitais militares comparados com os hospitais públicos? Também trabalhei em hospitais públicos, onde as baratas andam nas enfermarias. Falo de cátedra. Sou formado há mais de 30 anos em Medicina. Se alguém for a um hospital - sem citar nome - do Rio de Janeiro, verá baratas andando. Vinte anos depois, há baratas, que são netas, bisnetas, tataranetas daquelas baratas (*Risos.*) Falta ordem, disciplina. Nas nossas Forças Armadas não há leilão de nada, o sujeito cumpre, e ponto final.

Dizer que a Aeronáutica deve abrir mão do controle aéreo - não é opinião geral - não dá para entender. Pelo contrário, a Aeronáutica deve continuar. V.Exa. diz que não luta. Perdoe-me, Excelência, deve lutar sim, porque funciona e muito bem. Controle aéreo é segurança nacional.

Um reparo, com todo respeito. V.Exa. falou, com a educação que o caracteriza, sobre os aviões que estão atravessando fronteira e levando tóxicos, contrabando de armas. Um colega de V.Exa., um oficial general, cujo nome não estou autorizado a citar, disse-me que numa certa região fronteira na zona oeste do Brasil, pelo menos 300 aviões cruzam o espaço e que o piloto do avião clandestino, de quando em quando, se recebe ordem para parar, faz gestos obscenos. Perguntei: por que não se abate o avião? Pela segunda vez dá-se a ordem de descer e ele faz gestos obsceno.

Estamos numa Comissão de Defesa Nacional. A nossa Presidenta tem uma atuação que todos elogiamos. Por que não se pensa em movimentar o Congresso. Basta abater o primeiro avião que acabará com isso de vez. É preciso

abater um. Depende desta Casa e não dos senhores. Se os senhores tiverem passe livre para isso, tenho certeza de que um comandante militar não dormirá em serviço.

V.Exa. chegou agora e não ouviu, mas há uma gravação. Estavam dizendo: não vão derrubar a gente, não. E não derruba mesmo, só porque, às vezes, é fazendeiro, não sei o quê. Mas se for fazendeiro de bem, ele não tem por que continuar. Ele desce, não é verdade, Comandante? O que estou dizendo, V.Exa. sabe. Por que não se dá ao nosso comandante que está no avião de carga o direito de abater?

V.Exa. falou da colcha curta e de novo estamos conversando. Mas qual é o órgão que não está de colcha curta? O Comandante da Marinha nos disse aqui, com uma sinceridade impressionante, que, por ano, está perdendo navios, porque não tem como recuperá-los. V.Exa. nos disse - deixe-me ver os números, bonitos - que das 714 aeronaves, 350 estão indisponíveis. Pergunta do Deputado Jair Bolsonaro, que não fez, S.Exa. ficou muito entusiasmado: Há combustível para as outras 350, Comandante? Há alimentação para os praças? No Exército sei que não há. Se não há, a resposta todos sabemos. A resposta é a mesma em todos os níveis. Faltam recursos - para os Ministros dos Transportes, da Saúde -, que são desviados. Sabemos como e para quê. Oficialmente, para pagar o serviço de dívida pública.

Quero também falar sobre o que o meu amigo e colega disse. Já fizeram tudo que quiseram antes. Privatizaram tudo: Vale do Rio Doce, gigante da mineração, a ECELSA, a CSN. Tudo. O que falta? Como ele disse, a Previdência. Falta a Previdência. Aí fora está a briga. V.Exa. falou das 180 mil horas de voo e mostrou, com honestidade, que não tem sido assim.

Uma palavrinha final sobre a Amazônia. Digno de elogio, o trabalho da Força Aérea que V.Exa. dirige. Recentemente estivemos lá e testemunhamos *in loco* o belíssimo trabalho que a Aeronáutica faz, levando alimentos, remédio, atendendo às populações ribeirinhas, indo a locais onde não há acesso a nada, onde vivem quase na Idade da Pedra. A única mão amiga que chega é a das Forças Armadas.

Seria importante que a nossa Casa acordasse para isso, que o Congresso percebesse o extraordinário papel das Forças Armadas em conjunto com a Aeronáutica. A Aeronáutica, como ponte, levando aquilo que o Marechal Rondon falava: integração.

Quero parabenizá-lo pela beleza da exposição que já conhecia. Creio que chegará o dia em que esse ranço antimilitarista desaparecerá também desta Casa e os Congressistas perceberão que é nas Forças Armadas que reside, sem dúvida, o maior exemplo de democracia. Sou um exemplo disso. Sem as Forças Armadas não teria me formado médico. Obrigado a V.Exa.

**Correspondência encaminhada ao Ministro Maurício Corrêa ao ensejo da posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal. (2003-06-11 22:04)**

**Data: 11/06/2003**

**Sessão: 114.1.52.O**

**Hora: 17h04**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Representante. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou ler para o Plenário e para os espectadores carta que entreguei em mãos a S.Exa. o Presidente do Supremo Tribunal Federal:

"Exmo. Sr. Doutor **Maurício Corrêa**

–

*DD. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal*

–

*Venho, por meio desta, comunicar a Vossa Excelência que estive presente por ocasião de sua posse no cargo de Presidente do STF, mas, por um equívoco do Cerimonial, fui conduzido ao salão branco, de onde assisti a toda a cerimônia pelo telão.*

–

*Assim, fiquei sobremodo impressionado com a clareza com que Vossa Excelência expôs sua preocupação com os rumos da política nacional, fundamentalmente no que concerne à análise que vi e ouvi ser feita sobre a tão decantada Reforma do Judiciário.*

–

*Testifiquei, ao vivo, a preocupação de Vossa Excelência com a absurda carga processual, superior a 160 mil processos, a que foram submetidos os 11 Ministros dessa Corte em 2002, o que representou uma cifra em torno de 1.400 processos por mês para cada ministro, número que foi superior ao volume de todos os processos no exercício de 1988.*

*Notáveis também os exemplos, pinçados por Vossa Excelência, em que foi feita comparação com a Suprema Corte Americana e órgãos similares da Espanha, França e de Portugal.*

*Na verdade, como bem asseverou Vossa Excelência, o problema não é só do STF — estende-se a toda a magistratura nos seus diversos níveis em todo o País.*

*O Partido da Reedificação da Ordem Nacional — PRONA, do qual sou o Presidente Nacional, tem sido o único Partido Político, na Câmara Federal, a se manifestar e a votar em posição contrária às teses que vêm sendo aduzidas, pelo Poder Executivo, nas recentes medidas provisórias.*

*Quase todas elas têm visado a aprofundar a situação de dependência externa da nação em relação ao Sistema Financeiro Internacional, haja vista a quebra do art. 192 da Constituição Federal.*

*Preocupam-me questões viscerais como a taxaço dos inativos, o teto único para funcionários públicos e empregados do setor privado, e toda uma série de outras medidas propostas que, indiscutivelmente, levarão a um aprofundamento da injustiça social que já pesa sobre a maior parte da sociedade brasileira.*

–

*Nesse particular, na qualidade de Líder da bancada do PRONA na Câmara Federal, **apresento a Vossa Excelência a minha total, absoluta e irrestrita solidariedade aos argumentos que Vossa Excelência expendeu acerca da condição insólita dos membros da magistratura** que, por exercerem função peculiar e especial, não podem ser submetidos, de maneira discricionária, aos ditames de uma "Reforma do Judiciário" que venha a lhes tirar o direito adquirido, ainda mais quando se leva em conta o fato de ser o Poder Judiciário o último escalão de defesa da sociedade, sendo, quase certamente, dos três poderes, aquele que tem tido a postura mais independente.*

–

*A serem aprovadas algumas das idéias que vêm sendo ventiladas como fazendo parte da Reforma do Judiciário, a nação terá que suportar uma perda considerável no seu quadro de magistrados, que já é pequeno para as necessidades do Brasil, uma vez que muitos deles afastar-se-ão do poder público, sendo necessária a realização*

*de mais concursos nos quais, certamente, ter-se-á que baixar o nível de exigência, tudo levando a uma deterioração do quadro vigente, com repercussões seriíssimas para a manutenção e o bom funcionamento do Estado de Direito.*

– *Nessa breve exposição que faço a Vossa Excelência, desejo, com a maior ênfase possível e com a veemência que caracteriza o meu discurso, dizer-lhe que estarei, dentro dos próximos dias, lendo esta mensagem na tribuna da Câmara, visando a fazer um alerta prévio, aos meus colegas Deputados, sobre as conseqüências extremamente perigosas que poderão resultar da adoção de certas medidas concernentes à chamada Reforma do Judiciário.*

– *Aceite Vossa Excelência os meus cumprimentos e a minha saudação, embora serôdios, à posse de Vossa Excelência no cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal, marco histórico e definitivo na vida de Vossa Excelência, cargo no qual, sem dúvida, poderá Vossa Excelência manifestar seu elevado espírito patriótico e sua preocupação imarcescível com os destinos da Nação e do povo brasileiro”.*

– *Muito obrigado.*

**COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Debate acerca da missão, organização, política e concepção estratégica do Exército Brasileiro, sua conjuntura orçamentária e conclusões.**  
(2003-06-25 15:11)

**Data:** 25/06/2003

**Sessão:** 0841/03

**Hora:** 10h11

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) - Com a palavra o Deputado Enéas, do PRONA de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Meu General, ouvi do nosso colega, Dr. Mauro Lopes, Deputado por Minas Gerais, algo que me agradou bastante e quero fazer eco. Quem passou pelo Exército aprende a ter disciplina, hierarquia, ordem, respeito e solidariedade por aqueles que o cercam.

Tive a honra, quase meio século atrás, de servir o Exército. Estive no Hospital Central do Exército, ao qual meu colega, Deputado Jair Bolsonaro, se referiu. E sofro, como ele, com tudo que está aí, com os colegas que acompanham o que se passa não só no Exército, mas também na Marinha, na Aeronáutica e em tudo aquilo que decorre do Poder Nacional.

Naquela época, aprendi que tenho de respeitar meu semelhante e tenho de ficar calado quando alguém fala, aprendi a ouvir, e, quando eu falar também, que os outros me ouçam. Essas noções seguem-nos, como disse o meu colega, por toda a vida — são uma espécie de bússola que nos orienta.

Por necessidade de sobrevivência, fui para o Exército. Escrevi em Belém do Pará uma carta para o, provavelmente já falecido, Cel. Ernestino Gomes de Oliveira. Era um menino pobre, humilde e recebi do representante da instituição mais democrática que vi no Brasil, o Exército, uma carta de próprio punho, pois naquele tempo não havia computador. Ele me disse que fizesse o concurso lá, pois tinha feito CPOR — e eu queria ser médico. E a AMAN não daria para mim, porque teria de ficar o dia todo. Daí ele me disse: Faça o concurso, meu filho. Você vai fazer a Escola de Saúde e vai trabalhar no HCE. Segui a orientação dele, me formei em Medicina, deixei o Exército e me arrependo até hoje.

General, agradeço ao senhor, que é o Comandante maior, o Ministro. O resto é eufemismo, e tenho o direito de dizer isso.

Também agradeço ao senhor o convite recentemente feito, assim como ao Coronel Alves, ao Deputado Jair Bolsonaro e à nossa colega Perpétua para irmos à Amazônia.

De público, deixo registrado que quero testificar a veracidade de suas informações. Todos que lá estivemos vimos o esforço extremo que os senhores fazem para levar não só mantimentos e educação, mas também solidariedade, o braço amigo, que foi projetado. Estou dizendo isso, de público, porque todos fomos testemunhas disso.

No que concerne ainda à questão amazônica, a nossa colega, que infelizmente saiu, falou que parece ser planejado. Permito-me dizer, pois sou estudioso do assunto, que não parece, é planejado mesmo.

O processo de esfacelamento das Forças Armadas — e isso não vale só para o nosso Exército, mas para a Marinha e a Aeronáutica, pois aqui estiveram os Comandantes das 3 Armas — é notório, claro, meridiano, cristalino. Planeja-se o exício das Forças Armadas (sinônimo de exício: ruína), pretendem criar uma gendarmaria, para que tenhamos nas nossas Forças Armadas apenas a defesa da ordem pública. Esse é o projeto. Atrás disso se esconde toda a falácia que se apresenta a cada dia.

General — e quero insistir nisso antes de concluir —, o senhor nos falou que a munição da tropa caiu de 90 % para cerca de 10 %; o senhor nos falou que os combustíveis são insuficientes e que há necessidade de equipamentos e manutenção. E o senhor, com todo respeito ao Comandante-Geral das Forças Armadas, a autoridade suprema, disse que não há recursos.

Todos, Parlamentares, sabemos, a não ser aqueles que tenham hemianopsia lateral homônima, cegueira específica, que recursos há de sobra, mas são desviados oficialmente para pagar serviços da dívida pública. Se estiver dizendo mentira, que algum colega me interrompa. Dois terços do Erário são desviados oficialmente. Não estou falando em roubo, em corrupção, nada disso, mas de desvio oficial.

Levantam-se vozes todos os dias no Congresso Nacional para falar contra isso, vozes esparsas que rapidamente são silenciadas, porque estão falando contra o Poder Maior. E o poder, na verdade, é mundial. Na verdade, esse projeto de aniquilamento e destruição vem caminhando *pari passu* com a destruição da soberania.

Concluindo, quero dizer que nos resta a seguinte pergunta que foi feita para S.Exa., o Comandante da Marinha, que respondeu na Comissão brilhantemente dirigida pela nossa Presidenta.

A pergunta é clara, meu General, com todo o respeito. Num exercício apenas de raciocínio, imaginemos que tivéssemos de reagir. Não estou falando em guerra na selva — documentamos lá o esforço dos nossos jovens. Imaginemos que nosso Exército, com as condições e pequeno contingente, tivesse que reagir a uma investida — não é nada de estrambótico o que estou dizendo, uma vez que todos acompanhamos, no último século, o que ocorreu com granadas no Kuwait.

A pergunta é sincera para o nosso Comandante, e o Comandante da Marinha já se pronunciou a respeito. Teríamos condições hoje de resistir a uma investida armada? Perdoe-me a pergunta bem franca, minha e de outros colegas militares. Muito obrigado pela brilhante exposição, com que o senhor nos honrou e nos brindou e também pela clareza com que nos apresentou a situação de penúria em que se encontram as Forças Armadas. Muito obrigado.

**O SR. FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE** - Deputado, vamos, de imediato, à indagação de como enfrentar uma situação de crise.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - De beligerância.

**O SR. FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE** - Responderia a V.Exa. que depende da ameaça que se apresente. Se recebermos ameaça por parte de uma força superior...

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Estados Unidos, Excelência.

**O SR. FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE** - Bom, os Estados Unidos realmente... O perigo é se ganharmos deles, Deputado. Então, a coisa fica perigosa. O que vamos fazer com eles?

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Seria isso possível, General?

**O SR. FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE** - Depende da ameaça. Vimos aqui que metade do orçamento mundial, em termos de defesa, é utilizado pelos Estados Unidos, uma nação que utiliza bombas inteligentes, cuja tecnologia atingiu estágios bastante avançados. Então, isso realmente seria problemático.

Mesmo assim, eu lhe digo, Deputado: o ponto que mais investimos dentro da nossa instituição se chama homem. Mesmo em conflitos dessa natureza, temos certeza de que o nosso homem teria condições de fazer frente, em razão de seu caráter e preparação.

Se algo viesse a acontecer, por exemplo, e sou franco com os senhores, na nossa hipótese principal de emprego, que é a nossa Amazônia — nossa Amazônia é a nossa principal hipótese de emprego, pois tanto trabalhamos em cima dela —, teríamos de levar em consideração estratégias diferentes.

Falamos de uma operação que estamos realizando na Amazônia no dia de hoje: a Operação Timbó. E na Operação Timbó, um dos pontos que batemos é exatamente uma estratégia, que chamamos de estratégia da resistência, cujo elemento principal será a própria selva, porque a selva é amiga daquele que a conhece e inimiga de quem não a conhece. É difícil viver na selva sem conhecê-la. Então, trabalhamos dentro dessa idéia de uma doutrina, uma estratégia, em que possamos utilizar o meio ambiente, principalmente o homem, para tentar fazer frente a ações que possam vir a colocar em risco nosso patrimônio. Essa é a resposta que posso lhe dar, Deputado, sinceramente e dentro da maneira como conduzimos.

Sem sombra de dúvida, nossas deficiências são grandes, mas temos esperança, repito, de que os senhores, conscientes disso, ao trabalharem na Lei do Orçamento, nos atendam, dentro do que os senhores acharem possível.

Temos esperança também de que na fase seguinte, que é junto ao Governo, a situação se transforme, mude, para que possamos usufruir de melhores condições.

O senhor também fez uma abordagem no que diz respeito à criação de uma possível gendarmaria. Qual o nosso pensamento a respeito?

Estamos analisando nossa situação de recursos, que é deficiente. Como vamos criar uma nova Força? Esse é o nosso pensamento. Além disso, as missões que seriam de uma gendarmaria estão previstas para as Polícias Federal, Estadual e Militar.

Digo-lhes também que existe na própria Constituição Militar, e na lei prevista para as Forças Armadas, o emprego das Forças Armadas em garantia da lei e da ordem, no qual poderemos enquadrar alguns aspectos que seriam destinados a esse tipo de organização a que o senhor se referiu. Então, nosso pensamento é este: já há pouco recurso, vamos aplicar no que já existe, vamos dar condições ao que existe.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Agradeço a V.Exa. Expressei-me mal. Disse que se pretende transformar as Forças Armadas. É a pretensão. Não nossa, é claro, mas sentimos a fumaça no ar. De quando em quando, ouvem-se pronunciamentos escabrosos a esse respeito: desviar as Forças Armadas com a alegação tola e pueril de que não há guerra a vista. Já ouvimos isto até na Comissão: que seja deslocada para isso uma Força. Foi isso que eu quis dizer. Obrigado, meus senhores.

(...)

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sra. Presidente, V.Exa. me concede 30 segundos? Com respeito ao meu colega, chamo a atenção para dois dados. V.Exa. foi conservador. Mencionou que no ano passado foram 50 bilhões. Não foram. Tenho dados oficiais do Banco Central, subestimados, como tudo o que é feito. São 113, 9 bilhões.

**O SR. DEPUTADO BABÁ** - Não, mas aí é...

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Não, oficiais, por favor.

**O SR. DEPUTADO BABÁ** - Só um minutinho. Aí se refere a municipais, estaduais e federais.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Tudo. Exatamente.

**O SR. DEPUTADO BABÁ** - Estou falando só da verba federal.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - O Banco Central abrange tudo. São 114 bilhões.

**O SR. DEPUTADO BABÁ** - Não estou discordando. Quando falei de que a verba federal foi de 52 bilhões...

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - V.Exa. está falando só de juro.

**O SR. DEPUTADO BABÁ** - Exato.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Mas é bom lembrar que...

**O SR. DEPUTADO BABÁ** - Concordo que o exagero parte para Estados e Municípios e que estamos trabalhando para banqueiro.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Só um minuto, senão passo de 30 segundos. Quando V.Exa. falou, com toda a propriedade, que foram pagos os 20 agora, é bom lembrar que o estoque da dívida, apesar de pagar tanto, aumentou em 47 bilhões. Diante desses valores estratosféricos é que são, perdoe-me, risíveis as nossas preocupações com alguns milhões. Só isso.

## 1.6 Julho



**COMISSÃO ESPECIAL - PEC 40-A/03 - REFORMA PREVIDÊNCIA - Debate sobre reforma previdenciária.  
(I) (2003-07-03 15:22)**

**Data: 03/07/2003**

**Sessão: 0902/03**

**Hora: 10h22**

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, gostaria de me pronunciar na qualidade de Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Pois não, Deputado Enéas, Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Agradeço a V.Exa. a atenção, pois falo raramente. V.Exa. pode ficar tranqüilo porque serei breve.

Quero apresentar aos Srs. Governadores meu ponto de vista, para o qual peço apenas a reflexão de V.Exas. e, é claro, a atenção dos colegas. Tenho uma posição extremamente clara e muito definida, posição partilhada pelos ó colegas, como o colega ao lado, médico, eleitos a partir da minha votação, que V.Exas. conhecem e que foi a maior da História do Brasil, e de alguns outros colegas aqui presentes, que têm-se manifestado na mesma direção e no mesmo sentido.

Srs. Governadores, Sr. Presidente, Srs. colegas, estamos colocando pequenos emplastos em feridas gigantescas. A tão decantada reforma da Previdência - perdoem-me a rudeza da expressão - não vai reformar coisa alguma. Estou fazendo um comentário, não estou fazendo perguntas. Isso é uma convicção, fruto de estudo sobre o tema. Não estou atacando ninguém em particular nem citando nome algum.

Quero apenas, em pouco tempo, declinar um ponto de vista que resultou de uma observação circunstanciada, de um modelo apodrecido, infecto, nauseabundo, que faz com que o nosso País seja uma colônia. Na verdade, toda a questão que aflige os Estados de V.Exas. e os outros Estados da União - porque nenhum Estado está bem - refere-se a uma condição precípua: funcionamos exatamente como na época do Império, quando trabalhávamos, produzíamos e mandávamos recursos para a metrópole. V.Exas. pagam dos seus recursos uma quantia enorme. Indiretamente, quando transmitem essa importância aos cofres nacionais, estão subvencionando as potências alienígenas. As taxas de juros pagas continuam sendo algo aviltante. O estoque da dívida pública, apenas a dívida interna, nos 4 meses do atual Governo, aumentou em 47 bilhões de dólares. Em português claro, nada está melhorando. O nível de desemprego aumentou brutalmente, para caracterizar de forma clara quão tola, quão néscia é uma assertiva que diga que a situação está melhorando. Nada está melhorando.

Perdoem-me V.Exas., mas há que pensarmos com profundidade que qualquer instante é tempo. A Nação não vai à falência, como já ouvi outros afirmarem. Estou falando como Líder do partido. Em qualquer instante, é possível parar, meditar. V.Exas., na condição de Governadores, membros do Poder Executivo, têm mais força do que nós para, diante daqueles que detêm o destino da Nação no nível maior, no Executivo nacional, mostrar-lhes de maneira clara que é impossível continuar assim. A sangria faz com que a Nação seja dessangrada até a última gota.

Sem querer cansá-los, digo que este é apenas um comentário de quem vem estudando a questão e que viu no Governo transato, quando S.Exa. o ex-Presidente assumiu, uma dívida mobiliária interna de 50 bilhões passar, quando S.Exa. se afastou, para 500 bilhões.

O quadro não é diferente. Estamos de joelhos no cenário internacional. Vendemos riquezas nossas a preço de banana. O níobio, mineral estratégico, sem o qual não se constroem aviões supersônicos e do qual somos o maior detentor do mundo, continua sendo vendido pelos preços determinados lá fora.

Pronuncio uma última palavra. Estou no terceiro minuto e já acabarei minha intervenção. Peço a V.Exas. - e isto é um pedido - que meditem, porque senão daqui a algum tempo, não mais talvez comigo ou com o Dr. Collares, estar-se-á reunindo um grupo outra vez para discutir não mais reforma previdenciária, mas outra reforma qualquer, para abocanhar cada vez mais recursos, a fim de satisfazer o sistema financeiro internacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**COMISSÃO ESPECIAL - PEC 40-A/03 - REFORMA PREVIDÊNCIA - Debate sobre a reforma previdenciária.  
(II) (2003-07-09 15:01)**

**Data: 09/07/2003**

**Sessão: 0939/03**

**Hora: 10h01**

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, posso falar como Líder?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Deputado, V.Exa. pode usar a palavra como Líder para fazer alguma comunicação, mas não para discutir. Para discutir é pela ordem da inscrição.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - É para alguma comunicação?

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Não, era apenas um comentário. Se não é possível, perfeitamente; sou disciplinado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Muito obrigado. V.Exa. dá um bom exemplo para todos.

**COMISSÃO ESPECIAL - PEC 40-A/03 - REFORMA PREVIDÊNCIA - Discussão acerca do parecer do Relator.**  
(2003-07-23 15:03)

**Data:** 23/07/2003

**Sessão:** 1003/03

**Hora:** 10h03

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Não, Deputado. O Regimento declara, no caso de encaminhamento de requerimento, é um encaminhamento a favor e um contra. E eu dei a palavra ao Líder do PFL para encaminhar. Em votação.

Orientação de bancada.

Como vota o PRONA? Dr. Enéas, como vota o PRONA?

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Um minuto, para orientação de bancada.

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Como vota o PRONA? Não quer fazer orientação de bancada?

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Um minuto, estou pedindo para o colega sentar.

*(Intervenção ininteligível.)*

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Não, conta a partir do momento em que eu começar a falar. Um momento, por favor. Dá para o senhor sentar, por favor?

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Atenção, não estou ouvindo o Deputado do PRONA.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Não, só um minutinho. Pois não, eu vou começar.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Não, só um minutinho, um minutinho.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Não, eu pedi ao senhor para sentar. Não, escuta, eu fico calado e ouço todo mundo. Por favor!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Por favor, Deputado Almir Moura, vamos deixar o Dr. Enéas fazer a orientação de sua bancada.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Por favor, eu fico calado o tempo inteiro; sou incapaz de elevar a voz. Por favor! *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Tem a palavra, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - V.Exa. me dá o direito de me manifestar como Líder ou só tenho 1 minuto?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Não, 1 minuto, para orientar a bancada.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Só tenho 1 minuto? Pois não. Por favor, 1 minuto de silêncio!

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Ele tem direito como Líder, Presidente. Está aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Não, Deputado, por favor, não vou poder continuar a votação. Dei a palavra a V.Exa. mais de 15 vezes hoje. Quando terminar a orientação, eu lhe darei a palavra, Deputado.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Ele é um Líder, sim, mas estou dando a palavra para orientação de bancada. Já se encerrou o período de encaminhamento.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Pois não, Sr. Presidente. Eu queria chamar a atenção... Por favor, senhores membros da Comissão!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Deputado...

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Não, não, porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Deputado, eu não consigo fazer com que haja silêncio absoluto.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Peço licença a V.Exa., e haverá silêncio, sim. Peço licença a V.Exa.

Sr. Presidente, senhores colegas, o momento pelo qual esta Casa está passando é de extrema preocupação para aquilo que se chama democracia brasileira. Peço licença a V.Exa. para fazer minhas as palavras do Deputado Onyx Lorenzoni. Tudo o que está ocorrendo aí fora é reflexo do que já ocorreu aqui dentro. Tudo o que está sendo proposto pelo Executivo é definitivamente contra todo o quadro do funcionalismo público brasileiro. (*Palmas.*) É preciso que nossos colegas tenham consciência plena de um momento de convulsão que está iminente. Daqui a pouco V.Exa., não mais o Presidente da Câmara, será obrigado a pedir que se evite o linchamento, lá fora, de um ou outro colega. Quero dizer a V.Exa. que é fundamental que seja adiado. Minha posição sempre foi clara: sou contra a proposta da reforma da Previdência, absolutamente contra (*palmas*), mas eu gosto de ordem... (*Tumulto.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Atenção, platéia! Não vou permitir manifestações na platéia.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Não vou permitir manifestações na platéia!

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Senhores da platéia...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - ...mantenham-se calmos, é mais fácil entender, é mais fácil ouvir. Sr. Presidente, o que peço é serenidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Deputado, conclua, é 1 minuto para orientação, e V.Exa. já o ultrapassou há muito.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Vou concluir. Com todo o respeito a V.Exa., eu sou disciplinado, não será com gritos que se conseguirá mudar o cenário. É preciso que os nossos colegas se conscientizem disso. O pedido de adiamento é extremamente válido, as tensões diminuem. Não mudará em nada, quero crer, as convicções já assumidas, mas haverá um debate mais profundo e pode ser - quem sabe? - que S.Exas. os governantes consigam nos convencer daquilo que nos parece (*ininteligível*).

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Para concluir, a posição do PRONA é pelo adiamento e contrária à proposta apresentada pelo Governo.

Muito obrigado.

(...)

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, na qualidade de Líder, peço a palavra pela ordem. Serão apenas 5 minutos. V.Exa. ainda agora me pediu que votasse "sim" ou "não". Obedeci.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Para o encaminhamento é concedido apenas 1 minuto, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Mas o Deputado que me antecedeu falou por 5 minutos. Quero apenas ter garantido o direito de expressão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Vou dar os 5 minutos apenas a V.Exa. e a mais ninguém. O Regimento diz que só posso conceder 1 minuto para o encaminhamento de votação, Deputada Yeda Crusius. É difícil conduzir um plenário de pessoas tão gradas como este. O Deputado Enéas tem sido privado da palavra.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sou absolutamente disciplinado. Se V.Exa. disser que não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Na verdade, equivoquei-me ao dar 5 minutos ao Deputado Pauderney Avelino. Não devemos insistir no erro. Peço a V.Exa. que faça uso da palavra com moderação.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sempre falo com moderação, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto Brant) - Vamos ouvir o Deputado Enéas.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, estou habituado a falar e a ouvir. Tenho respeito pelos colegas e espero eles me respeitem.

A questão que precisa ficar clara para a população brasileira que assiste a todas as diatribes que se lançam de um lado para outro é bem simples. Aqui estamos nos manifestando contra a proposta governamental, insurgindo-nos com uma expressão que em latim é bem clara, *jus esperniandi*. Temos observado que as forças do Governo estão absolutamente cômicas de que já ganharam, já resolveram, enfim, já estão prestes a concluir aquilo que é o seu desiderato. E qual o objetivo precípua da ação governamental em pauta? Agigantar cada vez mais o gigantesco fosso que existe entre uma população que não tem assistência a quase nada e um pequeno núcleo, no qual não estão os funcionários públicos, mas os que vivem à custa do chamado grande capital, no que concerne fundamentalmente àquilo que é representado pelos lucros do sistema financeiro internacional, e aqueles que o representam em nossa Pátria.

Tudo o que está sendo feito, no sentido de tirar dos funcionários públicos alguma vantagem, taxar inativos, aposentar quase cadáveres, observar recursos mínimos que serão retirados de pessoas que já têm tão pouco, na verdade vem ao encontro de um projeto diabólico e monstruoso que pretende, acima de tudo, caminhar cada vez mais para transformar a população brasileira numa população de servos.

É fundamental que a população tome consciência, de uma vez, de que está sendo enganada, mas com sorriso falso, de maneira sub-reptícia, como se todos nós, da Câmara dos Deputados, estivéssemos em um valhacouto de pascácios, isto é, em um refúgio de imbecis.

Parem os senhores governistas de pensar que somos todos idiotas. Sabemos que já perdemos. Não há dúvida quanto a isso. A maioria que os senhores detêm nas mãos é esmagadora, mas não nos tratem como mentecaptos. Sabemos exatamente que os funcionários públicos são as vítimas e não os responsáveis pelo que aí está: um rombo gigantesco, mefistofélico, diabólico, que vem ocorrendo há décadas e que se agigantou agora, uma vez que a dívida pública aumentou, uma vez que as taxas de juros subiram, uma vez que o desemprego cresceu. Tudo isso faz com que sejam ridículas e risíveis as teses apresentadas pelos senhores donos do Poder. É apenas um aviso para a população. Não estou sorrindo, como fazem alguns dirigentes. Não há do que sorrir. Tenhamos pelo menos respeito por quem está se manifestando.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**Nota assinada por Lideranças partidárias em solidariedade ao Presidente João Paulo Cunha pelo empenho na manutenção da ordem e da segurança na Casa e pela condução democrática dos trabalhos legislativos. Contrariedade à proposta de reforma previ (2003-07-25 00:20)**

**Data:** 24/07/2003

**Sessão:** 022.1.52.E

**Hora:** 19h20

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente João Paulo Cunha, recebi comunicado de que assinei de modo espontâneo, absolutamente espontâneo, uma nota à imprensa que, acredito, será divulgada a pouco, na qual já identifiquei assinaturas dos Líderes do PFL, do PSDB e de praticamente todos os outros partidos.

Com a permissão de V.Exa., leio a nota, que assinei espontaneamente - repito. Depois, farei outro comunicado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cunha) - Pois não.

**O SR. ENÉAS** - Passo a ler a nota:

*"O Presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha marcou os primeiros meses de sua gestão pelo mais profundo respeito às instituições democráticas, pela defesa da soberania e independência do Poder Legislativo e pelo equilíbrio na busca de soluções para os graves problemas que enfrenta a Nação brasileira.*

*Queremos nesta oportunidade afirmar o nosso apoio e apreço pelo papel até aqui desempenhado pelo Presidente João Paulo Cunha no exercício de suas funções constitucionais e, mais do que isso, hipotecar a nossa confiança na atuação firme e serena diante das graves questões que será obrigado a enfrentar no futuro imediato."*

-  
Esta é uma manifestação dos Líderes, quero crer, em sua totalidade, na qual defendem V.Exa. de possíveis acusações que possam ser feitas.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para deixar clara a posição que sempre defendi. De forma alguma isto implica minha assertiva aqui feita, minha anuência ou do partido que represento ao partido que hoje detém o poder no País.

Entenda V.Exa. que, como membro da Comissão da Reforma da Previdência, ontem, de modo contundente e claro, como sempre faço, externei minha posição, que é a do partido que presido, frontalmente contrária à proposta apresentada naquela Comissão.

Entristeceu-me sobremodo a maneira como os trabalhos foram conduzidos. Não me refiro de maneira desairosa à atuação do Presidente, mas apenas à retirada, de modo súbito, de alguns colegas que certamente votariam contrariamente à proposta. Seus nomes são conhecidos de todos. Inclusive o Vice-Presidente da Comissão, pouco antes de votar, teve seu nome absolutamente anulado da lista. Seu partido o retirou. S.Exa. não pôde participar.

Na verdade - o momento talvez não seja o adequado -, é preciso que fique bem clara a posição. As idéias se mantêm firmes. Minha postura, Sr. Presidente, e a do partido que criei é de ordem. O significado de PRONA é Partido de Retificação da Ordem Nacional. Quando V.Exa. mandou chamar a polícia, estava querendo ordem. Eu não poderia ser contra isso, apesar de discordar de tantas outras coisas. Não da sua atuação. Em nenhum momento eu disse isso. Mas da atuação num nível mais alto, a do Executivo. Discordo, por exemplo, da anuência, ou quase anuência, com que se está permitindo que ocorram invasões de terras. E mais: na cidade de São Paulo, na Brigadeiro Luiz Antônio, no Hotel Danúbio, onde morei por 10 anos numa suíte alugada, vi uma invasão de indivíduos não mal vestidos que quebravam completamente a ordem. Como podemos imaginar que se aceite a invasão de um prédio? Em conversa com o Deputado Aleluia, disse a S.Exa. que, se lá dentro estivesse um cidadão armado, ele teria o direito legítimo e constitucional de metralhar os invasores.

A minha mensagem é sempre esta: ordem. Respeito e sempre respeitei o trabalho de V.Exa. Estou fazendo minhas as palavras de quem redigiu a nota - não sei exatamente quem foi -, porque V.Exa. tem-se manifestado nesta Casa com respeito a todos os Parlamentares. Quem disser o contrário está mentindo, porque tem havido respeito pleno. Até para a representação que V.Exa. criou para 2 partidos, o PRONA e o PV, tem-nos chamado para as reuniões. Será mentiroso quem disser o contrário.

Essa nota irá à imprensa e representa a postura não somente minha, mas de qualquer Parlamentar que tenha lucidez. Deixo bem clara a separação, Sr. Presidente, entre o respeito ao seu trabalho, à sua atuação e, lamentavelmente, ao Governo, no que concerne ao Poder Executivo. Não aceito - e V.Exa. sabe, tenho manifestado de público a minha postura, porém de maneira respeitosa; jamais lancei nenhuma diatribe contra nenhum colega, jamais houve qualquer ofensa pessoal - que continue o que ocorria antes. Não aceito que o País esteja de joelhos no cenário internacional.

Presidente João Paulo Cunha, quero crer que daqui a pouco a nota estará na imprensa. Isso é absolutamente sincero de minha parte.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cunha) - Muito obrigado, Deputado Enéas.

**Inexistência de dispositivo no Regimento Interno permissivo da convocação da Polícia Militar pela Presidência da Casa. (2003-07-25 00:28)**

**Data:** 24/07/2003

**Sessão:** 022.1.52.E

**Hora:** 19h28

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com o devido respeito, esqueci de dizer algo importante.

Creio que há uma falha no Regimento Interno da Casa e entendo que esta é uma excelente oportunidade para corrigi-lo, dentro das normas que V.Exa. conhece melhor do que eu - não sou entendido em Regimento -, para que nem V.Exa. nem outro Presidente, no futuro, tenham de passar por esse tipo de dissabor. É um absurdo que não exista o direito regimental de o Presidente da Câmara dos Deputados convocar a Polícia Militar em caso de necessidade. É um absurdo, repito, porque se houver previsão de que a ordem pode ser quebrada, creio - e ninguém pode dizer o contrário - que o Regimento Interno deve prever essa situação. Tudo o que está ocorrendo, a gritaria toda, é baseada nesse "senão."

Peço a V.Exa. que leve em consideração o que estou pedindo, no sentido de defendê-lo e a instituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cunha) - Obrigado, nobre Deputado Enéas.



**Sugestão de acréscimo de inciso a artigo, referente à exploração de crianças e adolescentes para obtenção de lucro, ao Projeto de Lei 5.460 de 2001 (Altera os arts. 240 e 241 da Lei 8.069 de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para inclu (2003-07-30 16:30)**

Data: 30/07/2003

Sessão: 025.1.52.E

Hora: 11h30

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sem dúvida é exemplar o trabalho feito pelo Relator Antonio Carlos Biscaia. Ouvi atentamente tanto a exposição do Relator quanto o comentário especial do Deputado Moroni Torgan.

Chamou-me a atenção o seguinte: é indiscutível, irrefragável a tese do Dr. Moroni Torgan. Não há como uma criança de tenra idade defender-se de agressão monstruosa desse gênero. Já o adolescente de 16 anos tem essa condição.

Pensei numa proposição apenas para o Relator - S.Exa. pode ou não aceitá-la, independentemente de qualquer crítica -, uma vez que o trabalho é de excelente qualidade.

O art. 232 explicita de maneira muito clara:

*"Art. 232-A. Explorar, expor ou utilizar criança ou adolescente, com o fim de obter para si ou para outrem indevida vantagem (...)"*

-  
E o § 2º determina:

*"Art. 232.....  
§ 2º A pena é aumentada em até um terço".*

-  
Os incisos I e II dizem:

*"Art. 232.....  
§2º .....  
I - Se resultar perigo direto ou iminente à saúde da criança ou do adolescente;  
II - Se há concurso de duas ou mais pessoas".*

-  
Exatamente neste ponto, creio que, mesmo com uma pessoa, o crime se configura muito maior em se tratando de uma criança. Por que não se inserir o inciso III, especificamente? Por que não garantir? Por que não acrescentá-lo? Isso não quebra a unicidade do trabalho, mas apenas atenta para aquela frase que todos usam em Direito: *quod abundam non nocet*. Só isso!

Se o Relator houver por bem aceitar essa proposta, entendo que agiremos de forma mais contundente, privilegiando a criança que não tem o direito de se defender, mesmo sendo somente uma criança. Proponho acrescentarmos um inciso neste ponto, em se tratando da criança, como o próprio Estatuto já prevê, e não do adolescente. Quer dizer, mesmo sendo uma pessoa só e sendo ela uma criança, a pena seria maior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## 1.7 Agosto

**Justificativa do posicionamento contrário do PRONA à PEC 40 de 2003 (Reforma da Previdência Social), em votação na forma de Emenda Aglutinativa Substitutiva Global. Restrições ao procedimento de apreciação da matéria na Casa. (2003-08-06 02:20)**

**Data:** 05/08/2003

**Sessão:** 130.1.52.O

**Hora:** 21h20

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Pois não.

Sr. Presidente, com todo o respeito a V.Exa., a todos os colegas e aos brasileiros que assistem ao nosso pronunciamento, causou-me profunda espécie o modo como foi conduzido todo este trabalho. Sem querer, de forma alguma, fazer qualquer tipo de ataque pessoal, confrange-nos, constrange-nos a todos nós a maneira precipitada e atabalhoada como os trabalhos se desenvolveram. Há que se fazer aqui referência ao cuidado, à delicadeza, à elegância de S.Exa. o Sr. Presidente, mas nenhum de nós pode negar que a cada instante S.Exas. os Srs. representantes do Governo, utilizando de uma retórica que às vezes chegava às raias do exagero, queriam convencer-nos a todos nós de que aquilo que estava sendo feito visava ao aprimoramento das condições de vida da população brasileira. Isso é absolutamente mendaz, é uma falácia, é mentira. Nada daquilo que consta do projeto apresentado à população, e que vai ser votado por todos nós daqui a pouco, visa melhorar condições de vida. Isso é de uma profunda e rotunda mentira.

Na verdade, aquilo a que se visou todo o tempo é, em linguagem bem simples, fazer caixa. O que se pretende é melhorar a terrível situação em que a Nação está mergulhada porque não tem recursos para honrar compromissos gigantescos com um conjunto de estruturas que, de maneira abstrata, todos devemos chamar de sistema financeiro internacional. Fundo Monetário, Banco Mundial *et cetera* já determinaram de há muito o que tem de ser feito. A reforma da Previdência é apenas um entre tantos itens.

Lembre-mos, senhores, de alguns anos atrás — para ser preciso, de 14 anos atrás —, quando S.Exa. o então Sr. Presidente Collor decantava nos meios de comunicação a necessidade do Estado mínimo. Naquela época, o Estado era apresentado como um grande elefante, e os funcionários públicos como os responsáveis pela situação de insolvência em que se dizia já se encontrava o Estado brasileiro.

Tristemente, tudo que foi apresentado àquele tempo mostrou ser de uma mentira terrível. Privatizaram-se empresas. Gigantes como a Vale do Rio Doce foram entregues ao capital alienígena. A Companhia Siderúrgica Nacional e tantas outras foram lançadas no ralo da destruição. Agora, com uma mensagem nova, o mesmo eufemismo vem à tona: precisamos reformar a Previdência. Mas reformar o quê? O que está sendo feito? Retiram migalhas de funcionários, acusando-os de serem os responsáveis por um déficit que na verdade nem existe! Se a receita da Previdência fosse usada como tal, e há estudos sérios a esse respeito, nem déficit haveria.

Todos também já ouvimos aqui, durante semanas, e isso precisa ser repetido à exaustão, que não está naquilo que uma minoria de funcionários públicos ganha, e por isso é chamada de privilegiada, não está ali a razão de ser do rombo gigantesco das contas públicas, do desastre financeiro em que está soterrada a Nação brasileira.

Senhores, acordemos deste pesadelo. Daqui a 10, 20 anos, outros aqui estarão discutindo uma nova reforma, para reformar não sei mais o quê, para entregar a Amazônia, talvez.

A que é que se visa, senhores? Quando é que vamos acordar deste sono letárgico? Quando é que vamos ter coragem de dizer basta a tanta mentira? Quando é que vamos admitir que é preciso criar a era da convicção, a era da verdade?

**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cunha) - Peço a V.Exa. que conclua, nobre Deputado Enéas.

**O SR. ENÉAS** - Pois não. Se V.Exa. permite, quero apenas responder a uma agressão, pois alguém me pergunta sobre a bomba atômica.

A bomba atômica é um instrumento de defesa. Se o Iraque tivesse bomba atômica, não teria tido sua população dizimada. (*Palmas.*) Para os senhores que provavelmente não estudaram questões de geopolítica estratégica, qualquer nação que se preze precisa utilizar o que se chama de instrumentos estratégicos de dissuasão.

**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cunha) - Declare o voto do PRONA, Deputado Enéas.

**O SR. ENÉAS - Sr. Presidente, o PRONA vota contra a proposta de reforma da Previdência. Os 6 Deputados do PRONA votam em favor da população, em favor dos servidores e de tudo aquilo que representa a defesa da soberania da Nação.**

**Muito obrigado. (Palmas.)**

**Posicionamento contrário do PRONA à manutenção do § 18 do art. 40 da Constituição Federal, redação dada pelo art. 1º da Emenda Aglutinativa Substitutiva Global à PEC 40 de 2003 (Reforma da Previdência Social), relativo à contribuição previd (2003-08-07 03:00)**

**Data: 06/08/2003**

**Sessão: 132.1.52.O**

**Hora: 22h00**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, permita-me dirigir uma palavra aos Srs. Deputados.

Colegas, são 1h42min da madrugada. Estamos votando uma das questões mais discutidas no País, e creio que a população esteja acordada, esperando pela decisão de V.Exas.

Do meu ponto de vista, não há nenhuma razão de ordem lógico-formal que justifique a taxação ou qualquer tipo de cobrança de pessoas que já trabalharam e pagaram a vida inteira. (*Palmas.*) Se elas pagaram visando obter sua aposentadoria, pergunto de maneira clara e irrefragável: estão pagando agora para obter o quê? aposentadoria no outro mundo? (*Palmas.*) (*Muito bem!*) (*Risos.*) O que quer o Governo? Fazer caixa para o Tesouro, que jogou fora e não soube aplicar os recursos da Previdência, que hoje chegariam à cifra de 1 trilhão de reais? Afinal de contas, por que, em vez de tanto cinismo, não se diz com clareza que é preciso arrancar dinheiro de qualquer forma da população sofrida, dessangrada, que passa fome e não tem mais a dar a não ser o seu trabalho? Daqui a pouco, o que vamos fazer?

O PRONA vai votar em bloco "não", "não", "não", mil vezes "não"! (*Palmas.*) (*Muito bem!*)

**Posicionamento favorável do PRONA à Emenda Aglutinativa 11 à Emenda Aglutinativa Substitutiva Global à PEC 40 de 2003 (Reforma da Previdência Social), que dispõe sobre os critérios para o cálculo do benefício de pensão por morte. (2003-08-13 23:40)**

**Data:** 13/08/2003

**Sessão:** 141.1.52.O

**Hora:** 18h40

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRONA vota a favor da emenda.

Gostaria de tecer rápida consideração. Essa emenda resultou de acordo que V.Exa. submeteu a todos os Líderes. Quero ratificar as palavras da Deputada Laura Carneiro. Não é que ela seja o melhor, mas aquilo que de menos ruim se conseguiu no diálogo. E, em tendo sido feito acordo, ele deve ser mantido.

Votamos a favor da emenda aglutinativa. Votamos "sim".

**COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Esclarecimentos sobre a política de concessão de vistos a trabalhadores estrangeiros no Brasil, a situação de brasileiros detidos em Portugal e nos Estados Unidos da América e o incidente com o (2003-08-14 15:38)**

**Data:** 14/08/2003

**Sessão:** 1145/03

**Hora:** 10h38

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) - Deputado Enéas, PRONA de São Paulo.

Espero que o nosso Ministro da Justiça guarde todas as intervenções brilhantes, porque infelizmente S.Exa. vai ter que respondê-las de uma vez só. Esta não é a norma da Comissão, mas estou procedendo assim em deferência ao Ministro da Justiça, que tem de ausentar-se dentro de poucos instantes.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sra. Presidenta, estou marcando o tempo para não ser prolixo.

Sr. Ministro, V.Exa. é sobremodo conhecido, de forma que os encômios passam a ser dispensáveis.

Eu queria fazer uma pergunta específica, mas antes dela, e olhando para o relógio, é um comentário apenas *en passant*, testificando, ratificando a tese aventada, aduzida pelo meu colega sobre a tolerância que, na verdade, cresce, sem dúvida, e queria também acrescentar à sua brilhante alocação um fato recente, ocorrido em São Paulo, do qual o País inteiro é testemunha, no Hotel Danúbio. Por coincidência, morei 10 anos naquele hotel, tive residência lá, tinha uma suíte alugada o ano inteiro. O hotel foi desativado, e os proprietários o venderam a uma universidade. Qual é a minha surpresa quando uma secretária minha, que mora defronte, antes que o assunto fosse noticiado, liga para mim e diz: "Dr. Enéas, estão invadindo o hotel". Eram centenas de pessoas, e a polícia se manteve quieta. Ratifico que a minha intervenção somente faz eco à pergunta do meu colega. Até onde irá a tolerância? O Estado de Direito pressupõe que se respeitem direitos, mas também que continue existindo ordem, uma vez que, sem ordem, quero crer, não há nem direito. Uma coisa implica a outra.

Sra. Presidente, estou olhando o relógio, com todo o cuidado. Eu me preocupo, sim. Sou extremamente disciplinado. Não falarei mais que 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONÔ** - E o Deputado Enéas tem um poder de síntese que ninguém tem neste País.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Obrigado ao colega. Mas vamos descontar os segundos que passaram. Falarei exatamente 3 minutos. Obrigado, Dr. Nonô. Esse é um tempo mais do que suficiente para se exprimir uma idéia.

Excelência, vivemos uma época, quero crer que não há dúvida quanto a isso, em que temas como prostituição, drogas, homossexualismo são apresentados quase que como variantes normais. Percebo que há, cada vez mais, não só tolerância, como aplauso. Preocupa-me isso. Quando eu digo preocupa-me, preocupa a mim e a 1m milhão e meio de pessoas que acreditaram em mim, numa votação isolada, falando pela televisão. A pergunta específica — e há uma consideração de natureza médica e filosófica que pressupõe a questão: quero crer, e não acredito que alguém possa contrapor-se à tese, que o corpo de cada um de nós não é propriedade da pessoa que o tem. Corpo e alma — e estou usando a palavra no sentido mais abrangente possível, de alma ou espírito — formam uma unidade indissolúvel. Nenhum de nós é dono do fígado e pode vendê-lo. Quando uma jovem, fruto de ruína, fruto do exício de toda a sua atividade como ser humano é obrigada a prostituir-se, ela não o faz porque assim o deseja. Se ela tiver 5, 10, 15 homens porque ela gosta disso, é um direito dela. Mas se ela vende o seu corpo, eu afirmo de cátedra, porque sou homem já vivido, ela não o faz porque assim o queira. Isso não pode, sob qualquer hipótese, a meu ver, ser visto como direito de venda, ou até com nota fiscal, como já se propôs. Eu tenho filhas e creio que todos as temos. Não consigo entender, nem aceitar, e brigarei a vida inteira contra isso. Claro que é necessário fazer uma reformulação gigantesca, é o que proponho e um dia talvez possa fazê-lo se chegar à Presidência da República: uma sociedade na qual não exista a necessidade disso, em que haja emprego. Para que haja emprego — aqui não é fórum para se discutir o tema — tem de haver produção, e para haver produção não se podem pagar juros extorsivos etc. É todo um conjunto de medidas que lamentavelmente não vejo serem tomadas. Mas dirijo-me a V.Exa., que é autoridade maior no terreno jurídico, e pergunto: o que V.Exa. pensa exatamente sobre essa questão? Na opinião de V.Exa., prostituição deve ser profissão ou não? Quero uma resposta sincera, como V.Exa. sabe fazer, diante do nosso grupo, que é de uma Comissão dirigida pela nossa Presidenta, que tem

um cuidado extremo. Lembro que não citei nome de nenhum colega a não ser elogios ao Dr. Thomaz Nonô, que me precedeu.

Obrigado.

(...)

**O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA** - Sra. Presidenta, faço apenas uma precisão à intervenção do Deputado Enéas. Sou o autor do projeto que legaliza a prostituição. Trabalho com esse tema. Quero dizer que ninguém vende o corpo. Vendíamos o corpo no tempo da escravidão. As pessoas prestam serviços sexuais. Se a pessoa vendesse o corpo, ela virava escrava. *(Risos.)*

(...)

**O SR. MINISTRO MÁRCIO THOMAZ BASTOS** - (...) Ao Deputado Enéas, que me honra com a sua pergunta, quero dizer que uma parte da resposta foi dada quando respondi ao eminente Deputado José Thomaz Nonô. Em relação à prostituição, a minha posição é, em gênero, número e grau, idêntica à do Deputado Fernando Gabeira.



**Solicitação de esclarecimentos do relator sobre o inciso II do art. 2º do substitutivo ao Projeto de Lei 1.394 de 2003 (Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens - PNPE, acrescenta dispositivo à Lei 9.608 de 1998 e dá outr (2003-08-20 01:04)**

Data: 19/08/2003

Sessão: 146.1.52.O

Hora: 20h04

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço-lhe que solicite ao Relator, por especial fineza, para tornar explícito o que li no art. 2º, inciso II, do projeto de lei em votação.

O inciso II diz, *ipsis litteris*, assim:

"Art.2º .....

*Inciso II - Os jovens que sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo".*

A dúvida é a seguinte: imagine V.Exa. uma família com 3 membros, cada um deles com renda inferior a meio salário mínimo. Pelo texto que aqui está, todos terão direito.

Em contrapartida, imaginemos uma família com 10 jovens, todos desempregados e atendendo aos outros pré-requisitos, sendo que um deles ganha mais de meio salário mínimo. Como ficará a interpretação do inciso II? Toda a família perde o direito?

Peço a V.Exa. que solicite explicações ao Relator.

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço licença a V.Exa. para insistir na tese.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - Não se trata de questão de ordem, nobre Deputado, mas de pedido de esclarecimento ao Relator, em relação ao qual V.Exa. tem razão. V.Exa. pede esclarecimento ao Relator?

**O SR. ENÉAS** - Exatamente. Reitero o pedido de esclarecimento ao Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - No momento da votação, a Presidência vai pedir ao Relator que esclareça sua dúvida.

**O SR. ENÉAS** - Que o Relator esclareça de maneira cabal o que quer dizer no inciso II do art. 2º: "(...) sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo".

-

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - A Presidência já anotou.

**Posicionamento favorável do PRONA ao substitutivo ao Projeto de Lei 1.394 de 2003 (Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens - PNPE, acrescenta dispositivo à Lei 9.608 de 1998 e dá outras providências), do Executivo, apensa (2003-08-20 01:04)**

**Data:** 19/08/2003

**Sessão:** 146.1.52.O

**Hora:** 20h04

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRONA vota a favor do projeto.

Apenas queria insistir, Sr. Presidente, já votei "sim", que não houve um esclarecimento à minha dúvida.

O voto é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - A Presidência ouviu o Relator dizer o seguinte: que só há uma pessoa da Casa, se houver 10, que possibilitará a ampliação do mercado de trabalho a todas as famílias. Não deixa de ser uma atitude que beneficiará muitas pessoas, pois quanto mais jovens no primeiro emprego melhor. Acredito que foi explicado. V.Exa. tem um ponto de vista.

## COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA - Impressões dos presidentes de partidos sobre a reforma política. (2003-08-20 20:02)

Data: 20/08/2003

Sessão: 1203/03

Hora: 15h02

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alexandre Cardoso) - Obrigado, Deputado Michel Temer. Quero adiantar ao Deputado Michel Temer e ao Senador Jorge Bornhausen que o Deputado Ronaldo Caiado encaminhou projeto a esta Comissão, no sentido de que haveria eleição dentro do partido - cada militante votaria 3 vezes e a escolha seria pelo mais votado. Inclusive, Deputado Michel Temer, existe, para a eleição de 2006, a garantia de localização da lista do resultado da última eleição. Essa consulta foi feita informalmente ao TSE, e o Ministro Jobim confirmou a constitucionalidade desta questão. Seria em lista, com os militantes votando e as pessoas mais votadas seriam a primeira na lista, a segunda e assim sucessivamente.

Senador Bornhausen, agradeço-lhe a participação, em nome da Comissão. (*Palmas.*)

Passo a palavra ao Deputado Enéas, que tem grande experiência em obter votos.

Quero registrar aqui a sua experiência de ter participado de algumas eleições, cargos majoritários, bem como a contribuição que S.Exa. presta a esta Casa sobre a construção do PRONA. Em meu nome e em nome dos membros da Comissão, agradeço a S.Exa. a participação.

Conheci o Deputado Enéas quando ele era professor de um curso chamado Gradiente, no Rio de Janeiro. Ele é muito didático.

Estamos discutindo o voto em lista, o financiamento público, o fim das coligações e a federação de partidos.

Difícilmente se encontra um mecanismo para falar em financiamento público sem lista. A experiência que houve na Itália levou ao início da Operação Mãos Limpas, mas ninguém conseguiu o fim das coligações e da federação de partidos.

Quero registrar, primeiro, as desculpas por colocar esses pontos, mas evidentemente como essas matérias estão sendo debatidas na Comissão, gostaríamos que V.Exa., Deputado Enéas, avançasse mais nesses temas. Os outros são matérias de emenda à Constituição e esta Comissão preferiu avançar em matéria de lei ordinária.

Com a palavra o Deputado Enéas, Presidente Nacional do PRONA.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Muito obrigado pelo convite, Sr. Presidente, Sr. Relator e demais colegas.

Solicitado a me pronunciar, a primeira pergunta de V.Exa. foi sobre experiência política.

Quero dizer que se há algo que me preocupa profundamente desde que me lancei há 14 anos no processo é a fidelidade partidária. Cheguei, certa feita, em São Paulo, a pedir às pessoas que escrevessem a palavra PRONA; 56.000 pessoas escreveram a palavra PRONA. Eu tinha apenas 4 candidatos desconhecidos em uma lista aberta; o mais votado foi uma senhora eleita com 1.000 votos, fato insólito na história de São Paulo. Um mês depois, ela saiu do partido, porque absolutamente não aceitava as determinações que partiam do comando nacional, fato que já vem se repetindo.

Sem ter participado de nenhuma das reuniões, uma vez que não pertenço à Comissão - estou sendo bem sintético -, e em sendo solicitado a me manifestar, peço que cuidem bem disso. Quero crer que se trata de questão de importância primacial, para que não permitamos, detentores que somos do comando de estruturas político-partidárias, que alguém se aproxime de nós, nos jure amor eterno, seja eleito pela força de uma legenda e logo depois se afaste.

Este é o meu pedido a V.Exas.

No que concerne à lista, o Deputado Michel Temer foi extremamente feliz quando se pronunciou, uma vez que, considerando que o Presidente Nacional e os outros membros da Executiva têm esse poder de fato, chega a ser proibitiva a participação de outras pessoas que não sejam aquelas escolhidas.

Tenho exemplo recentíssimo, todos conhecem. Escolhi pessoas de meu conhecimento, que ajudaram a fundar o partido; foram eleitas por mim. Viemos juntos, se acertei ou erreí só o tempo dirá, embora até agora tenha havido, pelo menos, coerência nas votações.

Concordo, Deputado Michel Temer, com o exemplo que V.Exa. citou, que deve haver uma eleição prévia; e talvez, pouco a pouco, em 2 ou 3 eleições, se consiga peneirar o número mínimo de pessoas que satisfaçam aquelas condições exigidas pelo partido.

Quero crer que a lista é a melhor solução, sem dúvida, para não ficarmos na mesma situação anterior, isto é, que qualquer pessoa, sem vínculo nenhum com o partido, filie-se 1 ano antes e seja eleito, devido ao seu poder econômico ou algo parecido.

Estou de acordo com essa restrição.

Financiamento público é uma questão complexa. Se o financiamento público - não sei de que maneira, como disse no início, não participei das reuniões - permitir que todos tenham acesso, estou perfeitamente de acordo. Nada melhor, no meu ponto de vista, do que os fatos às claras.

O que eu fiz? Agora sou obrigado a falar da minha experiência. Como não tinha recursos, escrevi um documento chamado *Uma Cartilha*. V.Exas. viram o escândalo que isso causou. Nela eu pedia que as pessoas que se aproximassem de mim adquirissem aqueles elementos cognitivos da doutrina partidária. Foi suficiente que um indivíduo sem informação e sem caráter dissesse que estava sendo cobrado, para causar um escândalo nacional. Estou com minhas contas todas abertas sendo investigadas, porque está claro que os juízes não têm nenhum poder econômico para isso. Mas financiamento público é algo, a meu ver, extremamente respeitável.

Fim das coligações. Particularmente, jamais participei, mas isso não quer dizer nada. Não participei porque, do meu ponto de vista, jamais precisei, jamais fui a qualquer lugar ou a qualquer ponto do País pedir votos. Quando o fiz, foi em favor de um colega. Digo pela televisão sempre que se há algo de que pudesse reclamar seria sempre ter sido obrigado a falar em tempo exíguo, como verdadeira metralhadora verbal. Se isso deu resultado ou não, os fatos estão aí para quem quiser verificar. Com meio minuto para falar consegui 1 milhão de votos, mais do que o segundo com toda a máquina do Governo atual que aí está.

V.Exa. pergunta sobre fim das coligações. Se as coligações fossem feitas com a união de partidos que falassem a mesma língua, estaria de acordo, mas se são feitas no último momento, visando apenas a um resultado que, na maioria das vezes, não tem nada a ver com o que se dizia antes, ou seja, se as coligações visam apenas a uma eleição, e por essa razão eu as vejo como espúrias, sou contra. Minha posição é bem clara.

Finalmente, V.Exa. abordou o tema federação. Com sinceridade, não sei o que é. Gostaria que V.Exa. me explicasse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alexandre Cardoso) - Deputado Enéas, atualmente as coligações se fazem exclusivamente para o processo eleitoral. Após o processo eleitoral, cada partido tem vida própria. A federação é um instrumento que faz com que o partido se una nacionalmente e mantenha seu vínculo durante toda a legislatura, impedindo justamente o que V.Exa. disse, que as pessoas se unam sem nenhum princípio nem vínculo, sem nenhuma estrutura estatutária, puramente para a questão eleitoral. Portanto, uma das saídas para manter um conjunto de partidos, na primeira ou na segunda eleição, seria o instrumento da federação. Esta seria o instrumento que permitiria a existência de alguns partidos sem caráter nacional que precisassem se coligar em alguns Estados, com a garantia de que essa coligação seria regida por princípios, pois teria a obrigação de existir durante toda a legislatura. Seria o princípio da federação, que não é hoje o princípio das coligações. É mais ou menos isso.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Sr. Presidente, eu gostaria de complementar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alexandre Cardoso) - Eu até tomei a palavra do Relator porque já conversamos muito a esse respeito. Mas vou passar a palavra para o Relator, porque, na verdade, S.Exa. trabalhou mais o tema. Eu apenas sintetizei para avançar um pouco mais.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Sr. Presidente do PRONA, Deputado Enéas, quero deixar claro que a legislação atual impõe que, em 2006, para ter funcionamento parlamentar na Casa o partido deverá ter 5 % dos votos válidos em âmbito nacional e 2 % em 9 Estados da Federação.

**(Não identificado)** - Cláusula de barreira.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Ou cláusula de desempenho, como observou o Senador Jorge Bornhausen. Ou seja, a federação passa a ser uma alternativa para que esses partidos, como foi abordado pelo Deputado Michel Temer, com identidade na proposta apresentada hoje, dentro do seu programa, do seu estatuto, realmente venham a configurar uma federação, que não pode desaparecer no final do processo, devendo perdurar toda a

legislatura. Com isso terá direito ao funcionamento parlamentar na Casa. Com maior detalhe, a inclusão da cláusula de desempenho ou de barreira.

Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Entendi. Seria uma fórmula para corrigir o que aí está. Quer dizer, esse impedimento que está sendo apresentado à continuidade da existência de certas estruturas político-partidárias que não alcançaram esse mínimo.

Haveria muito a discutir, Deputado Michel Temer. V.Exa. conhece bem mais do que eu a questão no que concerne à constitucionalidade dessa tese, embora este talvez nem seja o foro específico. É ou não constitucional o que está sendo proposto? Fere ou não a Constituição?

Independentemente de ter ou não passado merece uma análise por um professor de Direito Constitucional. Não o sou, estudo o assunto, mas não tenho esse título. Lembro também a V.Exa., Deputado Ronaldo Caiado, que este também tem sido objeto de preocupação para mim. Tenho me debruçado a pensar qual é o objetivo específico. Por exemplo, quando no tempo de uma eleição presidencial, V.Exa. foi meu colega em 1989, disputamos juntos a Presidência da República, V.Exa. recorda que àquela época exigia-se, em se tendo pelo menos um, que o tempo ao qual o candidato tinha direito era de 2 minutos e meio, 2 vezes ao dia; se não existisse nenhum Deputado, o tempo seria de 15 segundos. V.Exa. foi agraciado com dois minutos e meio, eu fiquei com 15 segundos. A lei mudou 3 vezes.

Deixo a seguinte indagação para V.Exa.: é legítimo, num jogo de futebol, um time jogar 10 minutos e o outro 40? Quero crer que não. Em se aceitando - é apenas uma postulação, já que me foi dado o direito de falar - que A, B ou C sejam candidatos à Presidência da República, a pergunta é: não seria racional que os tempos fossem divididos de maneira equânime?

Aceitar os fatos não é manter o *status quo*, não é permitir sempre, se o partido tem mais Deputados, que tenha mais tempo. É apenas uma pergunta a V.Exa. No mais, estou de acordo com as teses, minha resposta já ficou clara.

Agradeço a V.Exa. a oportunidade. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alexandre Cardoso) - Obrigado, Deputado Enéas. Parece-me que o PRONA não tem representante nesta Comissão.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Não tem porque não foi dado ao PRONA esse direito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alexandre Cardoso) - Quero propor ààà Presidência e à Relatoria uma reunião específica com a bancada do PRONA, para que possamos explicar todo o projeto. Estamos tendo esse procedimento em todas as bancadas. Basta entrar em contato com a assessoria da Comissão e marcar para terça-feira, por volta das 15h30min, para que o Deputado Ronaldo Caiado possa fazer uma exposição em linhas gerais do projeto que está sendo apresentado.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, muito obrigado.

(...)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alexandre Cardoso) - Muito obrigado, Deputado José Divino.

Em virtude das 3 intervenções, vou passar a palavra aos expositores.

O Deputado Enéas terá uma reunião de líderes. Como não foi possível cumprir o tempo acordado, vou manter a posição da Mesa e dispensar os expositores.

Com a palavra o Deputado Enéas, para suas considerações finais.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Espero o convite que foi prometido para a próxima terça-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alexandre Cardoso) - A assessoria de V.Exa. marcará com a assessoria da Comissão.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Numa terça-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alexandre Cardoso) - Pode ser, inclusive, nesta terça-feira.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Perfeito.

Após assenhorear-me de todas as questões, será infinitamente mais fácil aduzir algum argumento.

Ouvi as teses e já manifestei a minha posição. E após V.Exa. fazer o arrazoado ao Relator, eu me comprometo a voltar a esta Comissão, mas tendo me assenhoreado de todas as questões.

Obrigado.

**Agradecimento aos Srs. Deputados que votaram, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, a favor do direito do orador à Liderança. Defesa de ruptura do Brasil com o sistema financeiro internacional. (2003-08-21 21:10)**

**Data: 21/08/2003**

**Sessão: 150.1.52.O**

**Hora: 16h10**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Severino Cavalcanti, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente quero agradecer àqueles colegas Deputados que votaram, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, a favor do meu direito à Liderança, cujos nomes não tenho tempo para citar.

Em particular, quero registrar, pela ajuda prestada, os Deputados Inocêncio Oliveira, Severino Cavalcanti, José Carlos Aleluia, Onyx Lorenzoni, Zulaiê Cobra, pelo parecer jurídico; dentre outros, os Deputados Sérgio Miranda, Michel Temer, Juíza Denise Frossard, Ibrahim Abi-Ackel, Inaldo Leitão, Vicente Arruda; e, finalmente, pelas manifestações favoráveis, os Deputados Bispo Rodrigues, Wilson Santos, Robson Tuma, Rodrigo Maia, José Divino e todos os demais colegas que estiveram ao meu lado – alias, a maioria esmagadora dos membros daquela Comissão.

**Sr. Presidente, caros colegas, brasileiros de todos os cantos, de todas as classes, credos e raças, em 1989, 14 anos atrás, decidi entrar no cenário político nacional. E por que assim decidi? Preocupava-me sobremodo o destino da nossa Pátria, espoliada, dessangrada secularmente por um Poder alienígena monstruoso que, tal o Octopus de Júlio Verne, estende os seus tentáculos e lhe sugando as entranhas. E, assim, buscando independência que me permitisse liberdade absoluta de expressão e de ação política, fundei o PRONA com o auxílio de meus amigos, alguns dos quais hoje integram a bancada do partido que lidero nesta Casa.**

**Mas o que eu trazia no meu currículo para candidatar-me à Presidência da República? Muito bem, pela primeira vez falo de mim mesmo: obtive o primeiro lugar em todas as séries do curso primário, em Rio Branco, Estado do Acre; obtive o primeiro lugar no exame de admissão em todas as séries do curso ginásial, em Belém, Estado do Pará; já no Rio de Janeiro, obtive o primeiro lugar na Escola de Saúde do Exército; obtive o primeiro lugar no vestibular de Medicina, de Física, de Matemática, etc., etc..**

Sou diplomado em Medicina, Ciências Exatas, Matemática e Física, especialista e professor de Cardiologia. Educador há 4 décadas, de todos os níveis, do primário à pós-graduação, já ensinei Português, Matemática, Biologia, Química, Física, Fisiologia Médica, Semiologia Médica, Cardiologia e, nos últimos 30 anos, Eletrocardiografia para mais de 25 mil médicos/alunos apenas no eixo Rio/São Paulo.

Fiz razoáveis incursões no terreno das Ciências Humanas, tendo lido centenas de obras de Filosofia, Sociologia, Psicologia, Estruturalismo, Lingüística, Paleoantropologia, Direito Constitucional, Teoria do Estado, Macroeconomia e, como refrigério do espírito, História, Cibernética e Astrofísica.

O Brasil, Sr. Presidente, meus colegas Deputados, meus irmãos brasileiros, é o País mais rico do mundo. O seu subsolo contém riqueza inimaginável de minerais. Só de ferro, o estoque atual para exportação é suficiente para mais 500 anos. E temos muito, muito mais. São dezenas de bilhões de toneladas de ferro, além de titânio, alumínio, manganês, quartzo, níquel, estanho, molibdênio, ouro, prata, nióbio, do qual somos o maior produtor do mundo, etc., etc.

Vejam, meus colegas, apenas 2 exemplos: uma tonelada de ferro é vendida, no mercado internacional, a preço inferior ao que se paga pela estada de uma noite em qualquer hotel dos Estados Unidos. O alumínio, por sua vez, é vendido a preço inferior ao custo da energia elétrica consumida no processo de preparação, a partir do minério bruto. E o nióbio? Este, do qual somos o maior produtor do mundo, nem se fale, é vendido a preço de banana. Na verdade, mais barato do que banana. Um dia de Sol no continente brasileiro equivale à energia produzida em 24 horas por 120 mil hidrelétricas do porte da Usina de Itaipu, a maior do mundo. E essa energia solar é armazenada nas folhas das árvores pelo mecanismo natural da fotossíntese, que exige apenas presença adicional de gás carbônico e água. Também temos o maior índice pluviométrico do planeta.

Pois bem, senhores, a energia está aí, nas plantas do Brasil — olhem para a Amazônia —, e delas pode ser retirada, sob forma de álcool a partir da mandioca, da cana-de-açúcar, óleos do babaçu, do dendê, de tantos outros vegetais, álcool e óleo que podem substituir, com vantagens, todos os derivados do petróleo, permitindo-nos obter

independência energética, primeiro passo para a independência econômica, sem a qual, na condição de colônia em que estamos, tudo o que for feito, toda essa gritaria de Fome Zero e similares, não passará de esmolas dadas a população famélica que precisa urgentemente de emprego. E isso só se consegue com injeção vultosa de recursos na indústria nacional e na agricultura, com incremento da produção global, o que, por outro lado, só se alcançará por meio da ruptura com esse modelo dependente, hediondo, pútrido, demoníaco, cruel que lançou e continua lançando nosso povo nos grilhões da escravidão.

Impossível pensar em desenvolvimento econômico quando são pagos, oficialmente, considerando-se o ano atrasado, 114 bilhões de juros ao sistema financeiro internacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) - Deputado Enéas, o tempo de V.Exa. está esgotado, mas diante de pronunciamento com tanta envergadura e conteúdo a Mesa concede-lhe mais 2 minutos para concluí-lo.

**O SR. ENÉAS** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Já o estou concluindo, com a permissão de V.Exa.

Tolos, néscios, destituídos do mínimo de senso crítico são os discursos dos Líderes governistas. Dizem eles que tudo está melhorando, mas a dívida pública já chega a 80 % do PIB; a dívida mobiliária interna cresceu, apenas no Governo atual, mais de R \$66 bilhões; e já chega à cifra espantosa de 10 milhões o número de desempregados em todo o País.

Há apenas uma saída, e não é pela reforma da Previdência, pela taxaço de inativos, pela diminuição de pensões de viúvas, para economizar alguns milhões, enquanto bilhões são pagos mensalmente em serviços da dívida. A única saída é a ruptura com o sistema financeiro internacional, mas não uma ruptura comercial. O que proponho é a ruptura com o FMI, com o Banco Mundial *et cetera*.

—  
Pagaremos a dívida em 30 anos, pelo menos, porém sem juros, sem 1 centavo de juros. Ruptura! Para isso é preciso ter coragem. Coragem que S.Exa., o Presidente da República, não teve. Só assim poderemos pensar em uma nação livre e soberana que pode acenar a um futuro melhor para os seus filhos.

Este foi, é e será o meu projeto para a Presidência da República, que, se tempo tiver, no mínimo 3 minutos, apresentarei em 2006, quando me candidatar novamente ao cargo.

Todos os impérios têm o seu ciclo histórico. Todos nascem, chegam ao seu fastígio e caminham para o seu exício. Não podemos esperar que o atual império das nações hegemônicas chegue à sua ruína. Declaremos nossa independência econômica. Pulemos fora do barco da globalização, que está nos conduzindo para o abismo, para uma nova Idade das Trevas, em que a miséria, a fome e a insegurança tomarão conta dos lares de um número maior de brasileiros.

**A minha luta é uma luta da verdade contra a mentira, do conhecimento contra a ignorância, da luz contra as trevas. Pretendo criar a era da convicção, da verdade, da decência, da dignidade, da confiança, do preparo, do conhecimento, da inteligência, da ciência e do entusiasmo.**

**Muito obrigado, Sr. Presidente.**



**Reafirmação do compromisso assumido pelo PRONA de abstenção da apresentação de destaques durante o segundo turno de votação à PEC 40 de 2003 (Reforma da Previdência Social). Indignação com a violação do acordo de Líderes para votação da m (2003-08-27 16:12)**

**Data:** 27/08/2003

**Sessão:** 154.1.52.O

**Hora:** 11h12

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiras e brasileiros que assistem à sessão ordinária da Câmara dos Deputados, assomo a esta tribuna para fazer o seguinte comunicado: há semanas, aos Líderes de todos os partidos foi apresentada pelo Sr. Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, proposta de acordo, no sentido de que, mercê de pequena conquista — a diminuição de um redutor —, os Líderes não apresentariam destaques de bancada no segundo turno de votação. Ela foi aceita por unanimidade.

Em nome da bancada do partido que lidero, eu iria propor fosse suprimida do texto a expressão "contribuição definida". Na ocasião, disse que aquilo representava uma punhalada nas costas da população. Mas, tendo em vista que era oferecida uma vantagem, ainda que mínima, e uma vez que nada garantia que o destaque fosse aprovado, em caso de acordo, pelo menos haveria diminuição do redutor. Todos os Líderes, por unanimidade, aceitaram que não haveria apresentação de destaque de bancada no segundo turno.

Sr. Presidente, tenho por hábito manter minha palavra. Por isso, causa-me espécie verificar, aqui e agora, que o acordo não está sendo cumprido. Não costumo proceder dessa forma e não entendo que homens adultos sentem-se à mesa, assumam uma posição e depois recuem. Se o acordo foi estabelecido — estou dizendo diante de toda a população —, eu o aceitei, não porque esteja de acordo com a reforma da Previdência.

A reforma em si não reforma coisa alguma. Na verdade, vai se agigantar o fosso entre os que possuem e os que não possuem; vai se criar cada vez maior hiato entre os que trabalham e precisam do Estado e os que vivem à custa de um sistema financeiro em decomposição. Mas, se o acordo foi estabelecido, tem de ser cumprido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou manter minha palavra. Quero crer que um homem que se preza tem de agir dessa forma. Não existem acordos bons ou maus. Que não se façam acordos.

Em nome da palavra empenhada, tão-somente, o PRONA não apresentará destaque de bancada.

**Indignação com a quebra de acordo firmado entre os líderes partidários de não-apresentação de destaque de Bancada à PEC 40 de 2003 (Reforma da Previdência Social), em votação em segundo turno. (2003-08-27 21:28)**

**Data:** 27/08/2003

**Sessão:** 155.1.52.O

**Hora:** 16h28

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com todo o respeito a V.Exa. e ao Plenário, estou perplexo. Antes de V.Exa. chegar, pedi permissão ao então Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, e disse a S.Exa. o seguinte: testifiquei, pessoalmente, a participação de todos os Srs. Líderes quando foi estabelecido um acordo. No primeiro dia — V.Exa. se recorda —, fui totalmente contrário, a única voz contrária. No dia seguinte, quando se mostrou que havia algo a ser conseguido, que era o mínimo — como já disse isso aqui —, houve um acordo com todos os Srs. Líderes no sentido de que não haveria destaques de bancada no segundo turno.

Quero lembrar a V.Exa. e a todos os Srs. Deputados que eu, em particular — e posso provar —, sou abordado a cada instante, não por uma pessoa, mas por dezenas, centenas de pessoas que pedem para que isso seja reconsiderado. Creio que uma das coisas mais importantes é termos palavra. Pelos céus, se não houver palavra, ninguém anda!

Sr. Presidente, o acordo foi feito no sentido de se conseguir alguma coisa e V.Exa. manteve. Aquilo que se postulava foi conseguido.

Estou perplexo. Gostaria que V.Exa. dissesse ao Plenário se é, de fato, para existir ou não essa figura chamada acordo. Se ela não existe — perdoe-me V.Exa. —, eu mesmo vou apresentar um destaque para que se tenha contribuição definida. Como disse a V.Exa., é uma punhalada nas costas.

Sr. Presidente, se V.Exa. puser essa matéria em votação, por favor, faça votação nominal. Fica difícil avaliar quem levanta a mão, se é o Parlamentar ou o assessor.

Muito obrigado.

**Posicionamento contrário do PRONA à PEC 40 de 2003 (Reforma da Previdência Social), em votação em segundo turno. (2003-08-27 21:28)**

**Data: 27/08/2003**

**Sessão: 155.1.52.O**

**Hora: 16h28**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desde o início, quando as questões foram apresentadas, V.Exa., o plenário e os brasileiros que assistem aos pronunciamentos feitos nesta Casa sabem que o PRONA vota contrariamente à proposta. O PRONA não acredita que isso melhore a situação do povo brasileiro. O PRONA é contrário à PEC e vota "não".

## 1.8 Setembro

**Interpelação ao Presidente da sessão, Deputado Inocêncio Oliveira, sobre se será possível a apresentação de destaques à PEC 41 de 2003 (Reforma Tributária), na sessão de amanhã, caso o encerramento da discussão da matéria se dê na presente (2003-09-02 22:08)**

**Data: 02/09/2003**

**Sessão: 162.1.52.O**

**Hora: 17h08**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Se a discussão for encerrada agora e algum de nós, seja pela bancada ou não, quiser apresentar destaque, será possível fazê-lo amanhã?

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Sim. A Presidência informou que a emenda aglutinativa, o substitutivo global poderá ser apresentado durante o processo de votação. Aí, abriríamos prazo para apresentação dos destaques. Ninguém ficará prejudicado. Bem como haverá o encaminhamento sobre essa nova emenda para que o Plenário dela tome conhecimento.

Informo que essa emenda já é representativa. Não se venha dizer aqui que não discutiu a matéria. A emenda será em torno do Substitutivo do Relator na Comissão Especial, das emendas e destaques apresentados naquele órgão técnico.

**Posicionamento contrário do PRONA à Emenda Aglutinativa Substitutiva Global ao substitutivo à PEC 41 de 2003 (Reforma Tributária), em votação em primeiro turno; Retirada do Partido do plenário em sinal de protesto. (2003-09-04 01:14)**

Data: 03/09/2003

Sessão: 166.1.52.O

Hora: 20h14

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. e aos colegas que estou realmente muito entristecido com o desenvolvimento de todo o processo de votação nesta noite. Por entender que a reforma tributária é contrária aos interesses nacionais, comunico a V.Exa. que eu e meus colegas de partido também nos retiramos deste plenário.

**Posicionamento contrário do PRONA ao art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, constante do art. 3º da Emenda Aglutinativa Substitutiva Global à PEC 41 de 2003 (Reforma Tributária), que prorroga a CPMF até 31 de dezembro de 2007 (2003-09-11 02:22)**

**Data: 10/09/2003**

**Sessão: 179.1.52.O**

**Hora: 21h22**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, preciso falar um pouco sobre o assunto.

A CPMF é um mostrengo jurídico. Ela foi criada, no início, como tributo provisório e foi mantida por muitos anos. Na verdade, a idéia básica que foi completamente distorcida era a da criação de imposto único, Prof. Marcos Cintra. Em vez de imposto único, surgiu outro para a saúde. E não foi destinado a esse setor.

Então, os destaques que os colegas apresentaram visam impedir a manutenção da CPMF. Mantê-la como está e torná-la praticamente definitiva é um acinte à inteligência humana.

Nesse sentido, o PRONA é favorável ao destaque, ou seja, contrário ao texto que aí está.

**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cunha) - O PRONA vota "não".

**O SR. ENÉAS** - "Não" ao texto; "sim" ao destaque.

**Posicionamento contrário do PRONA à PEC 41 de 2003 (Reforma Tributária), em votação em segundo turno. (2003-09-24 22:58)**

Data: 24/09/2003

Sessão: 201.1.52.O

Hora: 17h58

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.quero dizer a V.Exa. que a posição do PRONA é frontalmente contrária ao projeto da PEC nº 41. Entendemos que está sendo ferido o direito do cidadão. A reforma tributária, do modo como foi apresentada, de maneira alguma satisfaz aos anseios de uma população que se vê cada vez mais desesperada, sem nenhum direito.

**O SR. ROBERTO FREIRE** - O PRONA vota "não".

**O SR. ENÉAS** - Se V.Exa. me permitir, vou continuar.

**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cunha) - Pois não, Deputado Enéas. V.Exa. está com a palavra.

**O SR. ENÉAS** - Eu uso raramente o microfone, Excelência. Quero apenas deixar clara minha posição e não preciso gritar para dizer isso. O que está sendo feito é um acinte. Está sendo perpetrada uma injustiça contra a população brasileira.

Eu apresentei um destaque no primeiro turno. Não estive presente, mas agradeço a defesa feita pela Deputada Juíza Denise Frossard e pelo Deputado Moroni Torgan. A DRU é absolutamente aquilo que jamais poderia continuar existindo. É a permissão para que ocorram fatos como o que ocorreu com a Seguridade Social. Havia 160 bilhões na Seguridade Social e 20 % foram retirados.

**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cunha) - Como vota o PRONA, Deputado Enéas?

**O SR. ENÉAS** - Peço permissão a V.Exa. para continuar por mais meio minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cunha) - Pois não.

**O SR. ENÉAS** - Foram retirados recursos da Seguridade Social para pagar o serviço da dívida. Isso vai continuar. A CPMF vai continuar. O PRONA vota contra, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cunha) - Obrigado.



## 1.9 Outubro

## Transcurso do Dia Mundial do Coração. Comemoração dos 25 anos da Fundação Zerbini/INCOR e dos 60 anos da Sociedade Brasileira de Cardiologia. (2003-10-09 16:18)

Data: 09/10/2003

Sessão: 217.1.52.O

Hora: 11h18

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas médicos, cardiologistas, médicos de outras especialidades, Deputados, existe um livro pequeno, na verdade um opúsculo, de Lewis Carroll, que tornou conhecida, por toda a população do planeta, a figura de Alice. Refiro-me a *Alice no País das Maravilhas* e *Alice no País do Espelho*. Há um certo trecho, que todos lemos, em que Alice está numa encruzilhada e há 2 caminhos, dentre os quais tem de escolher um, e ela pergunta para a imagem de um gato que se configura na esquina: *"Diz-me, gato, qual o caminho devo seguir?"* E a imagem do gato responde: *"Depende de para onde tu queiras ir"*. Ela diz: *"Eu não sei para onde quero ir"*. O gato responde: *"Então, qualquer caminho serve"*.

Contei rapidamente a história para dizer aos colegas Parlamentares e àqueles que neste horário estejam assistindo à sessão que a cardiologia sabe o seu caminho, não tem esse problema da figura inesquecível de Alice, sabe exatamente o que faz. E seria despiendo tecer mais uma série de encômios a instituições tão conhecidas, respeitadas e respeitáveis como o Instituto do Coração e a Sociedade Brasileira de Cardiologia.

Prefiro citar para os colegas médicos, Deputados e aqueles que assistem à sessão alguns pontos fundamentais em qualquer atividade científica. Um deles é a coragem para enfrentar o desconhecido, para desenvolver técnicas novas. Isso ocorre desde a antigüidade. Se Versálio não tivesse tido coragem, talvez até hoje não soubéssemos anatomia, porque ele roubava cadáveres para dissecá-los. É necessário coragem, como teve, por exemplo, o primeiro homem que pôs um cateter na veia e foi até à sala de raios X para ver o cateter no coração. Enfim, a característica precípua é ter coragem. É fundamental ter esmero, dedicação e obstinação — sem isso não se anda —, em qualquer atividade, precipuamente na científica, objeto da homenagem de hoje.

Outra característica importante é ter rigor, esmero, cuidado, inclusive na linguagem. Nós, cardiologistas, médicos, Deputados, temos de ter cuidado quando nos exprimimos para não cometermos cinzas imperdoáveis, erros crassos, que fazem até muita gente rir.

Confúcio, certa feita, interrogado por seus assessores, há muito tempo, 2 milênios, disse: *"Se o que eu digo não é o que pretendo dizer, o indivíduo que está me ouvindo não entende; não sabe o que tem de fazer"*. Se aquilo que deve ser feito não o é, a moral e as artes decaem. Se a moral e as artes decaem, o povo é entregue à confusão. É mais ou menos um retrato do que se passa, em grande escala, em muitas esferas do Poder em nosso País.

Para concluir, quero dizer aos meus colegas médicos e Deputados e àqueles que assistem à nossa alocação que Sócrates andava, certa feita, pelas ruas de Atenas — ainda não era filósofo renomado, mas um ser humano como qualquer outro —, com um daqueles que seriam posteriormente seus discípulos, se não me engano Trasímaco, e, ao passar perto de uma pitonisa, de uma sibila, perguntou: *"Quem é o homem mais preparado, mais sábio do mundo?"* E a pitonisa disse: *"Este que está do teu lado, é Sócrates"*. Sócrates disse: *"Mas eu sei que nada sei"*. E ela disse: *"Nisso reside tua sabedoria"*.

Sócrates ficou perturbado e saiu pelas ruas de Atenas perguntando: *"Será que é verdade? As pessoas pensam mesmo que sabem?"* E perguntou ao primeiro general que passava: *"Diz-me, tu que és um General, o que é a coragem"*. O General disse: *"Coragem é atacar o inimigo"*. Sócrates argumentou que nem sempre; às vezes é preciso recuar para uma posição estratégica. Isso não quer dizer falta de coragem. O General, que era um homem lúcido, aquiesceu e disse: *"É verdade"*. E Sócrates fez-lhe a pergunta novamente. E o General deu outra resposta. E Sócrates mostrou que não era, e foi um ir e vir de perguntas e respostas. Ao final de tudo aquilo, o General ficou irritado e disse: *"Pronto, eu não sei, eu não sei o que é coragem, diz-me"*. Sócrates: *"Mas eu não disse que sabia. Vamos, nós dois juntos, procurar a verdade"*. Nasceu a maiêutica.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

## **Inocuidade do Estatuto do Desarmamento na redução da criminalidade no País. Críticas às propostas de reforma previdenciária e tributária encaminhadas pelo Poder Executivo (2003-10-23 19:54)**

**Data: 23/10/2003**

**Sessão: 239.1.52.O**

**Hora: 14h54**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a impressão que tenho, a cada novo projeto, a cada medida provisória que se apresenta nesta Casa para votação, é a de que devo estar sonhando.

Inclusive há pouco vi o ilustre Deputado Jair Bolsonaro ficar indignado, até ultrapassando os limites do seu comportamento normal.

É fundamental que acordemos para o fato claro como a água de rocha, límpido como o liquor de uma pessoa que não tem meningite: esse projeto que aí está não resolverá coisa alguma. As mortes por acidente de pessoas que portam arma de fogo e não são delinqüentes correspondem a um percentual irrisório, desprezível, quando se leva em conta a verdadeira mortandade que ocorre nas grandes metrópoles e até em cidades do interior. Os delinqüentes, sejam assaltantes, sejam estupradores, não têm armas registradas.

Chega a ser risível para qualquer um de nós, que temos o mínimo de lucidez intelectual, sermos obrigados - por educação, todos somos obrigados a ouvir - a ouvir os discursos dos que defendem esse projeto eivado de retóricas, como se a imbecilidade generalizada dominasse nossas mentes. Olhemos para São Paulo e Rio Grande do Sul e vejamos a quantidade de homicídios nesses 2 Estados da Federação. É muito maior em São Paulo, no entanto, o Rio Grande do Sul é muito mais armado. Os dados estão aí para quem quiser vê-los nas delegacias de polícia.

No Brasil como um todo, Sr. Presidente, há armas em lares num percentual máximo de 5 %. Nos Estados Unidos o percentual é de 48 %.

Se olharmos para os países desenvolvidos, vamos perceber a estupidez suprema que é desarmar a população, que passará a não ter nem o direito de se defender, contrariando princípio constitucional. Isso é aplaudido e se repete em verso e prosa, mas não representa avanço nenhum, é mais um retrocesso. Entrega-se o cidadão, que não tem mais o direito de se defender, nas mãos de quem entrar na sua casa para fazer o que quiser. É o absurdo dos absurdos!

Sei que já perdemos, os que lutam contra o projeto já perderam, mas é apenas o que os eleitores esperam ouvir. As pessoas que estão do lado de fora dizem assim: *"Pelos céus, pelo menos reclamem, pelo menos digam que estamos sendo enganadas"*. Saiba a população brasileira que foi enganada na reforma da Previdência. Não estou agredindo ninguém em particular, mas me referindo a um modelo pútrido, hediondo, em decomposição, que se repete e é igual ou muito pior do que era antes.

Vamos ser honestos! Vamos parar com essa hipocrisia! Vamos parar de dizer que estão defendendo a população! A troco de que tanta mentira?

Tenho essa posição e não estou ligado a nenhuma outra estrutura política. Criei o PRONA e defendo essas idéias, como todos sabem, há 14 anos. É preciso parar com a hipocrisia e aprender a dizer a verdade. Só a verdade pode fazer com que a população acredite em quem está falando, como acredita em mim, que jamais, em nenhum instante, por 14 anos, me contradisse.

A reforma da Previdência, a prorrogação da CPMF e da DRU foram uma punhalada pelas costas. A população está sendo a todo instante vilipendiada, enganada. Quando um colega se levanta contra isso, como fez o ilustre Deputado Jair Bolsonaro, e diz, utilizando linguagem - considero eu - um pouco rígida, talvez despida de figuras de sintaxe ou retórica, mas sincera, tudo o que estou expondo, é imediatamente atacado, porque não pode escolher seu tipo de linguagem. Mas se trata de um Parlamentar que tem direito de se expressar como achar conveniente.

À população brasileira que por acaso estiver nos ouvindo, informo que esse projeto não resolverá coisa alguma nem melhorará a situação. Os assaltantes ficarão cada vez mais felizes, porque agora, sim, no sinal de trânsito ou em qualquer outro lugar - eles sabem - não haverá defesa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Exposição e debate sobre a condução da política externa do País. (2003-10-29 16:41)**

**Data:** 29/10/2003

**Sessão:** 1810/03

**Hora:** 10h41

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) - Com a palavra o Deputado Enéas, do PRONA de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Senador José Alencar, primeiro, gostaria de trazer à lembrança o nosso encontro de 9 anos atrás. Profícua foi a conversa naquela ocasião. V.Exa. continua elegante, mantendo apreço, respeito e amizade pelas pessoas a que se refere e continua falando sobre o Brasil do modo pelo qual conduzimos a conversa naquela ocasião.

Era o ano de 1994, e tinha sido encerrada a eleição presidencial. Naquela ocasião, fui o terceiro candidato mais votado à Presidência da República do Brasil. No seu escritório, discutimos o sentimento misto de horror, indignação e tristeza de que eu era possuído e continuo sendo em relação a questões viscerais das quais padecemos a nossa tão querida terra.

Tenho uma pergunta, mas antes um comentário. Sou absolutamente de acordo com as considerações que fez e faz sempre. Assisto a quase todas as suas exposições e locuções, em particular quando se refere às taxas de juros. Não existe absurdo maior.

No ano passado, foram 113,9, 114 bilhões. Este ano, um pouco mais. Não existe - estou plenamente de acordo com V.Exa. - economia alguma que resista a isso. Tudo o mais é conversa fiada, estou plenamente de acordo.

No decurso de sua locução, que foi também breve e rica, V.Exa. se referiu ao Chile e ao cobre - metal que agora começamos a descobrir no nosso território. É só uma lembrança, pois talvez alguns colegas não saibam que somos o maior produtor mundial de quartzo, que, com um grau de impureza de 10 elevado a menos 11, é vendido a menos de meio dólar o quilograma, e importamos *chip* de computador feito com quartzo a 3 mil dólares.

*En passant*, cito que na Pensilvânia, nos Estados Unidos, está o manganês. São milhões de toneladas que se foram daqui, e é fundamental pois é sulfurante, antioxidante para fazer aço.

Quando nós pensarmos, num futuro não muito distante, em fazer aço, vamos ter de importar manganês, porque agora grande parte dele se foi, deixando buracos no Amapá.

O último comentário sobre as riquezas colossais a que V.Exa. fez referência e que continuam a ser vendidas a preço de banana é da terra de V.Exa., de Minas Gerais. Lá está o nióbio - aliás, costumam dizer que sou vidrado em nióbio. É simples: sem nióbio não se pode construir aviões supersônicos. E o nióbio é vendido, mais ou menos, pelo preço de um cacho de bananas. É só uma lembrança.

Faço uma pergunta simples para V.Exa., a quem admiro e respeito. É sobre uma situação que não estou dizendo que vai ocorrer, mas que não é impossível, haja vista o exemplo da História do Brasil: se V.Exa. vir a assumir a Presidência da República do País, manterá a atual política mineral? Manterá a política de submissão às potências hegemônicas no que concerne ao pagamento de juros?

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) - Exmo. Sr. Vice-Presidente José Alencar, V.Exa. está com a palavra.

**O SR. VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA** (José Alencar) - Eminente Deputado Enéas, provavelmente a visita do Presidente ao Panamá, por ocasião do centenário do país, coincidirá com a viagem já agendada por S.Exa. à África. Por isso, solicitou-me S.Exa. que eu vá ao Panamá. Então, essa assunção à Presidência da República a que V.Exa. se refere, nesse período, parece que vai ser do Presidente da Câmara. Assim, aquelas medidas poderão ser tomadas por S.Exa. Temos de transmitir a S.Exa. essas perguntas. Fiquei muito honrado, Deputado Enéas, com a capacidade de memória de V.Exa. naquele almoço que tivemos em Minas Gerais, logo depois que trouxe ao País sua posição brilhante, na eleição de 1994. Se não tem ainda 9 anos, vai fazer agora. Recordo-me e digo que aprendi muito, porque V.Exa. é realmente um mestre.

Muito obrigado.

(...)

Quanto ao que o Deputado Enéas falou, temos aqui algumas colocações feitas por S.Exa. sobre 2 minerais: o quartzo e o nióbio. O Brasil é praticamente o único produtor e a sua maior produção encontra-se em Araxá, Minas Gerais. A exportação, parece-me, é de mais de 80 % daquela mineração.

**(Não identificado)** - Com relação à produção, chegamos a 97 %.

**O SR. VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA (José Alencar) - 97 %? Então, é mais 80 %. De fato, ele tem toda a razão. É aquilo que falei de forma mais macro, sem entrar em detalhes. Quando falei, por exemplo, em setor primário, apenas citei alguns segmentos desse setor. Não falei no setor ligado à mineração. Aí há vários itens ligados à mineração. O nióbio é um deles e o quartzo, outro.**

Lembro-me da ocasião em que uma companhia japonesa queria fazer uma *joint venture* conosco para a extração de quartzo. Para quem não sabe, o quartzo é cristal de rocha. Ivan Botelho, meu amigo lá da Zona da Mata, dono da Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina, uma figura também muito conhecida, convidou-me para participar com ele daquele esforço para fazer a *joint venture* com os japoneses para a extração de quartzo. Fizemos um trabalho e fomos para Tóquio. Lá, os japoneses colocam uma mesa comprida assim, baixinha, onde eles ficam sentados de um lado e nós do outro lado e um nissei fazia a tradução. Eles, então, fizeram uma pergunta, e nós a respondemos. Eles trocaram idéias entre si, por bastante tempo e em japonês, pois é assim que eles negociam. Depois eles falavam com o nissei, para que ele fizesse, então, a tradução. Pensei: bom, vão dar uma resposta a nossa colocação. Eles fizeram uma outra pergunta. Nós ficamos ali umas 3 horas respondendo a perguntas e, no fim, eles nos informaram que a General Electric americana havia desenvolvido uma tecnologia do quartzo sintético. Eles se utilizavam de pedras pequenas de quartzo, transformavam aquilo em pó e faziam uma prensagem. É um aglomerado de quartzo que servia como isolante - o quartzo é usado como um grande isolante na eletrônica. Eles falaram que aquilo estava superado. Depois de 3 horas de discussão, o negócio acabou ali. Agora V.Exa. traz informações valiosas em relação ao quartzo.

Temos de examinar cada item da nossa economia, e o quartzo é uma delas. V.Exa. pode, com o seu conhecimento, trazer uma grande contribuição. Caso V.Exa. tenha algo escrito a respeito do quartzo ou do nióbio, comprometo-me a levar ao Presidente Lula e, obviamente, chegará ao Ministério de Minas e Energia. Precisamos aproveitar a contribuição de todos os brasileiros, especialmente daqueles que têm tanto a oferecer, como é o caso de V.Exa.

## 1.10 Novembre

**COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Debate acerca da parceria entre Brasil e Estados Unidos para o fortalecimento e o desenvolvimento do hemisfério americano, para a definição de estratégias de segurança e da Área de Livre Comércio (2003-11-12 16:26)**

**Data:** 12/11/2003

**Sessão:** 1923/03

**Hora:** 10h26

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) - Sra. Embaixadora, peço a V.Exa. que aguarde mais um pouco. Vou abrir mais uma exceção e conceder a palavra ao Deputado Enéas, do PRONA de São Paulo. Um candidato que recebeu mais de 2 milhões de votos precisa ser reconhecido.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Vou utilizar no máximo 2 minutos.

Sra. Embaixadora, há algum tempo, quando da eleição presidencial, apresentei à população brasileira uma proposição. Fui alvo de críticas por toda a imprensa.

O teor da matéria dizia que o País é uma nação continental, que detém a maior riqueza do mundo em matéria-prima, em minério; que possui a maior fonte de água potável e o maior índice pluviométrico do mundo; que tem só de energia solar durante 1 dia o equivalente a 120 mil usinas de Itaipu, a todo vapor. Com toda essa riqueza natural, que nos choca, dois terços da população brasileira sobrevive e um terço vive na miséria, na pobreza extrema. Será que todas essas riquezas não são alvo de cobiça? Para mim, a resposta é afirmativa. Essas riquezas são alvo de cobiça. Nada, em particular, contra o seu país, mas a questão é geopolítica.

O Brasil não tem o direito de deter o controle do poder nuclear? A pergunta é específica para a Embaixadora. É correto o Brasil abrir mão desse direito legítimo de se defender num conceito de geopolítica e de dissuasão estratégica, tendo ou a bomba atômica, ou o submarino nuclear, ou o direito de possuir mísseis a fim de apenas deter o avanço belicista, que pode ocorrer a partir de uma nação hegemônica? Era isso.

**A SRA. DONNA HRINAK** - Sr. Deputado (Ivan Valente), onde foi divulgado que recebemos mais de 50 mil denúncias de abusos cometidos durante o regime de Saddam Hussein e que teriam sido encontradas mais de 270 tumbas de vítimas de regime de Saddam Hussein? Pergunto: quem cometeu genocídio contra o seu próprio povo? Acho que houve a responsabilidade de falar sobre isso antes.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sra. Embaixadora, sabe quantos iraquianos morreram com a intervenção americana? Quantas crianças iraquianas morreram?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) - Deputado Ivan Valente, não há mais discussão. Garanto a palavra à Embaixadora. V.Exa. não pode mais fazer perguntas. A palavra está com a Embaixadora; depois V.Exa. poderá se pronunciar.

(...)

**A SRA. DONNA HRINAK** - (...) Sr. Deputado Ivan Valente, em relação ao setor nuclear no Brasil, sei que V.Exa. é um líder a favor do desarmamento, que luta pela paz. Uma história de que este País pode se orgulhar.

**Posicionamento contrário do PRONA ao Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 131 de 2003 (Estabelece normas para o plantio e a comercialização da produção de soja da safra 2004 e dá outras providências - Transgênicos). (2003-11-12 22:54)**

**Data: 12/11/2003**

**Sessão: 259.1.52.O**

**Hora: 16h54**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vejo mais uma questão extremamente delicada no que concerne à soberania nacional. Ouvi os argumentos expendidos pelos colegas. Parece-me que não existe posição definida no que se refere a prejuízo, a impacto ambiental, mas é preciso que fique claro que a ausência de uma evidência não é a evidência da ausência. Ainda não está determinado qual o risco. Esse é um aspecto.

O outro, talvez ainda mais sério, é o fato de o Brasil ficar subordinado a somente uma empresa que detenha o controle da produção dessas sementes.

Em se tratando de questão fundamental e importantíssima, que é a agrícola, em particular a soja, sobre a qual praticamente detínhamos o controle mundial, já éramos produtores de peso, vejo como extremamente perigoso assumir essa postura de perder a independência e de, mais à frente, sermos obrigados a curvar-nos, quando não houver outro argumento mais aceito. Teremos só de importar sementes.

Do ponto de vista da independência e da soberania nacional, o Brasil passa a assumir um risco muito grande.

O PRONA vota contra, Sr. Presidente.



**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Esclarecimentos sobre o narcotráfico, as FARC e as relações comerciais entre Brasil e Colômbia. (2003-11-25 21:58)**

**Data: 25/11/2003**

**Sessão: 2064/03**

**Hora: 15h58**

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - A senhora me permite fazer um comentário, Sra. Presidenta?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) - Com a palavra o Deputado Enéas, do PRONA de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Com todo o respeito ao senhor, que eu já conhecia antes, farei apenas um comentário. Não pense que a situação do seu país é muito diferente da do nosso, só para o senhor ter um pouco de tranquilidade. No Rio de Janeiro e em São Paulo, assassinam-se policiais quase que diariamente. Policiais já não vão às ruas, com medo, com pavor por estarem uniformizados. Acontece que o seu país é menor territorialmente. Então, as coisas aparecem mais do que aqui.

Percebi a angústia com que o senhor se manifestou, falando sobre o seu país dessa forma. Perdoe-me, mas o nosso não está muito diferente disso. A situação é calamitosa nas ruas das grandes metrópoles.

Muito obrigado.

**O SR. JORGE ENRIQUE GARAVITO DURÁN** - Muito obrigado, Deputado Enéas.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Atividades de Inteligência: consulta à sociedade. (2003-11-27 16:19)**

**Data: 27/11/2003**

**Sessão: 2111/03**

**Hora: 10h19**

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) - O nobre Deputado Enéas, do PRONA de São Paulo, gostaria de fazer uma última pergunta ao Sr. Ministro. Como sei que S.Exa. é rapidíssimo, o Deputado mais rápido da Câmara dos Deputados (*risos.*), concedo-lhe a palavra.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Agradeço ao General Jorge Armando Félix e ao Sr. Ministro-Chefe Luiz Soares Dulci a presença.

Estive na ABIN, com o Coronel Alves e outros, a convite dos senhores, representando nossa Presidente. Agradeço aos senhores a excelente página que a organização fez a meu favor, logo após a eleição, reconhecendo a minha luta pelo interesse nacional como atividade precípua que pretendo levar até o fim da minha vida.

Na verdade, sou uma espécie de defensor dos oprimidos. Um jovem da ABIN solicitou-me que intermediasse perante os senhores - e sinto-me à vontade para fazê-lo. Segundo informação que recebi, na semana passada foi aprovado o plano de carreira do Banco Central, publicado no *Diário Oficial* - informação dada por funcionários. O salário inicial é de 4.800 mil reais.

Gostaria de saber o porquê da discriminação, uma vez que os rapazes e moças da organização que o senhor preside têm de falar 2 idiomas estrangeiros, além do idioma nacional, e o concurso que prestam é do mesmo nível daquele realizado no Itamaraty.

Portanto, há alguma razão específica para o fato de, no plano de carreira, o salário inicial ser tão inferior ao do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários?

Estou sendo uma espécie de intermediário, gostaria que os senhores entendessem isso.

Mais uma vez agradeço aos senhores o papel extraordinário que representam em tempo moderno, independentemente de que tipo de governo toma conta do Estado. O Estado se mantém sempre; o Governo é apenas o Estado em ação, que pode levá-lo para frente ou não. Independentemente de quem esteja no poder, a ABIN descurar de informação é estupidez supina. Não existe Governo sem informação.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Zulaiê Cobra) - Obrigada, Deputado Enéas. Hoje, V.Exa. foi um pouco mais longo do que habitualmente. (*Risos.*)

## 2. 2004

## 2.1 Janeiro

**Registro de voto proferido pelo orador em sessão anterior. (2004-01-28 20:42)**

**Data:** 28/01/2004

**Sessão:** 011.3.52.E

**Hora:** 14h42

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Desejo justificar meu voto, Sr. Presidente. Na manhã de hoje estava na Comissão de Relações Exteriores, vim correndo ao plenário, mas não deu tempo de marcá-lo no painel.

Votei "em obstrução", com o partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Gonzaga Patriota) - Deputado Dr. Enéas, basta que V.Exa. o registre, e já contará para o dia todo.

## 2.2 Fevereiro

**Contestação ao pronunciamento do Deputado Miro Teixeira em defesa da política social do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Esclarecimento sobre os índices de desemprego no País. Queda da participação dos salários na renda nacional. (2004-02-11 23:02)**

**Data:** 11/02/2004

**Sessão:** 027.3.52.E

**Hora:** 17h02

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores brasileiros que assistem aos nossos pronunciamentos na Câmara, raramente venho à tribuna, raramente faço uso deste tempo a que tenho direito, mas fiquei imensamente impressionado com as figuras de retórica extremamente bem aduzidas por uma pessoa por quem tenho imenso respeito, um colega conhecido meu há quase 3 décadas, por quem tenho muita admiração: Deputado Miro Teixeira.

Diante dos encômios que S.Exa. fez ao atual Governo, do qual faz parte, quero pedir-lhe desculpas, e a expressão, de maneira alguma, é um desrespeito a sua alocução, mas me parece que o país ao qual se referiu o nobre Deputado aos outros eminentes Líderes governistas não é o mesmo em que vivo.

Senão, vejamos: um dos índices mais sérios relativo ao que ocorre no âmbito governamental de qualquer nação é o percentual dos cidadãos que ocupam cargos, que estejam empregados em qualquer ramo de atividade. Curiosamente temos, no exercício de 2003, quando se chegou a um dos piores patamares do País, as estatísticas oficiais apresentando 12,3 % em relação ao desemprego, o que absolutamente não é verdadeiro, uma vez que a maneira como se afere o desemprego é extremamente desleal: só se considera uma pessoa desempregada aquela que realmente age como tal no último mês, ou seja, que está procurando emprego. Quantos deixam de fazê-lo por absoluta falta de esperança de conseguir um posto de trabalho numa indústria que não tem mais o que fazer para se manter viva?

O desemprego real — já falei sobre isso para o Brasil inteiro — chega à taxa de 25 % da População Economicamente Ativa (PEA), que também não reflete a realidade. Dever-se-ia falar de uma população maior e não da dita economicamente ativa, que chega a algo em torno de 80 %. Em vez da PEA, dever-se-ia utilizar a População em Idade Ativa — PIA . Mas aceitemos a PEA.

Pois bem, os dados reais, todos feitos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mostram que essa cifra chega a 25 %. Isso é um caos, é o pior dos absurdos!

Vamos a outro dado também importantíssimo. Sabe-se que — não há dúvida quanto a isso — um dos melhores índices, dentre todos os que traduzem o bem-estar de uma população, é o percentual dos salários na renda nacional.

Senhores, detenhamo-nos a observar esses índices. Em 1964, antes da ascensão ao poder do Regime Militar, o percentual representado pela massa salarial da Nação girava em torno de 62 %. Estudos detalhados e cuidadosos feitos acerca dessa tese mostram-nos de maneira irrefragável e irretorquível que esse percentual vem caindo com o tempo — é verdade.

Por que tecer aqui elogios a governos anteriores? Não. Vem caindo, sim. Quem calcular a derivada primeira da curva verificará que o percentual dos salários vem caindo. É possível, fazendo o ajustamento de curvas — para quem entende um pouco de cálculo —, mostrar que a inclinação é quase a mesma até 2002.

Vejam um novo absurdo: no final de 2002 já se está diante de um índice terrível, que chega a 36,5 %.

Repito: essa é a participação dos salários na renda nacional.

Mas vejam o que faz o Governo dito como dos trabalhadores: no ano transato, 2003, de 36,5 % chega-se a 31 % — aliás, 31 e uma fração de que não me recordo —, caindo 5 pontos percentuais. Foi o pior ano no que concerne à participação da renda dos trabalhadores na renda nacional. Não há como negar esses dados. São irrefutáveis e de fonte conspícua. Números não mentem.

Paremos — perdoem-me — com a hipocrisia! Tudo está piorando a olhos vistos. Tudo mais é conversa fiada. É um abuso de retórica, embora extraordinária, e tenho o dever de elogiar, mas também é minha obrigação deixar claro aqui que o meu respeito não é, de maneira nenhuma, uma vacina contra minha capacidade de pensar.

Muito obrigado.

**Posicionamento contrário do PRONA ao Substitutivo da CCJR ao Projeto de Lei 7.134 de 2002 (Dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas, sobre a prevenção, a repressão e o tratamento. Define crimes, regula o procedimento nos crimes que define e dá ou (2004-02-12 17:26)**

**Data:** 12/02/2004

**Sessão:** 028.3.52.E

**Hora:** 11h26

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e demais colegas que nos ouvem, a nossa posição é contrária. Vamos explicar rapidamente o porquê. Ao ler o art. 28, que define os crimes e as penas, percebemos que a seqüência compreensiva de advertência, prestação de serviços e medida educativa vai soar, sem dúvida, pelos meios de comunicação — como já começou a ocorrer — como mais uma atitude permissiva. E a nós, queremos crer, e também aos Deputados que nos precederam, a aprovação vai soar de forma extremamente perigosa. Imaginem um policial, com formação rude, em sua viatura, ao flagrar um indivíduo fumando maconha, dizendo: "*Dá um pito aqui*".

Enfim, vão ser criadas situações — e nós apenas estamos advertindo esta Casa, pois sabemos que já está decidido — extremamente perigosas para a sociedade.

O jovem, de uma forma ou de outra, sabe que é crime. Seria estultice dizer que se retirou o caráter ilícito da prática. Não estamos dizendo isso. Mas a maneira como a questão foi abordada parece não ser adequada, inclusive quanto ao texto do art. 47, cujo teor diz que de forma alguma o indivíduo poderá ser detido. Isso tudo — repito — vai soar como estímulo e será perigosíssimo.

Medidas permissivas já vêm sendo adotadas por esta Casa no que concerne, por exemplo, ao aplauso à atividade homossexual, ao apoio a uma série de atitudes que sem dúvida não têm a aprovação da maioria da sociedade.

Os meios de comunicação, Sr. Presidente, vão esparramar para a sociedade a informação de que, a partir de agora, está liberado o uso de entorpecentes. Sabemos que não é assim, por isso que alertamos a sociedade para o perigo que se está constituindo em razão do acordo estabelecido.

O PRONA, portanto, respeitando a atitude tomada em relação aos traficantes, é claro, vota contra a matéria.



**Improcedência de denúncias de corrupção contra o orador e a Deputada Estadual Havanir Nimtz. Imprescindibilidade da instalação de CPI para investigação do envolvimento do ex-Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil da Presidência da Repú (2004-02-18 23:46)**

Data: 18/02/2004

Sessão: 005.2.52.O

Hora: 17h46

O SR. ENÉAS (PRONA-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, um ano atrás, após as eleições de 2002, cujos resultados o Brasil inteiro conhece, a colega Havanir, Deputada Estadual, por acaso presente no plenário, que também recebeu uma das maiores votações do País, e eu fomos vítimas de enorme quantidade de reportagens, todas escandalosas, que nos lançavam como inimigos públicos por uma única razão: àquela ocasião, um ex-candidato do partido, de maneira sub-reptícia, com um gravador escondido, filmou conversa em que a doutora cobrava por cartilhas que continham material doutrinário do nosso partido. A Dra. Havanir era, e continua sendo, Presidente Regional do partido.

Naquela época, fomos entrevistados por jornalistas, e tudo se fez para diminuir o brilho daquela espantosa eleição, única na história do Brasil, em que obtive 1 milhão de votos a mais do que o segundo mais votado, o atual Ministro-Chefe da Casa Civil.

Tudo foi feito. Abriram-se nossas contas, brutal agressão, por causa de 3 mil reais — 3 mil reais! —, decorrentes da venda de cartilhas. Não era dinheiro público, mas sim da venda de cartilhas ligadas à minha firma, livraria e editora. Era rotina no nosso partido vendermos cartilhas a quem se aproximasse de nós, até mesmo de candidatos.

O processo se instalou, e fomos obrigados a depor diversas vezes, até em investigação judicial. Fato como este causa riso, porque, durante os 4 anos de venda daquele material, cujas notas fiscais, todas, foram apresentadas por mim, o montante foi de 300 mil reais.

Agora, causa-nos espécie, e conversei com os Líderes do PFL e do PSDB, que o Governo, numa atitude a nosso ver ininteligível, não peça instantaneamente instauração do mecanismo que a todos parece o mais justo: a Comissão Parlamentar de Inquérito. Não porque se queira demonstrar que S.Exa., o Ministro, está cobrando. Não! Apenas para que S.Exa. possa, de maneira altaneira, dizer: "Não tenho nada a ver com isso. Está aprovado".

Ora, quero crer — e muitos já se manifestaram aqui a respeito — que esse processo, essa briga por CPI, realmente contamina a todos, embora eu jamais tenha participado de nada disso. Inclusive ontem, quando me pediram que assinasse o papel pelo PRONA, disse que queria pensar. Mas depois de refletir, e a gritaria da imprensa é tremenda, vi que a população, pelo menos aquela que lê jornais ou a que assiste aos noticiários pela televisão, quer uma satisfação. Quero crer que a satisfação que se impõe é essa, porque serão apurados e aferidos todos os problemas atinentes à questão.

Pedi ao Presidente o direito de ocupar a tribuna para dizer, sem nenhuma ofensa às autoridades constituídas do Poder Executivo, que é obrigação moral — sabemos que eles têm maioria, claro — que eles mesmos venham a público dizer: "Vamos instalar a CPI. Não temos nada a temer". Que se prove, de maneira inconcussa, que S.Exa. o Ministro não tem nada a ver com o caso. Pronto. Que isso fique claro. Aí, sim, de modo irretorquível nada mais haverá a ser dito. O assunto estará encerrado de forma conclusiva.

Repito o que disse naquela ocasião aos Desembargadores de São Paulo: "*Nada tenho a temer*". Aliás, disse que vendi cartilhas educativas, vendo e vou continuar vendendo sempre. Não há problema nenhum. Se não temos o que temer, vamos até o fim. Por que não ir até o fim?

Estão dizendo que mais matérias serão publicadas pelos jornais.

Por que não se instalar a CPI? A pergunta é só essa. Por que não ir em frente e eliminar de vez o problema? E depois dizer: "Vejam, definitivamente, está comprovado que nós, Poder Executivo, não temos nada a ver com isso".

Afirmar que o cidadão é acusado de tudo, por meio de gravações, está ligado ao Governo anterior, não faz sentido, porque se o era, continua, e eu nem o conheço. Quando alguém disse da tribuna que ele falou com todos os Parlamentares, não é verdade, pois não sei quem é esse senhor, jamais o vi e jamais falei com ele.

Agora, se ele aqui estava, é claro que tinha trânsito a todos. Durante o ano inteiro ele se tornou uma vestal, durante o ano inteiro ele mudou o comportamento.

Repito: não há na minha frase nenhuma acusação, porque também não tenho condição de fazê-lo. Não sei nada sobre isso.

Peço a compreensão a S.Exas., os dirigentes, para não se postergar, não se protrair mais essa questão. Senão, durante todo este mês somente se falará sobre isso no plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## 2.3 Março

**Posicionamento favorável do PRONA ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão 04 de 2004 (Medida Provisória 140 de 2003), que cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Moder (2004-03-02 23:34)**

**Data: 02/03/2004**

**Sessão: 010.2.52.O**

**Hora: 17h34**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, entendemos que a Liderança do PFL tem razão quando pede a retirada de pauta da medida provisória. A Nação, ou pelo menos aquele contingente que assiste aos grandes noticiários, lê as manchetes dos jornais e das revistas e está preocupada. O requerimento tem razão de ser. Entendemos que essa discussão deve ser aprofundada e que desta Casa exsurja decisão dentro do que a população espera: a verdade sobre os fatos. Por isso, estamos de acordo com o requerimento.

**Defesa da eleição do professor Bautista Vidal para membro do Conselho da República.**  
(2004-03-09 23:26)

**Data: 09/03/2004**

**Sessão: 014.2.52.O**

**Hora: 17h26**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aviso aos colegas que faz parte da relação de candidatos o nome do Prof. Bautista Vidal, um dos homens mais preocupados com esta terra.

Engenheiro nuclear com vocação nacionalista, Bautista Vidal luta pela utilização da biomassa, e foi o primeiro Secretário de Ciência e Tecnologia do Brasil. Trata-se de pessoa preparadíssima, engenheiro de formação ímpar, e sem dúvida estará sempre lutando pelo nosso País.

Muito obrigado.

**Apoio ao pronunciamento do Deputado Alberto Fraga, ao ensejo do transcurso da data de aniversário da Revolução de 1964. Agravamento da crise social e econômica no País. Consenso reinante na sociedade brasileira acerca da inoperância do Governo Federal (2004-03-31 23:36)**

Data: 31/03/2004

Sessão: 039.2.52.O

Hora: 17h36

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de iniciar, gostaria de pedir a V.Exa. que zerasse o painel. *(Pausa.)*  
Obrigado.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, colegas Parlamentares, povo brasileiro, venho usar o tempo a que tenho direito regimentalmente e mais 3 minutos cedidos pelo PSDB para fazer um comunicado, do meu ponto de vista, extremamente importante para a Nação.

Em 1994, quando fui candidato à Presidência da República, diante de S.Exa., o atual Presidente, eu o interroguei sobre uma questão que, àquela época, já era de importância visceral para mim. Perguntei a S.Exa., naquela ocasião, ao vivo: *"Não pensa V.Exa. que, sem dúvida e notoriamente tendo uma formação com preparo extraordinariamente pequeno do ponto de vista cultural, será difícil conduzir os destinos de uma Nação tão complexa quanto o Brasil?"* Naquela ocasião não houve uma resposta específica de S.Exa., o Presidente.

No dia de hoje, 31 de março - há 4 décadas, neste mesmo dia, houve uma revolução que mudou os destinos desta Pátria -, faço questão absoluta de trazer à baila algumas questões que, do meu ponto de vista, têm importância primacial.

Primeiro, é normal e comum que os meios de comunicação cite esta data como um retrocesso. Hoje à tarde, assisti ao pronunciamento do nosso colega Deputado Coronel Fraga e quero dizer de público que endosso *in totum* aquele pronunciamento bastante longo. É claro que os militares fizeram coisas ruins, sem dúvida, como o cerceamento da liberdade de expressão. Mas também fizeram muitas coisas boas, como a promoção do desenvolvimento da infra-estrutura, das telecomunicações, entre outros grandes investimentos que pouco a pouco foram solapados pelos governos ditos democráticos que se sucederam. E o mais curioso - é importante que se faça justiça - é que os indivíduos que naquela época foram guerrilheiros, responsáveis por ações terroristas, hoje estão no centro do poder.

Lembro a todos aqueles que ouvem este pronunciamento que, desde a época de Getúlio Vargas, tudo vem piorando. Se calcularmos o Produto Interno Bruto *per capita*, quer dizer, a participação de cada indivíduo na renda nacional, observaremos que ela está piorando. Gráficos extremamente sérios e bem feitos mostram que a riqueza do indivíduo, comparada com a da Nação, vem diminuindo. O mais interessante é que neste último ano do Governo do PT a participação caiu significativamente, estando abaixo dos índices atingidos em anos anteriores.

Se olharmos outro índice extremamente sério, por exemplo o número de pessoas desempregados, perceberemos que a situação é de cataclismo. Entre 4 brasileiros, 1 está desempregado. É uma situação de terror!

Além disso tudo, todos nós nos esquecemos de que algumas conquistas extremamente sérias foram mantidas até 2003. Por exemplo, um estado de ordem, de respeito à autoridade constituída, um estado em que os indivíduos olham uns para os outros com absoluta ou, pelo menos, razoável segurança, em que se pode andar nas ruas e voltar para casa. Isso já não existe. Hoje o que se vê é um estado de desordem generalizada - desordem política, econômica, social, moral.

Dirijo-me à população que assiste a este pronunciamento e aos colegas para dizer que não somos mais uma sociedade organizada; somos um bando desordenado, em que cada um luta desesperadamente por seus próprios interesses. Na verdade, desapareceu o senso de coletividade. Essa situação é terrível, é tétrica!

No que concerne a investimento público, como estamos? O investimento estatal em 2003 foi, em percentual do PIB, de 0,4 %, pior do que o pior ano do Governo que precedeu.

Diante desses fatos todos, depois de terem sido desmoralizadas e desarmadas as Forças Armadas, depois inclusive de o Governo atual obrigar a população civil a se desarmar, depois de tantas iniquidades, depois de tanto

desrespeito a direitos adquiridos pelo cidadão comum, volto à tese de 1994 e dirijo-me agora, de público, de pé, de frente, à S.Exa., o Sr. Presidente da República:

*Excelência, não estou me reportando à sua bagagem moral, mas a uma arrumação cromossomial intra-específica que V.Exa. não possui para dirigir um país das dimensões continentais do Brasil. V.Exa. está sendo conduzido; não está conduzindo. V.Exa. tem uma excelente oportunidade de mostrar aos brasileiros o que pensa realmente deles. Renuncie, Presidente! Presidente, mostre à Nação que V.Exa. crê no Brasil! Reconheça, de público, que V.Exa. não tem condições para conduzir o barco!*

–  
Não estou me referindo ao Sr. Ministro José Dirceu, não estou me referindo a escândalos, pois não sou homem de falar de qualidade moral de ninguém. Estou falando de ação governamental, de desídia, de ausência de conduta governamental apropriada, por absoluta falta de condições intelectuais para tanto.

Excelências, em 1991, falando para toda a Nação, eu disse para o Presidente Collor: *"Presidente, o barco vai afundar."* Pouco tempo depois, houve o *impeachment*.

–  
As ruas estão cheias, em pré-convulsão. Não sou um indivíduo que fala de apocalipse; estou falando de uma realidade evidente.

O Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia, há pouco mostrou que toda a população - e constato o mesmo, porque ando pelas ruas - reclama do Poder constituído. E o Presidente da República está inerte.

Excelência, está em tempo. Renuncie!

Não ataco a sua moral, mas a sua condição de governar.

Muito obrigado.

## 2.4 Maio



**Obstrução do PRONA à votação do art. 6º do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 167 de 2004 (Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional 41 de 2003 - Reforma da Previdência Social - , altera dispositivos das (2004-05-04 22:08)**

**Data:** 04/05/2004

**Sessão:** 075.2.52.O

**Hora:** 17h08

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, apesar de ter consciência plena de que aquilo que vai ser dito corresponde apenas ao "jus esperniandi", o direito de espernear, o PRONA declara que está em obstrução por uma razão única. Isto é um absurdo! É apenas a testificação de algo que já ocorreu aqui, e que, sabemos, vai ocorrer de novo. Chega a ser, perdoe-me V.Exa, uma imundice o que está sendo feito contra pessoas que trabalharam a vida inteira e serão taxadas mais uma vez. E após isso, certamente, se aposentarão no outro mundo.

O PRONA está em obstrução, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocência Oliveira) - O PRONA declara obstrução.

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - Exposição e debate sobre o conflito ocorrido entre índios e garimpeiros na Reserva Indígena Roosevelt, na região de Espigão d'Oeste, em Rondônia. (2004-05-05 15:34)**

Data: 05/05/2004

Sessão: 0483/04

Hora: 10h34

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para levantar uma questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Júnior Betão) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Peço a V.Exa., se possível for, que leve para o Plenário a questão, porque quero crer que, desde a primeira vez, ficou claro para todos que ali ocorreu um genocídio. Isso é óbvio. Por mais longa que seja a discussão, quero crer que não há dúvida quanto a isso. Ali não houve conflito, mas um massacre, um assassinato, como acabou de dizer o nosso ilustre convidado.

O Sr. Paulo testifica de público aquilo que todo mundo sabe: que essas reservas não são mais do Brasil, são locais em que as autoridades não entram, inclusive colegas nossos aqui.

Pergunto a V.Exa. ou a qualquer outro colega: qual o instrumento jurídico de que podemos lançar mão - sou médico - a fim de que, a partir da Presidência da República, haja imediatamente intervenção federal naquele lugar.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Júnior Betão) - Tem V.Exa. a palavra.

**(Não identificado)** - Podemos continuar ouvindo os demais?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Júnior Betão) - Podemos, sim.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Eu queria que V.Exa. não descurasse do assunto. Falo muito pouco, mas fiz questão de perguntar a V.Exa. qual o instrumento jurídico de que dispomos para que a partir daqui o apresentemos, e, se não temos, que órgão o tem? Por experiência, sei que a discussão vai se prostrar, e receio que seja mais um fato - sabemos disso, minha colega Maria Helena, de Roraima, sabe - como tantos outros da Amazônia e do resto do Brasil.

Por isso, insisto com V.Exa. nessa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Júnior Betão) - Deputado Enéas, agradeço a V.Exa. a sugestão. A Comissão está fazendo o trabalho dela, ouvindo as partes, até para que nós e o Brasil tenhamos a realidade dos fatos. Na qualidade de Presidente desta Comissão, estou aqui colhendo essas informações. Já pedi a minha Assessoria que posteriormente passe essa informação a V.Exa.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Roberto Borges de Oliveira, para encerrar, porque já estamos com o tempo esgotado. V.Sa. dispõe de 1 minuto.

**O SR. PAULO ROBERTO BORGES DE OLIVEIRA** - Fico agradecido e resalto mais uma coisa: os garimpeiros pagaram para entrar lá dentro. Tenho aqui - esqueci-me de mostrar, porque me deixei levar pela emoção - autorização dada por aquele cidadão que foi à televisão para, perante a mídia nacional e internacional, dizer que a morte dos garimpeiros havia sido em defesa própria dos índios.

Esse cidadão pertence à tribo. E eu o chamo de cidadão porque ele tem CPF, título de eleitor e carteira de identidade, portanto, tem de responder, não pode ser tutelado da FUNAI. Está aqui uma autorização, como o garimpeiro me deu, plastificada para não molhar nem estragar. Aqui diz: "*Cacoal, 5 de novembro de 2000...*", é a autorização dada por Naçoca Pio Cinta-Larga, presidente da entidade, ao chefe da Reserva Roosevelt, permitindo a entrada de 12 garimpeiros. Está aqui, data do ano 2000.

Há também uma ficha organizada dos índios, ficha cadastral e contrato de trabalho, com a foto do cidadão. Os índios já estavam organizados. João Cinta-Larga, cacique; Antonio Cinta-Larga, cacique, e Raimundo Cinta-Larga assinam a autorização. Está aqui, senhores. Tenho dezenas dessas para fornecer à CPI. Tenho o uniforme, a farda

que eles usavam lá dentro para não serem molestados pela FUNAI nem pela polícia. Tenho as fardas que eles usavam para serem identificados. Elas são verde, parecem do Exército.

Muito obrigado aos senhores.

## **Indignação com a desídia do Governo Federal diante do massacre de garimpeiros em reserva indígena no Estado de Rondônia. Pedido de intervenção federal no Estado de Rondônia. (2004-05-05 20:40)**

**Data: 05/05/2004**

**Sessão: 077.2.52.O**

**Hora: 15h40**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para fazer uma comunicação de extrema gravidade. Estive hoje, juntamente com outros colegas que compõem a Comissão da Amazônia, em Rondônia, e assisti ao vivo ao depoimento dos garimpeiros sobreviventes do massacre que com eufemismo está sendo tratado como "conflito entre índios e não-índios".

O que ocorreu ali, Sr. Presidente e colegas que prestam atenção ao meu pronunciamento, foi o maior de todos os desrespeitos ao ser humano de que se tem notícia. Não foram 3, não foram 29; na verdade, centenas de indivíduos foram assassinados de maneira torpe, de maneira fria, de maneira desumana.

Tivesse sido morto 1 índio, estariam todas as ONGs do planeta à porta do Congresso Nacional a reivindicar os direitos das minorias.

O curioso é que naquela região, como ficou extremamente bem documentado nos depoimentos feitos, incluindo o do Sr. Governador de Rondônia, não é permitida a entrada de autoridade alguma. É como se ela não fizesse parte do Brasil.

**A pergunta que fez um dos sobreviventes, um homem extremamente humilde, foi a seguinte: "Afinal de contas, de que lado está o Ministro da Justiça?"**

-  
\_ Sr. Presidente, meus senhores, a situação é dantesca: assassinatos em massa, cometidos aos montes, com armas de fogo, corpos desaparecidos, cidadãos vitimados sem nenhum direito de defesa. Diante de tanta iniquidade, levantei-me logo no início da exposição irritadíssimo, como sói ocorrer quando me defronto com a desídia governamental, com a absoluta incúria, com a falta de cuidado dos gerentes dos brasileiros, e sugeri, em questão de ordem, a S.Exa. o Sr. Presidente daquela Comissão que fizesse chegar às autoridades constituídas, aos que têm poder para tanto, a notícia de pelo menos uma perspectiva de intervenção das Forças Armadas na região, uma vez que aqui no Brasil - pois ali não é terra estrangeira - estamos todos de joelhos, curvados diante desse poder alienígena demoníaco, que compra consciências, fazendo com que se calem as vozes que deveriam retumbar em nossa defesa.

Até quando vão ser tolerados esses assassinatos, diante do silêncio cruel da autoridade máxima constituída?

Solicitei, portanto, à S.Exa. o Sr. Presidente da Comissão que se considerasse a possibilidade de partir de maneira rápida, sem prostrar soluções, para a intervenção armada, e depois, para a para aTV *Câmara*, fui instado a dizer o porquê dessa sugestão: já que o estado de desordem grassa no País, como muito bem documentou nossa colega Juíza Denise Frossard sobre o Rio de Janeiro - e permitam-me lembrar que não é apenas no Rio de Janeiro; o eco da violência agride o País inteiro -, é preciso que exista ordem, é preciso que se recupere a autoridade, é preciso que a população acredite em algo.

Chega de conversa fiada, chega de reunião atrás de reunião, chega de assassinatos!

Depois de haver solicitado a intervenção armada, ouvi o pronunciamento do líder dos garimpeiros, que, emocionado, contou como enterraram os corpos de seus amigos, e assisti ao pronunciamento do Dr. Leonel Pereira da Rocha, Juiz de Espigão do Oeste, que tristemente reconheceu de público que existem dezenas de inquéritos em andamento, até com prisão decretada, e nada acontece.

Onde estão as autoridades?

Como disse o Juiz, há muitos anos vêm ocorrendo massacres. Em 2002 diversas ossadas foram encontradas, até cemitério clandestino; recentemente, em 2003, houve mais assassinatos.

Ora, Sr. Presidente, é tempo de a Nação se levantar e pedir justiça e ordem, para que pare essa farsa institucionalizada de dizerem que está tudo bem, quando na verdade aquilo a que assistimos é uma colossal escalada da

desordem, com a derrocada da ordem que deveria estar vigendo. Por isso, peço ao Parlamento que faça gestões para que haja a imediata intervenção federal no Estado de Rondônia, precisamente na região em que se diz haver conflito.

Aquilo não é conflito, e sim massacre de seres humanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - Discussão sobre o conflito ocorrido entre índios e garimpeiros na reserva indígena Roosevelt, na região de Espigão d'Oeste, em Rondônia. (2004-05-12 15:27)**

Data: 12/05/2004

Sessão: 0542/04

Hora: 10h27

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Agnaldo Muniz) - Passo a palavra ao Deputado Enéas.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho por V.Exa. e pelo Presidente da FUNAI, tenho de dizer só uma palavra de elogio: Sr. Mércio Pereira Gomes, V.Sa. é um homem corajoso. Isso tem que ser dito em público, porque, pelos depoimentos que ouvimos, não existe a menor dúvida de que naquela região não houve conflito. Isso é irrefragável, não há discussão. Houve um hediondo massacre.

Sr. Mércio Gomes, já o elogiei pela coragem de estar aqui, porém, antes de iniciar as perguntas, quero deixar claro que tenho sido procurado insistentemente - até pela gigantesca quantidade de eleitores que me trouxeram para cá, número nunca antes atingido -, em meu gabinete, nos corredores da Casa, não apenas por garimpeiros, não apenas pela Sra. Jane Rezende, Presidente da União Nacional dos Garimpeiros, mas também por índios.

Um aviso para os colegas que defendem índios sem terem noção exata do que se está passando: fui procurado pelos pancararus, pelos caiapós, pelos macuxis e pelos xavantes. Nunca antes eu havia feito qualquer referência a nenhum desses senhores. Fui procurado por eles como uma esperança.

Senhores, não há a menor dúvida - o Deputado que está à Mesa presidindo a reunião contou que ficou sem ação, ficou siderado, estupefato com aquilo que presenciou e com o que lhe contaram - de que existe cemitério clandestino.

Está presente na sala um índio disposto a depor, se for chamado. Ele pertence à tribo dos caiapós, trabalhou lá e conhece perfeitamente a região. Toda essa história, perdoe-me, é conversa fiada. Não são 10, 20 ou 30, são centenas.

Quanto ao fato que o Sr. Presidente citou, de que a FUNAI vem cumprindo o seu dever, pergunto eu: por que, Sr. Presidente, demarcar terras com extensão territorial superior à de países da Europa para índios que realmente nem sabem o que fazer com elas? Será - é a pergunta que eu faço em seqüência - que é isso o que realmente os índios querem? Por que eles não são ouvidos?

Eu e um grupo de Parlamentares do qual fazia parte a colega aqui presente estivemos com os ianomâmis. Ela viu e não pode negar a situação de miséria em que eles estão. Miséria! Um daqueles índios pediu me uma caneta e me perguntou que presente eu tinha para lhe dar.

Não estou atacando o Presidente da FUNAI, estou me dirigindo a S.Sa. com respeito, usando apenas o direito de expressão. Eu nem o conhecia. Eu Perguntei à moça: *"a senhora come que comida?"* Ela disse: *"eu recebo comida da FUNAI"*. Eu perguntei - e tenho como testemunha o Deputado Bolsonaro, que está ao meu lado - por que ela não comia a comida dos índios. *"Porque é cruel"*, foi a resposta. E perguntei: *"mas não são semelhantes a nós, por que a comida deles tem que ser natural, sapo, rã e raízes?"* Por quê?

Falou-se de soberania. Senhores, vamos parar com a farsa institucionalizada. Farsa, não há outro nome. Se, dentro de um Estado da União, Estado-Membro, Rondônia, S.Exa. o Governador chega aqui e diz, ao vivo, alto e bom som, que ele foi proibido de entrar, se S.Exa., o Juiz de Direito, que aqui esteve e disse que foi proibido de entrar, que havia uma ordem de prisão que não podia ser cumprida, esta é uma terra sem lei! Reconheçamos!

Eu faço uma última consideração. O Presidente da FUNAI disse - a informação é de S.Exa. e foi ouvida agora - que existem 400 mil índios e a área demarcada corresponde a 12,5 % do território. Quatrocentas mil pessoas são mais ou menos, talvez menos, do que a população da Ilha do Governador, no Rio de Janeiro. Senhores, é preciso área territorial como a de países da Europa? Por que não se pergunta aos índios - aqui estão muitos - o que eles querem de fato? Por que os intermediários?

Primeira proposição: por que não se convida o Governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, por quem tenho todo o respeito, para vir até aqui e contar o que está fazendo com índios que querem agir à revelia da FUNAI, aqui representada por S.Sa. o Presidente do órgão?

Por que não fazemos aquilo que eu propus na audiência passada? Pedimos, de uma maneira jurídica possível, uma intervenção federal com o Exército, porque novos atritos vão ocorrer e, desta vez, talvez os garimpeiros matem índios. Essa é uma zona de amplo conflito.

Eu abri a Constituição para me assenhorear, uma vez que eu sou médico, e não advogado. No art. 34, em bom português vernáculo, temos:

*"Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:*

.....

*VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial."*

—  
Ora, se já existe decisão judicial daquela região pedindo que índios sejam chamados, por que não vão? O que falta para a decisão de intervenção federal? V.Exa. se lembra de que eu a pedi na última reunião.

Tenho uma última consideração a fazer. Falei da intervenção e da tão decantada CPI. Por bem ou por mal, a CPI é um instrumento de que esta Casa pode lançar mão - e V.Exa. sabe disso - no sentido de apurar irregularidades e de, pelos menos, levar ao conhecimento da população que algo está sendo feito pela Casa.

Faço minhas as palavras de muitas colegas da região - sou amazônida de nascimento, mas a minha formação cultural e médica ocorreu no Sudeste -: está na hora de acordarmos, darmos as mãos aos índios - muitos deles estão aqui - e aos garimpeiros, para todos juntos lutarmos contra esse poder mundial hediondo que está tomando a nossa terra, com a desculpa de que está defendendo os índios. Exatamente isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Posicionamento contrário do PRONA ao Requerimento de regime de urgência urgentíssima para apreciação da Mensagem 205 de 2004, relativa ao envio de contingente brasileiro para Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti. Contradição entr (2004-05-13 00:30)**

**Data:** 12/05/2004

**Sessão:** 087.2.52.O

**Hora:** 19h30

**O SR. ENÉAS** (PRONA. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, senhores telespectadores, mais uma vez, a ação se encontra diante de absoluto contra-senso. Refiro-me àquilo que está sendo apresentado a todos nós como projeto em que a urgência vai ser votada, que concerne especificamente ao ato de remetermos tropas para o Haiti.

Faço questão de enfatizar o contra-senso. Hoje de manhã, na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, numa audiência pública, compareceu o Presidente da FUNAI, metralhado de maneira clara pelos colegas que lá estavam, com exceção, é óbvio, dos que representam o Governo - se é que se pode chamar de governo esse conjunto de atitudes estólicas que vêm pautando a ação dita governamental do País.

Pois bem. Naquela Comissão, diante do Presidente da FUNAI, mostraram algo que já havia sido apresentado pelo Juiz de Direito de Espigão d'Oeste, presente numa audiência anterior. Falaram da intervenção federal armada, com o Exército presente em Rondônia, onde houve um massacre chamado de conflito. Diziam que não havia apoio. Consultei autoridades. O inciso VI do art. 34 diz que a União tem direito de intervir com forças armadas. Esqueceram-se completamente do dever constitucional. Já há provas irretorquíveis de que existe até cemitério clandestino.

Fui procurado em meu gabinete e nos corredores da Casa não apenas por garimpeiros, mas pela Presidenta da União Nacional dos Garimpeiros, por índios, caciques e líderes de diversas etnias. Disseram-me que nada têm a ver com a FUNAI, que não agüentam mais submissão ridícula a um poder alienígena que, na verdade, manda no Brasil. O País já é colônia há muito tempo.

Soberania é falar que vamos mandar tropas? O que se quer é um cala-boca para alguns militares ganharem ajuda de custo? O que se pretende afinal?

Mais uma vez, venho à tribuna quando meu nível de indignação chega ao clímax. Parem de pensar que todo mundo é imbecil! Chega de tanta conversa fiada. Mandar tropa para o Haiti, porque lá existem miseráveis? E nós do Brasil? E os assassinatos no Rio de Janeiro? E os assassinatos em Rondônia e em São Paulo? Em Rondônia, mais uma vez, o Governador do Estado disse em português claro que não pode entrar na reserva. É proibido entrar na reserva. E o Presidente da FUNAI, quando interrogado por nós, silencia de maneira vergonhosa.

Até quando vamos agüentar essa situação?

Pouco antes de mim, o Líder do PFL disse de maneira clara que existe um não-governo, uma desídia, um descaso, uma incúria.

Quando eu digo que há incompetência é porque ela existe, sim. Processem-me se puderem. Há 10 anos, disse que existe incompetência e falta de preparo. Estamos sendo dirigidos de fora para dentro.

Nós, da Minoria absoluta, uma vez que o PRONA tem apenas 2 Deputados, dizemos "não" a mais essa investida contra a dignidade, a decência, contra tudo que pode representar o chamado patriotismo.

O PRONA diz "não", Sr. Presidente.



**Razões do posicionamento favorável do PRONA à PEC 101 de 2003 (Dá nova redação ao § 4º do art. 57 da Constituição Federal, para suprimir a vedação de reeleição dos membros das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado na mesma Legislatura), em a (2004-05-19 23:18)**

**Data:** 19/05/2004

**Sessão:** 097.2.52.O

**Hora:** 18h18

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, realmente, todas as poucas vezes em que me dirigi ao plenário e aos telespectadores foi em posição de absoluta e total indignação.

Hoje, não. Na verdade, estou perplexo, porque um problema absolutamente intestino, ligado ao partido que comanda a Nação, está sendo transferido para a Câmara. O problema é uma luta interna que se passa à sorrelfa, às escondidas. Vejam só, com a proposta que aí está de emenda constitucional, de maneira nenhuma, está garantido que S.Exa. o Presidente e os outros membros da Mesa vão retornar. Não! Ao contrário, está sendo proposto apenas que exista a possibilidade de eles concorrerem.

Vamos esmiuçar a questão: reeleição não é só para o Executivo. Qualquer colega desta Casa volta na medida exata em que aqueles que podem votar, que são os eleitores, assim o decidam. Ora, o fenômeno é exatamente o mesmo. Os eleitores estão aqui nesta sala. Se quiserem, S.Exa. o Presidente João Paulo, o Vice-Presidente e todos os outros membros da Mesa não voltarão.

Carece, a meu ver, de uma análise mais circunstanciada. Mais uma vez, isso sim, é uma hipocrisia gigantesca. Poucos no partido do Governo querem, por razões próprias suas - que, sem dúvida nenhuma, longe estão de não merecer o epíteto de espúrias -, afastar o direito que é legítimo, uma vez que o que está se propondo é aquilo que se propôs muitas vezes e aqui foi aceito: mudar a Constituição simplesmente.

Se me fosse dado o direito - e para isso tenho de pedir licença a S.Exa. o Presidente Inocêncio Oliveira, porque vim aqui para falar desta medida -, mas, se me fosse dado o direito, e quero crer que S.Exa. o Presidente me dará, de falar sobre questões maiores, diria que sou radical, visceral e totalmente contra o Governo, pois nada do que fez merece aplauso.

A tão decantada reforma da Previdência foi absurda, bem como a reforma tributária. O desarmamento é um crime contra a população. Em alguns dias, farei um pronunciamento por 20 minutos, o que será um tempo razoável, e mostrarei a desfaçatez deste Governo apátrida. Não há dúvida quanto a isso. Conversei com os seus Líderes há pouco tempo e pela primeira vez vou estar do lado de alguns de S.Exas. Esta é a primeira vez, e espero que seja a última.

Mas vejam bem. O que se está dizendo aqui, com os discursos veementes de Líderes do Governo - que não sejam Líderes, mas Deputados do PT -, é que isso é um absurdo. Absurdo por que, se o próprio Deputado é reeleito e retorna duas, três, quatro vezes, se o Presidente da República é reeleito? Por que o Presidente e os membros da Mesa não podem retornar?

Que seja dado o direito legítimo a esses senhores de competirem e que os eleitores que formam esse bloco da Casa decidam isso.

Vim a esta tribuna apenas dizer que pela primeira vez estou dizendo "sim" a algo que não sei nem se emana diretamente do Executivo, porque não tenho essas informações. Em nome do partido que criei e dirijo, voto a favor da emenda constitucional e peço aos colegas que acordem mais uma vez para o que lhes está sendo apresentado de maneira distorcida, deturpada.

Muito obrigado.

## 2.5 Junho

**Razões do repúdio ao valor do reajuste do salário mínimo proposto pelo Governo Federal, a propósito da apreciação da Medida Provisória 182 de 2004 (Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004, e dá outras providências). Crí (2004-06-02 22:18)**

**Data: 02/06/2004**

**Sessão: 114.2.52.O**

**Hora: 17h18**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, distintos colegas e povo brasileiro que assiste ao meu pronunciamento, conversando com alguns colegas no plenário, a sensação que qualquer um de nós tem é que estamos todos assistindo a um espetáculo histriônico.

Na verdade, não é mais indignação; na verdade, o que sentimos de quando em quando é vontade de rir. Será que os Líderes do PT pensam que aqueles - entre os quais me incluo - que não concordam com esse absurdo que está sendo proposto temos por acaso a dotação de uma oligofrenia fenilpirúvica?

Será que esses senhores pensam que nós, que deles discordamos, temos hipóxia cerebral coletiva? Será que esses senhores não percebem que chega a ser acintoso propor a uma população famélica que se contente com essa coisa exígua, irrisória e miserável de 260 reais por mês? Será que esses senhores, que nos tratam como se fôssemos pacóvios, acreditam que podem convencer-nos, por exemplo, de que o aumento que estão propondo é mais ou menos da ordem da inflação, que já veio sub-repticiamente corroendo os salários da população brasileira? Será que esses senhores não percebem que estão apunhalando o povo mais uma vez pelas costas e mentindo de maneira desbragada, como mostrou nosso colega do PSDB Deputado Eduardo Paes?

São os mesmos de antanho, que diziam que era um pouquinho, que era mais ou menos a mesma coisa, que agora estão a bater palmas. Será que esses senhores não estão cansados de dizer que são povo e devem dizer de fato que são a fantasia de povo? Será que esses senhores não percebem que esse engano cedo ou tarde será reconhecido? (*Um Deputado mostra um cartaz.*) Muito obrigado, Deputado Jair Bolsonaro. Será que esses senhores não percebem que para a população, de maneira clara e inconcussa, está ficando categoricamente demonstrado que eles são os traidores da Pátria?

Será que esses senhores não percebem que, na eleição municipal, se sentirá um pouco o reflexo de seus atos, mas, lá na frente, haverá eleição presidencial, e não será possível enganar de novo a população?

Será que é demais falar aqui que, no ano transato, em que S.Exa., o atual Presidente, teve o poder nas mãos, os juros pagos foram de 145 bilhões de reais? Sras. e Srs. Deputados, Srs. telespectadores, isso representa 12 bilhões/mês. Fazendo contas redondas, 12 bilhões/mês dão 400 milhões/dia. Senhores, 400 milhões/dia dão mais ou menos 16,6 milhões/hora. Nesta hora em que aqui estamos, o Brasil pagou 16,6 milhões de reais. Isso é um crime de lesa-pátria.

Onde está o discurso do passado desses senhores? E não me acusem de nada, porque jamais mudei meu discurso. Há 15 anos observo esse cenário que aí está, em que se estiola a riqueza nacional, em que o preço do quartzo vem caindo exponencial e assintoticamente, tendendo a zero, em que a tonelada de minério de ferro é vendida a um preço inferior à estada por uma noite em qualquer hotel, por pior que seja, nos Estados Unidos.

Até onde vai esse cinismo? Quem são esses senhores que dizem que queriam endireitar o Brasil? Aqui faço uma referência a algo que ouvi de alguns áulicos do Governo: que a tomada tem que ser responsável. Mas que responsabilidade é essa, uma vez que a participação dos trabalhadores na renda nacional vinha caindo e caiu mais ainda no Governo do PT?

Que moral têm os senhores para falar em responsabilidade? Os senhores fizeram a maior austeridade fiscal de todos os tempos.

Senhores, o número de desempregados é colossal. Pelo menos, existia um pouco mais do que a miséria que os senhores propõem. Esse pouquinho que está sendo proposto, esse saquinho de fubá simbólico dos nossos colegas, representa o mínimo, representa algo que pode ser acrescentado a essa miséria que os senhores propõem.

E os senhores diziam que iriam ser a redenção da Pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**Posicionamento favorável do PRONA à Emenda 56, destacada, à Medida Provisória 182 de 2004 (Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004, e dá outras providências), que acresce ao salário mínimo, excepcionalmente, no mês de maio (2004-06-02 22:18)**

**Data: 02/06/2004**

**Sessão: 114.2.52.O**

**Hora: 17h18**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, após essa manifestação que representou um momento de vergonha para o Parlamento brasileiro, pedindo apenas um pouco de piedade para com a população sofrida do nosso País, apelo para os colegas Parlamentares no sentido de que atendam à solicitação feita na emenda do PSDB, que trata da retroatividade no que concerne a esse valor tão exíguo apresentado como salário mínimo.

O PRONA encaminha o voto "sim" à emenda, Sr. Presidente.

**Déficit público do Estado brasileiro. Utilização de receitas orçamentárias para o pagamento de juros da dívida pública. Ineficácia do controle dos índices inflacionários pela manutenção de juros elevados. Natureza recessiva da política econô(2004-06-15 20:38)**

**Data:** 15/06/2004

**Sessão:** 124.2.52.O

**Hora:** 15h38

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pela primeira vez, depois de encontrar-me há mais de um ano nesta Casa, meu nome foi sorteado para falar no Grande Expediente, com o direito a utilizar 25 minutos nesta tribuna.

Eu farei, para os senhores telespectadores, uma análise da questão que é, do meu ponto de vista, o problema central de cuja solução depende a possibilidade de nossa Pátria emergir do fosso em que se encontra mergulhada.

Nas reuniões, nas entrevistas, nos diálogos de que participam autoridades de todos os níveis, civis e militares, é constante a assertiva de que não há recursos.

Quando se pergunta por que faltam ambulâncias nos hospitais públicos, por que faltam medicamentos, por que falta, às vezes, até gaze ou algodão, a resposta é simples: não há recursos.

Por que as estradas não têm manutenção adequada; por que os professores ganham salários miseráveis; por que as Forças Armadas encontram-se tão mal-aparelhadas, faltando até comida para os soldados nos quartéis; por que é tão baixa a remuneração de todos aqueles que trabalham, que produzem; enfim, por que o povo brasileiro vive tão mal, sendo nosso País o mais rico do mundo?

A resposta é sempre a mesma: não há recursos.

Mas, eu pergunto: por que não há recursos?

A resposta, altamente difundida e repetida, é que o Governo gasta mais do que arrecada, gerando déficit público. Mas isso é uma vergonhosa distorção da realidade. O Governo gasta, realmente, mais do que arrecada, mas não é com as despesas públicas, não é para manter o funcionamento da máquina estatal, não é com o pagamento de funcionários públicos, não é para manter as Forças Armadas, não é com a manutenção de hospitais e escolas...

O que é aceito, praticamente sem discussão - entra Governo, sai Governo - , é uma drenagem gigantesca de dinheiro para o pagamento de juros da dívida pública.

Segundo o Banco Central, em 2002, os juros pagos - aí incluídos os juros das dívidas interna e externa - foram da ordem de 114 bilhões de reais.

Em 2003, sob o novo Governo, não mudou nada, ou melhor, piorou! Ainda usando os dados do Banco Central, que são sempre por ele subestimados, a soma dos juros alcançou a cifra fabulosa de 145 bilhões de reais.

Para as senhoras ou os senhores, que assistem ao meu pronunciamento, terem idéia do que isso representa, faça uma conta bem simples: os 145 bilhões jogados fora no ano de 2003 significam 12 bilhões por mês, ou 400 milhões por dia, ou 16 milhões de reais por hora.

O mais curioso, para não dizer o mais triste, é que, mesmo tendo pago, a cada ano, valores cada vez maiores de juros, a dívida pública só aumenta. A dívida líquida do setor público, no final de 2002, segundo o Banco Central, era de 881,1 bilhões de reais e, no final de 2003, chegou a 913,1 bilhões de reais. Vejam que lógica perversa: quanto mais se paga, mais se deve.

Na verdade, a situação a que me refiro não surgiu agora, no Governo do PT. Ela vem piorando ano a ano, e isso ocorre há décadas. Mas o que é triste, muito triste mesmo, é que, no atual Governo, nada, absolutamente nada foi feito no sentido de mudar o rumo da política desastrosa e desumana que esfacela a economia nacional.

O Governo, entre outras assertivas totalmente destituídas de fundamento, diz que os juros têm que ser mantidos altos para evitar que volte a inflação. Mas isso é mais uma mentira deslavada. A inflação brasileira não é uma inflação de consumo. É uma inflação de custos. E, dentre todos os elementos componentes do custo dos produtos, os que mais pesam são as taxas de juros e os tributos, elementos esses que, em vez de, como se impõe, terem sido drasticamente reduzidos, tiveram seus valores aumentados.

O Governo continuará argumentando: "recebemos uma inflação, medida pelo IPCA, de 12,5 % e, no final de 2003, nós a deixamos em 9,3 %". É verdade, mas, a que custo isso foi conseguido! Foi um aperto fiscal sem precedentes na história do Brasil. O custo social foi elevadíssimo, e não debelou o mal.

A taxa de investimento federal relacionada ao PIB, no primeiro ano do Governo do PT, foi mais baixa que o menor valor alcançado no Governo anterior, que já era um valor muito pequeno!

A União investiu 0,4 % do PIB, ou seja, o valor miserável correspondente a 1,7 % de sua arrecadação tributária.

O aumento da taxa oficial de juros pelo Banco Central acarreta um aumento da taxa dos juros privados, que são um múltiplo dos juros públicos, o que significa mais um fator de aumento no custo dos produtos, isso, sim, mais um fator gerando inflação - inflação contida, represada, que já começa a reaparecer em 2004. O aumento da taxa de juros, então, ao contrário do que diz o Governo, não vai contribuir para baixar o preço dos produtos.

Como já afirmei, os juros dos títulos públicos se refletem no aumento dos juros privados. Aumentará, então, o preço dos produtos e, com isso, diminuirá ainda mais a demanda.

Diminuindo a demanda, existe retração e diminui o investimento, diminuindo, conseqüentemente, a produção, o que anula qualquer efeito antiinflacionário obtido pela diminuição da demanda.

E, aí, óbvia, evidente e axiomáticamente, aumenta o desemprego.

O desemprego chegou a um nível assustador, inconcebível em um País com as potencialidades do Brasil. No final de 2003, os índices oficiais falavam em 12.3 % da PEA, pelos dados do IBGE, mas a realidade é muito, muito pior.

O Prof. Adriano Benayon do Amaral, doutor em Economia pela Universidade de Hamburgo, Alemanha, a partir de estudo extremamente sério realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e da análise de outras fontes, conseguiu demonstrar que o desemprego real chega à espantosa cifra de 25 % (o IBGE não considera desempregados todos aqueles que, cansados de procurar emprego, de se humilharem nas portas das fábricas, das lojas ou dos escritórios, simplesmente desistem de procurar emprego, ingressando nos bolsões da economia informal ou, pior ainda, mergulhando nos grotões da marginalidade).

A participação dos salários na renda nacional, que vinha caindo desde 1964, quando era de 62.3 %, chegou a 36.1 % em 2002, afundando, no Governo do PT, para 31.5 %. Foi uma queda de 4 pontos percentuais em apenas um ano.

E este é um Governo que se diz dos trabalhadores!

Como a inflação brasileira é de custos e não de consumo, uma vez que dois terços da população vivem em uma economia de pura subsistência, para debelar, de fato, o processo inflacionário, ter-se-ia que:

- rever os contratos de concessão por meio dos quais se faz a indexação das tarifas públicas. Vejam, senhoras e senhores, os aumentos abusivos, extorsivos da energia elétrica e do gás de cozinha. O Governo, entretanto, diz que esses contratos têm que ser respeitados;
- restringir o poder de oligopólio das grandes empresas, a fim de que possa existir, de fato, uma economia de mercado, com competição saudável;
- reduzir drasticamente a taxa de juros, parando de vez com a drenagem absurda de recursos para o exterior, declarando, por exemplo, que as taxas reais de juros deixarão de ser essas (9,4 % em 2002; 14,6 % em 2003, essa última no Governo do PT) e determinando ao Banco Central que passe a trabalhar com taxas civilizadas de 1 ou 2 % ao ano ou, mesmo, com taxa zero de juros reais, resgatando totalmente os títulos dos pequenos investidores e comprometendo-se, com os grandes investidores, a saldar os compromissos com um alongamento do perfil da dívida pública para, por exemplo, 30 anos.

Em sendo tomada essa decisão, é preciso que se estabeleça o controle de capitais, aí incluído o controle de câmbio, senão, grande parte do dinheiro em moeda nacional será convertido em moeda estrangeira e sairá do País.

Acabando-se com a drenagem oficial de recursos - e aqui não estou falando de corrupção, refiro-me à saída oficial de 12 bilhões de reais por mês -, o Governo poderá direcionar seus recursos para o investimento em infraestrutura, construindo hidrelétricas, hidrovias, ferrovias, estradas.

Poderá, e isso seria importantíssimo para a saúde pública, investir no saneamento básico e promover a realização de obras públicas em todo o País. As empresas que ganharem as licitações contratarão mão-de-obra farta. Isso, sim, é política de geração de empregos e não essa farsa que é apresentada pelo Governo.

Os trabalhadores contratados por essas empresas não estarão mais desempregados, mas terão salários e começarão a consumir. Assim, o setor privado será estimulado a investir e, então, aumentará a produção de alimentos, de eletrodomésticos, de roupas, de carros.

As empresas verão que passou a existir demanda. Então, perceberão que é hora de investir na produção. E investirão. E aí dirão os áulicos do Poder: *"Sobrevirá uma inflação, porque aumentará o consumo"*. É verdade, porque, como a demanda estava reprimida, o povo passando fome, poderá haver uma pequena inflação até que o aumento da produção que esse processo suscita reequilibre os preços. Mas será uma inflação temporária, saudável, de consumo, porque os cidadãos pobres passarão a comer, a alimentar seus filhos, a comprar medicamentos, a ter uma condição de vida com um mínimo de dignidade. E será bem diferente dessa inflação que aí está, crônica, doentia, de custos, inflação da qual se serve um sistema podre que escraviza o povo e o mantém na miséria, sem qualquer perspectiva de melhorar sua condição de vida.

Na verdade, vejam senhores telespectadores, o sistema se compraz com a situação atual, que não é, em absoluto, diferente daquela em que o Brasil vem mergulhando há décadas - é apenas um agravamento cada vez maior do quadro de esfacelamento da Nação. Pior do que isso é que havia uma promessa de tudo mudar.

A Comunidade Européia exige que os países-membros não tenham um déficit superior a 3 % do PIB.

E é bom que nos lembremos que seu déficit decorre de financiamentos de infra-estrutura, de gastos sociais e de outras despesas úteis para o bem-estar de seus povos. Não é um déficit para pagamento de juros.

Agora vejam a situação do nosso País.

Criou-se uma ficção contábil, o chamado superávit primário, que é uma invenção, na qual não se contabilizam os juros como despesas. Então, a diferença entre a receita global de todo o Orçamento Público (União, Estados, Previdência, Estados-Membros, Municípios) e a despesa global (soma de todas as despesas) é o superávit primário, sem que sejam contabilizados os juros.

Pois bem, esse superávit primário, ou seja, o resultado receita menos despesa foi de 3,9 % do PIB, em 2002, e 4,4 % do PIB, em 2003. Sobrevem a pergunta: o que melhorou?

Ora, como a despesa com os juros, em 2003, foi de 9,6 % do PIB, isso quer dizer que, apenas para o pagamento de juros, gastaram-se os 4,4 % do superávit primário e 5,2 % do PIB, o que implicou a existência de um déficit do Orçamento.

Observe que é um déficit muito diferente daquele que existe nos países- membros da Comunidade Européia.

Daí porque afirmo, repito, e o faço há 15 anos: não há saída possível neste modelo. É um modelo colonial, em que tudo o que fazemos, produzimos, destina-se a uma finalidade: à drenagem de recursos para a metrópole. É um modelo destruidor, cínico e desumano, no qual o povo brasileiro não tem nenhuma importância para o poder alienígena que realmente controla o País e ao qual é submisso o Governo.

O povo tem que ganhar muito pouco, porque assim a demanda é reduzida, diminui o mercado interno, o consumo e sobram mais excedentes para a exportação.

Mas se exporta a soja para obter recursos financeiros, que são utilizados para o pagamento de juros, enquanto o povo brasileiro cada vez mais morre de fome.

Promovem-se campanhas acirradíssimas de controle de natalidade, subvencionadas por órgãos do exterior; incentivam-se procedimentos como a ligadura de trompas e o aborto; aplaude-se o homossexualismo que não gera filhos. Tudo, no fim da linha, visando simplesmente a diminuição da demanda. E justifica-se a política de controle da natalidade afirmando que não teríamos condições de oferecer vida decente às novas pessoas que viessem nascer. *"Temos gente demais"*, afirmam. E pobres cidadãos às vezes repetem: *"Há gente demais"*.

Quanta mentira! Quanta falsidade! Quanta hipocrisia! Quanta imundície acobertada sob o manto do poder e da legalidade!

Nos anos 30 a 70 do século XX, o crescimento anual da população do Brasil era significativo, tendo havido períodos, como nas décadas de 50 e 60, que chegou a 3 %. De lá para cá, a taxa de crescimento demográfico tem caído e, curiosamente, o PIB também deixou de crescer.

O PIB por habitante, em dólar, examinado numa série de 1978 a 2003, chegou, no ano passado, a 55 % do que era em 1978.

E então, eu pergunto para os defensores dessa política neomalthusiana sinistra: do que adiantou esse genocídio explícito em que se matam as pessoas de fome, de doenças as mais variadas, em que se produzem milhões de abortos, tudo levando a um índice de crescimento demográfico que hoje está em torno de 1,3 %, se, para a população restante, para o povo famélico, o PIB *per capita* caiu a cerca da metade do que era?

Qual foi a utilidade que teve para a Nação a entrega de todo o seu patrimônio, no processo de privatização, tão condenado pelo atual Governo, que hoje segue à risca os mesmos ditames do modelo colonial que é imposto ao País de fora para dentro?

Do que valeu diminuir tanto o crescimento da população, que hoje está praticamente estagnado, se o desemprego continuou aumentando a olhos vistos?

Na verdade, fato semelhante vem ocorrendo em todos os outros países da América Latina e na África. E, por incrível que pareça, o mesmo modelo foi aplicado na Rússia. Lá, em um país de existência milenar, a primeira nação que mandou um ser humano ao espaço cósmico, a experiência das chamadas reformas levou à destruição do Estado, conduzindo o povo russo, no período de 1993 a 1998, à pior dentre todas as experiências pelas quais já passou.

**No livro que eu acabei de ler, escrito por um colega nosso, Deputado Federal na Rússia, Dr. Sergei Glazyev, intitulado *Genocide - Russia and The New World Order*, o autor expõe com clareza meridiana os fatos de que foram vítimas os russos submetidos a essa política infanda, exatamente a mesma que agora vem sendo aplicada ao Brasil.**

Lá, sob a nova ordem mundial, a taxa de perda anual da população foi maior do que o dobro da taxa de perda durante o período da repressão stalinista. Na verdade, jamais se viu algo parecido com isso em toda a história do bravo povo russo.

Escreve o Dr. Glazyev:

–  
*“O espaço econômico do país foi quebrado em duas esferas frouxamente conectadas. A primeira era a esfera da circulação do capital, caracterizada por lucros elevadíssimos, muito rápida circulação do capital e relativamente baixo risco. A segunda era a esfera da produção, caracterizada por baixa rentabilidade, pequena velocidade de circulação monetária, alto risco, declínio da demanda e uma conjuntura de mercado geralmente desfavorável.”*

*“A esfera da produção, por sua vez, subdividiu-se em um setor de matérias-primas orientado para a exportação, com uma relativa estabilidade, e o resto da economia, orientado para o mercado interno, caracterizado por insolvência e rentabilidade extremamente baixa.”*

*“O espaço social do país também foi dividido em dois, seguindo a economia. Os grandes negócios e as autoridades monetárias, servindo aos seus interesses, obtinham lucros imensuráveis, praticamente sem fazer qualquer esforço para obter gigantescas vantagens financeiras - esse era o primeiro espaço.”*

*“Enquanto isso, no segundo espaço, a produção e tudo aquilo que dependia do orçamento, aí incluído o povo, o conjunto, enfim, dos agentes que permitiam a existência daqueles lucros fabulosos, tudo passou a existir sem receber o mínimo de atenção do Estado, sem perspectivas, sem poder sequer compreender o que estava acontecendo.”*

–  
**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cunha) - Deputado Enéas, se V.Exa. me permite, gostaria de anunciar a presença no plenário de uma comitiva de Parlamentares chineses: os Deputados Zhu Mingshan e Zhao Xijun e a Deputada Zhao Di. Agradeço a S.Exas. a presença. (Palmas.)

–  
Deputado Enéas, obrigado pela tolerância. Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ENÉAS** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, houve, então, o previsto colapso financeiro, em agosto de 1998.

Os trechos que acabei de ler são enxertos de uma obra extremamente séria, de um trabalho realizado por um Deputado Federal do Parlamento russo, homem extremamente preparado, nacionalista preocupado com o destino de sua pátria.



Claro que não se destrói, por um passe de mágica, em alguns anos, toda a atividade industrial de um país. Mas criam-se feridas que sangram no tecido social de um povo.

Afortunadamente, o Sr. Putin foi eleito Primeiro-Ministro em agosto de 1999 e Presidente da Rússia em março de 2000, tendo sido reeleito em 2004.

Sem dúvida, os ares estão mudando desde então, e a Rússia volta a contar com sinais vitais revigorados.

É toda a história de uma nação soberana, milenar, que se estava estraçalhando, mas agora parece reencontrar seu caminho natural de desenvolvimento histórico.

Esse foi o problema da Rússia de outubro de 1993 a agosto de 1998. Isso já ocorreu com vizinhos nossos, como o México e, mais recentemente, a Argentina.

E o Brasil está caminhando a passos largos, celeremente, para uma catástrofe financeira sem precedentes em sua história de nação.

Não, senhores! É preciso mudar.

Há que mudar, para um pólo diametralmente oposto, a orientação que ora se imprime à política nacional. Há que se privilegiar tudo aquilo que é nosso.

Um Governo sério, preocupado com a Nação brasileira, corrigirá o verdadeiro descalabro em que se constituiu a nossa política mineral.

A tonelada do nosso minério de ferro, que, em 1965, era vendida a 48 dólares em valor atualizado, hoje, em 2004, é vendida por 16 dólares... Naquela época, o preço da tonelada de ferro pagava a estada de uma noite em um hotel razoável em Nova York. Hoje é difícil achar uma espelunca onde se possa dormir uma noite por 16 dólares...

O quartzo, que, em 1996, era vendido a 76 centavos de dólar o quilograma, o que já era um preço desprezível, hoje é vendido a 20 centavos de dólar o quilograma. E o quartzo é fundamental para a indústria de computadores! E que dizer do nióbio, do manganês, do titânio etc., etc., etc., todos vendidos a preço de banana?

Até quando, senhores, assistiremos a um processo em que a Nação brasileira vem sendo dessangrada, em que o nosso povo perde, a cada momento, cada vez mais, a sua auto-estima e a sua confiança no porvir?

É preciso ter coragem para sentar à mesa de negociações, não como uma criança, não como subalterno, mas falando como nação adulta, responsável, e não de joelhos, exigindo o preço justo pelos nossos minérios.

Se não quiserem pagar o preço justo, não receberão nem um miligrama de nióbio.

E os países ditos ricos terão de parar de fabricar seus aviões supersônicos, porque o nióbio é imprescindível para a fabricação desse tipo de aeronave, e só o Brasil tem nióbio, na verdade mais de 95 % do nióbio do planeta.

Paralelamente a isso, é preciso reaparelhar, reequipar nossas Forças Armadas, aumentando seu contingente para, no mínimo, 1 milhão de homens, o que será fundamental para a defesa da Amazônia e de todo o território pátrio, hoje contendo verdadeiros enclaves, territórios situados dentro da Nação, mas onde é proibida a entrada de brasileiros, até mesmo de um Governador de Estado, como ocorreu recentemente em Rondônia, situação crítica, diante da qual um Governo Federal inerte não toma nenhuma providência, alienando-se dos interesses da Pátria.

No que concerne à soberania nacional, já é tempo, também, de o Brasil possuir uma frota de aviões de guerra em condições de proteger o território nacional.

A esse respeito, é válido aqui apresentar para os senhores telespectadores uma questão que vem sendo objeto de discussão não só no Poder Executivo, como dentro do Congresso Nacional. Trata-se da aquisição de aviões de combate. Dentro do que me foi dado observar, a melhor proposta apresentada é aquela do Governo russo, da venda de aviões Sukhoi-35.

Se olharmos, e o fizermos com absoluta frieza, para a proposta que o Governo russo fez ao Brasil para aquisição de aeronaves bélicas - os aviões Sukhoi-35 -, seremos obrigados a reconhecer que esses aviões são poderosas máquinas de guerra, cujas características operacionais superam, de muito, aquelas presentes no modelo concorrente. O caça Sukhoi-35 é considerado pelos entendidos como o melhor do mundo.

O Governo russo propôs as melhores condições de preço, apresentou o melhor avião e não impôs nenhuma restrição ao tipo de armamento a ser fornecido ao Brasil, apresentando até a possibilidade da fabricação de mísseis no Brasil. Que seja do meu conhecimento, nenhum outro concorrente se dispôs a isso.

Ao argumento de que deveríamos privilegiar o consórcio de que participa a EMBRAER, caberia uma réplica: ela já não é mais uma empresa estatal brasileira. A Dassault, francesa, é uma das donas da EMBRAER, e o avião que oferecem perde, de longe, para o Sukhoi-35.

Além disso, os russos oferecem transferência de tecnologia, comprometem-se a importar, em 7 anos, produtos genuinamente brasileiros no valor total de 3 bilhões de dólares. Enfim, vejo como bastante saudável a aquisição pelo Brasil das aeronaves russas. Cria-se um vínculo mais firme com aquele país irmão, que já provou para o mundo inteiro a sua força científica e tecnológica, em diversas oportunidades, entre elas no lançamento e manutenção da estação espacial MIR, que ficou no espaço cósmico mais de 15 anos.

E os países que quiseram adquirir condições de respeito no cenário internacional, libertando-se da dependência tecnológica americana, como a China, a Índia e o Paquistão, deram a si mesmos um impulso com a tecnologia russa.

Em um mundo de tensões, como é o caso atual do nosso planeta, um país de dimensões continentais como o Brasil precisa estar preparado para a eventualidade de, a qualquer momento, não apenas ser submetido à rapinagem financeira, mas sofrer, sem aviso prévio, a ameaça de perda de parte de seu território.

Esse é o conceito de dissuasão estratégica, fundamental em geopolítica, segundo o qual temos de estar prontos para a defesa de nossa Pátria, independentemente da gritaria tola e infantil dos que dizem que nem mais as Forças Armadas são necessárias, porque vivemos em um mundo de paz.

Estudem isso, senhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Posicionamento favorável do PRONA ao Projeto de Lei de Conversão 39 de 2004 (Medida Provisória 182 de 2004), que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de Maio de 2004, e dá outras providências, do Senado. Indignação com o índice de reaj (2004-06-23 15:26)**

**Data:** 23/06/2004

**Sessão:** 133.2.52.O

**Hora:** 10h26

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o momento, como tem sempre ocorrido, é de profunda decepção para a população brasileira. Os argumentos apresentados pela base governista não resistem à nenhuma análise, muito menos científica, como disse o nobre colega que me precedeu.

E não é uma questão de ter ou não emoção, de falar ou não de maneira apaixonada. Friamente, a questão é que não interessam as diatribes lançadas de lado a lado. Isso não tem a menor importância. O que tem importância é que é um acinte, uma vergonha despuorada, algo que causa até tremores em quem olha para este cenário. Qualquer homem simples lá fora olha para a nossa Casa como se ela fosse um valhacouto de papalvos e se pergunta: *"Afinal de contas, de que eles estão falando? Afinal de contas, há ou não há dinheiro?"*

Peço licença à população brasileira que me ouve para dizer que, mais uma vez, de maneira tenebrosa, aviltante, repugnante, sórdida, torpe, vil, ignominiosa, ela está sendo enganada - e isso é uma torpeza sem limites.

Citarei um dado, e que os Srs. Líderes do Governo me contestem se preparo tiverem para tanto. Há um valor considerado caixa do Tesouro Nacional, que pelos dados atuais é de 144 bilhões de reais. Isso está depositado no Banco Central, é caixa do Tesouro. Quem quiser que acesse o site específico do Banco Central para ver que eu não estou mentindo. Claro que ninguém tocou neste assunto, mas esse é um saldo que lá está disponível.

É interessante lembrar que quando S.Exa., o ex-Presidente Fernando Henrique terminou sua gestão, em dezembro de 2002, esse saldo era de 89 bilhões de reais.

Que Governo é este? Que situação de comando do País é esta, em que se deixa no caixa 144 bilhões de reais - dinheiro de hoje -, sendo que, em 2002, eram 120 bilhões de reais? A troco de quê? Será reserva prevista para uma situação de crise, de calamidade pública? Ou será para não emitir títulos? Aliás, isto não, porque o Governo continua emitindo títulos.

É preciso que a população acorde, a exemplo dos colegas Deputados que hoje estão na Oposição. Não estou defendendo ninguém, mas apenas mostrando à população como ela está sendo enganada. Há dinheiro de sobra, sim. O que lhe está sendo apresentado é mentira suja, imunda, com as cores da Revolução Bolchevista. E não é diferente a postura. Ela é exatamente a mesma: colocam-se nos cargos mais altos da Nação, nos escalões maiores do Poder indivíduos que não têm nenhum compromisso com a realidade do pobre cidadão brasileiro. Dizer que um salário mínimo de 275 reais quebrará a Nação é mentira deslavada.

Peço à população que acorde e perceba que, de 4 em 4 anos, o fenômeno se repete, não muda nada. Ao contrário do que dizem esses senhores - e eu gostaria de dizer o contrário -, a situação piorou, e muito! Quem tiver dúvida, pergunte à população.

Sras. e Srs. Deputados, 275 reais.

Muito obrigado.

## 2.6 Agosto

**Posicionamento contrário do PRONA ao Projeto de Lei Complementar 188 de 2004 (Altera a Lei Complementar 97 de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para organização, preparo e emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidi (2004-08-12 00:16)**

**Data: 11/08/2004**

**Sessão: 161.2.52.O**

**Hora: 19h16**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ouvi as argumentações do colega Deputado Jair Bolsonaro, que é militar, e do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Quero crer que estamos incorrendo num erro, apesar de, sem dúvida, eu já ter defendido na Comissão da Amazônia a intervenção do Exército, mas a situação aqui deixa aberta um brecha perigosa para uma ADIN.

Só por isso, vou votar contra a matéria. Mas entendam que é só por isso. E existe ainda a questão do desarmamento, que também é perigosa. Sou contra não pela idéia em si, mas pelas implicações.

Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. que votei de acordo com a orientação do partido nas votações anteriores.

**Lançamento de obra de Direito Eleitoral de autoria do Prof. Dr. Thales Tácito Pontes Luz de Pádua Cerqueira. (2004-08-24 22:58)**

**Data: 24/08/2004**

**Sessão: 171.2.52.O**

**Hora: 17h58**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas comunicar aos colegas Deputados que está sendo lançado no Salão Nobre desta Casa uma excelente obra de Direito Eleitoral, extraordinariamente bem feita, sem similar, de autoria do Prof. Dr. Thales Tácito Pontes Luz de Pádua Cerqueira.

Estamos diante da oportunidade de conhecer uma autoridade notória, figura conspícua no assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## 2.7 Outubro

## **Elogio à suspensão da liminar do STF que permitia o aborto em caso de anencefalia. Defesa do Direito à vida do feto. (2004-10-21 01:28)**

**Data: 20/10/2004**

**Sessão: 223.2.52.O**

**Hora: 20h28**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com a permissão de V.Exa., vou usar os 5 minutos a que tenho direito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que a questão é controversa, eu sei. Mas aquilo para que é preciso existir um alerta é para um processo desumano que vem crescendo em todo o planeta. Ninguém é dono da vida de ninguém. Com todo o respeito às senhoras, tenho três filhas e estou falando como médico. Ninguém é dono da vida de ninguém.

O conceito, desde o momento da fecundação, da beleza que representa do ato genésico, é uma vida.

Depois que houve a meiose, a partir daquele instante, quando o ovócito, segundo a ordem, se uniu ao espermatozóide, há um novo ser, que prescinde completamente daquilo que a senhora gestante pensa. Até o tipo sanguíneo é diferente. Aquilo é uma nova vida.

É absolutamente destituído de qualquer fundamento o argumento de que -como já ouvi muitas vezes de pessoas absolutamente destituídas de preparo - o corpo é da mulher, ela tem o direito de decidir. Isso é absolutamente falso, isso é absolutamente mentiroso, isso é absolutamente cínico, chega a ser até algo próximo de eugenia, muito, muito, muito a favor de teses que ainda medram no espírito de muita gente, cuja tese ideal é de que o mundo seja feito de pessoas perfeitas, que não haja deficientes físicos, que seja o nosso planeta constituído de uma população de arianos. Isso é uma beleza, para quem pensa assim.

Mas estudei, aprendi e tenho o direito de defender esta tese: o indivíduo gerado é um novo ser, nada dá o direito de eliminar essa vida. E para os que falam em anencefalia, é bom que se lembre a esses senhores - alguns com diploma de médico também -, que, até o momento de nascer, aquela criatura está viva. Ela vai morrer, mas ninguém sabe exatamente o momento. E, dentre nós, quem sabe quando vai morrer? Quem tem a pretensa veleidade de dizer que sabe quando vai desaparecer, se é absolutamente impossível, de maneira científica? E como médico, muitas vezes fui inquirido sobre isso: quando vou morrer? Resposta: ninguém sabe. Que direito tem um cidadão, porque é médico, de decretar a morte daquele ser? Nenhum.

Estou falando aqui não em tese espiritual, estou falando em tese científica. E já um colega ilustre ali me disse: espiritualmente, sou contra isso. Não estou defendendo nenhuma tese espiritual, estou dizendo que, mesmo quando o Código Penal defende o estupro, ali há um erro, que mais à frente será corrigido, porque se houve o estupro, e a mulher está absolutamente violentada - e podia ser uma filha minha - eu digo que o ser que está ali não tem nada a ver com ela. Aquele ser que ali está é um ser vivo da espécie humana, que tem que ser defendido pelos congressos, pelas Casas Legislativas, pelo Poder Executivo e, fundamentalmente, pelo Judiciário, que se manifestou de maneira sábia agora.

Quero encerrar dizendo para os senhores que o processo de permissão do aborto caminha junto com uma série de outras teses absolutamente destituídas de fundamento humanista, no sentido de que a população do nosso planeta seja constituída de seres privilegiados. Essa é que é a tese verdadeira! É assim que Malthus está renascendo. É verdade, o neomalthusianismo aí está, querendo que a sociedade seja feita de seres ideais. Agora, pergunto: ideais à imagem de quem? Quem é que tem coragem de dizer o que é o ideal? Será o ideal a tese expendida por Adolf Hitler? Será o ideal a tese de Mussolini? O que é o ideal? A miscigenação é um crime, nesses termos apenas.

Levantei-me, sou de usar pouco o microfone, Sr. Presidente, raras vezes me manifesto, mas mais uma vez percebi que é hora de falar. E se a questão é preparo, eu o tenho; se a questão é diploma de médico, eu o tenho; se a questão é ensinar Medicina, faço isso há 30 anos.

Sei exatamente o que estou dizendo. E o recado para os brasileiros é: Cuidado! Que leis semelhantes a essa, ou proposição aqui apresentada, que teses nesse sentido - e deixo registrados meus aplausos ao Supremo Tribunal



Federal - sejam coibidas, e que possamos, isso sim, caminhar em busca de uma sociedade solidária, em que o respeito à vida seja fundamental, de uma sociedade em que todos se respeitem, independentemente de origem, raça, religião ou qualquer outro tipo de convicção.

Quero deixar bem claro que não tenho nada contra ninguém em particular, estou apenas defendendo o direito mais importante de todos: o direito à vida.

Muito obrigado, senhores. (*Palmas.*)

## 2.8 Novembre

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - Discussão do Projeto de Lei nº 2.679, de 2003, sobre reforma política. (2004-11-17 16:48)

Data: 17/11/2004

Sessão: 1297/04

Hora: 10h48

Ouviremos agora o Deputado Enéas, a quem agradeço antecipadamente a participação.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, há pouco, estava conversando com meu colega à esquerda, o Secretário-Geral do PPS, e afirmei que o que vou dizer não é absolutamente crítica pessoal a ninguém, mas apenas a testificação de fato que já documento há 2 anos na Casa: o Poder Executivo manda por intermédio do Legislativo. E o que digo não é agressão a ninguém, mas apenas a documentação inequívoca daquilo que eu, como poderia fazer qualquer pessoa com um pouco de lucidez, venho documentando na Casa.

Chamo a atenção para a expressão que usei: *jus esperneandi*. Discutiu-se aqui a reforma da Previdência madrugada adentro por muitos dias, e o resultado foi quase exatamente aquele que S.Exas., os governistas, queriam. Houve "n" outros temas, deletérios - do meu ponto de vista -, no que concerne ao bem-estar nacional. A reforma política é uma questão específica. Concordo plenamente com as críticas que vêm sendo aduzidas ao sistema que aí está. Sem dúvida, o poder econômico prevalece.

O Dr. Michel Temer tem razão quando fala em partido político. O que é um partido político? O que ele representa? É um conjunto de idéias representativas de uma corrente de certo número de pessoas da sociedade. Causa-me, porém, espécie o fato de ver estruturas políticas que defendiam, por exemplo, a soberania nacional e a luta por tudo aquilo que representa a possibilidade de o Brasil emergir do fosso cataclísmico em que se encontra há muito tempo agirem agora da mesma maneira que outras agiam no passado, caminhando na mesma direção.

O que é o partido político? Esta pergunta merece uma resposta, mas não sou eu quem vai respondê-la. Qual o seu compromisso: manter-se fiel a si mesmo ao longo de sua trajetória ou apenas chegar ao Poder? Esta é uma tese que não quero responder, mas espero que sirva para meditação.

Volto à expressão inicial. Quero crer que o que será já está decidido. Mas, tendo o Presidente gentilmente me concedido a palavra, aproveito para tecer algumas considerações. Afinal, ouvi algumas críticas e sou obrigado a defender a mim e ao meu partido.

Logo que cheguei a esta Casa, falava-se em marqueteiro. Jamais contratei marqueteiro. Jamais! Em nenhum momento tive marqueteiro ou promovi *showmício* de qualquer espécie! Se tive a maior votação da história do Brasil, conquistei isso sozinho, sem coligação. Não sei se a crítica foi a mim, em particular, mas não tive marqueteiro em nenhum momento.

Dizem que o troca-troca de partido só prejudica as grandes agremiações partidárias. Com todo o respeito ao colega que aqui se pronunciou nesse sentido, quero dizer que isso não é verdade. O PRONA, num esforço titânico, extremo, com minhas cordas vocais explodindo em 30 míseros segundos, elegeu 6 Deputados Federais; hoje temos 2, perdemos dois terços da bancada. Não quero fazer nenhuma crítica a ninguém, até porque este não é o lugar para tanto, mas não é só nos grandes partidos que isso acontece. Disse o Deputado José Carlos Aleluia que o PFL perdeu 20 Deputados, nós perdemos 4 - e não quero discutir as razões. Então, não é exatamente assim.

No que concerne à lista, eu seria de estultice supina se fosse contrário ao que eu mesmo fiz. Se eu fiz uma lista é porque creio nela. Se errei, que eu corrija o erro ou que o faça o grupo que está ao meu redor, da Comissão Executiva. Como disse na primeira vez, quando o Deputado Ronaldo Caiado apresentou a proposta, seria um contra-senso antológico. Como dizia o Presidente Jânio Quadros, se eu mesmo o fiz - mudando da ênclise para a próclise - é porque eu quis. Então, estou de acordo, não tenho nada contra.

No que concerne à cláusula de desempenho, é claro que em algumas estruturas pode causar preocupação. Se a estrutura é forte ou, pelo menos, tem algo forte por trás, seja uma voz, seja um pensamento, seja um conjunto de idéias, seja uma perspectiva de mudança real, não tenho nada contra. Se tem convicção naquilo que diz, se acredita no que está dizendo, a pessoa não tem por que temer. Há de temer, sim, o cerceamento no tempo de expressão.

Tive apenas 30 segundos na televisão e obtive 1 milhão de votos a mais do que o segundo mais votado, um homem poderoso que dispunha da máquina do poder. V.Exa. me deu 10 minutos para falar e sou grato por isso. Não tenho do que me queixar.

Deixo à Comissão a pergunta que fazia há pouco ao meu colega ao lado, embora saiba que também não será resolvida. Se, num jogo de futebol entre um time de subúrbio - e não quero diminuir nenhum time de subúrbio, qualquer que seja - e o Santos ou outro time de primeiro escalão, curiosamente os tempos são iguais... Jamais consegui entender o porquê da discriminação numa eleição presidencial. Jamais consegui entender por que numa eleição presidencial, aquela em que se decide realmente o destino da Nação, um candidato tem 15 segundos e outro, 7 minutos. Mas é *jus esperneandi*, nós nos curvamos.

No que concerne à verticalização - o Presidente disse que a matéria vai a plenário -, entendo que se existe uma doutrina, uma concepção partidária, se partido é isso mesmo e não conversa fiada, tem de ser o mesmo de Norte a Sul. Que história é essa? Falamos todos a mesma língua, do Acre ao Rio Grande do Sul. Quem pode, em bom português, dizer que o nosso irmão gaúcho é diferente do acreano? Em quê? Pode até ser no que diz respeito às questões municipais, mas as questões maiores são as mesmas. Sou a favor da verticalização - por que não?

E, finalmente, quanto à fidelidade partidária, não sei em que termos está - como disse a V.Exa., Sr. Presidente, eu estava em outra reunião -, mas entendo que ela deve existir. Como uma sigla elege pessoas que, por motivos os mais variadas que não interessam ser discutidos aqui, depois dela se afastam simplesmente? Creio que deve existir fidelidade partidária, sim. Eu e o Dr. Elimar Máximo Damasceno, os dois Deputados do PRONA, votamos assim.

Há algo curioso no que concerne ao meu discurso: sou a maior votação da história do País e, na Casa, tenho o menor partido. Eu e o Dr. Elimar Máximo Damasceno somos os únicos representantes do PRONA.

Ao agradecer a V.Exa. por me ter chamado para exprimir minhas idéias, solicito que, com a educação e a elegância que o caracterizam, em todos os momentos em que eu tiver de me manifestar, faça referência a isso. Quero crer que, nesse convívio chamado democrático, há de existir pelo menos o direito à expressão. Se o direito à expressão não muda nada, pelo menos que ele exista.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

—  
**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Maurício Rands) - Muito obrigado, Presidente Enéas Carneiro. Mais uma vez, V.Exa. demonstra grande capacidade de expressão e de aproveitamento do tempo, pois dispunha de 10 minutos, utilizou apenas 8, e, mesmo assim, deu grande e profunda contribuição à Comissão.

Agradeço a V.Exa. a participação e o depoimento.

**Obstrução do PRONA à votação do Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia Medida Provisória 200 de 2004 (Dispõe sobre o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH), em votação nominal por força de verificação de vot (2004-11-24 18:42)**

**Data:** 24/11/2004

**Sessão:** 256.2.52.O

**Hora:** 12h42

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem no *Programa do Ratinho*, de rede nacional, comuniquei à verdadeira nação, ou seja, ao povo, que lamentavelmente não tem acesso à TV *Câmara*, vista por uma quantidade pequena de pessoas, exatamente o que está ocorrendo.

Disse que um grupo pequeno de Parlamentares, que constitui hoje a Oposição, não tem poder de maneira alguma para deter os processos de votação. O que acontece - e quem tem de explicar isto é o Governo - é que o plenário está permanentemente vazio. Esse é um fato incontestado. Qualquer coisa dita em contrário é mentira absoluta.

Eu disse para a população - e, aí sim, para uma grande platéia, porque convidado o fui com minha colega do PSDB Deputada Zulaiê Cobra -, ao vivo, que é mentira dizer que o Partido da Frente Liberal, o PSDB e nós, do PRONA, apenas 2 Deputados, seríamos os responsáveis por esta situação e que o Governo está detendo a marcha normal do processo dito legislativo. E ele tem de explicar por que o faz.

O PRONA está em obstrução.

Muito obrigado.

## 2.9 Dezembro

**Avaliação crítica da Medida Provisória 207 de 2004 (Dá status de Ministro de Estado ao Presidente do Banco Central). Ponderações sobre a desmoralização da Casa perante a opinião pública. Posicionamento do Prona contrário à matéria. (2004-12-01 02:22)**

**Data:** 30/11/2004

**Sessão:** 265.2.52.O

**Hora:** 20h22

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já na madrugada de uma noite intensa, todos assistimos aqui, no início, a uma manifestação extremamente bem pronunciada do Deputado Ricardo Fiuza.

Não há dúvida - e ela não pode existir - de que, na ocasião, o eminente Deputado, por quem tenho o maior respeito, apreço e admiração, comportava-se exatamente como Brutus, na magistral peça de Shakespeare, representando o assassinato de Júlio César. O Deputado Ricardo Fiuza, num discurso magistral, fez com que eu ficasse atento - praticamente todo o Plenário ouviu-o com atenção -, porque usou toda sua verve, todo seu conhecimento, seu preparo específico e sua formação humanística, jurídica e literária para defender aquilo que é indefensável. Desculpe-me S.Exa.

É axiomático que estamos, mais uma vez, neste plenário, diante de fato que não é mais insólito, não é mais inusitado. Pelo contrário, passou a ser a regra que faz com que alguns dos colegas percam aquele comedimento natural que lhes é devido neste recinto.

Mas o que me fez assomar à tribuna, ao apagar da luzes, já quase certo, como sempre, de que o que nós, que nos dizemos Oposição, fazemos é *jus esperneandi* - é dizer que, mais uma vez, é preciso acordar.

Eu lido com a população, estou sempre em contato direto com ela, e o que está havendo - perdoem-me a rudeza - é uma desmoralização cada vez maior de uma instituição que deveria ser o repositório da lei, que deveria ser a casa de onde emana a lei. Esta Casa não deveria ser apenas o apêndice de um Poder Executivo carcomido, em plena decomposição.

Peço desculpas, porque é quase impossível que este meu texto seja dito sem emoção, é quase impossível pronunciar-me de maneira tranqüila, uma vez que o que está sendo feito aqui não é mais uma exceção, mas a continuação de um modelo que faz com que, como já ouvi alguns Parlamentares dizerem, tenhamos vergonha de usar o nosso *boton* nas ruas. Já ouvi isso claramente de um colega deste Plenário.

Precisamos ter cuidado. Temos de zelar por aquilo que nos trouxe a esta Casa. O que está sendo proposto, mais uma vez, é uma absoluta falta de respeito com a população brasileira.

Àqueles poucos que ainda nos ouvem na madrugada, faço o seguinte apelo: assistam à votação!

Telespectadores, os senhores não são a base da pirâmide de Wilfredo Pareto; os senhores não são os pobres, porque estes, a esta hora, já estão dormindo; os senhores têm condições de julgamento. Por isso, peço-lhes que acompanhem a votação e percebam o quão é difícil para o Parlamentar manter-se independente, fiel aos seus propósitos, e ter, desta tribuna ou lá embaixo, do planalto ou da planície, como disse hoje um colega, a condição de honrar o mandato que lhe foi conferido pelo povo.

O que está sendo proposto no bojo desta medida provisória é um acinte, é um desrespeito. Vou mais longe ainda: é uma ofensa à inteligência humana.

Peço aos colegas que estão ouvindo essas palavras com atenção que pensem, meditem. Não estou agredindo ninguém, como normalmente faço quando falo. É importante que atentemos para aquilo que se quer, para aquilo que se pretende com esta medida.

Por tudo isso, em nome do partido que represento, juntamente com 2 Deputados, peço aos que se mantêm fiéis aos seus compromissos, que não enganaram um milhão e meio de pessoas, que pensem, porque, pouco a pouco, *pari passu*, estaremos como aquele professor de semiologia que, ao escrever o seu livro, disse, lá pelas tantas: "*Eu estou escrevendo para o editor*".

—  
Tenhamos cuidado, a fim de não falarmos para nós mesmos, pois a população espera o resultado desta votação.

O PRONA vota contra a medida provisória. (Palmas)

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - Debate sobre as pesquisas científicas com células-tronco. (2004-12-01 16:34)**

**Data:** 01/12/2004

**Sessão:** 1445/04

**Hora:** 10h34

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, pergunto a V.Exa. se posso me manifestar, como Líder, pelo menos por de 3 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Paes) - Deputado Enéas, essa é uma prerrogativa do Líder numa sessão deliberativa. Mas, se não houver...

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Nem pertenço à Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Paes) - Exato. Mas, como Líder partidário e nos visitando, de minha parte, não há qualquer objeção. Só pediria a V.Exa. que se pronunciasse por 3 ou 4 minutos.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Farei no tempo em que V.Exa. determinar. Mas lembro a V.Exa. que não foram 3 minutos que os colegas usaram. Em todo caso, farei em 3 minutos, conforme determina V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Paes) - Dr. Enéas, entenda que é uma deferência desta Presidência a sua importante figura, ao Líder do PRONA, nesta Casa. Porque, regimentalmente, não seria possível. Mas como V.Exa. está aqui na Comissão e todos nós o respeitamos muito, concedo o tempo de 4 minutos a V.Exa. para seus comentários.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Obrigado pela sua generosidade.

**O SR. DEPUTADO DURVAL ORLATO** - Questão de ordem, Presidente.

Espero que a sua deferência seja única, mesmo com a chegada de outros Líderes, aqui. Porque, na mesma condição de S.Exa., eu poderia usar da palavra antes dos outros. Mas, como membro da Comissão, inscrevi-me na lista comum.

Então, espero que seja a única exceção mesmo à chegada de novos Líderes aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Paes) - Atendido seu pleito, Deputado Durval.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Com licença, Presidente. Se V.Exa. for contra, imediatamente, me calarei.

Sr. Presidente, nas minhas palavras, não há desrespeito algum às alocações a que assisti. Inclusive, tendo lido o currículo da Dra. Patrícia Pranke, fiquei impressionado - farmacêutica, doutorada, tudo bem.

**Fiz algumas anotações, não para os colegas do grupo, que são médicos, mas para os outros que não tiveram formação em ciências biológicas. Quero já declinar, de saída, que todos nós comungamos dessa emoção dos 2 senhores que são vítimas de uma fatalidade. Em minhas palavras, não existe, de maneira alguma, uma não-aprovação a esse sentimento que nos comove a todos, claro.**

**A Dra. Patrícia falou dos blastocistos - quarto quinto dia, em que ali não existe vida, porque não há sistema nervoso até 14 dias - e disse que vida só existe após a implantação. Queria lembrar à senhora, como médica, e aos colegas que têm essa formação, que até hoje não sabemos exatamente o que é vida. Nenhum de nós, diplomado em medicina ou em qualquer área de ciência biológica, pode fazer uma assertiva sobre o que é vida.**

Mas há uma coisa a favor da tese que eu quero aduzir. Os argumentos que eu quero expender é que, naquela célula original, naquele instante belíssimo da criação, em que o espermatozóide fecundou o óvulo, tudo já está presente, ainda que não esteja em ato. A expressão não é minha, é de Aristóteles, de muito tempo atrás. Ali, à impotência, tudo está presente. Se necessitamos de fatores acessórios, tudo bem.

O que a mucosa do útero vai dar? Ela vai dar condições de, através do trofoblasto que irá se desenvolver, aquele ser receber nutrientes. Mas não é a condição básica. A senhora disse que a discussão é filosófica. Mas eu não posso abrir mão da questão filosófica. A questão filosófica vem antes da científica. Ela não é religiosa.

Assisti à alocação da senhora com todo o cuidado e a atenção merecidos. Mas, veja, quando aquele ser for gerado, dali emergirá tudo o que ele será. As células hepáticas, as células pancreáticas, tudo já está ali. Está em potência, não está em ato. Na dependência de existir ou não o tecido intermediário, aí sim, gerar-se-á um novo ser.

Então, quando a senhora diz que não está ali, perdoe-me, com todo o respeito à senhora, não vejo isso como uma assertiva que tenha precisão de natureza científica. Tudo já está ali sem dúvida.

A diferença feita aqui entre embrião e pré-embrião está referendada no artigo médico, citado na bibliografia da senhora, sob o número 40. É um artigo médico, e todos nós, médicos, sabemos que os artigos são vírgulas colocadas em períodos que ainda não foram escritos. Quando um conhecimento da nossa área médica se torna científico, ele passa a fazer parte de um livro texto, e se torna um tratado. Isso é um artigo. Se a senhora não quer um embrião, tudo bem, é uma hipótese que tem que ser examinada. De novo, essa diferença, apresentada pela senhora e por muitos pesquisadores, tem que ser respeitada, mas não apresentada como fato científico último.

Quando a nossa colega fala do plebiscito, acho perfeito. Não há alguém mais favorável ao plebiscito do que eu. Mas que a população seja ouvida após a informação. Porque, senão não haverá decisão consciente.

A discussão sobre o aborto - e aí é outra questão que vi apresentada aqui -, apesar de não estar, diretamente, imbricada no bojo da discussão, é uma vertente da discussão. É a história velha, antiga, de que a mulher é dona do corpo.

Há alguns dias, disse no plenário que um novo ser gerado não tem nada a ver com o ser materno. Absolutamente coisa alguma. Ele é um novo ser. Inclusive em tipo sanguíneo e tudo mais.

Então, sou a favor do plebiscito, repito para a minha colega, desde que, como alguns colegas disseram - acredito que os outros terão direito de se manifestar -, a população ouça os 2 lados.

Tenho uma lista que me foi entregue, depois de eu ter decidido falar, de profissionais da área médica, e também de profissionais que não são da área médica, contrários a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Paes) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Concluo - já estou olhando para o relógio.

Peço é que tenhamos uma discussão ampla, abrangente. Não são só os genitores que têm de se pronunciar, isso é uma questão altamente complexa, com reflexos profundos na vida de toda a sociedade. O que eu desejo dizer apenas - repito, não há desrespeito - é nós nos detenhmos na análise da questão, senão ouviremos só quem pensa de um lado. Não há desrespeito algum, e agradeço ao Sr. Presidente a oportunidade. Muito obrigado ao colega que me cedeu a vez.

**Obstrução do PFL à votação do Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia da Medida Provisória 207 de 2004 (Dá status de Ministro de Estado ao Presidente do Banco Central), em votação nominal por força de verificação de votação. (2004-12-01 22:12)**

**Data: 01/12/2004**

**Sessão: 267.2.52.O**

**Hora: 16h12**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRONA está em obstrução. Desde ontem nossa posição foi manifestada a respeito dessa questão.

**Posicionamento contrário do PRONA à Medida Provisória 218 de 2004 (Autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos, no combate à praga de gafanhotos).**  
(2004-12-07 23:34)

**Data:** 07/12/2004

**Sessão:** 274.2.52.O

**Hora:** 17h34

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. não pediu a opinião do partido, mas o PRONA é radicalmente contra essa proposição, extremamente ridícula do nosso ponto de vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - A Presidência não pediu a V.Exa. que orientasse o partido porque a votação não foi nominal, pelo sistema eletrônico, mas o Líder do PRONA tem todo o direito de encaminhar.

**Mensagem de otimismo às famílias brasileiras ao ensejo do transcurso das festas natalinas.**  
(2004-12-22 22:46)

**Data: 22/12/2004**

**Sessão: 006.4.52.E**

**Hora: 16h46**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, com a permissão de V.Exa., vou me dirigir à família brasileira, desta feita não para fazer nenhuma crítica ou qualquer comentário acerca da situação do País. Vou usar o tempo a que tenho direito para transmitir a todos os membros da família brasileira mensagem positiva.

Apropinqua-se o momento em que não só o Distrito Federal e os Estados brasileiros, mas toda a humanidade se confraterniza. Vamos todos comemorar o momento maior deste planeta: a passagem do ano novo. Claro, precedido pela comemoração, pela família cristã, do Natal.

A aproximação dessa data, que já se delineia no horizonte, é motivo de júbilo para todos nós, uma vez que, de todas as bênçãos da criação, existe uma que se destaca sobre todas as outras, que é o fato de todos nós estarmos vivos.

Nada é mais belo no planeta do que a vida. De todas as formas de manifestação do Criador do universo, a mais bela, a que mais nos emociona é o ato que sem dúvida alguma se traduz no significado da vida.

Viver quer dizer estar presente no mundo, participar daquilo que ele nos apresenta. Fora de nós e dentro de nós mesmos, viver é experimentar a cada instante um fato novo, é respirar, é andar, é trabalhar, é reproduzir-se, é sonhar, enfim, com um mundo melhor. E, tanto quanto nós o saibamos, o sonho é atributo daqueles que vivem, daqueles que pensam, daqueles que existem.

Neste instante em que me propus a transmitir uma mensagem à família brasileira, sugiro a todos que assistem e ouvem este pronunciamento espontâneo que nos esqueçamos das vicissitudes do dia-a-dia; que nos esqueçamos das diferenças cruéis existentes em nossa sociedade, erigida como sociedade de consumo; que nos esqueçamos de tudo aquilo que nos vilipendia; e que, dentro de alguns dias, em um momento que se repete uma vez por ano, desfrutamos de um instante de conagração, quando, na condição de seres humanos, podemos olhar para o alto e dizer: "Graças a Deus".

O fato de estarmos vivos é a maior de todas as bênçãos, independentemente de credo, de convicção política ou religiosa, de estarmos de um lado ou de outro, de aceitarmos esta ou aquela tese de vida. É importante que saibamos que somos feitos do mesmo material genético. A arrumação DNA/RNA, ou seja, a proteína é a mesma para todos nós. Somos todos semelhantes; todos temos um lugar ao Sol. Jesus Cristo, o maior símbolo da religião brasileira e o maior de todos os símbolos ocidentais do pensamento religioso, deu-nos este exemplo, ao nascer em uma manjedoura.

Devemos nos recolher ao nosso próprio interior e, na virada do ano, perdoar todos aqueles que nos acusaram. Tentemos compreender que, na verdade, o mundo é um só para todos nós. Embora não seja religioso, posso dizer à família brasileira e àqueles que neste instante nos ouvem que é importante a convicção de que a semelhança nos une e não a diferença; que as diferenças entre nós, humanos, são todas de superfície, porque no cerne, no âmago, no imo de cada um de nós reside, sem dúvida, a mensagem do Criador.

É essa a mensagem sincera, de convicção e crença em um mundo melhor, que quero transmitir no momento em que me foi outorgado o direito de usar a palavra. Que não nos desentendamos, mas compreendamos uns aos outros.

Neste instante, façamos um balanço de nossas vidas, para que no próximo ano, que virá dentro de alguns dias, tenhamos a esperança cada vez maior de que chegará o dia em que essas diferenças pequenas se diluirão e poderemos dizer, em vez de "a minha família ou a sua família", "a família de todos nós, a família do Brasil e a família de todo o nosso planeta".

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, família brasileira.

**Referências elogiosas à atuação do Deputado João Paulo Cunha na Presidência da Casa.**  
(2004-12-23 02:04)

**Data:** 22/12/2004

**Sessão:** 007.4.52.E

**Hora:** 20h04

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que vou dizer já havia dito a V.Exa. em particular, em almoço de confraternização do qual participamos, mas agora, na presença de todos os colegas e para aqueles que estiverem assistindo à sessão e ouvindo os pronunciamentos, repito as palavras que havia proferido.

Durante os 2 anos em que aqui estou fui opositor férreo ao partido que V.Exa. representa. Por isso, é fundamental que diga, de público, o quanto o admiro. Na Presidência desta Casa, V.Exa. soube, com elegância, decência e apuro nas expressões, dar inequívoca demonstração à Nação de que é possível manter-se em posição difícil - e V.Exa. esteve nela o tempo inteiro - e, ao mesmo tempo, cuidar para que o direito de todos seja resguardado. Em alguns instantes verbalmente recebeu agressões, mas soube manter o equilíbrio, e isso é admirável.

Meu testemunho é honesto e sincero, e V.Exa. sabe que sou assim. É preciso que todos saibam que, independentemente de suas convicções ideológicas, V.Exa. soube tratar todos os colegas com respeito que chega até a ser incomum, que ultrapassa todos os limites imaginados por um opositor como eu.

V.Exa. é exemplo na condução do cargo que ocupa. Exemplo que eu e todos aqui esperamos seja seguido e imitado, se possível, pelo próximo Presidente que, do meu ponto de vista - e fui claro -, deveria ser V.Exa. Ficaria muito satisfeito de vê-lo reconduzido ao cargo.

Desejo a V.Exa. um feliz ano novo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Paulo Cunha) - Deputado Enéas, agradeço a V.Exa. as palavras.

### **3. 2005**

### 3.1 Março



**Expectativa de pronunciamento do Presidente da Casa, Severino Cavalcanti, quanto ao discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre corrupção no Governo Fernando Henrique Cardoso. (2005-03-02 01:56)**

**Data: 01/03/2005**

**Sessão: 010.3.52.O**

**Hora: 19h56**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha alocução é dirigida aos colegas e ao povo brasileiro no sentido de lembrar a todos que o País passa por momento difícil. Mas voltarei a me pronunciar sobre isso, certamente, nos próximos dias.

Sr. Presidente, a declaração, recentemente divulgada, de S.Exa. o Presidente da República criou um mal-estar na população. E, diante de fato tão grave, espero que - e quero crer que grande parte da Casa também, assim como o povo brasileiro - nossa Casa se manifeste de maneira expressiva, na figura de S.Exa., o nosso Presidente Severino Cavalcanti, sobre fato tão desagradável.

O fato em si exige que todos nos detenhamos na análise daquilo que foi dito, uma vez que, em se tratando de uma revelação advinda da maior autoridade do País, é óbvio e axiomático que a Nação brasileira espera um pronunciamento decisivo da nossa Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Posicionamento contrário do PRONA ao Requerimento de encerramento da discussão do Substituto do Senado ao Projeto de Lei 2.401 de 2003 (Estabelece normas de segurança e mecanismo de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente m (2005-03-02 22:40)**

**Data:** 02/03/2005

**Sessão:** 012.3.52.O

**Hora:** 16h40

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o assunto é de extrema relevância. Não pode haver pressão para a votação. Todos os Parlamentares inscritos têm o direito à palavra. V.Exa. é o Presidente, e todos os inscritos têm direito de se manifestar. O que está sendo feito é um mecanismo de pressão. Cada Parlamentar inscrito tem direito de manifestar-se, dizer o que pensa sobre questão tão relevante como esta.

O que está havendo é mecanismo de pressão

**Posicionamento contrário do PRONA ao Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei 2.401 de 2003 (Estabelece normas de segurança e mecanismo de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados e seus derivados, cria o Conselho N (2005-03-03 02:04)**

**Data:** 02/03/2005

**Sessão:** 013.3.52.O

**Hora:** 20h04

**O SR. ENÉAS** (PRONA. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros de todos os pontos do País, o partido que represento está sendo o único a dizer "não" ao projeto. E não terei nenhum mal-estar se for o único que votar contra. Mas vou expender para os senhores, de maneira bem clara, as razões que me levam, e ao meu colega de partido, a tomar essa posição - não são razões de natureza religiosa.

Anotei aqui e acolá os aspectos que, do meu ponto de vista, são primaciais para a análise da questão. Primeiro, fale-se em pesquisa e citou-se aqui a pesquisa com cadáveres, que foi negada - Vesálio raptava cadáveres, é verdade. Mas aquilo de que se está falando não é pesquisa com cadáveres. É o uso de embriões; no momento, de embriões congelados.

Abrir-se-á uma porta. E como dizem os homens da agricultura, como dizem os homens do campo: por onde passa o boi passa a boiada. Vejam os senhores a gravidade que se esconde por trás da decisão que daqui a pouco será tomada nesta Casa.

Na verdade, os embriões que aí estão não são, como alguns disseram, um amontoado informe de células. Não, senhores! O que está ali já é, em cada caso, um novo ser vivo. Não há ninguém nesta Casa nem em lugar algum do planeta que possa, com base científica, negar que a vida surge no momento da concepção. Quando o espermatozóide e o óvulo se unem, naquele instante começa uma nova vida.

Sem nenhuma concepção religiosa, apenas em termos de ciência, é absurdo dizer-se, na linguagem moderna do politicamente correto, que aquilo é um pré-embrião. A expressão é belíssima para justificar, de fato, a eliminação que vai ser feita de todos aqueles embriões e de muitos outros que depois serão retirados sob a forma grosseira de aborto, ou de abortamento, para usar a expressão correta.

Senhores, o que na verdade está começando a passos largos, e alguns colegas com lucidez já chamaram a atenção para isso, é um processo de eugenia, neomalthusianismo, é separar um indivíduo de outro: o que tem direito à vida daquele que não o tem.

Na verdade, é interessante, e ouvi dizer que existe obscurantismo naqueles que defendem a tese, alcunhada de retrógrada e de não permitir isso. Mas pergunto: que há de retrógrado em permitir a vida? Dirão os Senhores: "*Mas há esperança!*" Perdoem-me, mas vamos parar com hipocrisia! Não há nenhum trabalho científico no mundo que diz que a pesquisa com essas células deu certo, nem em animais.

Com as células da medula óssea, no Rio de Janeiro e na Bahia foram feitos experimentos seriíssimos mostrando regressão de processos de insuficiência cardíaca refratária, em que houve até neoformação de miócitos, de células musculares já destruídas. Mas com células da medula óssea do próprio indivíduo. Numa injeção de células da medula óssea, para cada mililitro, vai 1 bilhão de células. Se todos os embriões que estão em nosso País forem destruídos, o número é irrisório, não dará para um transplante.

Isso é mentira, é uma farsa que está sendo apresentada para quem não sabe do assunto, para quem não pensa no assunto! (*Palmas. Apupos.*)

-  
Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que peça respeito, o mesmo respeito que tenho quando ouço estupidezes ditas daqui. Peço a V.Exa. respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) - V.Exa. tem a palavra. O que a Presidência fez foi pedir silêncio ao Plenário para ouvir V.Exa., com a atenção que merece.

**O SR. ENÉAS** - Não, não. Não estou falando de V.Exa., mas das manifestações que houve.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) - Estou apenas esclarecendo. V.Exa. tem ainda um minuto. Use-o da melhor forma possível.

**O SR. ENÉAS** - Da maneira como uso sempre, Excelência.

Queria lembrar aos senhores e aos brasileiros, que estão sendo enganados mais uma vez, que existem cerca de 30 mil embriões estocados.

Agora há pouco um colega falou sobre a ONU, que já retificou posição tomada, condenando o uso de células-tronco. Por que não se fazem pesquisas com animais como no mundo civilizado? Por que fazer experiência em humanos? A troco de quê? Será que não está por trás, como sempre digo, o interesse das multinacionais da morte? Sim, as multinacionais da morte estão preocupadas com o custo elevadíssimo de manutenção de embriões congelados.

Que cinismo ridículo! Essas pobres pessoas que têm deficiência de todos os gêneros estão acreditando que disso advirá a salvação. Isso é falta de respeito com essas pessoas, que estão sendo enganadas.

Quero deixar bem clara a posição: vida, senhores, é um bem supremo, independentemente da convicção religiosa de cada um. Para a esperança, se é que ela existe, de se resistir, de se cuidar de um processo que aí está atacando e agredindo brasileiros, por essa esperança que no momento é uma hipótese remotíssima, vamos, com discursos emocionados, matar embriões, seres vivos, com a desculpa de que é pela vida. É preciso matar para ter vida?

Aquilo que vai ser aprovado daqui a pouco, saibam os brasileiros, é assassinato de indivíduos já gerados. E o PRONA vota contra esse assassinato, nem que seja só com meu voto.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**Posicionamento favorável do PRONA aos Requerimentos 2.409 de 2005, 2.512 de 2005, 2.513 de 2005 e 2.523 de 2005, relativos à constituição de Comissão Externa para averiguar in loco a questão da mortalidade de crianças indígenas, por desnutrição, (2005-03-03 17:58)**

**Data:** 03/03/2005

**Sessão:** 014.3.52.O

**Hora:** 11h58

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nosso partido, o PRONA, com o aval de V.Exa., apóia a constituição de uma Comissão para examinar em profundidade a questão aqui aduzida.

Aproveito o ensejo para trazer meu testemunho para os colegas e para os brasileiros que nos ouvem. Eu e meu colega ao lado, o Deputado Federal Francisco Rodrigues, estivemos pessoalmente na reserva indígena não de Dourados, mas de Roraima, que não é muito diferente das outras, e vimos com nossos próprios olhos a farsa em que se constitui o tratamento dado aos índios pela FUNAI. Os índios vivem em miséria absoluta, e até caneta ele nos pediram. Eu, o Deputado Jair Bolsonaro e outros colegas perguntamos à representante da FUNAI: "De onde vem o alimento da senhora?" Ela respondeu: "Vem da FUNAI." Perguntamos: "Por que a senhora não come o alimento dos índios?" Ela respondeu: "Porque é cruel, Sr. Deputado. Os alimentos dos índios ianomâmis são sapos, rãs, ervas etc." Fomos proibidos de entrar numa maloca. E pouco tempo depois, nesta nossa Casa, todos testificamos o horror que representou a matança em Rondônia. E naquela ocasião S.Exa. o Sr. Governador foi proibido de entrar na região.

Sr. Presidente, registro claramente, para V.Exa. que está assumindo o cargo e mostrando seu valor, que concordamos com a instalação dessa Comissão Externa, mas é preciso acordarmos para algo que está entrando pelos olhos: há uma farsa institucionalizada.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, estamos encaminhando a votação do requerimento, e o prazo para isso é de apenas 1 minuto. Temos de respeitar o Regimento Interno.

**O SR. ENÉAS** - Se V.Exa. assim desejar, eu paro. Se a minha palavra incomoda tanto, eu calo-me, Excelência.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** - O encaminhamento é de apenas 1 minuto. Precisamos deliberar.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) - Aguardei V.Exa. falar. Fui tolerante com V.Exa. e serei tolerante também com o Deputado Enéas.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, devo ter encaminhado por menos de 1 minuto. Temos de respeitar o Regimento Interno, e há uma pauta para deliberar.

**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) - Está assegurada a palavra a V.Exa., Deputado Enéas.

**O SR. ENÉAS** - Já que V.Exa. o permitiu, desejo deixar bem claro que existem instituições internacionais altamente interessadas naquilo que se chama terra de índio. É outra farsa. A terra dada aos índios é suficiente para eles andarem por ali durante 600 anos e sequer chegarem a conhecer toda a região. Tudo isso está altamente programado por um monstruoso poder alienígena, que tem interesse nas riquíssimas jazidas que estão no subsolo brasileiro.

Sr. Presidente, é necessário que se reavalie essa questão de modo que nos preocupemos com os índios, com o seu bem-estar, com sua vida e com sua sobrevivência, e não com as potências estrangeiras que estão mandando no País.

Muito obrigado.

**Posicionamento favorável do PRONA à Emenda 01, destacada , ao Substitutivo à PEC 227 de 2004 (Reforma da Previdência Social - PEC Paralela), do Senado, que objetiva a inclusão na alínea "b" do inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, da expre (2005-03-10 02:06)**

**Data: 09/03/2005**

**Sessão: 022.3.52.O**

**Hora: 20h06**

**O SR. ENÉAS** - A argumentação aduzida pelo ilustre colega Deputado Arnaldo Faria de Sá é de uma clareza meridiana. Merece o título de uma argumentação que emerge de alguém cujo liquor não tem meningite. Claríssimo. De modo que nada mais há a acrescentar.

Assim, quero apenas dizer que, primeiro, na votação passada, acompanhei o meu partido; segundo - ainda dentro do meu minuto -, que o PRONA vota "sim". Trata-se pelo menos de algo a favor de alguém, de uma classe, uma vez que a reforma da Previdência foi uma punhalada pelas costas.

"Sim" à emenda.

**Críticas à obstrução da base aliada do Governo à votação do Requerimento de votação por grupo de artigos, da Medida Provisória 232 de 2004 (Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências, para corrigir a Tabela Progressiva (2005-03-30 02:08)**

**Data:** 29/03/2005

**Sessão:** 045.3.52.O

**Hora:** 20h08

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que se verifica - e é extremamente lamentável ter que testificar o fato - em todos os grandes momentos de votação nesta Casa é que o Governo, o Poder constituído de fato e de direito, representado aqui pelos seus áulicos, faz questão de agir à sorrelfa, de maneira disfarçada, não deixando que a população, a esta hora da noite, perceba o que se esconde por trás de uma manobra tão sub-reptícia como a que está sendo feita hoje.

A questão básica, que é atinente à Medida Provisória nº 232, um verdadeiro monstrego jurídico, já foi resolvida há muito. Os senhores governantes já sabiam, por tanta movimentação, por tanta discussão, que era absolutamente infactível aprová-la.

Autoridade conspícua no cenário nacional, o Dr. Ozires Silva, que já foi Secretário da Receita Federal, chamou-a de cunho argentário exagerado.

Na verdade, Sr. Presidente, não está mais em discussão a medida provisória. O Governo, trêfego, trêmulo, percebendo que seus alicerces estão ruindo, já corroídos pela sua absoluta inépcia na atuação governamental, recua. Porém, de maneira disfarçada, torpe, deixa inserido no contexto um procedimento que, sem dúvida, melhorará substancialmente a condição de quem paga Imposto de Renda, uma vez que nessas faixas do Imposto de Renda não vem sendo calculada a inflação. Os 10 % apresentados não são muita coisa, mas já melhoram a condição de quem paga imposto.

Portanto, o Governo antecipa-se e, de maneira sórdida, apresenta-se a todo o Plenário, como se fosse uma decisão bonita, dizendo: vamos anular a medida provisória como um todo.

Ele apresenta-se bonzinho, mas isso é absolutamente falso. É mais uma das mentiras deslavadas, é algo ignominioso. Isso faz com que as mentes lúcidas tenham verdadeiro horror ao que se passa no âmbito governamental.

Alguns colegas, como o Líder José Carlos Aleluia e outros, já mostraram a desfaçatez que consiste em dizer que não haverá prejuízo nenhum. Claro que haverá prejuízo.

O PFL, o PSDB, o PRONA e outros partidos propõem que seja fatiada a MP, que se possa aprovar neste momento o requerimento para separar, apesar de ser tudo ruim, o que é menos ruim daquilo que é péssimo, para não aumentar mais a carga tributária. Este é o pedido. Quem votar "sim" está dizendo para separar o que é inadmissível daquilo que ainda é admissível, ou seja, permitir que se corrija, embora em pequena monta, a tabela do Imposto de Renda. Essa é a proposição.

Digo em cadeia nacional, nos 2 minutos a que tenho direito, à população que assiste ao meu pronunciamento que este é sobremaneira um comportamento cínico e sórdido, um comportamento imundo e repugnante. A população está sendo enganada porque nem noção exata tem do que está se passando numa discussão técnica como esta. É preciso que todos saibam que estão sendo enganados. O que o Governo quer recuar. O Governo quer ao anular *in totum* a medida provisória, um mostrego jurídico que pensava que iria passar, tirar a chance de uma correção da tabela do Imposto de Renda, com a promessa de que, daqui a 15 dias, virá um novo projeto. No entanto, a população, que há 2 anos assiste a essa decadência histriônica do Executivo, deve perceber que está sendo enganada.

Peço aos Srs. Parlamentares que votem "sim" para fazermos o fatiamento, dando essa oportunidade para a população.

Muito obrigado.

Data: 30/03/2005

Sessão: 0239/05

Hora: 10h26

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Romeu Queiroz) - (...) Vamos passar ao item 11. Projeto de Lei nº 3.960, de 2004, dos Srs. Deputados Enéas e Elimar Máximo Damasceno, que dispõe sobre a substituição, em todo o território nacional, de combustíveis derivados de petróleo por outros produzidos a partir da biomassa, e dá outras providências. O Relator é o Deputado Fernando de Fabinho e o parecer é pela aprovação

(...)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Romeu Queiroz) - Com a palavra o autor do projeto, Deputado Enéas.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Relator, Deputado Fernando de Fabinho.

Dividirei a exposição em três itens e serei o mais sucinto possível.

Quero, primeiro, fazer notas introdutórias sobre a razão de ser que nos leva a fazer tal proposição, a questão energética de que padece hoje o cenário mundial, no qual nosso País está inserido.

Eu trouxe uma publicação da revista *Petróleo e Política*, do dia 7 de março de 2005, na qual um especialista em petróleo renomado no mundo, Mr. Engdahl, faz os seguintes comentários, que apenas testificam a tese, que não é nossa, da crise energética mundial.

Existem provas convincentes de que petróleo e geopolítica estão juntos, haja vista a invasão recente do Iraque e a absoluta falta de consistência nos argumentos expendidos por S.Exa. o Presidente americano quando justificou a invasão.

O Governo americano tenta colocar uma nuvem de fumaça entre a população mundial e a realidade de hoje. A realidade — e podemos examiná-la, sem nos determos muito — é que o petróleo está no fim. Estamos no fim de uma era. Na última década do século XX, de 1990 a 2000, foram descobertos 42 bilhões de barris de petróleo e consumiram-se 250 bilhões de barris. Ou seja, para cada barril descoberto, gasta-se muito mais. A crise já não é uma crise para o horizonte distante. Ela está aí. Haverá uma queda dramática da oferta a partir de 2010 ou até antes.

Para encerrar a nota introdutória, eu trouxe também um dado da Conferência Mundial de Energia, realizada na Alemanha nos últimos dias, e um texto específico do qual eu leio duas linhas, das autoridades mundiais: *"Não se pode mais perder tempo. Qualquer momento em que seja protraída a solução será irresponsável e desculpas ulteriores serão inaceitáveis."*

—  
Essa é a questão, a razão de ser do projeto. O petróleo está no fim.

Agora, no segundo item da minha apresentação, temos uma circunstância inusitada e ímpar que nos dá toda a condição de darmos o grito de independência para o mundo. A essa condição eu me refiro falando agora do que é o nosso País.

Temos uma extensão territorial na qual o sol está o dia inteiro. É um continente no qual um dia de sol equivale — e há fontes conspícuas documentando a informação — a 120 mil usinas de Itaipu a todo vapor. Mas eu não estou falando aqui de célula para receber o sol e iluminar. Não é isso. Estou falando de um milagre que a natureza fez com a folha de árvore na qual, por um mecanismo fotossintético conhecido de quem estuda o assunto, a partir de CO<sub>2</sub> tirado da atmosfera, de água e de luz, nós fabricamos glicídeos e lipídeos.

O Brasil tem condições de ser exportador de energia para o planeta, tem condições de substituir todos os derivados do petróleo. E, na verdade, isso já começa a ser feito de maneira marginal. O projeto que aí está do biodiesel com uma ou outra usina já começa a mostrar que isso é factível.

Se o Brasil detém essa condição; se cana-de-açúcar já nos dá álcool, que já entra em bom percentual na composição do próprio combustível dito gasolina; se já houve um instituto do álcool que conseguiu substituir a maior



parte de todos os veículos — e esse projeto foi torpedeado pelo Banco Mundial; se é inegável, mesmo lá fora, a hegemonia do Brasil no que concerne à utilização de energia advinda da biomassa; se nós assistimos, há alguns dias, a uma conferência na Comissão de Agricultura da Finlândia, em que um líder finlandês disse que eles estão tirando energia do lixo; se não precisamos de nada disso, se temos condições de plantar mandioca de norte a sul do País até como subproduto material de natureza protéica; se temos uma economia que nos permite plantar girassol e em 3 meses termos novamente outra safra; se todos aqueles que andam pelo Brasil sabem da riqueza gigantesca que o País tem, então, por que não darmos um passo à frente, nos adiantarmos e estarmos em condição não de sofrer com a crise que está por advir, mas estarmos à frente?

Por tudo isso, e ainda nesse sentido, estudamos os custos para que nenhuma crítica acerba, exaltando a inviabilidade e a inexecutabilidade de um projeto dessa monta, fosse feita. Calculando os gastos que temos hoje, consumo de cerca de 750 mil barris/dia de óleo e cerca de 400 mil barris/dia de gasolina, aos quais está acrescentado o álcool hidratado, podemos dizer que o custo total do nosso projeto — que estamos dispostos até a desenvolver na discussão — chega a ser ridiculamente 1 % do investimento global de toda a indústria no País. No exercício de 2004, foram 280 bilhões de reais. O nosso custo total, em números médios, trabalhando em reais, chega a ser um pouco inferior a 2,8 bilhões.

Considerando-se que as grandes indústrias brasileiras já estão se preparando para os próximos 5 anos, onde a crise estará se apropinquando; se já estão preparadas para substituir um percentual maior da gasolina por álcool, já estimado em torno de 18 %, não vemos por que ser protraída essa solução. Não há nada que nos impeça isso. Toda a experiência mundial está esperando que o Brasil se pronuncie. É hora de darmos esse grito de independência, é hora de substituirmos todos os combustíveis.

Deixamos no nosso projeto uma reserva para a indústria aeronáutica, uma vez que razões há — podem ser também discutidas depois — pelas quais se deve manter por algum tempo, até que acabe de vez, o petróleo, embora já exista um avião lançado movido a álcool.

Entendemos que é hora de o Brasil se levantar, é hora de mostrarmos para as potências internacionais que estamos querendo caminhar com o progresso e podemos gerar milhões de empregos, porque teremos em cada ponto do País — no recôncavo baiano, no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso, em qualquer lugar — condições de fazer óleos vegetais. Basta apenas produzir o óleo e, com motores modernos, não haverá a necessidade de desglicerinizá-lo. Basta usar imediatamente o óleo, como muita gente já faz. Para isso, basta termos coragem.

É um projeto não-local, não voltado para nenhum Estado em particular, mas para todo o País, do Acre ao Rio Grande do Sul. Ele dará, sem dúvida, a redenção ao povo brasileiro, uma vez que estaremos nos antecipando a uma crise cujos sinais já estão no horizonte.

Esse é o projeto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Romeu Queiroz) - A Presidência agradece ao Deputado Enéas.

(...)

**O SR. DEPUTADO MURILO ZAUIH** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento os Deputados Enéas e Elimar Máximo Damasceno, que nos brindam com esse projeto de lei que estamos discutindo esta manhã. Tenho certeza de que esta Casa poderá discuti-lo em um âmbito muito maior, porque se trata de um projeto de vanguarda, um projeto de futuro, um projeto, pelos conhecimentos que os autores têm, que nos permite produzir, a partir da biomassa, a nossa energia.

(...)

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se alguém entrasse no momento em que o Deputado Enéas estava lendo o seu projeto, diria: "*Esse Deputado é louco*". Ele não é tanto; é menos.

O projeto de S.Exa. é de futuro. Não há dúvida alguma. O petróleo está acabando no planeta Terra, e o Brasil saiu na frente já com energia renovável. Estamos aí com sucesso pleno, como foi bem lembrado, do PROÁLCOOL, projeto que o mundo namora, e vem agora o aproveitamento de outras matérias ligadas à agricultura principalmente.

Quero louvar o Deputado Enéas pelo seu projeto, que é de vanguarda, de futuro. Temos que pensar nesse projeto já e começar a encaminhá-lo. Temos aí o hidrogênio vindo no futuro também, temos o gás sendo aproveitado. O caminho a trilhar é muito grande até substituir o petróleo, e o Brasil é que vai liderar, sem dúvida alguma, a energia do futuro.

Parabenizo os Deputados Enéas e Elimar Máximo Damasceno pela oportunidade do projeto, pela vanguarda do projeto. Evidentemente que ele será aperfeiçoado com o passar do tempo, mas a idéia é fabulosa.

Deve-se ressaltar que no passado os grandes cientistas, como Einstein, foram dados como loucos também. O projeto é de muita importância para nós. Deputado Enéas, na minha opinião, V.Exa. deve batalhar por esse projeto, para marcar a nossa passagem e o surgimento da área do agronegócio como a marca energética do mundo.

Parabéns. Meu voto é favorável.

(...)

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM FRANCISCO** - Sr. Presidente, percebo claramente, mesmo com a pequena experiência que tenho, que o Deputado Enéas protagoniza um dos grandes momentos desta Comissão e deste Parlamento.

As nações que se desenvolveram no mundo o fizeram porque foram protagonistas e tomaram decisões antecipadas, tiveram a capacidade de antever o processo de desenvolvimento.

O projeto tem um estudo bastante aprofundado feito pelos Deputados Enéas e Elimar Máximo Damasceno e trará benefícios para o meio ambiente, para a área de saúde, na geração de empregos.

Hoje foi publicado na *Folha de S.Paulo* um relatório elaborado por 2.200 cientistas mostrando os danos provocados nos últimos anos nos ecossistemas do mundo inteiro. Medidas urgentes precisam ser tomadas.

Além disso, o projeto não é utópico, não é um sonho, porque a experiência com a mandioca, com o girassol, com o álcool, já é realizada no Brasil e em vários países do mundo.

Portanto, os meus parabéns ao Deputado Enéas e ao Deputado Elimar Máximo Damasceno pela iniciativa.

Sinto-me realmente confortável em participar desta Comissão neste momento tão importante para a história do País.

(...)

**O SR. DEPUTADO EDSON EZEQUIEL** - Sr. Presidente, gostaria de somar a minha voz à de vários colegas que entendem o mérito da proposta do Deputado Enéas, talvez até pelo estilo de S.Exa., que foi inclusive professor da minha sobrinha, aliás, um grande professor na área de Cardiologia. Seu espírito político é audacioso, impulsivo.

Talvez o Dr. Enéas, com a sua capacidade de entender o relacionamento humano, tenha até apresentado esse projeto de forma impactante para que as pessoas absorvessem o seu lado positivo e, eventualmente, num processo negocial, pudessem estabelecer limites mais adequados à nossa realidade.

(...)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Romeu Queiroz) - Com a palavra o Dr. Enéas.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Em primeiro lugar, quero agradecer-lhes as contribuições dadas durante a discussão. Mas quero cingir-me ainda a alguns comentários que, do meu ponto de vista, são fundamentais, têm importância primacial.

Não faz sentido comparar investimento em prospecção de águas profundas, como o da PETROBRAS, de meio século, com investimentos em biomassa. Chega a ser risível a comparação. Não há como comparar.

Quando alguns colegas pedem algumas décadas, eu digo que nós naufragaremos junto com o mundo. Algumas décadas é tempo demais!

Alguém disse que nós temos de ter mais cuidado. Lembro que o projeto vai caminhar na Casa. Haverá discussão em ene Comissões ou no plenário. Se a maioria dos colegas que se manifestaram está de acordo com a razão de ser fundamental do projeto, que é a independência na frente do problema, não vejo motivo para que ele não seja aprovado. E as correções serão feitas ao longo do percurso; inclusive ajustamentos, que serão vistos como necessários, sem dúvida.

Alguém falou a respeito dos custos. Já calculei e mostrei que chegam a 1 %. E o colega que citou o meu nome, Deputado Edson Ezequiel, me conhece. Muitos já me conhecem. Eu sou cuidadosíssimo com números. Além de Medicina, fiz Matemática e Física. Sei do que estou falando. Os custos, tão decantados, são irrisórios. Eles não chegam a 1 % do investimento de toda a atividade industrial do País, por ano. Os dados são de 2004.

Eu tenho dados sobre a área plantada. Nós usamos hoje, ilustres Deputados, 13 %. E temos dados recentes da EMBRAPA. Segundo o Dr. Rogério Cezar de Cerqueira Leite, físico, professor da UNICAMP, há uma disponibilidade de terras aráveis de 90 milhões de hectares, a serem aproveitados sem impactos ambientais. A área ocupada pela produção de álcool, metade da produção da cana, é menor do que 3 % da disponível. Portanto, seria possível, ocupando 30 % dessa área, aumentar 10 vezes a produção nacional de álcool.

Não podemos, ilustres Parlamentares, manter-nos à margem do processo.

Eu não tenho nada contra o projeto do biodiesel, que está em tramitação, mas a produção daquela usina é ínfima. Levaríamos quase um século para nos tornarmos independentes.

De maneira que insisto na aprovação do projeto. Comprometo-me, junto com o Relator, que ainda vai falar, a fazer modificações que não sejam drásticas — como elevar de 5 para 10 anos —, porque aí significa aniquilar o processo. Faremos ajustamentos ao longo da trajetória.

Agradeço os comentários feitos por aqueles que inicialmente já se manifestaram e também aqueles feitos em sentido contrário, que de qualquer maneira engrandecem a discussão.

Insisto: não faz sentido comparar PETROBRAS com — entre aspas — "biomassa". Isso revela desconhecimento do assunto. Os custos para a biomassa são ridiculamente pequenos. Também não é verdade que os colegas da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural se manifestaram dessa forma. Depende de quem foi consultado. Eu sou daquela Comissão. O ilustre Presidente, Deputado Ronaldo Caiado, já me convidou para, em particular, apesar de o projeto não estar lá, junto com o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, trabalharmos na agricultura energética.

Era o que tinha a dizer.

(...)

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Romeu Queiroz) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, se não apresentarmos um projeto, não haverá demanda. Nós temos de acenar para o produtor. Por isso, peço a V.Exa., já que nós temos a maioria... Sr. Relator, apresente o projeto para votação, e o Presidente prossegue depois...

(...)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Romeu Queiroz) - A Presidência está observando as manifestações. Percebo que, se o projeto for posto em votação, poderá ser derrotado. Então, vamos perder a oportunidade de ter um grande projeto, como é este de autoria do Deputado Enéas.

(...)

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, um minuto, por favor, com a permissão de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Romeu Queiroz) - Antes da votação, a Presidência concede a palavra ao Deputado Enéas.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, eu quero dizer algo que está desde o início no meu espírito aqui. O Professor de macroeconomia que me acompanha, Prof. Bautista Vidal, que é o criador do programa do álcool, e outras pessoas foram consultados. Quando nós trabalhamos 5 anos, nós estudamos toda a questão. Dizer que é inviável em 5 anos, é achar — ou seja, é o verbo achar. "Eu acho que é inviável." Por que é inviável? Por que 10 anos são melhores do que 5 anos?

Eu gostaria, Sr. Relator, que o projeto fosse apresentado na íntegra, sem nenhuma modificação. Que percamos, se for o caso. Sugiro ao Relator que o projeto seja apresentado e votado na íntegra. Espero o resultado da Comissão. Se for o caso, Sr. Presidente, V.Exa. designará outro Relator. Mas teremos o voto individual, de cada um.

Repito: não vejo por que prostrar de 5 para 10. Em que melhora? Qual é a dificuldade de se construírem pequenas usinas, quando todos os custos foram avaliados? Ninguém pergunta sobre os custos.

*(Intervenção inaudível.)*

—  
**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Um minuto, por favor, eu estou falando. Respeitem os colegas.

Vistas já foram pedidas. Já estudaram o projeto, apresentaram substitutivos. Sr. Relator, por favor, mantenha o projeto na íntegra para votação. Vamos ver se ganhamos ou perdemos. Nas Comissões, ninguém ganha por unanimidade, Sr. Relator. Há maioria e minoria, como no plenário.

(...)

**O SR. DEPUTADO FERNANDO DE FABINHO** - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a paciência e aos colegas a compreensão, por terem acompanhado nosso voto. Esse é um marco importante para o desenvolvimento do País e para a nossa matriz energética.

Parabenizo o Deputado Enéas por ter-nos brindado com esse belíssimo projeto.

Tenho certeza absoluta de que esse projeto vai modificar a história do Brasil.

Obrigado.

**Posicionamento contrário do PRONA ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia da Medida Provisória 232 de 2004 (Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências, para corrigir a Tabela Progressiva Mensal e Anual do Imposto d (2005-03-30 23:56)**

**Data:** 30/03/2005

**Sessão:** 047.3.52.O

**Hora:** 17h56

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRONA é radicalmente contrário à retirada de pauta.

Toda a Casa sabe o que V.Exa. havia determinado e, tendo em vista o tempo despendido, está de acordo em que a votação seja feita hoje.

O PRONA é contrário ao requerimento. O voto é "não".

**Reiteração do posicionamento contrário do PRONA ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia da Medida Provisória 232 de 2004 (Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências, para corrigir a Tabela Progressiva Mensal e An (2005-03-30 23:56)**

**Data:** 30/03/2005

**Sessão:** 047.3.52.O

**Hora:** 17h56

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já que V.Exa. pede que seja reafirmada a posição, eu venho reafirmá-la de maneira contundente, clara e irrecorrível. É contra a retirada. Vamos votar a medida provisória! (*Palmas.*)

## 3.2 Abril

## Transcurso do Dia do Exército Brasileiro. (2005-04-28 17:48)

Data: 28/04/2005

Sessão: 077.3.52.O

Hora: 12h48

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Vice-Presidente da Casa, figura íclita do nosso colega Deputado Federal José Thomaz Nonô, Srs. Comandantes das nossas excelsas Forças Armadas, Srs. Oficiais e Praças presentes, povo brasileiro que assiste aos nossos pronunciamentos, ao final de solenidade como esta que se iniciou com a obra de retórica do nosso Presidente e que prosseguiu escudada na força e veemência de tantos colegas que nos precederam, subo a esta tribuna não mais para elogiar as Forças Armadas. Isso seria repetir o óbvio. Mas o faço apenas para contar pequena história, um documento histórico do qual sou testemunha viva.

Para os que não sabem, apesar de ser ridículo me dirigir à população brasileira para dizer tal coisa, sou de origem extremamente humilde. Meu pai era barbeiro e, quando faleceu, comecei a trabalhar aos 9 anos. Desde aquela época, entusiasta que era do conhecimento humano, sonhava ser médico. Na verdade, Sr. Presidente, queria ser um cientista, mas era demais. Ser médico já estava bom. Queria estudar Medicina.

Mas como estudar Medicina trabalhando de 8h às 20h? Trabalhei em feira, empurrando carrinho de mão, em açougue, aprendi a falar e a escrever corretamente, porque naquela época escola pública tinha valor, não é aquilo em que foi transformada por um conjunto de Governos, que, na verdade, se constituíram em inimigos da Pátria. Mas eu queria ser médico. E como fazer?

Trabalhando e fazendo o que naquela época se chamava curso científico, fui fazer o CPOR, que era possível frequentar nas férias. Mas o que faria depois? Alguém me disse que havia um curso no Rio de Janeiro - à época eu era egresso do Acre e estava em Belém do Pará - da Escola de Saúde do Exército, de onde se saía Praça, como Terceiro-Sargento, e se poderia, com alguns ajustes permitidos pelo Exército naquela ocasião, fazer o curso de Medicina. E eu, menino pobre, humilde, de um miserável bairro de Belém do Pará, que tinha apenas aprendido a falar e escrever corretamente, escrevi uma carta de próprio punho - porque não tinha máquina de escrever - para o Comandante da Escola de Saúde, que não sei se ainda está entre nós, porque isso faz quase meio século. Na época, o Coronel Ernestino Gomes de Oliveira respondeu-me, escreveu para um menino pobre e humilde do interior do País, lá de Belém, dizendo que seria uma honra para o Exército poder ajudar um menino pobre, que bastaria eu fazer o concurso e, em sendo aprovado, mandar-me-iam a passagem. Vejam, senhores brasileiros!

Eu, candidatando-me e tendo passado - graças a Deus, o único de lá -, fui para o Rio de Janeiro e fiz a Escola. Mas havia outro problema: eu queria ficar lá, não queria mais voltar, pois gostei muito da cidade. Havia somente uma vaga, consegui o primeiro lugar no Exército, uma honra, e, repito, passei no vestibular.

E digo para os senhores, antes de passar a palavra ao digníssimo Deputado Inocêncio Oliveira, figura que honra esta Casa, o seguinte: verifiquem exatamente o que quer dizer democracia. Democracia é isso! Democracia é tratamento igual! Democracia é uma instituição poderosa, respeitada, que dá direito ao menino pobre de poder ser gente. Isso é democracia!

No meu ponto de vista, a instituição mais democrática que temos é o Exército Brasileiro.

Ouçõ, com prazer, o nobre Deputado Inocêncio Oliveira.

**O Sr. Inocêncio Oliveira** - Caro Deputado Enéas, nobre Líder do PRONA, em primeiro lugar, peço desculpas ao Presidente José Thomaz Nonô, autor do requerimento para realização desta sessão solene, uma das mais justas homenagens já realizadas por esta Casa, porque temos de estar em dez lugares ao mesmo tempo. Hoje, já despachei com o Diretor-Geral a respeito de problemas administrativos, pois sou o 1º Secretário da Casa, já presidi o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, onde estamos estudando o *software* livre no Brasil, além de tantos outros compromissos. Entretanto, não poderia faltar a esta sessão de homenagem. Todos nós, brasileiros, temos o dever e a obrigação de reverenciar o nosso Exército, pois cumpre rigorosamente os dispositivos constitucionais que lhe são assegurados. Os nossos militares são os mais profissionais de todos os exércitos do mundo e dos mais qualificados. Para um brasileiro é honra e privilégio servir ao nosso glorioso Exército; à Marinha, que tem desenvolvido profundo trabalho sobre o uso da energia nuclear para fins pacíficos, a fim de que o Brasil possa desenvolver o ciclo do átomo; à Aeronáutica, que relevantes serviços presta a este País continente. Foi



o Brigadeiro Eduardo Gomes quem criou o Correio Aéreo Nacional, quando o Brasil não tinha nenhum tipo de comunicação. Voltando ao Exército, destaco que o Brasil deve muito a essa Instituição. Sou de Pernambuco, onde o Exército nasceu, caro Deputado Enéas, V.Exa. que tanto gosta dos temas sobre a nacionalidade. Em 1654, nos Montes Guararapes, começou a nacionalidade brasileira. A partir daí, começamos a desenvolver um sentimento de brasilidade, de amor à terra e à Pátria. Por isso, desejo congratular-me com o Exército Brasileiro na figura desse grande militar, o General Pedro Cardoso. V.Exa. merece o nosso respeito, assim como o Exército que dirige, pelo sentimento de brasilidade, de amor a este território e pelo sentimento profissional de defesa a este País, até mesmo quando solicitado em determinadas circunstâncias na segurança pública. Este País precisa fazer justiça às Forças Armadas. Não há vocação que se mantenha tendo estômagos vazios, mas as nossas Forças Armadas são tão profissionais que são incapazes de reivindicar aumento de salário, mesmo quando eles estão totalmente defasados. É preciso que as esposas dos militares vão às praças públicas pedir aumento. Peço aos Poderes da República que façam justiça às Forças Armadas brasileiras que vêm com o salário defasado há muito tempo. Não é possível um oficial superior da mais alta envergadura e qualificação receber salário inferior a qualquer ocupante do quarto ou quinto escalão desta República. O reconhecimento à excelência das Forças Armadas se faz também com a concessão de um aumento digno aos militares. Dessa forma, todos poderão dizer que têm seu trabalho reconhecido e que o Brasil, cada vez mais, pode contar com eles no fortalecimento da democracia. Não existe maior conquista do que a democracia e nenhuma Forças Armadas do mundo deu contribuição mais decisiva do que a nossa. Meu louvor ao Exército Brasileiro. (*Palmas.*)

–  
**O SR. ENÉAS** - Louvável o pronunciamento do nosso colega Deputado Inocêncio Oliveira, eivado de retórica como sói ocorrer em todas as vezes que se pronuncia.

Como testemunha viva do que representa o Exército nacional, cito apenas mais uma lembrança. Rui Barbosa há tempos já dizia que a Pátria é o ar que respiramos, o solo onde pisamos, a língua que pronunciamos. Pátria é algo que existe dentro de nós e jamais nos pode ser retirado.

Quando o Deputado Inocêncio Oliveira diz que sou nacionalista, tenham certeza de que não me envergonho disso. Sou um extremado nacionalista! Aprendi no Exército a mandar e a obedecer. E morrerei assim. Lutarei até o último minuto pela independência do nosso País, e aqueles que ouvem os pronunciamentos que aqui faço sabem que em nenhum instante afastei-me ou pensei em me afastar um milímetro sequer das minhas convicções.

Nacionalistas por excelência defendem o solo pátrio, a nossa língua como patrimônio fundamental de um povo, poupando-nos de toda e qualquer influência alienígena que pretende assenhorear-se do que é nosso, das nossas riquezas, esquecendo-se totalmente da maior de todas as riquezas de um país: o seu povo.

Parabéns, Sr. Comandante do Exército, Senhores Comandantes, Srs. Militares!

Muito obrigado, povo brasileiro! (*Palmas.*)

### 3.3 Maio

**Apoio do PRONA à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Ponderações sobre episódio (2005-05-25 15:16)**

**Data:** 25/05/2005

**Sessão:** 004.3.52.N

**Hora:** 10h16

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, colegas da Câmara e do Senado, povo brasileiro que ainda assiste aos pronunciamentos desta sessão do Congresso Nacional, causou-me espécie, ontem, no final do expediente da Câmara dos Deputados, o comunicado do Líder do PFL, Deputado Rodrigo Maia, de que o meu nome não constava na lista dos que tinham assinado o requerimento da CPI, devido a divergência entre a assinatura aposta no documento e a assinatura que uso habitualmente. E, quando digo que me causou espécie, desejo ratificar bem o meu espanto.

Há mais de 5 décadas, portanto, desde a minha adolescência, uso a mesma assinatura em todo e qualquer documento. Mesmo não tendo compreendida a razão da divergência, redigi, instantaneamente, outro documento e o encaminhei ao Deputado Rodrigo Maia, para a tramitação normal. Esse documento chegou à Mesa com a assinatura original às 19h50min. Consultei uma jornalista, que estava aqui presente ao lado de uma assessora do PFL - porque o PRONA perdeu a prerrogativa de constituir uma Liderança, pois de seus 6 Deputados originais restaram apenas 2 -, e pedi que verificasse a informação. Fui, então, comunicado que o jornal realmente havia fechado - se é que fechou - antes das 19h50min.

Incomodou-me profundamente a manchete "*Governo libera 200 mi a Parlamentares*" - provavelmente, *mi* são milhões - abaixo da qual está a notícia de que do PRONA apenas um Deputado, o meu preclaro colega Dr. Elimar Máximo Damasceno, assinara o requerimento de CPI.

Outrossim, esclareço que desde que cheguei a esta Casa fui sempre peremptório - após um mês de observação das atitudes governamentais - e altamente claro na crítica que venho fazendo ao Governo Federal.

Não há por que lançar diatribes, neste instante, mesmo porque elas já foram feitas de todos os lados, com todas as palavras, usando todos os recursos que a lingüística e a retórica conferem aos que se pronunciam.

O ponto vital é o seguinte: é desagradabilíssimo, principalmente para quem tem o cuidado permanente de se manter absolutamente isento de qualquer acusação, ver o seu nome retirado - como se não tivesse assinado - da lista dos requerentes da CPI.

A todos que assistem a este pronunciamento, quero deixar claro: assinei o documento. Não tenho coisa alguma contra o meu colega nesta Casa. Pelo contrário, tenho apreço e estima pelo Deputado Roberto Jefferson, que, da tribuna, quando se defendeu brilhantemente das acusações que lhe estavam sendo feitas, disse que assinaria o requerimento. Ora, por que iríamos contra a CPI, uma vez que ela é o instrumento oficial para verificar se houve ou não comprometimento de alguém? Assinei, ratifiquei e faço questão de deixar bem clara minha posição.

Peço aos dirigentes da *Folha de S. Paulo* que, por favor, corrijam a informação, que fique claro que o fato de terem considerado haver divergência de assinatura - e não sei por quem isso foi assinalado - causa espécie a quem assina do mesmo jeito há mais de meio século. Mas que seja feita a correção! Que não pare dúvida quanto a minha atitude e à posição do PRONA, partido que presido.

Creio que interessa à maioria desta Casa a instalação da CPI, apenas peço que sejam esclarecidas as dúvidas, para que não pare qualquer desconfiança acerca de colegas, em relação aos quais deve haver o maior respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) - Informo ao Líder Enéas que, na lista das 254 assinaturas conferidas, consta a de V.Exa., bem como a do outro Parlamentar do PRONA, o nobre Deputado Elimar Máximo Damasceno.

**O SR. ENÉAS** - Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

## 3.4 Junho

**Posicionamento do PRONA pela rejeição da Medida Provisória 245 de 2005 (Abre em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, crédito extr (2005-06-21 21:28)**

**Data: 21/06/2005**

**Sessão: 139.3.52.O**

**Hora: 16h28**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Severino Cavalcanti, colegas que integram a Mesa Diretora da Câmara, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, há 2 anos é observado por todos nós o festival de sandices que vem cometendo o Governo dito dos trabalhadores.

Causou-nos espécie, desde que aqui chegamos, o conjunto de alevisias e mentiras apresentadas a favor da chamada e tão decantada reforma da Previdência. Apunhalaram os aposentados. Assaltaram os contribuintes. Deles cobraram taxas absolutamente extorsivas, fazendo com que o Brasil fosse praticamente o campeão em tudo aquilo que não deveria ser feito por um governo.

Estava eu no meu gabinete sentado e naturalmente triste com tudo o que vejo ocorrer, ainda mais com aquilo que nos chega egresso do alto comando do País, o qual por definição tem este nome, mas não comanda coisa alguma - é a definição inconcussa da inépcia absoluta e plena do ato de governar -; estava eu em convalescença após a realização de sério exame médico, uma cineangiocoronariografia, no entanto não resisti a vir me pronunciar, dado o clímax do momento.

Senti-me extremamente regozijado quando ouvi colegas de diversos partidos desta Casa, que compunham até pouco tempo a decantada base aliada do Governo - aliás, Governo em frangalhos -, finalmente levantarem a voz neste que é um dos momentos mais difíceis já enfrentados pela Nação, governada de forma praticamente acéfala nos últimos 2 anos.

Pretende-se cometer - e quero crer que isso não ocorrerá neste momento - mais um dos crimes planejados contra a população brasileira. Desta vez o alvo específico é a Rede Ferroviária Federal S/A. Bastou-me ler um trecho da medida provisória para constatar a maneira execrável pela qual se pretende perpetrar mais este crime. Li o seguinte: "(...) *procedimentos administrativos e à assunção dos encargos decorrentes do processo de extinção* (...)".

Extinguir por que, Srs. Parlamentares? Acabar por quê? Nos discursos eivados de retórica aqui proferidos não há um pingo de verdade. Cessem de tanta hipocrisia! Reconheçam isso de público.

Foi o que disse ao Presidente da República em reunião para a qual todos fomos convidados. Por que falar de dificuldades se, neste ano de 2005, o Brasil assume o compromisso, com previsão no Orçamento - e ouvi estas palavras do Sr. Secretário do Tesouro Nacional -, de pagar 176 bilhões de reais de juros, quase 15 bilhões de reais ao mês? Quem pode ter essa coragem? Que pretensa, estúpida, estólida e imbecil veleidade é esta? Que absurdo é este?

É falta de critério dizer que se deve extinguir a Rede Ferroviária Federal. Graças a Deus, pela primeira vez ouço representantes das legendas dizerem quase em uníssono que o voto é "não". (*Palmas nas galerias.*)

\_

\_ O meu pronunciamento não é especificamente dirigido aos senhores, mas ao Brasil. Começa a vicejar nesta Casa a esperança de que se está apropinquando o momento em que a população brasileira dirá: "*Basta a tudo isso*".

"Não" à medida provisória.

Muito obrigado. (*Palmas nas galerias.*)

**Posicionamento favorável do PRONA ao Requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão da Medida Provisória 249 de 2005 (Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participa (2005-06-29 00:48)**

**Data: 28/06/2005**

**Sessão: 154.3.52.O**

**Hora: 19h48**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, são 23h25. Estamos no final da noite. Quero crer que o assunto exige discussão. Não há - como se percebe com clareza meridiana - consenso na Casa. O PRONA vota a favor do requerimento, para que seja adiada a discussão.

Obrigado.

**Posicionamento contrário do PRONA à redação final da Medida Provisória 248 de 2005 (Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências). (2005-06-29 00:48)**

**Data: 28/06/2005**

**Sessão: 154.3.52.O**

**Hora: 19h48**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é de estarrecer o cinismo do grupo governante quando põe em termos de defesa sua manifestação a favor da proposta. Digo estarrecer porque, se olharmos para o que ocorre no País, não há outro vocábulo que traduza melhor o que sentimos no meio da população.

Sr. Presidente, o voto é "não".

**Posicionamento contrário do PRONA ao Requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da Medida Provisória 241 de 2005 (Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, para (2005-06-29 05:00)**

**Data:** 29/06/2005

**Sessão:** 158.3.52.O

**Hora:** 00h00

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRONA mantém sua postura. Entendemos que não há razão nenhuma para que se encerre a discussão, uma vez que não há consenso. E o que se percebe é uma manobra para que a matéria, apresentada à sorrelfa nesta Casa, seja votada ainda hoje - é o que estamos esperando ocorrer -, e se faça a discussão e se vote essa CPI, quando existe uma outra para cuidar do assunto.

A posição do PRONA é "não".



## Refutação às críticas do Deputado Luiz Sérgio ao orador. (2005-06-29 05:00)

Data: 29/06/2005

Sessão: 158.3.52.O

Hora: 00h00

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é notório na Casa que jamais dirigi minha palavra a S.Exa., o Líder do PT. Em dois anos e alguns meses, jamais lhe dirigi a palavra. S.Exa é petulante e atrevido. Naquele instante, não o agredi.

Já por duas vezes, nesta Casa, quando começo a falar, preocupado, como é natural, S.Exa. me interrompe e me calo. Tenho testemunhas aqui do meu lado. Isso que S.Exa. está dizendo é mentira. Não o ataquei. O que disse é verdade: S.Exa. é profundamente ignorante. Que não façamos nesta Casa a apologia da ignorância. Que o partido que representa o Governo tenha o mínimo de ordem, porque os respeito quando falo.

Sr. Presidente, é verdade que eu registrei um documento, em 1989, dizendo que não me candidataria outra vez. É verdade. Anos depois, verificando a mudança das regras do jogo, que me impediam sempre de me pronunciar - as regras do jogo variaram de 1989 a 1998 -, registrei um outro documento, aqui em Brasília, outorgando-me o direito de me candidatar a qualquer cargo, como qualquer cidadão brasileiro pode fazê-lo.

Sr. Presidente, raramente falo aqui. Eu já ia saindo, quando ouvi meu nome ser citado. Não cito o nome de ninguém aqui. No partido político que presido e que criei com meus próprios recursos, decidi, em 1994, ter uma fonte de receita legítima e não vendendo a Nação, vendendo voto.

Estou falando para a Nação, para os poucos que estão acordados. Escrevi, com os colegas do partido, um documento, que foi chamado de cartilha. Autorizei os colegas a vendê-la em todo o País. O dinheiro não vinha de ninguém de fora, mas de candidatos que diziam que queriam entrar no partido. Não era mensalão. Não era dinheiro sórdido, entregue a Deputados para votarem com o Governo. Não era essa imundice que aqui está. *(Tumulto em plenário.)*

-  
**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) - Peço a V.Exa. que conclua.

**O SR. ENÉAS** - Concluirei, Sr. Presidente. Fui atacado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Thomaz Nonô) - A Presidência está concedendo a V.Exa. o mesmo tempo que concedeu ao Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. ENÉAS** - Eles não ficam em silêncio e repetem a desordem que os caracteriza. Não conseguem conviver com aqueles que discordam deles e representam o Governo do nosso País.

Sr. Presidente, as cartilhas eram vendidas com notas fiscais, apresentadas ao Tribunal Superior Eleitoral. Todas elas foram registradas. Prestei contas de tudo.

É preciso ficar bem claro o seguinte: lamentavelmente, nesta noite, estamos vendo aqui o partido do Governo, símbolo máximo da desordem, da inépcia administrativa, da falta de preparo, de inteligência.

Repito: as cartilhas foram vendidas e delas se prestou contas.

O PT quer fazer apologia da ignorância. *(Apupos no plenário.)* Se eu fosse petulante, não teria a maior votação da história do Brasil - 1 milhão de votos a mais que o candidato deles, apoiado pela base.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**Posicionamento contrário do PRONA ao Requerimento de regime de urgência urgentíssima para o Projeto de Resolução 248 de 2005 (Institui Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI destinada a investigar a veracidade ou não das recentes denúncias de co (2005-06-29 20:10)**

**Data: 29/06/2005**

**Sessão: 156.3.52.O**

**Hora: 15h10**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRONA vota contra o requerimento, pois não entende a razão de ser dessa urgência.

**Desgastes provocados à imagem da Câmara dos Deputados pelo escândalo do mensalão. Silêncio da imprensa relativamente aos gastos com o pagamento da dívida pública. (2005-06-29 20:10)**

**Data: 29/06/2005**

**Sessão: 156.3.52.O**

**Hora: 15h10**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Severino Cavalcanti, Sras. e Srs. Parlamentares, povo brasileiro, quem anda pelas ruas de qualquer cidade de qualquer Estado do Brasil percebe, em todos os lugares, a presença de miasmas pútridos que contaminam o ar atmosférico do País e que, lamentavelmente - e é triste reconhecer -, são egressos desta Casa.

É infinitamente triste reconhecermos um fato hoje repetido em verso e prosa em todos os rincões da nossa Pátria: colegas nossos - e não cito o nome de ninguém -, para votar a favor de um Governo absolutamente antinacional, teriam vendido a consciência. De acordo com as informações, isso teria ocorrido nas reformas previdenciária e tributária, no projeto sobre desarmamento, enfim, praticamente em todas as grandes questões em que S.Exa., o Presidente da República, nas madrugadas, obteve maioria absoluta nesta Casa.

Causa-nos espécie o furor com que a imprensa vem tratando o assunto, quando ela própria não chama atenção para algo muito pior: a entrega da riqueza nacional, que continua sendo feita da forma mais deslavada possível.

Ontem, em reunião a que compareceram 20 mil agricultores, convidados pelo Presidente da Comissão de Agricultura, eu disse que nunca se viu tamanha evasão oficial de recursos, e tive a felicidade de ver milhares de agricultores, de pé e de público, reconhecerem a veracidade da minha afirmação.

Este ano, segundo declarações do Secretário do Tesouro, são 176 bilhões de reais. Repito: 176 bilhões! Isso sai de maneira oficial, e, quando não sai, se emitem títulos, e a imprensa silencia, como se fosse a coisa mais normal do mundo.

Ora, diante disso, se alguém nesta Casa recebe 30 mil por mês, perdoem-me, não passa de um "trombadinha". Na verdade, o maior de todos os desvios de recursos é o oficial. Lamentavelmente, porém, não se fala nisso. Existe uma convivência sórdida do Poder constituído que faz com que isso pareça ser normal.

Se somarmos as verbas de educação e saúde, chega-se a 50 bilhões. Mais que o triplo é gasto no pagamento dos serviços da dívida pública!

E o curioso é que, se há pagamento a Parlamentares, isso é feito para que essa situação seja mantida. Isso, sim, é altamente criminoso; isso, sim, é crime de lesa-pátria, porque aqueles que para cá vieram, quero crer, se não pensando de maneira mentirosa, pelo menos diziam que iriam lutar contra esse estado de coisas.

Tenho uma felicidade dentro de mim que de quando em quando transborda: a de, desde o dia em que aqui cheguei, ser absolutamente fiel a todos os meus compromissos. Em nenhum momento participei dessa atitude pútrida, sórdida, vil, repugnante que caracteriza o Governo atual; em nenhum momento estive do lado de medidas contra a população.

Entreí nesta Casa, junto com 6 Deputados, com os meus votos, e é bom que fique claro: foram 1 milhão e 570 mil votos. Sem aliança com Prefeito, com Vereador, com ninguém, tive 1 milhão de votos a mais do que o homem que era o Chefe da Casa Civil e que hoje desceu para o alojamento de cabos e soldados, como diz o Deputado Jair Bolsonaro.

Quero deixar claro que essas convicções as levarei até o túmulo. Aos que traem a própria pátria, acompanho o dizer antigo de um homem que chegou a ser centenário, o Prof. Barbosa Lima Sobrinho, que do alto de sua longevidade disse: "Aos traidores, a força".

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**Posicionamento contrário do PRONA ao Requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Resolução 248 de 2005 (Institui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a veracidade ou não das denúncias (2005-06-30 00:10)**

**Data:** 29/06/2005

**Sessão:** 157.3.52.O

**Hora:** 19h10

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é evidente que os ânimos se exaltaram. Diatribes são proferidas de lado a lado. Diatribes quer dizer ataques, para traduzir.

Sr. Presidente, é compreensível que fique assim, mas é interessante que atentemos para alguns fatos.

Primeiro, por que os governistas querem esta CPI específica para investigar a compra de votos no passado? Por que, como disse o Deputado Babá, esperaram 2 anos e alguns meses para isso? Por quê? Não há resposta. Os governistas silenciaram.

Segundo fato, também importantíssimo, diz respeito ao Vice-Presidente, a egrégia figura do Deputado José Thomaz Nonô, quando apresentou aquela folha de papel amarfanhada, um diário oficial feito às pressas... *(Tumulto no plenário.)*

-  
**O SR. PRESIDENTE** (Severino Cavalcanti) - Está assegurada a palavra a V.Exa.

**O SR. ENÉAS** - Eu sou o Deputado que menos fala na Casa. Sr. Presidente, lembro que não chateio, não incomodo a platéia.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** - Quando fala além do tempo previsto no Regimento, chateia, sim.

**O SR. ENÉAS** - V.Exa. tem de aprender a falar primeiro. Fala muito mal, comete erros de português. Vá aprender a falar primeiro! Estude primeiro! E peço ao Líder do PT que aprenda a ouvir, porque não sabe. Vá estudar! *(Tumulto no plenário.)*

-  
**O SR. ENÉAS** - Sr. Presidente, o Governo está esfacelado, em frangalhos, já acabou, é um zumbi, é um morto e vivo.

O PRONA vota "não" à interrupção. O PRONA quer continuar discutindo até a madrugada.

Obrigado, Sr. Presidente.

**Posicionamento favorável do PRONA ao Requerimento de retirada da pauta da Ordem do Dia da Medida Provisória 241 de 2005 (Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, para os fins que especifica). (2005-06-30 17:24)**

**Data: 30/06/2005**

**Sessão: 159.3.52.O**

**Hora: 12h24**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRONA está esperando a sessão do Congresso Nacional marcada para as 13h.

O PRONA vota a favor da retirada da matéria de pauta.

**Posicionamento favorável do PRONA ao Requerimento de adiamento, por duas sessões, da votação da Medida Provisória 241 de 2005 (Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, para os fins que espec (2005-06-30 17:24)**

**Data:** 30/06/2005

**Sessão:** 159.3.52.O

**Hora:** 12h24

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRONA vota a favor do requerimento, Sr. Presidente, para que haja o adiamento por duas sessões, e possamos, às 13 horas, realizar a sessão conjunta do Congresso.

## 3.5 Julho

**Verdadeiros interesses da pretendida proibição definitiva da comercialização de armas de fogo no País. Posicionamento favorável do PRONA à Emenda de Plenário ao Projeto de Decreto Legislativo 1.274 de 2004 (Autoriza referendo acerca da comercializ (2005-07-07 01:44)**

**Data: 06/07/2005**

**Sessão: 171.3.52.O**

**Hora: 20h44**

**O SR. ENÉAS (PRONA-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, colegas Parlamentares, povo brasileiro, existe uma razão última para todas essas questões apresentadas no nosso Congresso Nacional e nos congressos de outros países, que habitualmente não é abordada.**

O que existe de fato é um projeto mundial de dominação, e ele está em franco andamento. Esse projeto se assesta fundamentalmente em países como o nosso, que se apresentam no cenário internacional. E mesmo dentro do contexto social de cada um deles como países livres, quando, de fato, não o somos. Nós, na nossa terra, no nosso querido Brasil, somos uma colônia gigantesca, que obedece aos ditames de um poder mundial diabólico, que determina de fora para dentro tudo o que é feito no País.

Não adianta gritar, como muitos colegas vêm fazendo aqui. Não adianta dizer que alguns países estão copiando modelos. Os países apresentados como modelo são tão dependentes como o nosso. São absolutamente subalternos ao poder mundial, que padece de iniquidade extraordinária e dita as normas de tudo o que se passa no Brasil.

Assim entendemos o que ocorreu nos últimos tempos, desde que, por exemplo, chegamos a esta Casa. Tudo foi determinado fora das nossas fronteiras. O mais curioso é a desfaçatez com que se apresentam essas fórmulas, como se fossem a solução de todos os problemas nacionais. Quem, com honestidade, não sabe que, nas grandes metrópoles e megalópoles, as pessoas são assassinadas não por armas compradas, como disse o ilustre Deputado Alceu Collares, mas por armas sobre as quais não se tem o menor controle? Nos presídios entram armas - claro que com a conivência das autoridades ali constituídas.

Todas as pessoas que possuem um mínimo de lucidez intelectual sabem que a cada instante dezenas, centenas de pessoas são assassinadas. O desarmamento, que inclusive já foi votado na Casa, não leva a resultado algum, a não ser fazer - como disseram os colegas, que lamentavelmente se excederam - com que pessoas desarmadas não tenham condição alguma de defesa.

Há poucos dias uma amiga minha teve sua casa invadida no Rio de Janeiro. Desesperada, não sabia o que fazer, porque ninguém tinha uma arma em casa. Ora, se qualquer pessoa tem o seu lar invadido, tem de rezar, colocar-se de joelhos e pedir ao criminoso que não atire, pelo amor de Deus. Isso é um absurdo colossal! Repito o que disse muitas vezes nesta Casa, quando se falou de reforma previdenciária e tributária e de tantas outras veleidades que foram aprovadas: é partir do pressuposto de que a maioria dos seres humanos não pensa coisa alguma.

É preciso dizer que o referendo é importante? Claro que sim! Mas, por que fazê-lo de maneira tão açodada? Por que gastos tão vultosos? Não interessa se são de 200 milhões, se não são vultosos. Por que a precipitação de resolver a questão com tanta pressa, uma vez que a lei já está em vigor? Se é desejo da opinião pública, por que não se faz o referendo no ano eleitoral? Quais as razões mais profundas que fazem com que todas essas coisas sejam feitas de maneira tão precipitada?

Certamente, por trás disso há interesses extraordinários não apresentados. O que se pretende, mais uma vez, é enganar a população. Foi dito aqui que a população será esclarecida. Será mesmo? Será que já o foi alguma vez? Será que os meios de comunicação falam, de fato, a favor da população? Será que os meios de comunicação, dominados por esse poder diabólico a que me referi - o poder mundial -, vão informar a população? Não acredito.

Digo isso de cátedra porque acompanho esse processo há 16 anos, desde que, em 1989, pela primeira vez, entrei como ator no cenário político. É preciso que o povo que assiste aos nossos pronunciamentos tenha plena consciência - perdoem-me, senhores - de que, mais uma vez, está sendo enganado. Mudam os atores, a peça é a mesma. A população, na verdade, é enganada a cada ato governamental, sempre com a ilusão de que a situação vai melhorar.



O nosso voto e do nosso partido é contra o que está sendo apresentado, a favor da emenda do Deputado Onyx Lorenzoni.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

## 3.6 Agosto

**Posicionamento favorável do PRONA à Medida Provisória 251 de 2005 (Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI, institui o Programa de E (2005-08-09 22:30)**

**Data: 09/08/2005**

**Sessão: 201.3.52.O**

**Hora: 17h30**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, qualquer iniciativa a favor do processo educacional, seja uma idéia robusta ou tibia, é bem-vinda por toda a sociedade.

Não há muito o que discorrer sobre o tema. O PRONA vota a favor da medida

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - Debate sobre o Projeto de Lei nº 3.960, de 2004, dos Srs. Deputados Enéas e Elimar Máximo Damasceno, que dispõe sobre a substituição em todo o território nacional de combustíveis derivado (2005-08-11 15:42)**

Data: 11/08/2005

Sessão: 1137/05

Hora: 10h42

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Babá) - (...) Convido para tomar assento à mesa dos trabalhos o Sr. José Walter Bautista Vidal, Presidente do Instituto do Sol, ex-Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, idealizador do Programa do Álcool de 1975 a 1985, Doutor em Física, autor de livros clássicos sobre energia renovável, em especial sobre biomassa; (...) e, finalmente, o Sr. Adriano Benayon, especialista em Economia Mundial, Doutor em Economia pela Universidade de Hamburgo, na Alemanha, ex-professor de Relações Internacionais da UnB e ex-Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Em nome da Comissão de Meio Ambiente, agradeço a tão importantes figuras a presença neste debate.

(...)

Feitas essas considerações, dou início aos trabalhos, concedendo a palavra ao Sr. José Walter Bautista Vidal.

**O SR. JOSÉ WALTER BAUTISTA VIDAL** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, autoridades presentes, senhoras e senhores, considere esta audiência pública um fato marcante na vida do Parlamento brasileiro nos últimos tempos.

O mundo está em processo de convulsão. Há dois colapsos em massa, talvez os maiores da história da humanidade: o dos combustíveis fósseis, que de certa maneira se impôs ao mundo por razões que depois detalharei um pouco mais e que está entrando em colapso. Durante 200 anos, esse combustível dominou a economia mundial, permitiu a chamada fase áurea da economia mundial e simplesmente agora acaba levando o mundo à guerra.

O mundo está em guerra, concentrada ainda no Oriente Médio, mas com implicações nas torres de Manhattan, em Nova York, em Londres e Madri, e há quem considere inexorável um terceiro conflito mundial, porque a questão energética é absolutamente crucial e base do processo civilizatório.

Não há trabalho sem energia. Sem energia os países entram em colapso. Cito como exemplo o Japão, nação importantíssima, mas que não tem uma gota de petróleo, e cuja economia está centralizada no petróleo. Agora, o Exército americano está ocupando as reservas de petróleo que sobram no Oriente Médio. Evidentemente, não acredito que o Exército americano vá facilitar a vida dos japoneses, nem a dos alemães.

Há um processo histórico recente de coisas muito profundas. Essa situação que estamos vivendo é muito perigosa. A qualquer momento pode acontecer um estopim, porque as nações mais atingidas são exatamente as mais poderosas do ponto de vista econômico e militar. Os Estados Unidos têm petróleo em seu território para três anos. A situação é desesperadora, e eles têm de invadir o Iraque e o Irã para sobreviver. Sabemos o que isso representa. A nossa Amazônia está na lista de espera para ser ocupada.

Foi imposto ao mundo o fim da era do petróleo. E isso durou 200 anos. Combustível fóssil não é apenas petróleo. O carvão mineral teve seu período áureo anterior, mas continua tendo papel decisivo na economia mundial.

A China tem um projeto espetacular de desenvolvimento à custa do carvão mineral. Está arrebatando o equilíbrio termodinâmico da ecosfera, e o mundo não vai tolerar isso. A China não tem poder nuclear para fazer como os Estados Unidos, que se recusam a assinar o Protocolo de Kyoto.

Estamos numa situação muito complicada. As grandes nações do mundo estão em processo de colapso a curto prazo.

Nessa situação, a única solução plausível são as regiões tropicais, privilegiadas em termos de energia com um único reator: o sol. Não sei se os senhores têm esses dados, mas a única alternativa do equacionamento energético futuro do mundo é por intermédio da fusão nuclear, que corresponde à transformação de matéria em energia. A humanidade tem feito o esforço, principalmente as nações hegemônicas, para dominar o reator a fusão nuclear, mas nunca conseguiu. Aliás, no meu entender, jamais vai conseguir, porque a fusão nuclear ocorre a centenas de

milhões de graus onde não existe substância líquida nem sólida, apenas uma substância extremamente rarefeita, com a qual é impossível trabalhar. Trabalhei nos Estados Unidos na fusão nuclear. E é uma coisa absolutamente longínqua.

Há a transformação de matéria em energia, pela relação de Einstein, em que a energia é igual a: matéria vezes a velocidade da luz ao quadrado. A velocidade da luz é de 3 mil quilômetros por segundo. Um grama de matéria produz a energia de mil toneladas de petróleo.

Felizmente, ninguém vai dominar o reator de fusão nuclear no mundo. Energia é a razão principal da dominação, do poder e da riqueza. Energia é um ente quase divino. O primeiro princípio da termodinâmica diz que nada se move ou se transforma no universo físico sem energia. Portanto, não há cosmos, átomo, indústria, comércio, transporte, comunicação, alimentação, não há nada sem energia. Energia é quase um ente divino no mundo físico.

Parece que o mundo ainda não percebeu isso. Estamos num processo extremamente perigoso, de fim do elemento físico fundamental que permite o processo civilizatório. O processo civilizatório somente existe pela capacidade de transformação. Sem energia não consigo transformar uma pedra num metal e esse metal num avião, não consigo transformar uma semente em alimento e não consigo comunicar-me. O sistema de transporte mundial - não preciso dizer - hoje é todo baseado em dois derivados do petróleo.

Na realidade, esse modelo dos combustíveis fósseis foi imposto ao mundo pelas nações militarmente poderosas, chamadas hegemônicas, todas elas concentradas nas regiões temperadas e frias do planeta e, portanto, muito pobres de energia e todas localizadas no Hemisfério Norte. Os trópicos não estão nesse contexto. Os trópicos nunca foram considerados no contexto civilizatório.

Por outro lado, as nações pobres de energia têm dominado o mundo não por abundância, mas pela capacidade de matar. É esse contexto que estamos vivendo. Ele é muito perigoso, porque a capacidade de matar tem seus limites e suas reações, haja vista o que está acontecendo no Iraque. Agora já se prevê a invasão do Irã. Imaginem o que vai ser. O Irã é muito mais estruturado do que o Iraque.

Nessas circunstâncias, a única solução para sair desse imbróglio terrível do fim de uma era são as energias das regiões tropicais.

Como eu estava dizendo, quem dominar a fusão nuclear dominará o mundo. Felizmente, nenhuma nação conseguirá isso, porque não é possível obter reatores de fusão nuclear. Se alguma nação dominasse a fusão nuclear, por intermédio de reatores de fusão nuclear, dominaria o mundo indiscutivelmente e passaria a ser proprietária do elemento básico do processo civilizatório, econômico, político e de poder. Não há a menor dúvida. Felizmente, isso não ocorrerá, na minha opinião limitada e pessoal. Refiro-me, é claro, a um contexto da realidade que estamos vivendo.

Já existe uma nação que possui um reator de fusão nuclear que não é montado, é natural: o Brasil. Por que o Brasil? Porque esse reator de fusão nuclear é o sol, estrela do nosso sistema, cujo núcleo é um fantástico e eterno reator de fusão nuclear e onde ocorrem as transformações de matéria em energia numa proporção gigantesca.

Para se ter uma idéia, esse reator de fusão nuclear joga sob a forma eletromagnética uma quantidade de energia fantástica, que se espalha pelo mundo. E essa energia vai alcançar uma poeirinha a 150 milhões de quilômetros num feixe muito estreito, a Terra. A energia que vem nesse filete extremamente estreito e alcança a superfície de nosso planeta a 150 milhões de quilômetros joga por dia na Terra uma quantidade de energia superior à de todas as reservas de petróleo descobertas e as não descobertas ainda, apenas referidas.

A civilização do petróleo é a civilização de um dia de energia solar. E claro que essa energia solar não é equanimemente distribuída. Ela está concentrada nas regiões tropicais.

A civilização do mundo do petróleo, que felizmente está acabando, é a de um dia de energia solar sobre o hemisfério da terra. Essa energia é concentrada nas regiões tropicais. Nessas condições, o único continente tropical é o Brasil. O Brasil apresenta-se no mundo como a única solução para o colapso da era do petróleo e do carvão mineral.

Os senhores imaginem o que isso significa em termos de nossa responsabilidade e do perigo que estamos correndo. A guerra no Oriente Médio, do Iraque, é a guerra de energia do passado. Onde está a guerra da energia do futuro, dos próximos milênios? Nas regiões tropicais, e nós somos o grande pivô.

Nossa responsabilidade é tremenda. Os perigos sobre nós ainda serão maiores se isso for usado econômica e militarmente. As grandes potências dependem do continente brasileiro para sobreviver. E é curioso que a sociedade brasileira não tem idéia dessa questão, que não tem sido discutida pelo Congresso, Deputado. O Brasil é um país crucial para o futuro da humanidade, por causa da questão energética. A invasão do Iraque é questão de absoluta necessidade da maior potência nuclear do mundo. O Iraque é extremamente insignificante comparado com o que representa o continente tropical do planeta Terra: o Brasil.

Nossas responsabilidades são imensas. Nossa contribuição para o futuro da humanidade é absolutamente decisiva no caminhar da carruagem dos momentos atuais de uma guerra que já vem desde a época do Mosadec - Primeiro-Ministro do Iran derrubado porque quis decretar a independência daquela nação há várias décadas - e que até hoje só fez crescer. E as coisas estão tomando proporções tais que os especialistas internacionais falam num terceiro conflito mundial, que será apocalíptico.

Podemos ter papel decisivo e impedir que esse conflito ocorra. A sociedade deve ter plena consciência desses fatos para responder às demandas mundiais à luz da única possibilidade que o planeta Terra tem para dar uma resposta plausível.

Vou dar o exemplo do dendê da Amazônia. São 40 milhões de hectares aptos. O dendê veio da África, mas se adaptou muito bem à região amazônica. São, repito, 40 milhões aptos, com produtividade que os agrônomos brasileiros já conseguiram de 6 a 8 mil litros por hectare/ano. A partir do dendê se pode produzir o óleo *diesel* vegetal, correspondente a 8 milhões de barris por dia de óleo *diesel* natural, superior em potência e não poluidor em relação ao petróleo. Oito milhões de barris/dia correspondem à produção de petróleo da Arábia Saudita.

Trata-se de projeto mundial. O Brasil vai tornar-se, inexoravelmente, a maior potência energética do planeta. A única dúvida é se vai ser sob o controle dos brasileiros ou das nações hegemônicas que se apoderarem desses bens essenciais. Essa é a questão.

O projeto de lei que acaba de ser aprovado por este Congresso e que vai ceder a floresta amazônica para grupos internacionais é um crime de lesa-pátria. Como o País, no momento em que está preparando-se para ser a grande potência energética mundial de combustíveis líquidos, entrega por nada, por 60 anos ou mais, nosso território, o filé *mignon* energético do planeta que é a floresta amazônica?

Não creio que essas coisas foram feitas, Deputado, com a consciência do seu significado. São a falta de discussão dessa questão e o desconhecimento da sociedade que levam a coisas tão estúpidas como essa. A palavra empregada é até cuidadosa. Podia ser mais forte.

Sras. e Srs. Deputados, com tal iniciativa, o Parlamento brasileiro está preparando o País para esse futuro inexorável. Ninguém pode mudar as leis da natureza, muito menos as da Física. Não há o que se discutir. Isso já é conhecido em toda a sua profundidade pela ciência mundial. Isso é inexorável. Não adianta conversa fiada nem acordos inconsistentes, pois eles não levarão a nada. A Física exige respeito. A natureza tem regras que precisam ser respeitadas.

Na realidade, o Brasil tem a oportunidade única, que nenhuma nação do mundo teve em toda a história, de ser o grande fornecedor energético do planeta de combustíveis líquidos - e vou acrescentar uma palavra - para sempre.

Particpei de fórum mundial em Bonn. Seus organizadores estavam conscientes de que eu estava presente - inclusive fui caracterizado por eles como o responsável pela criação do PROÁLCOOL. Um professor alemão resolveu prestar-me uma homenagem. Ele pegou uma frase de um livro meu e a projetou na parede, no meio da sua exposição. A frase é a seguinte: "*O Brasil será a Arábia Saudita do futuro da humanidade em forma de energias renováveis e limpas*". Aí, depois de aplausos entusiastas e tal, porque o mundo todo depende disso, o professor parou e disse: "*Forever*" - para sempre.

Por quê? Porque a energia brasileira vem do sol. Não é uma energia qualquer. Ela vem do sol. E a água é o elemento básico da nossa estrutura física. São os dois elementos essenciais. O sol vai acabar um dia. O aumento de entropia do universo levará à morte do sol. Se isso acontecer, será daqui a 11 bilhões de anos. É um espaço de tempo razoável para aproveitarmos! É uma condição inexorável. O País tem 11 bilhões de anos para ser o grande fornecedor de energia líquida do planeta, sem nenhuma alternativa.

Dizem que Deus é brasileiro. Considero correta essa frase. Afinal, dá tanto a uma nação - somos um continente brasileiro -, numa situação em que ocorre até *débâcle* com os combustíveis fósseis. Não deixa de ser uma oportunidade fantástica.

Portanto, Sr. Presidente, quero congratular-me efusivamente com o Congresso Nacional por estar discutindo essa lei.

Para concluir minhas ponderações, vou ler uma síntese que fiz - sem alterar absolutamente nada do seu conteúdo - do documento aprovado no II Fórum Mundial de Energia, realizado em Bonn, ex-Capital da República Federal da Alemanha, em maio do ano passado. Ele foi discutido no Conselho Nacional de Energia, apresentado e aprovado no II Fórum Mundial, e se constitui num documento oficial. O documento que vou ler não é a minha contribuição, mas a do Fórum Mundial de Energia. Sintetizei-o e até mantive as palavras, para que não houvesse qualquer alteração.

O título do documento é *"Agenda Mundial para Energias Renováveis"*, resultado do II Fórum Mundial para Energias Renováveis, realizado em maio de 2004, em Bonn, antiga capital da República Federal da Alemanha.

Eis o primeiro título dessa agenda: *"Mudança civilizatória pela substituição dos combustíveis fósseis em direção às energias renováveis"* . Quanto ao termo *"em direção"*, em português poderíamos ter uma expressão literária mais adequada, mas eu usei a que está no documento. É uma mudança *"em direção às"*. Sair dos combustíveis fósseis para as energias renováveis.

Lê-se o seguinte, na síntese do documento:

*"A civilização experimenta no momento profunda modificação em seus rumos, em face de acelerada e profunda crise de seus sistemas energéticos de combustíveis fósseis, com inevitável e imediata ruptura na direção de um sistema de energias renováveis."*

Isso foi dito na conferência mundial. Mais adiante, lê-se o seguinte:

*"Não há tempo a perder. Nessa mudança, novos adiamentos seriam irresponsáveis, e as escusas, inaceitáveis."*

-

Imaginem o Brasil, cuja única solução é a omissão. Vejam que dureza a conferência mundial está dizendo para o mundo! Como o Brasil pode omitir-se nessas circunstâncias?

E continua a síntese:

*"A escalada nas elevações dos preços do petróleo indica a exaustão dos combustíveis fósseis e a urgente necessidade de substituí-los por energias renováveis. Também as dificuldades das populações rurais dos países em desenvolvimento são resultado do difícil acesso dessas populações às energias comerciais."*

-

Sabemos do que eles estão falando. Grande parte da pobreza do mundo é fruto da falta de acesso às energias comerciais, que são as que conhecemos: carvão mineral, petróleo, gás etc.

E vai mais além:

*"As mudanças de clima, devido ao efeito estufa, estão causando crescentes catástrofes. Elas indicam as consequências desastrosas do contínuo e crescente uso dos combustíveis fósseis."*

-

*"As contínuas falhas nas redes de potência dos freqüentes apagões mostram as limitações da geração de potência energética atuais."*

*"A catástrofe atômica de Chernobyl e a escalada contínua de perigo de energia nuclear mostram que o seu uso não é a opção viável para o futuro."*

-

No Fórum Mundial foi decretado o fim da era dos combustíveis fósseis e da energia nuclear. E definitivamente. E as energias renováveis e limpas foram apresentadas como a única alternativa para o futuro. Energias de onde? Das regiões tropicais. E o Brasil é o único continente tropical.

Vejam que conclusões definitivas, Deputado! São coisas que realmente merecem nossa meditação e nosso conhecimento.

E continua:

*"As tecnologias de produção e uso de energias renováveis, entretanto, apresentam melhores perspectivas para a substituição das energias fósseis por energias renováveis e têm o seu potencial comprovado."*

-  
Até vou fazer um pequeno comentário. Na realidade, o mundo hegemônico, que é muito pobre de energia, impôs o uso extensivo e intensivo dos combustíveis fósseis, num processo criminoso, porque administrar o mundo em função dessas energias que acabam é suicídio. E as conseqüências desse suicídio estão sendo vividas hoje. Por isso, o mundo está em guerra. E vai chegar ao terceiro conflito.

Foi imposto ao mundo, embora não baseado em energias situadas nas nações hegemônicas. Elas foram buscar nas terras dos outros um modelo por natureza suicida. Temos de sair disso. Qual é a alternativa? Evidentemente, são as energias renováveis, que têm garantia de 11 bilhões de anos para frente, enquanto o colapso dos fósseis é imediato.

Diz outro título do documento da Conferência Mundial:

*"É necessária e possível a substituição total das energias de origem fóssil nuclear."*

-  
É uma frase. É quase uma ordem que o mundo está dando aos dirigentes que têm alguma responsabilidade.

*"Número crescente de estudos e planos mostram cobrir todas as necessidades energéticas do planeta por forma renováveis."*

-  
Isso está mais do que estudado. Estudam o assunto há mais de 20 anos, e cada vez mais.

*"Avaliações tecnológicas para substituição das energias fósseis e nuclear têm sido desenvolvidas em escala nacional desde os anos 70 em várias partes."*

-  
O livro branco da sociedade internacional de energia solar 'Transição para um futuro de energias renováveis' mostra as inúmeras opções tecnológicas para o estabelecimento de amplas estratégias para o uso dessas energias renováveis, evidenciando que a substituição total delas por formas renováveis é necessária e possível."

-  
Quero acrescentar que não pus uma palavra minha no que estou lendo. É uma síntese rigorosa de documento aprovado no Fórum Mundial de Energia.

*"Os preços das energias fósseis e nuclear aumentam de modo inevitável devido à exaustão dos recursos naturais, assim como pelos custos adicionais dos danos ambientais que provocam."*

*Os custos das energias renováveis, entretanto, continuam caindo, pelo aumento da produção e pelo desenvolvimento tecnológico."*

-  
Hoje, por exemplo, o álcool é vendido por 1 real em São Paulo, enquanto a gasolina custa 2,50 reais. E a gasolina vai aumentar, e o preço do álcool cair. Já há uma prova evidente disso nas bombas, já no preço para o consumidor final.

*"A generalizada subestimação dos potenciais de energias renováveis e seus inúmeros benefícios ainda representam enorme descompasso entre o reconhecimento e a concreta realização."*

-  
Tudo é dito, mas não é concretizado. Os compromissos pretéritos com o mal se perpetuam. Duas grandes conferências foram realizadas com aquiescência do chefe de Estado da ECO 92, e depois a de Johannesburgo, ocasiões em que se chegaram a belas conclusões, mas chefe de Estado não as executa.

Tiram conclusões, fazem um falatório gigantesco, o mundo todo participa, mas nada acontece. Pelo menos há a vantagem de o mundo todo tomar um pouco de conhecimento disso.

O fracasso total - desculpem-me, mas a expressão foi dita por eles - da ECO 92 e da reunião de Johannesburgo levou o chanceler alemão a promover a reunião do Fórum Mundial de Energia.

Tenho de tirar o chapéu. A Alemanha é o país de melhor postura nessas questões. É um defensor incondicional do Protocolo de Kyoto. Suspendeu o programa nuclear, que já abastecia 30 % da energia elétrica, e é um aliado



incondicional do Brasil. Tiro o meu chapéu para a Alemanha. É o único país que está comportando-se com a dignidade que o ser humano merece.

*"A generalizada subestimação dos potenciais de energias renováveis e seus inúmeros benefícios ainda representam enorme descompasso entre o reconhecimento e a completa realização. O deslocamento para energias renováveis não tem levado em conta as amplas perspectivas dos muitos benefícios políticos, econômicos e ambientais."*

–  
Isso é quase globalizante.

*"Assim, é preciso:*

*1 - afastar as múltiplas barreiras equivocais e maldosas contra as energias renováveis."*

Trata-se do processo de impedir que a energia renovável ocupe seu espaço, como, por exemplo, a posição de Bush de se recusar a assinar o Protocolo de Kyoto. Como 82 % da energia elétrica dos Estados Unidos dependem de combustível não renovável, carvão mineral principalmente e petróleo, entendo que a indústria americana, porque necessita de energia elétrica, recuse-se a assinar o Protocolo de Kyoto, mas isso vai arrebentar o equilíbrio termodinâmico da ecosfera, vai provocar catástrofes cada vez maiores.

A média de tufões nas Antilhas era de 1 a cada 5 anos, e, no ano passado, houve 5 tufões em 6 meses. Houve um tufão, cujo centro estava a 40 quilômetros da cidade de New Orleans. Deu um prejuízo muito grande. Imagines mas sss se esse centro estivesse na cidade. Ela teria desaparecido do mapa. Que tufão incompetente! Desculpem-me a brincadeira.

Assim, é preciso afastar as múltiplas barreiras equivocadas, criar estratégias e incentivar sua ampla utilização em todos os países, visando promover as energias renováveis com o mesmo poder político usado, por exemplo, na energia atômica nos últimos anos.

A isso o Fórum denominou de chamada para as novas estratégias industriais, regionais e nacional para o uso generalizado de formas energéticas renováveis. Ou seja, o Fórum Mundial faz uma chamada ao mundo. Nunca vi isso em fóruns mundiais. Nunca os ouvi chamar a atenção do mundo para que assuma suas responsabilidades.

*"Grandes estratégias foram usadas para promover a energia nuclear na era pós-fóssil. Oitenta e cinco por cento dos investimentos tecnológicos foram centrados na área fóssil, 18 %, e na área atômica, 67 %."*

–  
Os investimentos estão centrados no histórico caminho equivocado, embora a última, a nuclear, tenha contribuído com apenas 6 % da energia atual em uso, que será reduzido com a saída da Alemanha e de muitos outros que sairão do programa nuclear, por questões óbvias de enorme perigo e pela criação desse monstro de 1 milhão de cabeças, o plutônio. Um micrograma de plutônio mata uma pessoa, e 6 quilos matam toda a humanidade. Cada reator produz 180 quilos de plutônio por ano, e ninguém sabe o que fazer. O plutônio não existe na natureza, é criado artificialmente pelo homem nos reatores e nas bombas construídas pelas nações hegemônicas. O plutônio tem a vida média de 130 mil anos. Vida média significa que a radioatividade cai para a metade, ou seja, dentro de 500 mil anos esse plutônio criado artificialmente continuará matando. A civilização neandertal tem 100 mil anos para trás, e o plutônio matará 500 mil anos à frente. Veja que monstro o homem está criando! Que irresponsabilidade! Nenhuma religião pode admitir algo tão monstruoso.

*"Grandes estratégias foram usadas para promover a energia nuclear com essas altas proporções de investimentos. Escopo muito maior justifica-se agora seja feito mundialmente em torno das energias renováveis."*

–  
É um desafio ao mundo.

*"Recomenda-se que os governos não esperem por um consenso global, de modo que possam cumprir suas responsabilidades para com as respectivas populações."*

–  
A vida estará condenada a desaparecer. Se alguns gramas de plutônio caírem nos oceanos, a vida será exterminada, não somente a vida humana, mas todo tipo de vida. Vejam que maldição o homem está criando para sua própria existência.

"O momento está a exigir o surgimento de novas tecnologias e de uma nova revolução industrial. A mesma revolução deve surgir na agricultura baseada na extensão, na produção de alimentos, como consequência da produção de biomassa para fins energéticos, biomassa para energia e para matérias-primas renováveis, produzidas simultaneamente, com a salvaguarda dos recursos aquíferos" - é claro.\_

Outro ponto fundamental é que o Brasil tem a maior proporção de água doce do planeta, 24 %. O segundo país é o Canadá, com 14 %. Só que, naquele país, na maior parte do ano a água está em forma de gelo, de pedra. E, além dos 24 % da água, tem ainda sol, água e território. Realmente, Deus é brasileiro, vamos convir, porque é quase impossível vantagens tão destacadas em questões cruciais para o futuro da humanidade.

Considerações básicas:

"Para superar as profundas discrepâncias entre as necessidades globais de energia renovável e a insuficiência na atuais atitudes mercantis" - não são atitudes parlamentares, reduziu a nada- "o Conselho Mundial de Energia Renovável apresentou uma agenda mundial de energias renováveis e o II Fórum Mundial de Energia, submetendo-lhes as seguintes considerações."

Aqui eu vou terminar.

"1- Câmbio de paradigmas da energia".

É exigido um câmbio de paradigmas da economia, da ciência política, da tecnologia. É necessário mudar completamente os falsos paradigmas que levaram a essa desgraça.

"É preciso mudar os paradigmas energéticos usados, das energias fósseis e atômicas, para aqueles das energias renováveis. As políticas de promoção das energias fósseis e atômicas deveriam ter um ponto final," - isso é o Fórum Mundial falando- "sendo substituídas com a mais alta prioridade por aqueles paradigmas das energias renováveis e deficiência energética" - é claro. Quinhentos bilhões de dólares são ainda despendidos anualmente em investimentos com energias convencionais."

\_ Gastam-se 500 bilhões de dólares numa coisa que está destruindo o mundo.\_

"A ênfase nas energias renováveis requer uma mudança do fluxo desses investimentos, sob os auspícios de um quadro legal que os fortaleça."

Aí vem a grandeza do Parlamento brasileiro ao discutir neste momento este projeto de lei.

"As novas estratégias energéticas devem estar focadas em previsões de âmbito nacional, visando à produção global."

Esses cálculos mostram que os sistemas atômicos e fósseis já são mais dispendiosos quando considerados em base macroeconômica, em relação às energias renováveis. Os custos adicionais dos sistemas energéticos atômicos e fósseis criam insuperáveis déficits sociais e ambientais para as futuras gerações.

E mais: estamos comprometendo a vida das futuras gerações.

"Os objetivos políticos visam transformar esses ônus em benefícios, buscando novos investimentos em energia renovável.

Recomenda-se assim:

a) *Superação dos dogmas do mercado*".

Que beleza! Os dogmas. A Conferência Mundial não reconhece isso como regras racionais, e sim como dogmas!

"b- *revolução industrial e agrícola baseada no uso das energias renováveis e limpas;*

c - ações e estratégias para efetiva promoção do uso extensivo e intensivo das energias renováveis.”

–  
Muito obrigado. (Palmas.)

–  
**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Babá) - Deixei o tempo transcorrer porque achei importante a explanação do Dr. José Walter Bautista Vidal, a quem parablenizo, porque as explanações de S.Sa. sempre são das mais interessantes desta Casa. Lembro que ela será transmitida pela TV Câmara, o que é muito importante.

(...)

**O SR. ADRIANO BENAYON** - Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer a esta Comissão o convite para expor algumas idéias, especialmente ao Deputado Babá, autor do requerimento para realização desta audiência pública.

Pena não contarmos com a presença de todos os membros da Comissão, mas estou certo de que o exposto por meus predecessores será levado ao conhecimento de todos, por se tratar de aspectos da maior importância.

Não posso resistir a um rápido comentário sobre o que foi dito pelos que me precederam. O que se infere do que disseram é que o Brasil é um país politicamente manietado, ou seja, sua sociedade é impedida de perceber a realidade, porque a realidade é de tal forma evidente que só não chega ao conhecimento de todos porque há uma barreira quase intransponível do sistema de poder, do qual a mídia é apenas um elemento, e que se insere no processo de manter o Brasil como país colonizado, exportando os minérios a nada, deixando-os contrabandear, permitindo uma transferência brutal, mantendo o País neste subdesenvolvimento tremendo, o que explica, por exemplo, o fato de os filhos de várias pessoas não terem emprego, por mais qualificados que sejam, e assim por diante.

Tomei conhecimento de críticas feitas ao projeto dos Deputados Enéas e Elimar Máximo Damasceno. E sobre elas vou tecer comentário. Primeiramente, em relação às questões específicas do meio ambiente e depois algumas de ordem econômica, muitas das quais objeto de apreciação por parte dos colegas que me precederam.

A primeira crítica que se fez ao projeto, com respeito ao meio ambiente, seria de que a ampliação da área plantada - imaginem os senhores - devastaria enormes áreas hoje preservadas. As pessoas que raciocinam - se é que se pode usar o termo raciocinar em relação ao assunto - imaginam que se trata de produzir, por exemplo, plantas oleaginosas para viabilizar o *biodiesel* a partir de fontes vegetais e também o aumento da produção de cana e da mandioca para produzir etanol. Elas imaginam que tudo isso vai representar aumento de áreas de lavoura. Isso não é verdade.

Antes de abordar esse aspecto, em função do que prevê o projeto dos Deputados Enéas e Elimar Máximo Damasceno, vou definir o que seria a substituição completa, em 10 anos, do atual consumo de gasolina e de óleo *diesel* no País. São contas simples. Talvez não haja necessidade de retê-las, mas vou dizer alguns números rapidamente, para analisarmos a situação.

Em termos de substituir todo o óleo *diesel*, seriam necessários cerca de pouco mais de 40 bilhões de litros/ano. Vejam os senhores que aqui só se falava de milhões, valor pequeno. Agora falamos em bilhões, em termos de substituir o atual consumo de derivados de petróleo.

O Brasil consome hoje 700 mil barris diários de óleo *diesel*. Mesmo prevendo-se aumento desse consumo para 800 mil, demandaria uma produção de *biodiesel* de 46 bilhões de litros por ano.

–  
Para fazer a substituição completa da gasolina com etanol, bastaria praticamente dobrar a área de cana existente hoje no Brasil e produzir quase que só álcool e menos açúcar. Com isso dobraríamos a produção atual, de cerca de 16 bilhões de litros, no caso do etanol, para substituir completamente a gasolina. No caso do *diesel*, como foi mostrado por Iturra, tem que se partir praticamente do zero para chegar a 46 bilhões de litros por ano. Fizemos uma conta simples. Estimamos uma produtividade para o etanol na base de 6 mil litros por hectare/ano e dividimos o valor da produção de que precisaríamos daqui a 10 anos. Seria feito gradualmente, daqui a 10 anos, no caso de substituir completamente a gasolina, e precisaríamos ter cerca de 32 bilhões de litros. No caso *diesel*, *dobiodiesel*, cerca de 46 bilhões. No caso do álcool, na base de 6 mil litros por hectare/ano.

No caso do *biodiesel*, são várias plantas. Temos o dendê com alta produtividade, mas temos outras com produtividade mais baixa. Então, para sermos conservadores, fizemos um cálculo na base de 3.500 litros por hectare. É só dividir os valores de que precisaríamos daqui a 10 anos por esse rendimento por hectare que chegaremos a quanto de terra será necessária para realizar essa produção. É simples.

O resultado dessa conta é o seguinte: no caso do etanol, com apenas mais 2,5 milhões de hectares dobraríamos a área utilizada hoje no Brasil. No caso do *biodiesel*, como a produtividade é um tanto menor e a necessidade maior, precisaríamos usar menos de 14 milhões de hectares para as oleaginosas. Somando os dois valores, teríamos cerca de 16 milhões de hectares, um terço das áreas de lavoura no Brasil, que utiliza 48 milhões de hectares.

O que se vai plantar para conseguir o óleo para substituir o *biodiesel* não será com lavouras. Não vai ser preciso desmatar áreas. Trata-se, primeiramente, de aproveitar o dendê existente na floresta e de plantar mais. Mantém-se a floresta nas áreas do trópico úmido. Nas áreas de cerrado, existem plantas como o pinhão bravo e uma série de outras, arbustos e árvores. Então, não se vai desmatar nada. Ao contrário, vai-se preservar mais o meio ambiente plantando-se bosques. Na terminologia dos técnicos, é o chamado plantio direto. Seriam feitos bosques na região com as plantas oleaginosas. Ao invés de desmatar, o meio ambiente seria preservado de modo mais acertado.

A coisa não acabou aí.

Vejam bem, no primeiro gráfico, vê-se a área da biomassa. Nessa figura, comparamos o que vai ser utilizado, aqueles 2,5. A linha que está no eixo horizontal, que quase não se vê, a última da esquerda, onde se lê 2,5, representa a terra que será necessária para dobrar a produção de etanol, de álcool.

O segundo retângulo representa a área de que se vai precisar para conseguir substituir todo o uso de *diesel* no País por *biodiesel*: 13,3 milhões de hectares.

A terceira coluna, que está em cor-de-rosa, é a soma dos dois. São 15,8 milhões de hectares.

Essa coisa enorme aqui são 376 milhões de hectares, correspondentes à área que o IBGE diz existir no Brasil disponível para agricultura.

Mas a coisa não acabou aí, não. (Risos.)\_

O percentual é ridículo em relação a isso, mas há esse outro elemento qualitativo a que eu me referi inicialmente, o fato de que não será necessário desmatar nem essa área, que já é uma porcentagem ridícula da área de terras disponíveis. Não será preciso usar essa área, em termos de desmatamento e de prejuízo ao meio ambiente, porque se vai plantar sobre a vegetação natural. Não se vai desmatar. Serão formados bosques no cerrado e aproveitados os elementos do ecossistema das florestas. No caso do dendê, por exemplo, não se vai, vamos dizer, estragar ambientalmente nem esse mísero percentual das terras disponíveis.

Esse outro gráfico é para, depois de termos enterrado a objeção, jogar a pá de cal. (Risos.)\_ A objeção já foi enterrada. Agora, só falta jogar a pá de cal. O caixão já tinha sido fechado há muito tempo.

Esse retângulo de cor roxa é a área total ocupada por lavouras no Brasil.

Vejam que incrível. Sabem o que significam esses 250 milhões de hectares? Área de pastagens. Quer dizer, o maior desperdício de terra no mundo. Aí se desmatou muito com o objetivo de fazer pastagem para criar bois e vender carne de graça para o pessoal dos países desenvolvidos comer bife barato.

Estamos falando desse desperdício para a Comissão de Meio Ambiente, em que alguém lançou críticas, que estou demonstrando serem infundadas.

O que temos no Brasil? Uma situação espantosa: a área para pastagem de bois, num país onde o povo passa fome, é cinco vezes maior do que a de lavouras de grão, feijão e arroz, alimentos que servem para o sustento da população. Carne é um luxo, mas o Brasil tem tanta terra que poderia se dar esse luxo. E se deu. Sobra ainda muita terra, mas esse não é o problema.

Em termos da interação entre o projeto de substituir completamente os combustíveis de petróleo pelos de biomassa, no que diz respeito ao meio ambiente, a biomassa vai ter uma característica em cima disso aí, da qual ainda não falamos: não só não prejudicará o meio ambiente, mas também corrigirá prejuízo que vem ocorrendo.

De que maneira? Para produzir 46 bilhões de litros de óleo na base de esmagar plantas oleaginosas, tem-se o subproduto, que é o farelo, numa quantidade imensa, cerca de 83 milhões de hectares, se não me engano. Com o farelo, subproduto do esmagamento da planta oleaginosa que produz o óleo, teríamos a possibilidade de economizar 40 % das terras usadas em pastagem, ou seja, o gado poderia comer um pouco menos de capim. (Risos.) A ração seria balanceada com elementos altamente nutritivos, proteínas. (Intervenção inaudível.)

—  
**O SR. ADRIANO BENAYON** - De maneira melhor, porque existem plantas que produzem o óleo vegetal com alta produtividade, acima de 13 mil litros por hectare/ano, enquanto a soja produz no máximo 500. E o Brasil exporta o farelo da soja justamente para ser servido na Suíça, nos apartamentos onde reside o gado. (Risos.) Não foi isso que disse V.Sa.? (Risos.)

—  
Haveria menos devastação de matas. A produção de soja ocupa área muito maior do que essa produção ocuparia. Eu não ia tocar nesse assunto, mas ele serve de complemento. No mínimo, poderia substituir 40 % das pastagens por essa ração que resulta como subproduto da produção do óleo combustível. Esses 40 % correspondem a 100 milhões de hectares recuperados. Poderia reflorestar essa área economizada das pastagens. Está aqui em verde. Quarenta por cento de 250. Façamos uma comparação. Essa área é mais do que o dobro do que o Brasil usa de lavoura: 48 para 100. A área ocupada pela lavoura no Brasil corresponde à metade do que se poderia reflorestar, graças ao programa completo da biomassa. Esses 15,8 são os mesmos do gráfico anterior, quantidade de terra utilizada no programa da biomassa, sendo que grande parte não será desmatada, já que serão feitos bosques.

Considero suficiente o que disse até agora para encerrar o assunto desmatamento. Mas foi feita outra crítica em relação ao meio ambiente, e sobre ela desejo tecer comentário.

Disseram que o desmatamento das nossas florestas para produção de lenha estaria em sintonia com o projeto dos Deputados Enéas e Elimar Máximo Damasceno. O projeto que examinei não obriga a que se trabalhe especialmente para produção de lenha. Mas, por outro lado, a produção de lenha não é contrária ao meio ambiente, desde que se trate de árvores plantadas para fins energéticos. Se não se desmatar floresta para queimar lenha e houver florestas plantadas, com a garantia do replantio do que for abatido, não há prejuízo algum para o meio ambiente.

Pelo que entendi, o foco principal do projeto estaria na produção de óleo vegetal e de se dobrar a produção do álcool. O projeto não impede o uso da lenha como fonte de energia. Ao contrário. Mas naturalmente a legislação prevê inclusive que seja feito desse modo que mencionei.

Dessa forma, encerro a parte referente às críticas feitas. Aliás, ridículas. Basta levarmos uma baforada daqueles caminhões movidos a óleo *diesel* para saber a diferença. Mas, em todo o caso...

Não vou comentar muito os pareceres dos médicos sobre os terríveis ou grandes problemas de saúde. Mas devo dizer que, na cidade de São Paulo, às vezes as condições climáticas fazem aumentar o efeito da poluição. Sabemos de todas essas doenças.

Temos em mão números sobre a correção das emissões de dióxido de carbono, mas o assunto já foi comentado pelo Dr. Milton Nogueira e por outros expositores.

Passo a abordar, então, os efeitos econômicos, que nos salta aos olhos. Que absurdo! Foi mencionado, com muita propriedade, que a utilização da biomassa é questão de segurança nacional, independentemente do mercado. Acontece algo interessantíssimo. Em termos de mercado - vamos considerar assim -, ela seria altamente benéfica. Em primeiro lugar, mesmo sem o Brasil fazer nada em matéria de *biodiesel*, *a não ser muita discussão, muito comentário, como bem disse Iturra, já ficou demonstrado que o custo de produção do óleo, a partir de plantas no País, é extremamente econômico. Vou considerar o preço de venda do produtor.*

—  
O óleo vegetal seria vendido a R \$ 0,50 o litro. Hoje, o preço do petróleo bruto passa de 60 dólares. Mas, se contabilizarmos o preço de 60 dólares do litro de petróleo - porque o petróleo é vendido em barril, e, na conversão, são computados 156 litros -, o preço de venda do produtor de óleo *diesel*, *sem transporte, distribuição e comercialização, sai por cerca de R \$ 1,20. Quer dizer, se o óleo vegetal custar R \$ 0,60, será metade. Isso hoje. Imaginem ao longo de 10 anos de produção em larga escala, com domínio da tecnologia e evolução da produção.*

*A diferença é abissal. Do ponto de vista econômico, a situação é clara. O custo do álcool é visto na prática. O seu preço de produção não deve passar de R \$ 0,50. Então, está claramente demonstrado que todo esse processo seria altamente benéfico para o Brasil.*

*Também fizemos estudos sobre o que seria preciso investir para viabilizar toda essa produção aqui. Porque até agora não falamos em dinheiro, discutimos apenas sobre a área a ser ocupada. No que diz respeito a valores, estimamos que, no máximo, se substituiria todo o diesel e toda a gasolina em 10 anos, com investimento de 4 bilhões de reais por ano, um valor irrisório. O que são 4 bilhões de reais?*

Primeiramente, vamos comparar esse valor com o que se economizaria apenas com a diferença de preço. Ou seja, somada a produção dos 46 bilhões de litros/ano do óleo com mais trinta e poucos litros do etanol, totalizariam 75 bilhões de litros. Ora, se se economizam R \$ 0,50 por litro, já haveria um ganho de 40 bilhões de reais por ano ao longo de 10 anos. E, na economia gradual que se faz ao longo desses 10 anos, somando o ganho em cada ano, seriam 200 bilhões de reais. A partir do 10º ano se ganhariam 40 bilhões de reais por ano com a diferença de preço. E esses R \$ 0,50 que apresento como diferença são uma estimativa extremamente conservadora, já que a diferença do preço de produção hoje é maior. Não estamos projetando nem o que pode ser objeto do nosso próximo gráfico, a evolução dos preços de petróleo que tendem a aumentar.

Vejamos o preço do petróleo bruto.

Esse gráfico mostra que começa em 1973, quando houve a primeira crise do petróleo. No caso, o dólar foi ajustado para valores de 2004. Houve um pico no final de 1979, início de 1980. A partir de 2001, 2002, os preços sobem de forma aguda. O preço do barril do petróleo, neste caso, chegou a um mínimo de 13, e era 29. Em 2004, foi para 28 dólares o barril e 50 dólares mais para o fim de 2004. E já estamos em 64 dólares o barril. Todos os especialistas mundiais de petróleo consideram que o preço provável para 2010 é de, no mínimo, 100 dólares o barril.

Estes 50 centavos de diferença a que me referi podem mais que dobrar. Ganhar-se-ia, no caso, com 75 bilhões de litros por ano, 75 bilhões de reais por ano. Ao longo dos 10 anos, ter-se-ia economizado mais de 200 bilhões de reais, com investimento de 4 bilhões por ano.

Pergunto: onde esbarram todas as coisas que se tem determinado? Por que, com todo esse potencial, essa mina de ouro aparentemente ao alcance da mão, nunca se fez nada? Porque a política não quer o desenvolvimento do País. É o óbvio ululante.

Muito bem, façamos uma comparação. Os senhores sabem quanto o Brasil paga de excesso de taxa de juros? Não estou dizendo quanto o Brasil gasta em juros, estou dizendo quanto o Brasil gasta além do que gastaria se pagasse taxas de juros razoáveis. Se se pagassem 5 % de juros da dívida pública, em vez dos atuais 20 %, no caso da dívida mobiliária, economizaríamos cerca de 160 bilhões de reais por ano. As empresas particulares também pagam em excesso de juros, pelo menos, 100 bilhões de reais por ano. São 260 bilhões pagos de reais no Brasil. Ou seja, atira-se pelo ralo, coloca-se no bolso dos concentradores econômicos essa quantia.

Tudo o que se quer fazer no Brasil, a coisa mais pequena, mais ridícula, mais desprezível, a resposta é a seguinte: não há dinheiro. A política econômica, não só no atual mandato presidencial, mas nos anteriores, sempre exerce uma ditadura que age da seguinte maneira: não há dinheiro para nada. Eles dizem que não há dinheiro nem para fazer aquela coisa ridícula dos 2 %, e há uma meta absolutamente risível. Mas até para isso eles dizem que não há dinheiro. E o Banco Central não vai permitir juros especiais favoráveis nem para aqueles microprojetos, que não são quase nada.

Teríamos bem mais o que dizer, mas considero o que disse suficiente. (Palmas.)

(...)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luciano Castro) - Agradeço aos expositores a participação. Passemos ao debate.

Concedo a palavra a um dos co-autores do requerimento, Deputado Enéas, para que faça seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, não tenho nada a perguntar.

Primeiramente, quero agradecer ao colega Babá, que, de maneira educada, polida e preocupado com o Brasil, mais do que com qualquer injunção política, conseguiu viabilizar a realização desta audiência pública. Em segundo lugar, agradeço aos que aduziram temas de importância nacional e que aqui foram ouvidos: ao Sr. Iturra

- comentarei, rapidamente, sua análise, ao Sr. Bautista Vidal, ao Sr. Milton Nogueira e ao Prof. Adriano Benayon. Agradeço também a todos a presença no plenário, particularmente de representantes das Forças Armadas: Coronel Ornellas e Major Coelho, do Estado Maior da Aeronáutica; Coronel Solo e Major Moura Gomes, do Exército; e Comandante Rocha e o Assessor Célio, da Marinha. Por que eu os convidei? Repito: porque a questão é de segurança nacional.

Farei uma síntese do que ouvi nesta reunião, uma vez que o projeto deverá ser discutido, espero, na Comissão.

Da alocução primorosa do Sr. Bautista Vidal, pincei alguns pontos de que gostei, como gosto sempre que o ouço e o admiro. S.Sa. disse que não há nada que se mova sem energia, não há átomo, não há indústria, não há movimento, não há nada. Professor, quero apenas acrescentar que não há nem vida, e falo como médico. Se nos falta alguns gramas de glicose, seja qual for a via pela qual nós a tenhamos, seja por via intravenosa, seja comendo uma fruta, seja bebendo água ou café com açúcar ou o chibé, refresco dos pobres da nossa terra, em que se misturam farinha, água e açúcar, ficamos tontos, não conseguimos andar nem falar.

Quando V.Sa. falou do continente brasileiro recebendo o sol, isso é extraordinário, porque nenhum outro país tem essa condição.

Quero lembrar um comentário do jornalista de um órgão da grande imprensa - houve um da pequena imprensa, regional -, do jornal *Tribuna da Imprensa*, Carlos Chagas, que se referiu ao nosso projeto como "revolução à vista". Claro, este é o único caminho para libertar o Brasil, não há outro. Tudo o mais - perdoem-me - é conversa fiada, uma vez que estaremos jogando fora, se não fizermos isso, as chamadas vantagens comparativas que o País tem sobre todo o território, todo o orbe terráqueo.

O Sr. Bautista falou do Fórum Mundial de Energia e citou *ipsis litteris* a frase: "*É necessária e possível a substituição total dos combustíveis derivados do petróleo, dos fósseis*". É esse nosso projeto. Nossa idéia é parar com conversa fiada, com experiências pequeninas, ridículas, risíveis, de 20 mil barris, de fazer cena, de conceder entrevista à imprensa, porque fica tudo do mesmo jeito, e de esperar que multinacionais dominem, como estão fazendo as indústrias sucroalcooleiras. Este é o ponto nevrálgico.

Do belíssimo pronunciamento do Sr. Iturra anotei duas frases. Quando V.Sa. chegou ao Brasil e viu sua plantinha enorme, disse: "*Que mundo é este aqui?*" E ainda uma frase mais bela - e peço permissão para usá-la, citando seu nome quando o fizer: "*O Brasil é a capital mundial da fotossíntese*". Que beleza, Sr. Iturra, para quem está ouvindo, e temos gente que vai ouvir no Brasil.

Fotossíntese, brasileiros e irmãos de sangue, é um processo bioquímico pelo qual, mercê da união de 6 moléculas de gás carbônico e 6 moléculas de água, se obtém uma molécula de C<sub>6</sub>H<sub>12</sub>O<sub>6</sub>, que é a glicose ou qualquer um dos seus isômeros, e liberta gás carbônico, num total de 6 moléculas, para que Lavoisier descanse em paz.

Estou traduzindo para a população o que V.Sa. disse. É por meio da fotossíntese que essa energia do reator, a fusão, que o professor citou, vinda do sol, que essa energia em quantidade gigantesca e inimaginável é retida nas plantas. E ela existe em nosso País em quantidade maior do que em qualquer outro lugar do mundo. É a isso que V.Sa. fez menção. E já lhe pedi permissão para usar sempre a frase: "*O Brasil é a capital mundial da fotossíntese*".

No momento em que nossos dirigentes deixarem de ser pacóvios, deixarem de ser pascácios, estudarem um pouco - não estou falando de honra de ninguém, mas sim de preparo -, quando nossos dirigentes aprenderem que é possível, utilizando apenas nossas plantas - não precisa de financiamento do Banco Mundial, não precisa de nada -, ter fonte de riqueza inesgotável para produzir energia para o mundo, não haverá discussão, não haverá mais nada, porque não há o que se discutir quando a verdade se impõe.

V.Sa. citou a Alemanha - uma beleza - e apresentou um gráfico que nos deixou angustiados, quando mostrou que os Estados Unidos estão tirando etanol de milho; estão lá na frente. Já chegaram, se não me esqueço, quase à igualdade de condições. Não há outra expressão: que absurdo! Com a cana-de-açúcar, onde estamos? Com a mandioca, se quiséssemos, onde estaríamos? Quando V.Sa. diz que nos estamos distanciando, não há o que se discutir também, porque desde o projeto memorável do Sr. Bautista Vidal até hoje assistimos a um declínio da produção, e claro que por inépcia governamental, não há outra razão.

V.Sa. também disse que lá o custo é o dobro do custo da produção do milho. Essa é a razão do nosso projeto - meu e do Deputado Elimar. No gráfico do diesel apresentado por V.Sa., o Brasil não aparece. E a riqueza de nossas sementes oleaginosas assusta o poder mundial.

A curva - eu a mostrei para o colega que estava do lado, Deputado Gabeira - que pode ser traçada a partir das extremidades das ordenadas do gráfico de V.Sa. é exponencial: Y é igual a C elevado a X. Traduzindo a linguagem matemática e hermética, quer dizer que a taxa de crescimento é proporcional à quantidade no momento, ou seja, vai crescer muito mais. Ou acordamos ou continuaremos fora do gráfico.

V.Sa. citou a França. Quando falou da nossa postura, um adjetivo para caracterizar bem a postura do Brasil, ilustre conferencista, é canhestra, risível, ridícula em se tratando de um país com a potencialidade do nosso.

O Sr. Milton fala da Alemanha e da Áustria.

Estou referindo-me aos comentários que ouvi, porque do projeto não precisamos falar, ele será discutido na Comissão. Espero que o Deputado Babá tome a palavra, porque S.Exa. é da Comissão e nós não somos. Na Comissão houve um relatório contra o projeto, que já foi criticado à exaustão.

Quero acrescentar para todos que nos ouvem, para todos aos quais estamos falando que a Finlândia, que é gelada, onde um dia de sol talvez chegue a 16 graus, se é que chega a tanto, não sei, estão tirando energia do lixo, professor, não existe biomassa. Na Inglaterra, quando faz 18 graus, todo mundo vai pegar sol - eu sei porque morei na Inglaterra.

Assisti a uma palestra de um dos líderes finlandeses, a convite do Dr. Caiado, Presidente da Comissão de Agricultura. É importantíssimo quando V.Sa. diz que não se pode obedecer às regras do mercado. É claro, sem nenhum comentário adicional. Não é o mercado que vai ditar questão que é de estratégia nacional. Parabéns a V.Sa.

Finalmente, Sr. Benayon, que nos dá a honra de um convívio extremamente profícuo pela sua lucidez, inteligência e preparo - estou conhecendo V.Sa. hoje; já citei o Sr. Bautista anteriormente -, só quero aqui dizer o seguinte: tudo o que o senhor disse é um conjunto de argumentos irretorquíveis contra o absurdo que foi o relatório do nosso colega contra nosso projeto.

Eu teria pouquíssimo a acrescentar, mesmo porque o tempo já se está esgotando. Não vai haver desmatamento, isso é ponto fundamental, os colegas da Comissão podem ficar tranquilos. O professor mostrou, de maneira clara, irrecorrível, que não vai haver desmatamento; ao contrário, vamos usar culturas que já estão aí e vamos diminuir a área para pastagem, para alimentar boi e mandar carne para porcos lá de fora, isso sim. Vamos cuidar do que é nosso, vamos lutar para que o Brasil possa pôr-se de pé.

Quando o senhor faz comparação com a área plantada, que o Prof. Bautista já havia falado em nossas conversas, é ridícula, são pouco mais de 40 milhões de hectares, 46 ou 47, para um total de 376 milhões, que poderiam ser usados, e para os 850 milhões que são toda a área do território.

Finalmente, digo para os colegas e todos os que vieram nos dar essa honra, especialmente os expositores, que eu e o Deputado Elimar estamos confiantes, apesar de estarmos contra a maré que aí está, a da entrega do patrimônio nacional, da submissão, da postura de joelhos, do pagamento dos serviços de uma dívida que não acaba nunca - não é nem a dívida, é o serviço que não acaba, porque 176 bilhões não serão todos pagos, apesar de 80 já terem sido pagos.

Nesse vendaval de heresias de que todos nós somos vítimas, penso que nosso projeto é perspectiva única de o Brasil poder dizer: "Não, agora temos o que é nosso, vamos exportar energia para o mundo. Deixem-nos em paz". Podemos falar para as multinacionais do petróleo. Poderemos exportar petróleo, não de maneira tibia, mas exportar todo o nosso petróleo. Por que não? Poderíamos exportar álcool - já o fazemos de maneira mais ampla. Poderíamos exportar óleos vegetais - com todo o respeito ao ilustre conferencista -, não só o *biodiesel*. Por que não o óleo vegetal, sem a transesterificação? Por que não o óleo obtido pelo esmagamento das sementes? E somos tão pródigos nelas! Por que não o amendoim, cujo período de produção é tão pequeno, e tantos outros?

Agradeço a todos a presença. Esqueci-me do Coronel Átila, da Aeronáutica, que também está presente.

Estou satisfeito e grato pelo fato de um Deputado ter conseguido esta audiência pública e grato aos senhores que vieram fazer esta palestra. Estou cheio de esperança. Espero que S.Exa., o Presidente desta Comissão, quando esse assunto vier à baila, permita que nos manifestemos, apesar de não sermos membros da Comissão. E por que não trazermos os depoimentos escritos dos expositores que aqui estiveram para que possamos, nós, brasileiros, ter esperança de um dia dizer que temos orgulho de ser brasileiros e de sair desta condição de escravidão em que vive nosso povo?



Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

(...)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luciano Castro) - Tem a palavra o Sr. Milton Nogueira.

**O SR. MILTON NOGUEIRA DA SILVA** - A leitura do projeto de lei deixa claro os objetivos quantitativos, tantos por cento em tantos anos, mas, no meu ponto de vista, falta a forma de organizar a produção. Já foi mencionado empresa de economia mista ou outra forma, mas isso não está claro.

Não sei se foi intenção dos autores do projeto deixar a organização da produção para um outro momento, ou o que seja, mas acho que deve ocorrer tal como a lei da PETROBRAS, que criou ao mesmo tempo situação organizada do mercado institucional e uma empresa capaz de organizar a produção.

(...)

--

--

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luciano Castro) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Respondo ao Prof. Milton. Na verdade, isso foi objeto de nossa discussão na ocasião, mas apesar de o poder legiferante in totum não ser nosso, do Poder Legislativo, na ocasião, mandamos um comunicado. Claro que não tivemos resposta, é óbvio. Aliás, o Deputado Babá já disse, na própria Comissão tivemos dificuldade. Passamos na primeira Comissão, de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e conseguimos que todos os Líderes assinassem - o que não é difícil - o pedido de relevância e urgência para, em perdendo na Comissão, irmos ao Plenário. Todos os passos que os ditames da Casa nos permitem já foram dados.

(...)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luciano Castro) - O senhor pode endereçar à Presidência da Comissão todos os documentos relativos à exposição que fez que os faremos chegar ao autor do requerimento, bem como aos autores do projeto, para exame.

Agradeço aos expositores e aos demais Parlamentares presentes, em especial aos Deputados Babá e Enéas Carneiro pela brilhante iniciativa de proporem a realização de evento tão relevante.

Muito obrigado a todos.

**Posicionamento favorável do PRONA ao Projeto de Lei de Conversão 22 de 2005 (Medida Provisória 248 de 2005), que dispõe sobre valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, que fixa o valor do salário mínimo em R\$ 384,29. Indinação co (2005-08-16 23:34)**

**Data:** 16/08/2005

**Sessão:** 213.3.52.O

**Hora:** 18h34

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhores membros da Mesa Diretora, colegas Parlamentares, povo brasileiro, estive hoje em reunião do Colégio de Líderes e assisti, a não ser que tenha hemianopsia lateral homônima, ou seja, cegueira, e hipoacusia senil, a entendimento que resultou em acordo entre todos os Líderes, do qual fui o único a reclamar. Repito: o único.

Disse que é uma vergonha não haver dinheiro para recuperação de estradas, hospitais e escolas, ou para aumentar o valor do salário mínimo, enquanto se pagam valores colossais em serviços da dívida pública. Valores que, neste ano, segundo publicação da Secretaria do Tesouro Nacional, são da ordem de 176 bilhões de reais, mais do que o triplo do que se gasta nas áreas de educação e saúde. A discussão é estólida. Tudo o que se está fazendo, mais uma vez, é enganar a população.

Depois do estabelecimento de acordo durante reunião do Colégio de Líderes, em que se afirmou de maneira categórica que não havia recursos, quando todos cederam, ouço aqui inflamados discursos a favor dos trabalhadores. Perdoem-me os colegas que me antecederam na tribuna, mas é impossível trabalhar assim. Digam a verdade à população! S.Exa., o Presidente Lula, não tem coragem de mexer na taxa de juros. Se seguisse o exemplo dos Estados Unidos em relação aos juros - lá, em torno de 3 % ao ano -, haveria recursos de sobra para aplicar na área social.

Já que o acordo não existe, já que não existe cavalheirismo, venho dizer de público - e não sei a razão pela qual essa proposta de aumento foi apresentada; talvez com a intenção espúria de que o Presidente da República a vetasse; enfim, não me chegou informação a respeito -, que vamos aceitar o que o Senado propôs, uma vez que não existem acordos.

Saiba a população brasileira que é enganada. Aqui ouvimos discursos diametralmente opostos àqueles feitos no Colégio de Líderes. Digo em voz clara, como sempre faço, que o aumento é irrisório. Mas, para quem ganha 300 reais, é uma ajuda. Se há ou não recursos - a maior parte deles é destinada ao pagamento de juros da dívida externa -, o problema passa a ser do Presidente da República. Creio que a Maioria da Câmara, pelo voto nominal, não aceitará o retrocesso. O salário mínimo ficará em 384 reais.

Já que o acordo firmado pelo Colégio de Líderes não vale, de público, registro o nosso voto favorável ao salário mínimo de 384 reais.

Muito obrigado.

**Defesa da derrubada dos vetos aos Projetos de Lei relativos a reajuste para os servidores do Senado, da Câmara e do TCU. (2005-08-31 16:46)**

**Data: 31/08/2005**

**Sessão: 009.3.52.N**

**Hora: 11h46**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apesar de o momento ser de conturbação, porque já se iniciou o processo de votação, quero lembrar a V.Exa. e aos Srs. Deputados que ainda conseguem me ouvir, aos funcionários que estão nas galerias e à população brasileira que estamos assistindo ao aprofundamento do mergulho no abismo de um Governo que está absolutamente em frangalhos.

Para qualquer coisa que represente aumento de melhoria das condições de vida, seja de funcionários de Casas legislativas, seja do Tribunal de Contas, seja de humildes trabalhadores, a resposta do Governo é sempre a mesma: não há recursos ou, então, eles não estão previstos no Orçamento.

O discurso daqueles que defendem o Governo, que aí está em franca decomposição, nem mais condições tem de obter eco.

Sr. Presidente, peço aos colegas que percebam que é hora de fazermos um mínimo de justiça aos servidores do Poder Legislativo. A resposta que nosso partido encaminha - e espero que tenha eco na Casa - é "não" aos vetos.

Por fim, se o Presidente da República ou a sua Assessoria entenderem realmente necessária a interposição de ação direta de inconstitucionalidade, que o façam e que o Supremo Tribunal Federal decida. Mas é fundamental, neste momento de clímax, que os colegas pensem um pouco naqueles que nos dão condições de trabalho.

Os funcionários reivindicam um aumento que já havia sido prometido e que não é nada extraordinário.

A posição do PRONA, consentânea com o pensamento, quero crer, da maioria dos colegas é a de dizer "não" aos vetos. Um "não" contundente, categórico, para que os funcionários possam receber o aumento a que fazem jus.

Muito obrigado. *(Palmas)*

## 3.7 Novembre

**Posicionamento contrário do PRONA à Medida Provisória 258 de 2005 (Dispõe sobre a Administração Tributária Federal e dá outras providências - Super-Receita). Transcrição de trechos da matéria intitulada "Magia Predatória", de autoria do Prof. (2005-11-08 22:46)**

Data: 08/11/2005

Sessão: 297.3.52.O

Hora: 16h46

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas do plenário, povo brasileiro, tenho me detido a examinar, com bastante cuidado, o tema que se apresenta para a discussão, sem dúvida extremamente controverso. No entanto, após ter firmado posição, peço licença ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados para ler trecho de texto publicado pelo Prof. Osiris Lopes Filho, da disciplina de Direito, da Universidade de Brasília e também da Fundação Getúlio Vargas, que, do meu ponto de vista, é uma síntese muito bem feita da questão.

O título é *Magia Predatória*:

—  
*"A criação dessa Super-Receita, como a imprensa a denominou ao se anunciar a sua gestação nos gabinetes do governo, constitui um bom exemplo do voluntarismo que inspira e domina os que detêm o poder. Em qualquer país, a instituição que administra os tributos é poderosa e respeitada, pelo seu caráter instrumental. Arrecada recursos para o Estado, para que ele possa cumprir sua finalidade, realizando as obras e serviços públicos.*

*Aqui, trata-se a administração tributária como se fosse uma instituição dotada de plasticidade a se conformar aos desvarios da incompetência, leviandade e dissipação do governo.*

*No início de 2005, pela Lei nº 11.098, de 15 de janeiro, foi criada a Secretaria da Receita Previdenciária, destacada da estrutura do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, com a missão específica de arrecadar e fiscalizar as contribuições previdenciárias. Nem bem foi instalado este órgão, ocorreu a sua fusão com a Secretaria da Receita Federal, pela Medida Provisória nº 258, de 15 de julho deste ano.*

*Tudo feito na improvisação, sem diagnósticos, na galega, como se por passe mágico e argumentação teórica de redução de custos e eliminação de duplicidade de ação surgisse uma instituição mais eficaz, racional, poderosa, ou, como foi designada, uma Super-Receita. Até o verde dos gramados da Esplanada dos Ministérios, onde devem ter se nutrido os autores dessa proeza, sabe que a administração tributária é complexa e se compõe de recursos humanos, materiais e tecnológicos, além de envolver uma cultura peculiar.*

—  
*A fusão das duas organizações deveria ter começado por trocas de informações estratégicas. Há realmente íntima relação entre as matérias-primas de que tratavam essas duas instituições. No Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, o total da folha de salários, submetido à contribuição previdenciária, constitui despesa operacional, sendo, portanto, dedutível da receita bruta, na apuração do lucro pela empresa. No Imposto de Renda da Pessoa Física, os salários sujeitos à contribuição previdenciária adquirem relevância, pois a remuneração paga aos empregados constitui rendimento submetido à sua incidência.*

*Há muito tempo deveriam as respectivas organizações trocar esse tipo de informação, essencial ao respectivo funcionamento, economizando pesquisas e investigações. (...) Essa colaboração estratégica nunca funcionou sistematicamente. Sem ensaios preliminares, faz-se a fusão dos órgãos, inexistente o seu planejamento. Estabelece-se expressamente confusão de atuação para as instituições encarregadas do processamento dos dados - SERPRO e DATAPREV, esta encarregada de servir ao INSS, em matéria de pagamento de pensões e proventos da aposentadoria e comprovação do tempo de contribuição dos segurados, e também à nova instituição. Possibilidade de disfunções e equívocos à vista.*

—  
*O drama real vai surgindo com a greve de categorias prejudicadas em seus direitos. Em face das paralisações inteligentes, posto que com dia e hora marcados, dos funcionários da antiga Secretaria da Receita Federal, já foram prorrogados os prazos vencidos de validade das certidões negativas. O público que comparece à nova instituição descobre que ela não funciona na sua plenitude. Quando funciona, o faz vegetativamente. (...) A energia das*

*categorias funcionais consome-se na luta pela preservação de suas atribuições. É o caso dos Auditores da Receita, preocupados com o fatiamento de suas funções.*

*Os procuradores da Previdência ficaram abandonados no INSS. Não participarão das ações executivas da nova entidade (...). A Procuradoria da Fazenda Nacional não possui a capilaridade de que dispunha a Procuradoria da Previdência. Daí, a suspensão pela Justiça do Trabalho dos processos relativos à matéria previdenciária, por falta de representação adequada.*

–  
*O ambiente é confuso e de lutas intestinas das categorias em confronto”.*

–  
Lerei agora apenas o final do texto:

*”Não foi ainda instalado o caos. Há uma operação de implantação meramente vegetativa. Predomina a magia negra, em matéria estratégica para a previdência e seus segurados”.*

–  
Srs. Deputados, povo brasileiro, o Governo Federal que aí está é antinacional e apátrida. Como tal, é um Governo de pacóvios, liderados por um cidadão sem a mínima condição de cultura para dirigir a Nação. Na verdade, o que faz S.Exa., o Presidente da República, é seguir o comando daqueles que o seguem. Ele não pensa, pensam em seu lugar; não decide, decidem em seu lugar; não governa, governam em seu lugar.

Está certo o Prof. Osiris quando diz que o verde do gramado da Esplanada dos Ministérios alimentou os que editaram essa medida provisória. Na verdade, deve ter havido uma mutação na configuração gênica dos cístrons dos dirigentes da Pátria. Na mudança de posição de uma base nitrogenada, criou-se nova enzima, que permitiu que se digerisse a celulose. Assim, alimentando-se da grama do Planalto, editaram a MP.

O PRONA é contra a Medida Provisória nº 258.

**Posicionamento favorável do PRONA ao Requerimento de quebra de interstício para verificação de votação do Requerimento de adiamento, por duas sessões, da votação da Medida Provisória 258 de 2005 (Dispõe sobre a Administração Tributária Feder (2005-11-09 02:54)**

**Data: 08/11/2005**

**Sessão: 298.3.52.O**

**Hora: 20h54**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é entristecedor o cenário, porque percebemos, geralmente no final da noite, questões seriíssimas serem conduzidas - nada em particular contra V.Exa. - de maneira totalmente atabalhoada.

A questão, como disse há pouco, é controversa. O Líder do PFL solicita apenas que seja protraída a decisão, que se possa discutir com mais profundidade a matéria, uma vez que, mesmo entre as camadas implicadas na questão, existe discordância.

Votamos a favor do requerimento, Sr. Presidente.

**COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - Debate do Projeto de Lei nº 1.135, de 1991, que suprime o art. 124 do Código Penal, acerca da criminalização da prática do aborto. (2005-11-22 21:19)**

**Data:** 22/11/2005

**Sessão:** 1866/05

**Hora:** 15h19

*(Manifestação na platéia.)*

—  
**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Benedito Dias) - Com a palavra o Deputado Enéas.  
*(Manifestação na platéia.)*

—  
**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Benedito Dias) - Silêncio, por favor!

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, com sua permissão, quero dirigir-me à platéia e o farei de maneira bem sucinta.

Por favor, o que os senhores estão fazendo, não interessa de que lado estejam, apenas atrapalha os trabalhos. Ouçam! Daqui a pouco, vou falar, mas também quero ser ouvido. Os senhores estão prejudicando o desenvolvimento da audiência. Entendam: os senhores não estão ajudando. Se os senhores aplaudem, tudo bem; mas quando gritam de maneira espasmódica, atrapalham a enunciação. Por favor! Sou radicalmente contrário ao aborto, no entanto, estou sentado, calado, ouvindo em silêncio.

Vamos ter respeito, mesmo pelas opiniões contrárias às nossas!

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

(...)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Benedito Dias) - (...) Com a palavra o Deputado Enéas. *(Palmas.)*

— **O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, obrigado por me permitir falar nesta Comissão. Não estive aqui de manhã, vi alguma coisa apenas de longe, mas estive à tarde. Com o respeito que a cerimônia toda merece, com o respeito que todos os palestrantes merecem, ouvi atentamente os argumentos a favor e contra a tese.

Nenhuma consideração vou fazer em relação a qualquer pessoa, nem à própria Relatora, que é colega médica, ninguém em particular, mas vou falar da tese em si. Também nenhum comentário de natureza religiosa, porque não tenho autoridade para fazê-lo. Vou falar em termos de ciência, para deixar bem clara minha manifestação. Sou diplomado em Medicina e sou professor de Medicina há mais de 3 décadas. Sou diplomado em Matemática e Física e, ao longo da vida, só fiz duas coisas: trabalhei e estudei. De Filosofia, de que ouvi comentários aqui, eu li mais de 200 obras.

Se a platéia não quiser ouvir, pode ficar totalmente à vontade, de maneira nenhuma vai atrapalhar.

A primeira questão aventada e aduzida é o início da vida. É sabido por qualquer indivíduo que estudou Medicina que, na hora exata em que o espermatozóide e o ovócito - chamado normalmente de óvulo, mas ainda não o é - se fundem, está tudo pronto. Eu disse "quando eles se fundem". Não é quando o espermatozóide entra no ovócito, porque algumas horas ainda se passam até que os dois núcleos se fundam.

Quando os dois núcleos se fundem, há um processo extraordinário, criado pela natureza ou por Deus, se quisermos falar assim, com todo o respeito a todas as religiões. A partir do instante em que houve a fusão dos núcleos, e não há ninguém que tenha a condição de negar isso, existe um novo ser. Naquele instante existe um novo ser.

Dir-se-á, em argumentação falaciosa, que se aquele pré-embrião - esse neologismo ridículo que foi criado - não for colocado no útero, não houver a nidação, ele não subsiste. Sim, é verdade. Mas aí vou pedir licença à Filosofia e citar Mao Tsé-Tung, filósofo e um dos representantes do movimento comunista mundial, com todo o respeito aos que ainda defendem essa tese. Mao Tsé-Tung tinha uma imagem belíssima. Estou falando com respeito a todos, mesmo com aqueles de quem discordo. Mao dizia que, se tomarmos um ovo e uma pedra e os colocarmos



sob uma galinha: do ovo, vai nascer um pinto; da pedra, não nasce pinto. Se colocamos o ovo e a pedra em uma estufa: do ovo, também nasce pinto; da pedra, não vai nascer pinto.

O que o grande líder chinês queria dizer - e estou dizendo grande líder porque ele o foi, independentemente da corrente ideológica que tenha defendido -, o que, antes de Mao Tsé-Tung, Aristóteles também tinha dito, com a concepção de ato e potência, é que vale o fator interno e não o externo, que é coadjuvante, mas não é determinante. Vale o que está ali dentro.

Pois bem, senhores que me ouvem com atenção, que assistem ao pronunciamento, naquele instante em que os dois núcleos se fundiram, ali já está o novo ser. Os genes ou, em linguagem mais moderna, os cístrons já determinam exatamente o que vai ser, claro, do ponto de vista genotípico, porque o fenótipo se alterará, como sabem os colegas médicos e muitas pessoas que estudam o assunto, em função do ambiente. O fenótipo se alterará, mas genotipicamente está tudo ali: não vai nascer carneiro, boi ou macaco; dali vai nascer um ser humano. (*Palmas.*)

-  
Perdoem-me, mas quero crer ser fundamental um esclarecimento, que é científico. Não estou entrando em nenhuma consideração religiosa, mas falando em termos de ciência. Muitos dos colegas perguntaram: "*Afinal de contas, quando começa?*" Eu quero ter o direito de falar. Vou ficar até o fim e quero ouvir alguém, médico ou não, que fale em sentido contrário, que negue.

Outro argumento especioso também usado é que, naquele instante, quando os dois núcleos se fundem, por alguns dias ainda pode ocorrer, ainda no processo inicial, em que as células se dividem em velocidade extraordinária a partir da primeira, que eles se separem e se formem gêmeos unizigóticos, de um zigoto único, chamados de univitelinos, o que também não é muito correto. Pois bem, mas, ainda assim, se forem dois, pior, são dois seres vivos. É assassinato duplo, pior ainda. (*Palmas.*) Os dois seres dali gerados também não serão macacos, carneiros ou bois; serão humanos. Essa é a primeira questão.

A segunda questão, sobre a qual ouvi grande número de comentários, refere-se aos valores. Nos discursos extremamente bem pronunciados dos convidados, de um lado ou de outro, e todos têm que ser respeitados - num certo instante, pedi à platéia que ouvissemos, porque como poderemos criticar se não os ouvirmos? -, houve uma argumentação sobre os valores e os que defendem o abortamento, o ato de fazer abortar (também seria uma questão semântica aí, já que aborto seria um ser que nasce, mas o termo já está consagrado), dizendo que estariam defendendo a vida, a vida da mulher.

Vamos mergulhar bem na questão. Se estiver documentado, de maneira inequívoca, que a mulher corre risco de vida, a legislação já defere o pedido. Não há por que haver essa discussão. A discussão é estólida, perdoem-me. Estólida quer dizer tola. Todos os argumentos são despiciendos, não interessam. Já está decidido isso, a lei está aí. Não é o risco de vida.

No estupro - embora eu, em particular, e muitos de nós também discordemos, porque acreditamos que ao Estado caberia a obrigação de cuidar do nascituro -, sem conotação religiosa alguma, ainda assim, a lei também já defende. Então, não é essa a discussão. A discussão é outra.

O que se pretende, senhores, é abrir, como dizem muitos, uma pequena porta. Pela porta, passa um. Daqui a pouco, passa uma multidão. O perigo é legislar permitindo de maneira abrangente uma prática que, sem dúvida alguma, é criminosa, é assassinato. (*Palmas.*)

-  
Ouvi falar de eufemismo, um ou outro usou essa expressão. Mas que outro nome no vernáculo poderíamos dar para um texto tão bem escrito, acobertando um procedimento tão vil, senão eufemismo? Que outra palavra melhor do vernáculo estaria apropriada? Dizem assim: "*Eliminação do conteúdo uterino*". São tantas as expressões, como "redução terapêutica", "interrupção". Meu Deus, por que não dizem, de maneira clara, assassinato? Por que não dizem? (*Manifestações de apoio da platéia.*)

-  
Ouvi aqui, de maneira clara e inequívoca, de um dos conferencistas - estou usando a expressão bem genérica -, uma senhora, que se exprimia muito bem e cujo nome não me recordo. Ela disse que o fenômeno social, vejamos os senhores, eu ouvi, não é um fenômeno científico. Meu Deus, tudo o que estudei em mais de 50 anos de vida... Tenho que rasgar os livros!

Não podia interromper a ilustre palestrante por respeito, mas não é esse o entendimento de todos nós que fizemos as pós-graduações a que temos direito, mestrado e similares, estudamos também Sociologia. Auguste Comte estaria se levantando do túmulo, indignado!

Desde quando, então, a pirâmide de Wilfredo Pareto? Notei na hora aqui. Desde quando a curva de Gauss não é aplicável a fenômenos sociais? Desde quando longilíneos, brevilíneos não se distribuem numa curva matemática? E isso não é fenômeno biológico social! Meu Deus, eu fiquei pasmo, perplexo. Dizer, alto e bom som, na Câmara dos Deputados, que Sociologia não é uma ciência! Então, Direito também não é, e as faculdades todas. Onde está escrito Faculdades de Ciências Jurídicas teriam que anular, deixou de ser.

Se tudo aquilo que tratar, vejam os senhores, do que não é exato deixar de ser ciência, só Matemática sobrar. Só ela, porque nem Física - estudei, tenho diploma em Física, sei do que estou falando - sobraria.

E a própria Matemática, se alguém dos senhores perguntar qual é o objeto da Matemática (a pergunta é para todos, que respondam depois), ela não tem objeto, ela estuda a si mesma, é o auto-estudo. Então, só ela é ciência? Que absurdo, que falta de senso!

Quero dizer ao Sr. Presidente, aos senhores colegas, aos ilustres convidados, aos que assistem ao pronunciamento que, na nossa Casa, já se cometeram heresias - estive presente, e é como falar para um túmulo. Aprovou-se a utilização de células-tronco, mas não as remanescentes dela, a questão da medula óssea, e, sim, o uso de embriões. E uma discussão feita no plenário não é em silêncio, todos sabemos disso, mas num caos em que o que se fala não é ouvido. Era quase impossível acordar as mentes dos colegas para o absurdo que era aquilo, porque os embriões estão congelados, são seres vivos, sim, e mais uma vez abriu-se a porta para o poder maléfico das multinacionais da morte. Isso, sim. *(Palmas.)*

-  
Na nossa Casa, porque é a Casa daqueles que, como eu, são representantes do povo, também se aprovou a interrupção da gravidez no caso dos anencéfalos, e a discussão era a mesma: não há vida. Sim, mas se discutiu e se chegou bem perto. É, eu sei, é uma questão só de tempo.

Fiquei felicíssimo quando aqui cheguei e o Dr. Claudio Fonteles era o expositor. Verifiquei, com clareza também, que S.Exa. é coerente, porque impetrou uma ação direta de constitucionalidade no Supremo por causa de algo que tínhamos feito aqui. Dou de público parabéns a S.Exa. - conheci-o hoje - pelo interesse em defender o que há de mais belo no planeta, que é a vida humana. Parabéns a S.Exa.! *(Palmas.)*

-  
Venho dizendo isto há 16 anos - desde que criei nosso partido, que tem hoje apenas 2 representantes nesta Casa, eu e o Dr. Elimar Máximo Damasceno; 4 já saíram: é preciso ficar e deixar bem claro qual é o papel do Estado, que não foi criado para matar. O Estado existe para fazer com que as diferenças individuais sejam corrigidas.

É o Estado que, por meio de uma tributação judiciosa - e não deste sistema tributário de faz-de-conta, imundo, repugnante -, deve fazer com que aqueles que não puderam ganhar a luta pela vida, não tão bem-dotados, possam ter direito à luz. O Estado no qual vivemos, ou melhor dizendo, o Governo, que é o Estado em ação, é o que há de pior em exemplo de governo.

O Governo que aí está...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

-  
**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Não faz mal, tenho o direito legítimo de falar, doutora. Não estou ofendendo nenhuma pessoa em particular. Estou falando de um modelo de governo que, na verdade, não é novo, pois vem de há muito. O Governo a que me refiro não é apenas o atual. Esse Governo, não é este - não faço parte dele -, que aí está é apenas uma continuação dos anteriores. De há muito que não temos no Brasil alguém preocupado com o País.

Há outro ponto importante. Disse um dos conferencistas que a ciência vai mudando. É verdade. E citaram Copérnico. Claro, todos os ptolomaicos acreditavam que o nosso mundo era o centro do universo conhecido àquela época. Não há dúvida de que a ciência dá cada vez mais contribuições. Mas todas as sociedades se manifestaram contra o ato discricionário de matar pessoas. Os fascistas e os nazistas impetraram a pena de morte em muitos lugares do mundo, mesmo nos Estados Unidos, mas sempre houve vozes que se levantaram contra isso. Quanto maior o grau de civilização de um povo, menor o apoio popular para o ato de assassinato. É muito difícil.

Quando o ilustre Deputado Salvador Zimbaldi perguntou quem está por trás disso, não é nenhuma organização dessas. É como a mesada de 30 mil, é a mesma coisa, aquilo é pagamento de trombadinha para vender o Brasil. Não é essa a questão. O problema é infinitamente maior.

Existe - e deixo registrado aqui - um projeto mundial, hediondo, demoníaco, dentro do qual esta discussão se encaixa. O processo é neomalthusiano por excelência, ou seja, de diminuição das populações dos países que têm muita riqueza. O que interessa para os donos do mundo não é o povo brasileiro, mas a riqueza do País. Quanto menos gente, melhor. O objetivo do projeto que trata do aborto, senhores, é apenas diminuir cada vez mais a taxa de natalidade, que já vem diminuindo. Na década de 70, o índice de crescimento demográfico era de mais de 3; hoje, ele é um pouco maior do que o índice dos 20 países mais desenvolvidos. É mentira o argumento de que existem muito desempregados porque há muito menino pobre. Temos gente de menos e não de mais.

Sr. Presidente, o que se pretende com isso é legislar, é tornar absolutamente legítimo o direito de matar. Peço aos nobres Deputados da Comissão, exatamente com estas palavras, que examinem o projeto na hora da votação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

-  
*(Tumulto na platéia.)*

(...)

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Sr. Presidente, só um minuto, bem rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Benedito Dias) - Com a palavra o Deputado Enéas.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Quero dizer à colega Deputada que em nenhum momento eu citei seu nome, em nenhum instante. Eu disse apenas que o processo como um todo...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

-  
**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Não citei. Durante toda a minha fala, tive muito cuidado nas assertivas. Eu quis dizer que existe um projeto mundial em andamento e não retiro nada. Quem lê a revista *Executive Intelligence Review*, cujo autor maior é Mr. Lyndon LaRouche, que é chamado de homem de extrema direita nos Estados Unidos, vê, de maneira categórica, o que está ocorrendo no planeta. Não há lugar aqui nem tempo para que eu discorra sobre isso. Mas o que eu quis dizer, e não a citei, foi que o aplauso ao homossexualismo, não a existência dele...  
*(Manifestação na platéia.)*

-  
**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Benedito Dias) - Por favor.

Continue, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Eu falo em silêncio. Se não houver silêncio, Excelência, eu abro mão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Benedito Dias) - Pode continuar, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Eu não tenho nada contra o procedimento homossexual, ou de uranistas, ou de pederastas, ou como se queira chamá-los. Não tenho nada contra isso. Mas o aplauso a isso nos meios de comunicação, o fato de isso ser apresentado como uma variante do normal e o estímulo a esse procedimento são contrários ao aumento da espécie humana, só isso. Claro, não se reproduzem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Benedito Dias) - Está bem. *(Manifestação na platéia.)*  
Silêncio, por favor.

Com a palavra o Deputado Enéas, para concluir.

**O SR. DEPUTADO ENÉAS** - Pois não. O fenômeno é o mesmo e estimulado a partir de fora pelos donos do mundo. O fenômeno é o mesmo que faz com que a atividade produtiva não tenha mais nenhum valor no País, com que a agricultura esteja falindo, como se viu no Grito da Terra. Mas tem diversas facetas. E foi exatamente sobre isso que eu falei. É um projeto mundial, demoníaco, que visa especificamente diminuir as populações do Terceiro Mundo. Eu, em nenhum momento, ofendi a minha colega. Só isso. *(Palmas.)*

-  
**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Dr. Benedito Dias) - Obrigado, Deputado Enéas.



## 4. 2006

## 4.1 Janeiro

## Refutação a pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em rede nacional de rádio e televisão. (2006-01-18 02:04)

Data: 17/01/2006

Sessão: 004.5.52.E

Hora: 20h04

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Representante.) - Sr. Presidente, povo brasileiro, raras vezes venho à tribuna. Acontece que ontem a sessão da Câmara dos Deputados foi interrompida quando, de maneira súbita, abrupta, entrou no ar o pronunciamento de S.Exa. o Presidente da República. Estava no meu gabinete, assisti a todo o pronunciamento com cuidado e depois mergulhei no verdadeiro festival de aleivosias que ali estavam sendo pronunciadas.

Estou dizendo essas coisas, povo brasileiro, para que a população do nosso País perceba o quanto é enganada. Para que não haja a menor dúvida no que concerne àquilo de que vou falar, quem dúvida tiver estabeleça o acesso, entre outros que citarei depois, ao *site* [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br). Assim, evitar-se-ão as diatribes históricas de números apresentados como se representassem a verdade dos fatos. O que vou dizer, inicialmente, está testificado no sítio eletrônico, a que se chama habitualmente *site*, do inglês, [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br). O menor resultado, no que concerne a investimento federal relacionado ao PIB, de S.Exa. o ex-Presidente, que já fez um governo muito ruim, ocorreu em 1999, e foi de 0,7 %. S.Exa. o atual Presidente chegou a 0,4 % em 2003. Melhorou um pouco, em 2004, quando alcançou 0,6 %. A última informação se refere ao período de janeiro a novembro de 2005: 0,2 % do PIB.

Não venham os senhores áulicos do PT, do pior Governo que o Brasil já teve, falar em investimento. É mentira!

S.Exa. o Presidente diz no início de seu discurso: *"Há poucos dias, o Brasil zerou sua dívida com o FMI. Com isso deixamos de pagar juros"*. Que beleza! Aqui é preciso ter cuidado, porque a argumentação é especiosa, é enganosa, é falaz, é mendaz. Na verdade, encerrou-se mesmo a dívida, somente com o FMI, mas, como todos os Deputados, quero eu crer, conhecem o assunto, senhores brasileiros, a Dívida Pública, dividida em 2 parcelas - a Dívida Interna e a Externa -, chega hoje à cifra assombrosa de mais de 1 trilhão de reais. A dívida que foi paga é uma fração da Dívida Externa, uma fração diminuta. É a dívida com o Fundo Monetário, é verdade, mas acordemos, saíamos desse sono letárgico. A dívida com o FMI é aquela sobre a qual se pagavam os menores juros.

O Sistema Financeiro Internacional é um polvo do qual os tentáculos são representados também pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano, além dos mercados financeiros privados. Ou será que S.Exa. o Presidente pensa que todos que assistem ao seu pronunciamento são pacóvios, são iletrados.

S.Exa. disse que temos o melhor crescimento da massa salarial. É verdade. A massa até pode estar crescendo, mas o que representa isso? É preciso parar para pensar de novo: a população vem crescendo, hoje a um nível menor, algo em torno de 2 % - 1,4 % talvez -, bem menor do que já foi na década de 70, pelas políticas neomalthusianas impostas à população. Se a massa salarial cresce é porque o número de pessoas que trabalham está aumentando. Uma análise extremamente bem feita, a partir de números oficiais egressos de fontes como o IBGE, o Banco Central e outras, mostra que a participação dos salários na renda nacional vem caindo há décadas e a inclinação da curva é maior no Governo do PT.

Paremos de tanta asneira. Reconheçamos agora - e atenção, Líder Rodrigo Maia - que a desmoralização da Casa não tem nada a ver, Sr. Presidente, meus colegas, com convocação. Nada! Isso é uma farsa imposta pelo Poder Executivo, que quer ter os louros de dizer lá na frente que acabou com as convocações extraordinárias. Isto é o que o Poder Executivo quer: o desespero da população. E eu disse no Colégio de Líderes: *"É porque na nossa Casa não viceja melhora para as condições sociais da população"*. O povo, há pouco tempo, foi consultado e disse não ao desejo do Poder Executivo sobre o desarmamento. O povo, na verdade, hoje diz não à condução dos seus destinos. O povo se exprime da maneira que pode, não é por convocação. Isso é uma farsa!

E, para concluir, lembro aos senhores que o nosso colega Deputado Roberto Jefferson foi cassado porque recebeu - e confirmou - 4 milhões. E o PT que mandou pagar-lhe não tem culpa nenhuma, não vai ser apenado. Não, senhores! A causa visceral dos problemas está no Poder Executivo. Está lá! E nós, Parlamentares, estamos pagando o preço da desídia governamental.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Muito bem. Palmas.*)

*Anexo ao pronunciamento*

Outras fontes que podem ser consultadas:

1. Dados do PIB - *site* do IBGE: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
2. Dívida Pública - *site* do Banco Central: [www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br)
3. Participação dos salários na renda nacional - *site* do IBGE: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) - Gazeta Mercantil Balanço Anual 2002 a 2004



**Posicionamento favorável do PRONA à manutenção da expressão "agentes de combate a endemias" constante dos §§ 4º, 5º e 6º do art. 198 do Substitutivo à PEC 07 de 2003 (Altera o inciso II do art. 37 da Constituição Federal, para permitir a cont (2006-01-19 02:24)**

**Data: 18/01/2006**

**Sessão: 006.5.52.E**

**Hora: 20h24**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não vejo sentido na diferença. Estava conversando com os colegas para inteirar-me da discussão. Se a questão do agente de saúde já está aprovada, não entendo por que se deve estabelecer essa discriminação, dizendo ser temporária a ação dos agentes de endemia. Endemia é ligada ao local. A dengue, por exemplo, está aí o ano todo. No Brasil não há tanto frio. É verão e calor. É inimaginável que esses senhores percam o direito que os seus colegas já têm. Entendo que o texto deve ser mantido *in totum*, na íntegra.

**Razões do posicionamento favorável do PRONA ao parecer pela admissibilidade da Medida Provisória 268 de 2005 (Abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, para os fins (2006-01-19 17:04)**

**Data: 19/01/2006**

**Sessão: 007.5.52.E**

**Hora: 11h04**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a medida provisória em tela é mais um dos exemplos que testificam a moxinifada literária em que se constituem os atos egressos do Governo.

Não consigo entender que se misture no mesmo ato o aumento de verba para a Educação e para a Saúde e, dentro do mesmo contexto, verba para tropas no Haiti.

É claro que não podemos ser contrários, uma vez que há muito tempo ficou nítida a necessidade de que o sistema educacional e, na mesma ordem de idéias, todo o processo educacional recebam apoio. Feliz está o Deputado Moroni Torgan quando faz referência a essa triste situação, que não é apenas esdrúxula, por que passa a segurança também no País.

Mas não há como votar contra. Por absurdo que seja, isso está dentro do contexto governamental que prima habitual e rotineiramente pela inépcia em tudo aquilo que faz.

O PRONA não tem opção. Vota a favor, inclusive no mérito, que não está em discussão ainda.

## 4.2 Abril

**Afastamento do orador das funções parlamentares e profissionais, em razão de problemas de saúde. Lançamento da candidatura do Parlamentar à Presidência da República. Agradecimento ao apoio recebido durante o afastamento do Parlamentar, em especial (2006-04-05 21:24)**

**Data:** 05/04/2006

**Sessão:** 041.4.52.O

**Hora:** 16h24

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, povo brasileiro, estou aqui hoje, diferentemente de todas as outras vezes em que falei do Brasil, para falar de mim mesmo, especificamente da minha saúde. Esta é uma satisfação que devo a todos os meus eleitores.

O diagnóstico de minha doença, que me afastou por 1 mês, é leucemia mielóide aguda. E eu reservei a mim mesmo o direito de fazer este comunicado no contexto de dia, hora e local que melhor me aprouvesse.

Não é verdade, como foi noticiado, que fui internado de emergência, que estava dando aula e passei mal. O curso *O Eletrocardiograma*, que ministrei no Rio de Janeiro e em São Paulo, só iria começar no último dia de março. Estávamos nos meados de fevereiro.

Tudo começou com uma dificuldade de locomoção que, após a semiótica clássica, inclusive com ressonância magnética, consubstanciou-se numa vasculite na região poplíteia. A seqüência propedêutica selou o diagnóstico de leucemia mielóide aguda.

Durante os procedimentos terapêuticos, o quadro se complicou com abdômen agudo inflamatório. Levado ao centro cirúrgico com a suspeita de apendicite, diagnosticou-se uma tiflíte, inflamação do ceco, início do intestino grosso. Mais adiante, instalou-se uma pneumonia lobar direita e um quadro de anasarca, com edema dos membros inferiores, ascite e derrame pleural. No interregno, sucediam-se radiografias, tomografias, ultra-sonografias, intervenções cirúrgicas para introdução de cateter e, por último, broncoscopia e gastrostomia endoscópica. Tive alta no dia 24 de março, prosseguindo o tratamento em regime ambulatorial.

Pela primeira vez, em 30 anos de exercício profissional, sem uma falta, sem um atraso, suspendi, neste semestre, o curso que ministrei para cerca de 500 médicos, no eixo Rio-São Paulo.

Deixo registrado o meu agradecimento por todos os votos de estima e recuperação plena que recebi, tanto do Rio quanto de São Paulo, dos meus alunos, que compreenderam a razão de ser da minha ausência neste semestre.

Estou de volta. Não me afastei e não me afasto um milímetro sequer das convicções que me trouxeram até aqui, que são a luta por um Brasil livre, soberano, independente dos grilhões que continuam mantendo o nosso povo, a nossa gente na escravidão.

A chama da esperança continua viva. Sou pré-candidato à Presidência da República e meu nome será homologado na Convenção Nacional do Partido, em junho.

Nunca imaginei que o fato de eu ter raspado totalmente a minha barba pudesse ser notícia nacional. Mas, já que a mídia divulgou tanto esse acontecimento, preciso dizer agora para os meus eleitores de todo o Brasil: o importante é que, com barba ou sem barba, eu continuo sendo o mesmo. E nunca disse esta frase, nunca disse isto nesta tribuna: meu nome é Enéas!

Registro aqui meus agradecimentos a toda a equipe de médicos que conduziu o meu tratamento e aos paramédicos que me deram assistência; aos colegas desta Casa e do Senado Federal, Parlamentares e funcionários que me hipotecaram solidariedade, em particular ao nosso Presidente, digníssimo Deputado Federal Aldo Rebelo; aos familiares que estiveram ao meu lado durante cerca de 30 dias; aos religiosos de todo o País, líderes católicos, evangélicos e espíritas que intercederam por mim junto ao Criador. Referência singular devo fazer ao meu amigo particular, Vice-Presidente Nacional do PRONA, Deputado Federal Elimar Máximo Damasceno, que esteve ao meu lado durante todo o sofrimento.

Finalmente, numa palavra para o alto, agradeço ao Criador do universo, que, mesmo com todos os meus defeitos, atendeu as minhas preces e as dos meus amigos e me trouxe vivo para esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, povo brasileiro. *(Palmas.)*

## 4.3 Junho

**Retirada pelo orador da pré-candidatura à Presidência da República. Anúncio pelo Parlamentar do lançamento de sua candidatura a Deputado Federal. (2006-06-14 20:03)**

**Data: 14/06/2006**

**Sessão: 103.4.52.O**

**Hora: 15h03**

**O SR. ENÉAS** (PRONA-SP. Como Representante. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 5 de abril deste ano, comuniquei ao povo brasileiro que o meu afastamento desta Casa, no período de 22 de fevereiro a 3 de abril, deveu-se ao fato de ter sido acometido de quadro extremamente grave que, em terminologia médica precisa, é descrito como leucemia mielóide aguda.

Reafirmei também a minha pré-candidatura à Presidência da República, anteriormente lançada no dia 19 de dezembro de 2005, em São Paulo, que seria ratificada na Convenção Nacional do PRONA, neste mês de junho.

No entanto, apesar de o meu organismo ter apresentado o melhor resultado possível, em face do tratamento a que estive submetido - ausência absoluta de neoplasia óssea -, exige-se, do ponto de vista médico, que, ainda no mês de julho, eu receba a última dose suplementar da terapêutica quimioterápica específica.

Assim, como a cada ciclo correspondem cerca de 3 semanas entre internação e subsequente repouso, restar-me-iam, para o processo de eleição presidencial, apenas os meses de agosto e setembro para ir a todos os Estados do Brasil, uma vez que, desde fevereiro, enquanto os demais pré-candidatos viajam pelo País, tenho dividido o meu tempo entre o hospital e minha casa.

Acresça-se a isso o fato de ser, neste momento, minha família totalmente contrária à minha participação no pleito presidencial, em face do esforço estrênuo que deveria ser desenvolvido para, em tempo recorde, levar a idéia de um grande projeto de libertação nacional a todos os brasileiros.

Finalmente, os membros do Diretório Nacional, do partido do qual sou Presidente, à unanimidade, pedem-me que volte a candidatar-me ao cargo de Deputado Federal, por São Paulo, reservando, para 2010, a luta pela Presidência da República.

Então, apesar de, indiscutivelmente, minha pretensão continuar sendo a disputa presidencial, pelo vazio de perspectivas no horizonte, pela absoluta ausência de esperança no cenário e no embate que se apropínqua, embora tudo isso, em face dos argumentos já aduzidos, e que são irretorquíveis, comunico aqui hoje, de maneira oficial, a retirada da minha pré-candidatura à Presidência da República.

No próximo dia 23 deste mês, em São Paulo, o meu nome será lançado como candidato ao cargo de Deputado Federal.

Muito obrigado povo brasileiro, colegas e Sr. Presidente.



